



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

MARIA LÚCIA DA SILVA SODRÉ

ÀS MARGENS DO *VELHO CHICO*:
O PROJETO INCONCLUSO DO INCRA E SUAS CONSEQUÊNCIAS
PARA O MODO DE VIDA DAS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS
ASSENTADAS NO PAE-SF



Recife
2008

MARIA LÚCIA DA SILVA SODRÉ

Às margens do Velho Chico: o projeto inconcluso do Incra e as conseqüências para o modo de vida das famílias ribeirinhas assentadas no PAE-SF

Tese apresentada à Universidade Federal de Pernambuco ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dr^a. Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Recife

2008

Sodré, Maria Lúcia da Silva

Às margens do Velho Chico: o projeto inconcluso do Incra e as conseqüências para o modo de vida das famílias ribeirinhas assentadas no PAE-SF / Maria Lúcia da Silva Sodré. – Recife: O Autor, 2008.

309 folhas : il., figuras.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia. Recife, 2008.

Inclui: bibliografia e anexos.

1. Sociologia. 2. Reforma Agrária. 3. Preservação ambiental. 4. Ambiente – Proteção. 5. Camponeses – Modo de vida. I. Título.

**316
301**

**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed)**

**UFPE
BCFCH2008/24**

Ata da Sessão de Defesa de Tese de MARIA LÚCIA DA SILVA SODRÉ do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro e Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

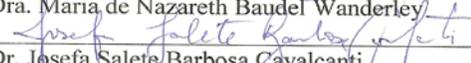
Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º. Andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da comissão designada para o Exame da Tese de Doutorado de **MARIA LÚCIA DA SILVA SODRÉ**, sob o título "**ÀS MARGENS DO VELHO CHICO: O PROJETO INCONCLUSO DO INCRA E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA AS FAMÍLIAS ASSENTADAS NO PAE-SF**". A comissão foi composta pelos professores: **Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley - presidente/orientadora; Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti - Titular Interna - PPGS; Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte – Titular Interna - PPGS; Dra. Marilda Aparecida Menezes - Titular Externa – UFCG; Dr. Aldenor Gomes da Silva – Titular Externo – UFRN**. Dando início aos trabalhos a **Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley**, explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra a autora de Tese, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua argüição, seguindo-se a defesa da candidata. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o presente trabalho. A **Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley** presidente da mesa e orientador da candidata, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Tese por unanimidade**. E nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 28 de fevereiro de 2008.



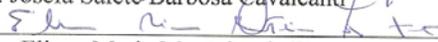
Zuleika Elias



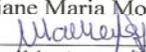
Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley



Dr. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti



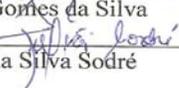
Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte



Dra. Marilda Aparecida Menezes



Dr. Aldenor Gomes da Silva



Maria Lúcia da Silva Sodré

À minha querida e amada, mãe,
pelo seu amor incondicional,
dedico.

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho requer dedicação, uma boa dose de paciência, estímulo e muita fé. A jornada é exaustiva. Este não fugiu à regra: veio sobrecarregado de muitos obstáculos que aumentaram as minhas dificuldades e expectativas, fazendo-me, muitas vezes, acreditar que não conseguiria colher os frutos tão desejados do meu esforço.

Reconhecer as colaborações intelectuais e agradecer à altura cada contribuição recebida de todos os mestres e amigos, que direta ou indiretamente me ajudaram a concretizar este trabalho, traz o risco de esquecer alguém, principalmente quando reconheço que o produto final desta tese representa a soma de muitas contribuições. Por outro lado, não posso deixar de agradecer àquelas pessoas e instituições que estiveram mais próximas, estimulando-me e ajudando-me ao longo desta difícil caminhada. No entanto, gostaria de salientar que reconhecer as contribuições não significa dizer que estou dividindo as responsabilidades pelos erros e equívocos cometidos.

Ao meu Deus, *por abrir caminhos no ermo e rios no deserto* tornando possível a concretização desta tese.

Em especial à professora Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley, minha orientadora. Seus ensinamentos, confesso, não me serviram apenas para empregar nos limites desta tese, mas para minha própria vida. Obrigada pelas leituras, críticas e sugestões e pelo estímulo, encorajando-me e apontando-me caminhos para que seguisse viagem e chegasse até aqui. Obrigada ainda pelo respeito às minhas dificuldades e limitações e por confiar que eu teria condições de concluir esta tese.

Um agradecimento também especial e carinhosamente, à prof^ª. Dra. Maria Lúcia Mendes de Carvalho (UFBA), querida amiga que me acolheu, em sua casa e em seu coração, de maneira, ao mesmo tempo, fraternal e profissional, no momento de maior angústia e de dúvida quando à efetivação desta tese. Dessa vez, foi você quem saiu do *urbano para o rural*. Eternamente grata.

A prof^ª. Emilene Leite Sousa, carinhosamente Emmy (UFM), que em um momento de muita aflição, disponibilizou-se para ler e corrigir *a confusão* de uma das primeiras versões desta tese. A você minha querida *maré irmã*, muito obrigada.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco que tornaram possível a apreensão de um mundo novo, em especial aos professores Dra. Josefa Salette Cavalcanti, Dra. Eliane da Fonte, Dra. Eliane Veras, Dr. Breno Souto Maior, Remo Mutseberg e à prof^a Maria Auxiliadora Ferraz (da Antropologia). Gostaria também de agradecer aos professores da Unicamp, especialmente as prof.^{as} Sônia Bergamasco e Emília Godoi e ao prof. Mauro Almeida.

A todas as pessoas e instituições envolvidas direta e indiretamente nesta tese, pelo apoio e atuação dispensada. Em primeiro lugar ao PPGS/UFPE, que permitiu a infraestrutura para a realização de parte desta tese. À secretaria do PPGS, especialmente a Zuleika, Ceres, Vânia, e Priscila; à Bibliotecária Evanilze. A DESAGRO pelos dados cedidos, especialmente, a Célia Tavares. Ao Sr. Hamilton Felix, Diretor da Unidade Avançada do INCRA em Bom Jesus da Lapa; a Vital e Sergio Resende do Incra em Salvador; a Bartolomeu Guedes da Ceta (também assentado); a Laura, a Joseph Lira e a Cida (assentada) da Ates, A Geni Sodré a Larissa de Carvalho pelos gráficos. A Jorge (Nucem) e Marcelo (mestrado) amigos e sempre prestativos. A Vera Britto, obrigada, não apenas pela tão precisa e necessária revisão técnica, mas pela presteza e atenção.

A todos os colegas do curso de Doutorado, em especial ao Emílio que, com sua amizade incondicional esteve, mesmo de longe, sempre muito próximo, ajudando-me, encorajando-me e, por muitas vezes, também leu alguns dos rascunhos que viraram capítulos que formaram essa tese. A minha querida amiga Aninha que trocava comigo as dificuldades e conquistas. A Silvana pelas conversas e dicas e a Marília que sempre apoiava todos no Doutorado, com um sorriso e alegria maior que as nossas dificuldades.

A Capes, pela ajuda financeira através da bolsa concedida durante o período do Doutorado e a bolsa *sandwich* – Capes/Procad na Unicamp, que possibilitaram a efetivação deste aprendizado e ao grupo CERES pela calorosa acolhida nesta instituição (UNICAMP).

A minha família, sobretudo, a minha mãe que, do seu jeito, intercedendo junto a Deus por mim, em suas orações, enfrentou comigo os espinhos dessa caminhada, protegendo-me a sua maneira sempre e estimulando a minha realização, sempre grata! Ao Warli, meu *amore*, que, com suas cobranças “incansáveis”, foi também um grande estímulo direto e indiretamente à conclusão desta tese. Por tudo, sempre, obrigada.

E finalmente, às famílias tradicionais ribeirinhas do PAE-SF, fonte rica de conhecimento e inspiração que, com a maior paciência e presteza, cederam os seus momentos, não só de labuta como de descanso e de lazer, para responder as intermináveis indagações e que também me acolheram nas suas *casas de morada*. Não ousei citar nomes. Sem a colaboração que me dispensaram esta tese não poderia ter sido realizada.

*Cada vez que a minha fé é
provada, Tu me dás a chance de
crescer um pouco mais. As
montanhas e vales, desertos e
mares, que atravesso, me levam
pra perto de ti [...] minhas
provações, não são maiores que
o meu Deus e, não vão me
impedir de caminhar, se diante
de mim não se abrir o mar, Tu
vás me fazer andar por sobre as
águas...*

(Kleber Lucas)

SUMÁRIO

	LISTA DE FIGURAS.....	x
	LISTA DE SIGLAS.....	xi
	RESUMO.....	xii
	ABSTRACT.....	xiii
	RESUMÉ.....	xiv
	APRESENTAÇÃO.....	xv
1	INTRODUÇÃO.....	17
1.2	OBJETIVOS.....	22
1.3	HIPÓTESES.....	23
1.4	ITINERÁRIO METODOLÓGICO.....	23
1.4.1	Procedimentos metodológicos de pesquisa.....	27
1.4.2	Amostragem.....	39
1.5	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	40
2	PELOS CAMINHOS TEÓRICOS.....	43
2.1	O MODO DE VIDA CAMPONÊS	46
2.1.1	As lógicas produtivas - o espaço da família	50
2.1.2	O grupo local: sentimento de pertencimento.....	60
2.1.3	As relações com o Estado e com o mundo global	72
2.1.4	Valores do camponês.....	78
2.2	AS RELAÇÕES DO HOMEM COM A NATUREZA.....	82
2.2.1	Dependência e inter-relação com a natureza.....	84
2.2.2	Conhecimento tradicional e uso dos recursos naturais.....	86
3	O MODELO DE TUTELA DO INCRA.....	92
3.1	O PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO.....	92
3.1.1	Antecedentes: conhecendo a sua história.....	92
3.1.2	A especificidade do PAE-SF.....	96
3.1.3	Descrição do ambiente do PAE-SF.....	97
3.1.4	Famílias assentadas.....	101
3.2	O PROJETO DO INCRA: LIMITES E RESTRIÇÕES.....	106
3.2.1	Compromissos dos assentados.....	111
3.2.2	Compromissos do Incra.....	112
3.2.3	Redes sociais governamentais e o acesso à infra-estrutura	115
4	O MODO DE VIDA NO PAE-SF – LÓGICAS DA PRODUÇÃO... 	128
4.1	FAMÍLIA: TERRA, TRABALHO E PRODUÇÃO.....	129
4.1.1	Terra: instrumento de trabalho e patrimônio familiar.....	134
4.1.2	O trabalho familiar.....	150
4.1.2.1	<i>A divisão do trabalho no estabelecimento familiar.....</i>	<i>153</i>
4.1.2.2	<i>A Pluriatividade na Agricultura: o caso do PAE-SF.....</i>	<i>167</i>
4.1.3	Investimentos: bens de produção.....	177
4.1.4	Acesso a bens e serviços modernos.....	178
4.1.5	Níveis de dependência.....	180
5	O MODO DE VIDA NO PAE-SF – ASPECTOS DA VIDA SOCIAL	190
5.1	RELAÇÕES DE VIZINHANÇA.....	190

5.2	RELAÇÕES ENTRE PARENTES E COMPADRES.....	197
5.3	A VIDA LÚDICO-RELIGIOSA.....	201
5.4	ORGANIZAÇÃO SOCIAL E OS MEDIADORES.....	208
5.5	SENTIMENTO DE LOCALIDADE – A NOÇÃO DE PERTENCER.....	214
6	OS VALORES CAMPONESES E AS RELAÇÕES COM A NATUREZA.....	219
6.1	VALORES CAMPONESES	219
6.2	OS MISTÉRIOS DO RIO SÃO FRANCISCO.....	226
6.3	MODO DE VIDA E AS RELAÇÕES COM A NATUREZA.....	235
6.3.1	Danos ambientais – possíveis soluções.....	244
7	CONSEQUÊNCIAS DE UM PROJETO INCONCLUSO	251
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	277
	REFERÊNCIAS.....	289
	ANEXOS	306

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Quadro de entrevistados	40
Figura 2	Lagoa da Comunidade de Água Fria	98
Figura 3	Estradas internas	116
Figura 4	Gráfico de Abastecimento de água	117
Figura 5	Lixo a céu aberto	119
Figura 6	Residências antigas no PAE-SF	120
Figura 7	Residências construída com o crédito habitação	121
Figura 8	Escola	123
Figura 9	Nível de escolaridade das crianças do PAE-SF	125
Figura 10	Gráfico faixa etária dos assentados no PAE	131
Figura 11	Plantio no lote individual	140
Figura 12	Adolescentes lavando roupas e louças no rio	148
Figura 13	Retirada de areia do rio pelos assentados	149
Figura 14	Galinhas, porcos e cabras confinados no mesmo local	155
Figura 15	Preparo da terra para o cultivo	159
Figura 16	Adultos, adolescentes e crianças no trabalho da casa de farinha	163
Figura 17	Momento de passar a mandioca no ralo	164
Figura 18	Momento de torrar a farinha	165
Figura 19	Retirada goma (para tapioca, beiju, massa para bolo)	166
Figura 20	Venda de alimentos e produtos diversos de porta em porta	189
Figura 21	Área de lameiro – Comunidade Capão Preto	243
Figura 22	Erosão na margem do rio – Comunidade Estreito	245
Figura 23	Resumo da trajetória das famílias do PAE-SF	278

LISTA DE SIGLAS

APP	Áreas de Preservação Permanente
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental
CAPAESF	Central das Associações dos Moradores do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco
CNPT	Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CETA	Comissão Estadual dos Trabalhadores Acampados e Assentados
DESAGRO	Fundação para o desenvolvimento da Agronomia
EAJ	Programa de alfabetização de jovens e adultos
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PAE-SF	Projeto de Assentamento Agroextrativista – São Francisco
PEC-SR	Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho
PDSA	Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação do Brasil
UC	Unidade de Conservação
WWF/IUCN	World Wildlife Fund For Nature / International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources

RESUMO

O Projeto de Assentamento Agroextrativista – São Francisco (PAE-SF) encontra-se situado na região semi-árida do médio São Francisco, no Oeste do Estado da Bahia. A sua extensão territorial totaliza uma área de 20.820,05ha. A singularidade do PAE-SF está em localizar-se em uma área de preservação permanente, à margem esquerda do rio São Francisco, que possui regulamento próprio, pelo que só admite o uso de suas terras com restrições. O PAE-SF teve como objetivo fundamental a regularização fundiária de famílias ribeirinhas que tradicionalmente lá viviam. Nele, encontram-se legalmente assentadas 600 famílias tradicionais, divididas entre 11 comunidades, para as quais se voltou a pesquisa que fundamenta esta tese, cujo objetivo geral é a compreensão das conseqüências da implantação do PAE-SF sobre o modo de vida tradicional das famílias ribeirinhas numa reforma agrária de cunho ecológico. Metodologicamente, a pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso, realizado através de procedimentos qualitativos que incluíram observação participante e entrevistas semi-estruturadas. Da análise dos resultados, brota a conclusão de que as concepções dessas famílias tradicionais, quanto à produção, às relações sociais, à importância conferida aos valores e à relação de interdependência que mantêm com a natureza, que conformam em um modo de vida camponês, se apresentam, em muitos aspectos, divergentes em relação ao *modelo de tutela* implantado para essa modalidade específica de assentamento, mostrando conflitos entre a difícil conciliação da preservação do ambiente e a garantia de sobrevivência das famílias, estabelecido, pelo fato do Incra não ter concluído o projeto a que se propôs, tornando-se, portanto, incapaz de assegurar a reprodução das famílias assentadas, no presente, e para as gerações futuras.

Palavras-chave: Reforma agrária. Preservação ambiental. Modo de vida camponês.

ABSTRACT

The Settlement Project Agroextrativista – São Francisco (called PAE-SP) is located in the semi-arid region of the medium São Francisco, in the west of Bahia state. Its territorial extension totals an area of 20.820.05 ha. The singularity of the PAE-SF is located in an area of permanent preservation, on the left bank of the São Francisco River that has its own regulation, in which only admits the use of its land with restrictions. The PAE-SF has as fundamental objective the land regularization of the riparian families that lived traditionally there. In its project, we can find legally settled 600 traditional families, divided in 11 communities for which this thesis was targeted whose general objective is the comprehension of the consequences of the implantation of the PAE-SF about the traditional way of life of the riparian families in the land reform of ecological character. Methodologically, the search was characterized as a study of case, performed through qualitative procedures that includes participant observation and semi-structured interviews. It was concluded of the analyzes of the results that the concepts of these traditional families, in relation of production, social relationships, the importance of values and the relation of interdependence with Nature, that conform in a peasant way of life, they are presented, in many aspects, divergent in relation to the model of *guardianship* implanted to this specific modality of settlement, showing conflicts between the hard conciliation of the environmental preservation and the guarantee of the families survive established because the *INCRA* do not conclude the project in which it is proposed, becoming incapable of insure the reproduction of the settlement families in the present and to the next generations.

Key-Words: Land Reform. Environmental preservation; peasant way of life.

RESUMÉ

Le projet d'*Assentamento Agroextrativista- São Francisco* (PAE-SF) situé dans la région semi-aride du *médio São Francisco*, dans l'ouest de l'état de Bahia avec une extension territoriale totalisant une surface de 20.820,05ha. La singularité du PAE-SF est dû à sa localisation dans une localité de préservation permanente, qui se trouve à la rive gauche du fleuve São Francisco. Ce projet *d'assentamento* possède son propre règlement, et pour cela l'utilisation de ses terres est faite avec des restrictions. Le PAE-SF a eu comme objectif fondamental la régularisation *fundiária* de familles riveraines qui traditionnellement y habitaient. Se trouve légalement *assentadas* dans cette localité 600 familles traditionnelles, divisées parmi onze communautés, qui sont prise comme objet d'étude pour la fondation de cette thèse, dont l'objectif général est la compréhension des conséquences de l'implantation du PAE-SF sur le moyen de vie traditionnel des familles riveraines dans une réforme agraire de rôle écologique. La recherche a été méthodologiquement caractérisée comme un étude de cas, réalisé par des procédures qualitatives parmi lesquelles l'observation participante et *interviews* semi-structurées. En analysant les résultats nous sommes arrivés à la conclusion que les conceptions de ces familles traditionnelles à ce qui concerne à la production, aux relations sociales et à l'importance conférée aux valeurs et à la relation de l'interdépendance qui maintiennent avec la nature, qui aboutissent dans moyen de vie paysanne, se présentent en plusieurs aspects divergents en relation au *modelo de tutela* implanté pour cette modalité spécifique du *assentamento*, en démontrant conflits établis entre la difficile conciliation de la préservation de l'environnement et la garantie de survie des familles établis par le fait que l'*INCRA* n'a pas conclu le projet sur lequel s'est proposé, devenant pour cela incapable d'assurer la reproduction des familles actuellement *assentadas*, et dans des générations futures.

Mots-clés: Réforme agraire, Préservation de l'environnement, Moyen de vie paysanne

APRESENTAÇÃO

Meus questionamentos e inquietações em torno da problemática que envolve o mundo rural começaram no mestrado, quando dediquei minha atenção ao Assentamento Nova Palmares, no Semi-Árido do Estado da Bahia, cujo enfoque foi a questão da qualidade de vida (SODRÉ, 2002). Durante o mestrado participei de um projeto de pesquisa (2002) que foi desenvolvido em uma parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Fundação para o Desenvolvimento da Agronomia (Desagro-BA) e serviu de subsídio para a elaboração de *Planos de Desenvolvimento de Assentamentos* (PDSA) no Estado da Bahia. A tarefa sob minha responsabilidade foi realizar um levantamento socioeconômico e construir históricos de criação de trinta e três assentamentos do Estado da Bahia, um objeto de pesquisa desconhecido para mim, que até então só havia trabalhado com temas ligados à Sociologia Urbana. A partir dessa pesquisa, defini o meu campo de análise nesse tão vasto e diversificado universo rural. Ao longo da execução da tarefa ligada ao projeto, já na região Oeste do Estado, deparei-me com uma paisagem bastante diferente: a região que margeia o rio São Francisco por 110 km, onde se localiza um assentamento peculiar – o Agroextrativista São Francisco. Suas paisagens permaneceram em minha memória, bem como a sua população tradicional ribeirinha.

A aproximação inicial com este assentamento fez-me vislumbrar a possibilidade de aprofundar meus conhecimentos sociológicos, em um doutorado, a partir deste grupo social que se destaca, em primeiro lugar, por estar embasado em um modo de vida que integra *terra, trabalho e família*. Em segundo lugar, pelo pioneirismo de ter estado, desde 1975, submetido a uma política agrária que só veio a se concretizar em 1995 com a criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco (o PAE-SF). Daí surgiu a idéia de trazer esta problemática para o meu projeto de tese.

Com o projeto inicial aceito e tendo sido aprovada no programa, dei início ao doutorado. Cursei disciplinas relacionadas ao estudo das teorias sociológicas, das metodologias das ciências sociais, da Sociologia Rural e da questão ambiental, que me ajudaram a construir um quadro conceitual. Em função do meu objeto de estudo, fui dedicando especial atenção às disciplinas de Sociologia Rural e Sociologia da Agricultura,

que me abriram a possibilidade de entender a grande diversidade (WANDERLEY, 2004) que envolve o mundo rural, o que deu novo direcionamento ao meu projeto inicial.

Após a defesa do projeto, por sugestão da banca, revi alguns aspectos quanto à teoria e metodologia. Fui afinando o instrumental teórico-metodológico que possibilitou compreender melhor o meu objeto à luz da teoria sociológica.

No primeiro semestre de 2004, participei do Doutorado Sanduíche, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), através do convênio Capes/Procad - Programa de Cooperação Acadêmica entre a UFPE e mais três universidades, que teve a Unicamp como equipe líder. O Procad *Mundo rural e ciências sociais: produção de conhecimento e formação de pesquisadores* foi coordenado na UFPE pela Prof^a.Dr^a. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti. Naquela instituição, cursei duas disciplinas: Desenvolvimento Rural Sustentável e o Mundo Rural e as Ciências Sociais, que tiveram como objetivo complementar a fundamentação teórica e metodológica da pesquisa em andamento.

De volta ao Recife, no segundo semestre de 2004, realizei o Estágio de Docência como parte do treinamento do programa, na condição de Bolsista da Capes, nas disciplinas: Sociologia das Organizações e Ruralidades no Mundo Moderno.

Em 2005, iniciei a minha pesquisa de campo. O contato com o campo foi modificando a minha forma de observar e refletir sobre o objeto de estudo num processo de retroalimentação. Acredito que o objeto da pesquisa foi sendo amadurecido ao longo da minha trajetória acadêmica na Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Os encontros com a minha orientadora fizeram com que eu identificasse a necessidade de redefinir, esclarecer e delimitar a perspectiva do estudo. O sentido inicial foi aos poucos sendo reconstruído e ajustado.

Lanço-me ao desafio de apresentar a Sociologia Rural como uma ciência de apreensão e explicação de uma realidade específica – as famílias tradicionais ribeirinhas assentadas, em um estudo de caso referente ao PAE-SF, consciente, porém de que, como afirma Maria de Nazaré Baudel Wanderley:

Se é difícil aos demais cientistas sociais incluir a dimensão rural como parte integrante dos próprios objetos de estudo, mais difícil ainda é para os sociólogos e antropólogos “rurais” dar conta das bibliografias especializadas do conjunto deste campo teórico tão vasto e diversificado (WANDERLEY, 2006a).

1 INTRODUÇÃO

O debate que envolve estudos sobre o meio rural vem ocupando cada vez mais espaços no Brasil. A implantação de assentamentos de reforma agrária, a partir da década de 90, ainda que muitas vezes a reboque dos movimentos sociais (BERGAMASCO, 1999, 2004) desponta com certa expressividade nos debates da política governamental. O número de assentamentos implantados no país, sobretudo nos últimos dez anos, atestam essa afirmação.

A reforma agrária brasileira, entretanto, não se pode limitar ao reducionismo da desapropriação de terras como política social para o assentamento de famílias. É necessária uma política mais comprometida e eficaz, que permita a sustentabilidade dos assentamentos e a dignidade da sobrevivência das famílias beneficiadas, pois, como afirma Brandão (2007, p. 45), “os sucessivos programas de reforma agrária seguem destinando aos homens da terra porções residuais de “lotes” em assentamentos precariamente assistidos”, o que compromete seu objetivo final, não só no que diz respeito à melhoria das condições de vida das famílias assentadas, mas ainda quanto ao sentido da própria política agrária.

Ainda é preciso observar que, em decorrência, sobretudo, de especificidades locais, os assentamentos se encontram em situações extremamente diversificadas o que

se configura como uma “grande diversidade de situações de ruralidade no interior do próprio mundo rural brasileiro” (Wanderley, 2004, p. 61).

Dentre as diversas situações que fazem parte da política de assentamento de reforma agrária, se encontram os *Projetos de Assentamentos Agroextrativistas* (PAE) que são definidos, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), como aqueles assentamentos que visam a promover a *reforma agrária ecológica*, regularizando a situação fundiária de populações tradicionais extrativistas, proporcionando-lhes apoio técnico e de infra-estrutura que permitam o *desenvolvimento sustentado*.

Os PAE foram inicialmente implantados na Amazônia e no Acre. Na Bahia, até o momento, esse modelo foi aplicado unicamente no *Projeto Agroextrativista São Francisco* (PAE-SF), que se vem desenvolvendo a partir de 1995. Ele se encontra situado na região Oeste do Estado da Bahia, às margens do rio São Francisco, nos municípios de Serra do Ramalho e de Carinhanha. Sua extensão territorial totaliza uma área de 20.820,0551 ha. (vinte mil, oitocentos e vinte hectares, cinco ares e cinquenta e um centiares). No projeto, foram identificadas 600 famílias, legalmente assentadas, divididas entre onze comunidades. É nesse contexto que se focaliza o nosso interesse em investigar, as conseqüências da implantação de um projeto de tutela do Estado, ainda não concluído, para o *modo de vida* das famílias tradicionais ribeirinhas assentadas.

Este assentamento representa uma ação do Estado, diferenciada dos demais projetos implantados na Bahia. A singularidade do PAE-SF está no fato de localizar-se

em uma Área de Preservação Permanente¹, que possui regulamento próprio e teve como objetivo fundamental a regularização fundiária das famílias ribeirinhas que tradicionalmente viviam à margem esquerda do rio São Francisco. O *modo de vida* dessas famílias define-se a partir de uma forma de viver e de produzir ligada, principalmente, à dependência dos recursos da natureza (pesca e agricultura) e às relações sociais que têm fortes vínculos com os laços anteriores à implantação do projeto. É também referenciado por valores próprios como, por exemplo, suas crenças e seu afeto ao local de origem. É evidente que não se pode estudá-lo dissociando-o do tripé que o envolve: terra, trabalho e família, conforme a lógica da organização econômica, social e cultural do grupo.

A formulação do problema da pesquisa que se relata nesta tese levou em consideração duas características que marcam o contexto em que se desenvolveu. Por um lado, o Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco refere-se a uma Área de Preservação Permanente (APP), que está sujeita a normas, a padrões e a critérios de uso restritos, conforme uma legislação ambiental que passa a impor regras e limites à população assentada, freqüentemente em oposição ao modo de vida tradicional. Isto repercute profundamente na própria noção de pertencimento dessas famílias, pois inúmeras vezes se sentem tolhidas de realizar práticas muito antigas.

Por outro lado, nesse assentamento, não existe uma questão jurídica simples, referente à desapropriação de terras e ao assentamento de famílias, como na maioria dos outros assentamentos. Neste caso, a intervenção do Incra objetiva regularizar a situação fundiária da população tradicional de agricultores-pescadores, nascida e criada na área sem, no entanto, sequer disponibilizar uma extensão de terra suficiente

¹ Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Áreas de Preservação Permanente (APP) têm como base legal a lei n. 4771/65 – Código Florestal, alterado pela lei n.7801/89.

para tirar sua subsistência. Em virtude da peculiaridade do assentamento, a permanência das famílias na área também só pode ser admitida através de um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso e a regularização fundiária se dará de forma coletiva.

Além desses problemas, do ponto de vista sociológico, verifica-se que deve ser particularmente observado que o contingente populacional em foco se estrutura como um tecido social bem tramado, tanto pela sua especificidade e sua escala, quanto pela importância das normas, valores e tradições que fundamentam um modo de viver, de produzir e de se relacionar com as pessoas, com o ambiente natural em que vivem e com o próprio rio São Francisco.

Desta forma, impõe-se, portanto, uma reflexão sobre as formas de uso das terras e também sobre a relação homem-natureza, para compreendermos o projeto do Incra e os conflitos decorrentes, em função da difícil conciliação entre a preservação da natureza e a reprodução das famílias. Neste sentido, o problema se instaura entre a preservação do ambiente, regulamentada em lei, e a reprodução produtiva e social do modo de vida das famílias tradicionais ribeirinhas, que compreende o seu espaço como “lugar de vida e de trabalho”. Cabe entendermos, nesta tese, qual a “realidade vivida” por essas famílias tradicionais e a “realidade concebida” pelo Estado, que estrutura, a partir do *modelo de tutela*, que é, ao mesmo tempo, um projeto de assentamento de agricultores/pescadores (produção) e um projeto ambiental (preservação), contraditório e ambíguo.

A ambigüidade do PAE-SF se refere ao fato de que, embora ele apareça como uma idéia de fracasso, visto que os assentados dispõem de poucos recursos internos disponíveis para sobrevivência da unidade familiar, foi observado em campo que, as

famílias tradicionais assentadas manifestaram-se felizes insistindo na construção de seu projeto de vida, que bem ou mal, tentam realizar a partir das condições e adversidades que lhes são apresentadas, desenvolvendo a sua capacidade de adaptação às circunstâncias de um projeto inacabado.

A importância do estudo decorreu de duas de suas características. Em primeiro lugar, pelo objetivo de ser uma avaliação acadêmica sistematizada a respeito de uma realidade relativamente nova, bastante peculiar e única no Estado da Bahia, tornando evidentes as dificuldades locais da reforma agrária de caráter nacional.

O segundo aspecto que lhe confere importância relaciona-se ao seu enquadramento teórico, pois o estudo pretende utilizar um referencial oriundo de outras realidades para, através de um cotejo, chegar ao entendimento do modo como as famílias tradicionais ribeirinhas do São Francisco, que têm um modo de vida e projetos particulares, confrontam-se e adaptam-se a um *modelo de tutela* genérico.

No que se relaciona a sua contribuição, este trabalho tem a virtude de evidenciar conflitos de terra e ambientais, sem que tenha que se pronunciar de forma categórica sobre eles, permitindo o seu entendimento, de um modo não ideológico, sem envolver paixões e disputas pelo poder, contribuindo, assim, para a reflexão sobre os dilemas e avanços dos assentamentos rurais e sobre as políticas de meio ambiente destinadas às áreas de reforma agrária. Nestes termos, acreditamos que o estudo traz à luz discussões que são do interesse não apenas dos estudiosos do meio rural, mas de outros das esferas da sociedade em geral, como é caso dos políticos, cientistas, movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs).

O esclarecimento dessas questões poderá trazer contribuições para o sucesso do PAE-SF e para o desenvolvimento efetivo deste assentamento e a melhoria de vida das

famílias assentadas. Por outro lado, os resultados do trabalho podem contribuir para buscar soluções de problemas com que se podem deparar os responsáveis por outros assentamentos semelhantes no futuro. Além disso, este estudo pode ainda estimular outros trabalhos sobre o mesmo tema, ajudando a promover o debate e enriquecer a pesquisa desse mundo rural extremamente diversificado e, em especial, dos assentamentos rurais em que estão assentadas famílias tradicionais.

1.2 OBJETIVOS

Objetivo geral

O objetivo geral da tese é a compreensão das conseqüências da implantação do PAE-SF sobre o modo de vida tradicional das famílias ribeirinhas.

Objetivos específicos

- a) Compreender os elementos constitutivos do modo de vida tradicional das famílias ribeirinhas do PAE-SF;
- b) Analisar o modelo de intervenção proposto pelo Incra e sua efetiva implantação no caso do PAE-SF;
- c) Analisar as implicações dessa implantação sobre o modo de vida tradicional dos assentados do PAE-SF.

1.3 HIPÓTESES

Para a verificação do problema, foram formuladas as seguintes hipóteses que passaram a orientar o trabalho:

- a) O modo de vida tradicional das famílias ribeirinhas estudadas pode ser compreendido como um modo de vida camponês;
- b) O projeto proposto pelo Incra tem uma dupla dimensão. Ele é um projeto de preservação ambiental e, ao mesmo tempo, é um projeto de assentamento de agricultores/pescadores;
- c) As principais dificuldades para sustentabilidade do PAE-SF decorrem do fato de que o Incra não concluiu a implantação do projeto, conforme está previsto em sua proposição inicial (Plano de Utilização do PAE-SF).
- d) Em função da não conclusão do projeto que se propôs o Estado, o PAE-SF tornou-se um projeto incapaz de assegurar a reprodução das famílias assentadas, no presente, e para as gerações futuras.
- e) Mesmo diante das conseqüências, enfrentadas pelas famílias assentadas no PAE-SF, nem sempre positivas, elas não manifestam o desejo de saírem do projeto.

1.4 ITINERÁRIO METODOLÓGICO

Concordamos que fazer ciência é “estudar casos”, recortar e examinar objetos construídos (BOURDIEU, 1973).

O método empregado para compreensão do modo de vida das famílias tradicionais ribeirinhas frente à implantação do PAE-SF foi o método de estudo de caso que permitiu compreender a realidade estudada de uma forma aprofundada, pois

ele não se limita a descrever os fatos e acontecimentos. O que este método possibilita é compreender as interações entre estes e a sua importância no contexto em que acontecem (GIL, 1995). Seu pressuposto básico é fazer com que o pesquisador adquira, do caso em estudo, a possibilidade de explorá-lo de forma intensa e particular (BECKER, 1999). Uma advertência principal que se faz a este método é que, referindo-se ao estudo de um caso particular, seus resultados não podem ser generalizados, o que não impede que sirva de parâmetro para analisar outros estudos semelhantes².

O método de estudo de caso, como ferramenta de investigação, é definido por Yin (2005) como uma estratégia que busca examinar um fenômeno dentro do seu contexto. No caso da pesquisa que fundamenta esta tese, ele se mostrou adequado para a abordagem do nosso problema, uma vez que permite o uso de vários procedimentos, qualitativos e quantitativos, de modo a captar particularidades inerentes ao objeto de estudo, compreendendo não apenas as ações objetivas, mas também aquelas ações que estão ocultas no modelo de tutela através das políticas públicas ou envolvidas no vasto universo de significados e valores das famílias tradicionais assentadas.

Como um primeiro passo no nosso Estudo de Caso, buscamos respaldo na teoria existente e para tanto realizamos uma ampla revisão de literatura. Também para subsidiar a própria formulação do problema, buscamos apoio em uma pesquisa documental, visto o caso se referir à aplicação de uma política pública.

A análise documental nos permitiu acompanhar as políticas públicas e a partir dela foi possível extrair dados secundários quantitativos, que serviram de complemento

² É importante ressaltarmos que o fato de um determinado estudo ter a possibilidade de se tornar público é mais importante do que o fato deste ser generalizado, afirma Basse (1981, citado por BELL, 1997, p. 24).

à pesquisa, posteriormente realizada em campo, e até mesmo a comparação das informações desses documentos com os resultados encontrados.

Para a realização desta tese, foram consultados os seguintes documentos: o *Relatório socioeconômico* da área, realizado em 1999, elaborado pela extinta equipe Lumiar³, o *Plano de utilização do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco*, que data de agosto de 2001 e a pesquisa Incra /Desagro⁴, de novembro de 2002. O *Relatório final* desta pesquisa serviu de base para a construção do *Plano de desenvolvimento sustentável do Projeto de Assentamento Agro-extrativista São Francisco*. Como já tivemos oportunidade de informar na *apresentação*, fizemos parte da equipe que elaborou este último documento, a partir dos dados de uma amostra de 20% do universo pesquisado⁵. Na ocasião da pesquisa PDSA/Desagro, tivemos a oportunidade de coletar alguns dados que, além de fazerem parte da pesquisa com a qual estávamos envolvidas, serviram para estruturar esta tese. Finalmente fez parte desta pesquisa também o *Relatório socioeconômico* da área, elaborado em 2006 pela equipe ATES⁶.

As limitações impostas por este procedimento residiram, no nosso caso, no fato de que nem sempre tivemos acesso a todos os documentos requeridos, já que os trabalhos neste assentamento se iniciaram há mais de 10 anos e muitos dos documentos se perderam. Portanto, tivemos dificuldade de acesso a alguns dos documentos considerados importantes, como, por exemplo, aquele relativo ao processo de criação do assentamento, que data de 1995, e até mesmo de um mapa com a

³ Equipe formada por técnicos que dava assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária.

⁴ Fundação para o Desenvolvimento da Agronomia.

⁵ O tratamento de dados da pesquisa Incra/Desagro foi realizado mediante um sistema de codificação das questões e uma análise estatística, que foram compilados através do programa de informática SPSS.

⁶ Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária. Tem como objetivo prestar acompanhamento técnico, social e ambiental às famílias assentadas pelo Incra.

localização das comunidades, a que só recentemente tivemos acesso. O acesso aos documentos utilizados foi realizado mediante visitas ao Incra, sediado em Salvador-BA e posteriormente à unidade avançada do Incra localizado na região em que se encontra situado o PAE-SF.

Para a interpretação dos dados e informações coletados e identificação do modelo de intervenção proposto pelo Incra e sua efetiva implantação no PAE-SF e os impasses desta implantação sobre o modo de vida das famílias assentadas, foi utilizada uma análise para que, em detalhe, pudesse ser observado como são compreendidas, vivenciadas e aceitas ou não, pelos assentados do PAE-SF, as políticas gerais.

A análise foi desenvolvida em cinco fases: recolhimento de dados e informações, análise dos dados, estabelecimento de classificações baseadas em critérios e enquadramento dos dados em categorias, sua comparação e interpretação (STANEK, 1998). Segundo este autor, a primeira etapa deste método consiste em estruturar uma base de comparação:

Essa operação nos fornece vários “tipos”, caracterizados, cada um, por um sistema de oposições particulares. Esses “tipos” formais sintetizam a estrutura da base dos dados em relação ao tema estudado. Sua descrição nos fornece vários modelos que, em princípio, evidenciam as grandes tendências características de nossa população. É óbvio que apenas as variáveis básicas, que serviram para a classificação, podem ser levadas em consideração nesse nível (STANEK, 1998, p. 57).

Isto nos levou a estabelecer uma série de categorias e subcategorias que foram identificadas a partir do referencial teórico estruturando, formando, assim, uma base para o modelo esquematizado no quadro Figura 22, que se encontra no Anexo. A partir dessas categorias objetivaram-se variáveis objetivas e subjetivas que guiaram os procedimentos metodológicos de campo.

O modelo qualitativo utilizado para a análise das conseqüências da implantação do PAE-SF sobre o modo de vida tradicional, que é o ponto focal do estudo de caso ficou assim composto por quatro categorias básicas: lógicas produtivas, vida social, valores e relação homem-natureza. Estas se desdobram em subcategorias que estão explicitadas na referida figura.

A opção pelo trabalho com uma metodologia qualitativa para a compreensão do modo de vida das famílias tradicionais ribeirinhas deve-se ao fato de que ela permite lidar :

[...] com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis, [...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 1999, p. 21-22).

Nesse sentido, ao contrário da pesquisa quantitativa, a pesquisa qualitativa tem como interesse a diversidade de representação que é apresentada a cada fala. Assim, desconsidera-se a necessidade de analisar várias pessoas que compõem o mesmo grupo social. O que é mais importante nesta metodologia é o fato entender o sentido e compreensão do que foi revelado (GASKELL, 2002).

1.4.1 Procedimentos metodológicos de pesquisa

Dentre as técnicas de pesquisa de campo disponíveis para este estudo, foram utilizadas a observação participante e as entrevistas semi-estruturadas.

O processo da observação participante referiu-se ao trabalho de campo propriamente dito⁷. Esta fase consistiu em observar tudo o que ocorria na comunidade e ouvir atentamente as pessoas. Este é o momento em que as relações informais entre pesquisador e campo são enfatizadas. No entanto, essa “informalidade aparente reveste-se de uma série de pressupostos, de cuidados teóricos e práticos que podem fazer avançar ou também prejudicar o conhecimento da realidade proposta” (MINAYO, 1992, p.107).

Minayo (1992) citando Schwartz e Schwartz afirma que a observação face a face com os sujeitos da pesquisa permite a coleta de dados, participando da vida deles. O observador passa a fazer parte do contexto observado, modificando-o, ao mesmo tempo em que sofre modificações determinadas pelo ambiente, caracterizando-se todo o processo como um envolvimento ininterrupto (MINAYO, 1992, p. 135). Assim, a apreensão dos dados considerados mais relevantes só seria possível mediante a observação em sua realidade, imergindo nela para compreendê-la.

A vantagem desse procedimento é que a observação participante facilita a utilização de outras técnicas de coleta, posteriormente utilizadas. Outra vantagem apresentada por essa técnica é que a relação com o grupo, estabelecida pela interação face a face, também reduz a ocorrência de situações adversas que possam aparecer, pois, o pesquisador passa muito tempo com o grupo em foco. Esse fato também permite que as pessoas não alterem de modo significativo o seu comportamento em relação aos padrões habituais.

⁷ Anteriormente ao trabalho de campo mantivemos contato com Inkra através da Unidade Avançada – em Bom Jesus da Lapa para que o acesso às comunidades fosse permitido, sem problemas. O suporte dado por este Órgão foi de suma importância para a realização do trabalho de campo: em primeiro lugar, porque as comunidades, de um modo geral, acolhem bem o Inkra; em segundo lugar, porque a acessibilidade a certos trechos do assentamento só pode ser alcançado com o uso de veículos apropriados que o Inkra dispõem e que foram colocados à nossa disposição.

É importante que fiquem sabendo exatamente se o pesquisador é independente ou vinculado a alguma instituição governamental. No nosso caso, desde o início, foi explicitado que não havia vínculo com nenhuma instituição governamental, pois muitos dos assentados já se sentiam, de certa forma, invadidos e lesados pelo fato de estarem, no assentamento, sempre informando algo sobre as suas vidas e, quase sempre, sem retorno positivo para o grupo.

A primeira etapa do trabalho de campo, em 2005, teve a duração de sete meses, com viagens alternadas ao assentamento. Esta fase representou um momento primoroso, porque nos permitiu constantes reflexões sobre questões que foram surgindo em campo e que serviram para redirecionar as indagações. O trabalho de campo é uma tarefa árdua, uma vez que está sujeita a imprevistos e incertezas, mas o pesquisador deve se esforçar para contornar os obstáculos.

Na observação participante, o trabalho se iniciou pela conquista da confiança da comunidade. Isto foi possível graças à abordagem de “pessoas-chave”, que exercem uma liderança e que mantêm o respeito ou o afeto da comunidade.

As “pessoas-chave” foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, pois permitiram o estabelecimento de relações e, acima de tudo, serviram de sustentação para facilitar o entendimento de como funcionava a vida no PAE-SF. Serviram também para tirar dúvidas e esclarecer fatos que, por vezes, pareciam obscuros.

Não obstante, a indicação de pessoas para serem contatadas através de “pessoas-chave” pode levar o pesquisador a incorrer em um viés inadequado à pesquisa, pois, quase sempre, existe o perigo de as indicações serem tendenciosas,

podendo conduzir o pesquisador a uma hipervalorização de determinado aspecto em detrimento de outros que deveriam ser observados.

Outro ponto polêmico, quanto ao apoio das “pessoas-chave”, é que a convivência íntima com estas pessoas pode embarreirar ou, até mesmo, tornar inviáveis as aproximações com outros grupos, outras comunidades, tão importantes quanto, porém, de certo modo, antagônicas.

No nosso caso, isto dificultou um pouco o trabalho porque, inicialmente, concentrou a observação em pessoas que faziam parte do mesmo grupo, que compartilhavam os mesmos sentimentos e, sobretudo, os mesmos interesses. Essas indicações direcionavam as respostas sempre na mesma linha. Além disso, criavam certa distância em relação aos outros grupos.

Não se pode esquecer que devemos respeitar as redes de relações e, de certa forma, também a hierarquia de poder que estrutura a vida dos grupos sociais. No PAE-SF, não foi diferente. Assim, logo que estabelecemos o primeiro contato com o grupo, tivemos o cuidado de esclarecer o motivo da nossa presença ali. Conquistar a confiança de algumas pessoas não foi tarefa muito fácil. Todavia, aos poucos, fomos nos familiarizando com os grupos dentro das comunidades, observando e escolhendo as pessoas.

Certamente, nem todos compreenderam o que de fato fomos fazer lá, mas a nossa presença na área foi bem aceita. As conversas se tornaram mais soltas, embora, no primeiro momento, tenha havido a omissão de alguns dados e de informações relevantes. Procuramos ter sempre em mente que a nossa situação no grupo era a de uma “pessoa de fora”; por isso, não era de se estranhar que sempre houvesse muita curiosidade e até alguma desconfiança a nosso respeito.

A técnica de trabalhar com “pessoas-chave” permitiu-nos também que nuances significativas sobre a cultura local fossem sendo reveladas. Através de um contador de histórias foi possível se conhecer, por exemplo, a existência de alguns dos encantos do rio São Francisco, como o “nego d’água” e o “minhocão”. Assim, tivemos a possibilidade de saber mais do que esperávamos, quanto à cultura local. Despertamos, especialmente, para as crenças e os mitos.

Malinowski afirma que o pesquisador deve não apenas “estender suas redes no lugar correto”: é necessário também se posicionar frente a seu objeto de estudo, procurando alcançá-lo nos mais inacessíveis locais. Optamos, portanto, pela dinâmica de participarmos dos *imponderáveis da vida social*, acatando a sugestão do autor:

“recomenda-se ao etnógrafo que de vez em quando deixe de lado máquina fotográfica, lápis e caderno e participe pessoalmente do que está acontecendo. Ele pode tomar parte nos jogos dos nativos, acompanhá-los em suas visitas e passeios, ou sentar-se com eles, ouvindo ou participando das conversas” (MALINOWSKI, 1976, p.31).

Dessa forma, tivemos acesso aos momentos mais preservados pelas famílias, como por exemplo, a hora das refeições. Todos os dias em que estávamos em campo, compartilhamos desses momentos com os assentados. Inclusive houve disputa quanto a nossa presença em suas mesas na hora do almoço e acerca do local onde passaríamos a noite e, por conseguinte, a hora do jantar, momentos sagrados das famílias.

Logo, a técnica da observação participante se mostrou adequada, porque permitiu-nos estabelecer laços estreitos com a comunidade, assim como conhecer a origem do assentamento através das histórias contadas, a dinâmica da comunidade, as rotinas das atividades produtivas, os cuidados com a alimentação, com os filhos, as criações, a casa, “a feirinha”. As conversas informais nos momentos de descontração, que acontecem nas casas de farinha, nos passeios de canoa, atravessando o rio para

lavagem das roupas, nos revelaram a vida social dos assentados, informações que foram complementadas com visitas às vizinhas, a participação nas festas, que desvendaram suas emoções, suas expectativas, seus sonhos e projetos.

Os laços estabelecidos com as famílias representaram, para nós, “as portas abertas” de que fala Brandão (1984), para dar continuidade ao trabalho que nos propomos realizar. Isto não significa dizer que não houve momentos de “estranhamento” entre pesquisadora e pesquisados. Por exemplo, registramos a tentativa de inversão de papéis ou de manipulação, isto é, algumas pessoas tentaram retornar perguntas, solicitar favores ou enviar mensagens aos administradores do órgão público, que elas imaginavam terem contato direto com o pesquisador. Neste mesmo sentido, fomos por vezes pressionados a tomar partido:

“dona você acha que o Inbra tá certo de proibir...?”.

Em outras situações, solicitaram que fossemos seus *porta vozes*:

“moça pede ao Inbra pra liberar terra boa pra nós e não botar nós em terra dura não”.

A essas demandas, foi sempre esclarecido que tais assuntos não eram de nossa alçada como pesquisadores.

Através das observações, mantivemos contatos com pessoas em diferentes graus de atuação dentro do assentamento (professores, pescadores, lideranças, adultos, crianças, jovens e idosos). Um caderno - *Diário de campo*⁸ – serviu para registrar os fatos e os diálogos observados. Além disso, foram anotadas também impressões pessoais e reflexões sobre o observado.

⁸ De acordo com Minayo, este *Diário de campo* deve conter as “observações sobre conversas informais, comportamentos, cerimoniais, festas, instituições, gestos, expressões que digam respeito ao tema da pesquisa” (MINAYO, 1992, p. 100).

A observação direta e participante em campo permitiu-nos vislumbrar aquilo que só poderia ser apreendido através do olhar, elemento indissociável da trilogia de Oliveira (2000) – olhar, ouvir e escrever, ao tratar do trabalho do antropólogo⁹. Nesse sentido, procuramos observar toda aquela cultura e interpretá-la em seu significado que possibilitou compreendermos como eram as relações estabelecidas entre as pessoas, entre elas e as suas atividades produtivas e o meio ambiente, além dos seus valores e significados lúdico-religiosos.

É evidente que, frente às diferentes ações do grupo como um todo, acreditamos que alguns significados poderiam não ser perfeitamente traduzidos pela observação, por isso buscamos apoio em entrevistas semi-estruturadas. Mas, cabe ressaltar que a fase de observação participante, iniciada no segundo semestre de 2005, esteve presente, simultaneamente, em todo o trabalho de campo.

As entrevistas semi-estruturadas tiveram também significativa importância no nosso trabalho de busca de entendimento sobre o modo de vida das famílias assentadas. Elas foram enriquecidas pelo uso do gravador¹⁰, o que teve como objetivo deixar o entrevistador mais livre, direcionando a sua atenção ao entrevistado, como por exemplo, prestando atenção às expressões faciais, à postura e aos gestos. A câmera

⁹ Oliveira descreve a importância destes três atos cognitivos – olhar, ouvir e escrever – para entendermos os três níveis que compõem a vida cotidiana dos sujeitos da pesquisa: representação, discurso e ação. Sabemos aqui dos riscos a que a análise das representações dos sujeitos nos apresenta, conforme nos afirma Malinowski (1976), e se fazer apreender pelas entrevistas, tornando-se estas sua principal fonte de acesso. A este respeito Malinowski distingue os imponderáveis da vida real, tratando do abismo que pode existir entre as representações (pensamento), o discurso (o que dizem sobre o que fazem) e as ações (o que fazem) dos sujeitos. Assim, caberia ao pesquisador estar atento para as lacunas entre esses níveis e não se deter apenas na análise das representações.

¹⁰ Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas com a permissão dos entrevistados. Cabe ressaltar que a sua transcrição demanda muito tempo e as informações muitas vezes aparecem mais ou menos indiferenciadas, o que torna trabalhoso separar aquelas consideradas mais importante das menos importantes. Nesse caso, a memória do pesquisador é um grande auxílio para estabelecer prioridades.

fotográfica também assumiu a condição de complemento importante à pesquisa, pois nos permitiu captar visualmente a bela paisagem do lugar e as expressões das pessoas.

A fala dos entrevistados apresenta-se como reveladora de condições estruturais, de normas, de valores. Transmite ainda a representação do grupo em diversas situações históricas, sociais e culturais. A entrevista implicou, também, uma interação face a face, o que permitiu-nos a aproximação e a coleta de dados nessas diversas situações. Assim, a entrevista, não se configurou apenas em uma coleta de dados, mas, sobretudo, uma *situação de interação* em que as informações que foram passadas pelos entrevistados pudessem ser alteradas pelas relações estabelecidas entre eles e o pesquisador (MINAYO,1992).

A vantagem deste procedimento é que ele apresenta, quase sempre, uma melhor e mais abrangente amostra do grupo estudado (SELLTZIA et.al., 1987). A conveniência, no nosso caso, é que, ao contrário dos questionários, os entrevistados não precisam saber ler ou escrever. As entrevistas possibilitam um maior número de respostas. Em um questionário, as respostas podem não ser reveladas, pois é mais fácil negar-se a responder a um questionário do que a uma entrevista. Neste ponto é importante mencionar que só entrevistamos pessoas quando elas aceitavam serem entrevistadas. O fato de podermos também realizar as correções no momento da entrevista e tirar as dúvidas nossas e dos entrevistados, aprofundando determinados assuntos, apresenta-se como outra conveniência deste procedimento metodológico. Ao entrevistado foi possível, muitas vezes, esclarecer o significado da resposta no momento da entrevista, portanto, a entrevista ofereceu-nos maior flexibilidade que outros procedimentos. Cabe acrescentar, porém que, a maior proximidade com o

grupo, objeto de estudo, não eliminou as hierarquias existentes entre pesquisador e pesquisados.

Alguns dos aspectos socioeconômico, cultural e ambiental do grupo foram identificados através deste procedimento. No momento das entrevistas, foi possível reconstruir o processo de desapropriação das fazendas, o processo de regularização do assentamento e a sua origem. Possibilitou também conhecer as histórias de vida de alguns dos moradores.

As entrevistas possibilitaram-nos ainda captar algumas nuances não perceptíveis em questionários, por exemplo, como, a expressão corporal, o tom de voz, a emoção, o sorriso, a ênfase dada às respostas e o silêncio. Sobre o silêncio, assim como outros aspectos não verbais, Minayo (1992) alerta para a necessidade que o pesquisador tem de identificá-los numa entrevista. Enquanto pesquisadores, procuramos ter uma postura ativa e receptiva, proporcionando um clima agradável, no sentido de propiciar melhor entendimento entre nós e os entrevistados, buscando captar toda uma gama de gestos, sinais e expressões que são importantes para compreender e validar o que foi declarado, ordenando idéias e pensamentos. Nesse sentido, o entrevistador deve ser treinado com o objetivo de poder identificar o que deve ser observado, desenvolvendo assim a sua sensibilidade (HAGUETTE, 1985).

A entrevista semi-estruturada permitiu-nos (GASKELL, 2003) compreender, em detalhes, os aspectos mais subjetivos como os que envolvem valores, atitudes, crenças, comportamentos, motivações e relações afetivas em situações sociais particulares. Permitiu-nos ainda a correção, adaptação e esclarecimentos sobre o que desejávamos alcançar. A estreita relação estabelecida entre os entrevistados e nós, seja

por meio de trocas verbais ou não verbais, estabelecida pela nossa interação, favoreceu-nos maior compreensão destes significados, valores e opiniões.

As desvantagens apresentadas por este procedimento residiram, sobretudo, no fato de este permitir que o entrevistado falasse livremente, desviando, algumas vezes, o foco do questionamento, dificultando a retomada do assunto. Nestes casos, foi necessário um esforço para retomá-lo. Outra desvantagem decorreu da influência que exerce o pesquisador sobre o entrevistado, dessa forma interferindo em algumas das respostas. Cabe ressaltar que, a dificuldade de expressão e comunicação, tanto por parte do entrevistador quanto do entrevistado é outro obstáculo comum, no entanto, não atrapalhou nosso trabalho. O receio de o entrevistado ser posteriormente identificado na pesquisa representa também uma desvantagem, neste caso, pode incorrer na retenção de dados importantes, no nosso caso, foram poucos os registros deste tipo. É ainda possível que o entrevistado apresente-se inabilitado para fornecer as informações esperadas, seja por não compreender adequadamente o que foi perguntado, seja levando às respostas inapropriadas (LAKATOS; MARCONI, 1991).

As entrevistas semi-estruturadas, na pesquisa aqui relatada, foram realizadas em três etapas. A primeira etapa foi realizada entre os meses de julho e setembro de 2005. Nesse período, tivemos a possibilidade de entrevistar, inicialmente, as pessoas que estavam mais articuladas com as associações no assentamento, com os técnicos do Incra, da Unidade Avançada e com técnicos do Ibama. Posteriormente a essas entrevistas dirigimo-nos para o campo, visitando sete das onze comunidades que compõem o projeto, onde entrevistamos o total de quarenta pessoas.

A fase seguinte do trabalho em campo ocorreu no final do mês de novembro e em dezembro do mesmo ano, quando entrevistamos mais trinta pessoas. Este período

foi fundamental porque trouxe à luz algumas questões não respondidas e indagações que foram surgindo nos momentos de sistematização e análise dos dados. Uma terceira fase da pesquisa, realizada em abril de 2006, teve a finalidade de tirar dúvidas no momento da construção das diferentes seções da tese. Nesse momento, foram entrevistadas mais oito pessoas. Esta visita foi importante, pois alguns dos pontos não tinham sido cobertos pelas entrevistas anteriores. A última visita ao assentamento ocorreu em dezembro de 2006 e teve como objetivo principal visitar a ATES já referida, que passou a dar acompanhamento ao assentamento. Em novembro de 2006, esse órgão havia elaborado um diagnóstico da área que nos trouxe muitos subsídios.

A dinâmica de aplicação das entrevistas foi realizada da seguinte forma: houve um planejamento prévio sobre quem iria ser entrevistado, visando a alcançar objetivos pré-definidos. A escolha do entrevistado ocorreu em função desses objetivos. Assim, entrevistamos professores, antigos moradores, presidentes das associações, combinando perguntas abertas e fechadas, com a finalidade do entrevistado discorrer sobre algumas questões propostas. É importante ressaltarmos que as perguntas, numa pesquisa qualitativa, não aparecem a *priori*, e sim resultam da teoria que norteia o estudo, assim como das informações coletadas sobre a pesquisa através de contatos prévios (TRIVIÑOS, 1987).

O conteúdo das entrevistas contemplou questões relativas às lógicas produtivas, à dinâmica da vida social, aos valores e à relação homem-natureza e encontra-se sintetizado no já referido quadro – Figura 1 (Anexo). Nem todas as questões foram aplicadas a todos os entrevistados. Embora tivéssemos algumas questões-chave, deixamos que parte das questões fosse surgindo ao longo das próprias entrevistas. Na medida da sua importância, estas foram sendo enquadradas no quadro síntese (Figura

3). No decorrer das entrevistas, procuramos ficar atentos para dirigir a discussão às questões de interesse da pesquisa que necessitavam ser esclarecidas.

Em todo o período do trabalho de campo, tanto nas observações participantes quanto na realização das entrevistas, tivemos a oportunidade de conviver diretamente com o grupo durante várias fases de suas vidas, em situações formais e informais, e passamos a estabelecer certa familiaridade com os assentados, uns mais que outros. A receptividade a este estudo e a nossa presença em campo, ocorreram em todo o PAE-SF, sem problemas.

Em sua maioria, o primeiro contato era quase sempre estabelecido com as mulheres, dada a facilidade de encontrá-las em casa. Algumas vezes, retornamos para também conversar com os maridos, mas, na maioria das vezes, deslocamo-nos para os seus respectivos locais de trabalho, quando este era realizado no próprio PAE-SF, para que não fosse alterada a sua rotina diária. Era nosso propósito partilhar da sua vida local e produtiva, com o objetivo de apreendermos as dimensões que envolvem o seu modo de vida em todos os seus aspectos.

Através da análise das entrevistas, foi possível conhecer aspectos do passado¹¹, através do resgate da memória, dos costumes, da cultura, dos valores, dos laços de parentesco, da relação de reciprocidade, da organização da produção, da vida social, da sua relação com a natureza e das crenças do grupo, aspectos formadores de um modo de vida peculiar, aqui definido como *modo de vida camponês*. Por esta razão, os depoimentos das famílias foi um dos principais instrumentos metodológicos utilizados

¹¹ A utilização desta técnica, associada à observação direta, neste caso, permitiu-nos compreender as modificações ocorridas no *modus vivendi* desta população, a partir das referências feitas ao passado pelos moradores e a observação continuada do presente pelo pesquisador. Considerando que o modo de vida destas famílias é fortemente marcado pela relação com o local, foi nossa preocupação lançar um olhar sobre o espaço e o tempo vivenciados de maneira entrelaçada por estas famílias.

na construção desta tese, pois estes se adequaram perfeitamente ao estudo que teve como objetivo compreender as conseqüências de um modelo de intervenção de uma política pública sobre o modo de vida tão peculiar, quanto o nosso caso em estudo.

É importante reforçarmos que todo procedimento de pesquisa é composto por demarcações de alcance, assim como de limites. No nosso caso, não foi diferente. Por essa razão, para se alcançar os resultados pretendidos buscamos a todo o momento coerência entre os objetivos da pesquisa e os métodos e as técnicas por nós utilizados.

1.4.2 Amostragem

Por considerar o modo de vida, os valores e as práticas relativamente homogêneos dessas famílias ribeirinhas, foram realizadas em campo setenta e oito entrevistas semi-estruturadas, distribuídas, conforme quadro abaixo, Figura 1. Este número representa o acesso a membros de aproximadamente 13% das famílias legalmente assentadas¹². Todavia, em muitos momentos, através de conversas informais, procuramos incluir na amostra alguns assentados que tinham possibilidade de garantir respostas às indagações. As entrevistas tiveram, em média, duração de duas horas¹³ e envolveram, essencialmente, os adultos.

¹² Previamente a esta etapa, como já dito, foi conduzido um *survey* (DESAGRO/INCRA) aplicado a 20% das famílias como parte de um censo realizado para a implantação do *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento* (PDSA) do PAE-SF através de uma parceria com o Incra e com a Desagro.

¹³ Algumas, porém, não foram possíveis de serem concluídas no mesmo dia, sendo necessária uma segunda abordagem ao entrevistado.

Figura 1: Quadro de Entrevistados

Sexo		Idade/Quantidade	Atuação no PAE-SF		
Masculino	Feminino				
		16 a 20 anos	9	Assentados (pais e filhos)	59
		21 a 30 anos	11	Presidente de Associação e assentado	7
37	41	31 a 48 anos	31	Membro da Diretoria e assentado	10
		49 a 64 anos	15	Mediadores Externos e assentados	3
		65 a 93 anos	12	ATES INCRA e IBAMA	4
Total de Assentados Entrevistadas			78		

Fonte: Pesquisa em Campo

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Além desta introdução, a tese está dividida em mais seis capítulos. Na introdução apresentam-se o problema da pesquisa, a avaliação do estudo do problema, os objetivos que nortearam a pesquisa que fundamenta esta tese e as hipóteses de trabalho. Compõe também na introdução a descrição do itinerário metodológico.

No primeiro capítulo, encontram-se desenvolvidos os aspectos teóricos que referenciam o trabalho. Neste contexto, procuramos compreender o campesinato como categoria de análise, situando as suas principais características definidoras e procuramos analisar o modo de vida do agricultor tradicional, definido a partir de suas lógicas produtivas, vida social, valores e relação com ambiente. A partir do

pressuposto de que os assentados no PAE-SF são camponeses, buscamos apoio na literatura referente a outras realidades, para estruturar um quadro referencial (Figura 1) adequado ao entendimento do *modo de vida* das famílias tradicionais ribeirinhas do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco (PAE-SF).

No segundo capítulo, apresentamos o “Modelo de Tutela” do Incra, o PAE-SF - Projeto Agroextrativista São Francisco. Inicialmente situamos a realidade estudada e o contexto histórico de criação do PAE-SF, assim como, o perfil das famílias assentadas. Em seguida foram apresentadas as limitações e restrições impostas pela especificidade deste modelo de reforma agrária e o compromisso do Estado e dos assentados para a viabilização deste projeto, assim como as redes sociais governamentais e o acesso à infra-estrutura que as famílias passaram a ter após o PAE-SF.

Já no capítulo terceiro, procedemos à descrição dos resultados do levantamento realizado através da pesquisa em campo e da pesquisa documental sobre o modo de vida das famílias tradicionais ribeirinhas assentadas no PAE-SF com enfoque para o aspecto das lógicas produtivas e as suas estratégias de reprodução.

Em seguida, no capítulo quarto segue a análise da vida social do grupo com a descrição dos laços internos e externos e como se estruturam entre os ribeirinhos; a noção de pertencimento, assim como, aspectos da vida lúdico-religiosa e as formas de organização e a atuação dos mediadores no assentamento. Os valores das famílias e a relação com a natureza foram também analisados nesta tese, dentro do quinto capítulo.

Ocupa o sexto capítulo a discussão em torno dos resultados obtidos em campo, abordando o modo de vida das famílias assentadas e procurando analisar as divergências que foram mais destacadas neste estudo e as conseqüências para o modo

de vida das famílias tradicionais ribeirinhas, frente a implantação de um modelo inconcluso, contraditório e ambíguo.

Por último apresentamos não apenas as considerações finais do estudo, mas procuramos apresentar uma reflexão que, juntas, podem abrir espaços para um maior aprofundamento da questão do modo de vida de populações tradicionais ribeirinhas e o “modelo de tutela” pelo Estado numa etapa posterior.

2. PELOS CAMINHOS TEÓRICOS

O mundo rural é uma dimensão importante das sociedades, inclusive das sociedades contemporâneas, embora a temática rural, em momentos da história recente, fosse “considerada por alguns ilustres professores e pesquisadores uma questão menor, senão ultrapassada na sociedade brasileira e na academia” (WANDERLEY, 2006a). Não obstante, a discussão que envolve o objeto de estudo da Sociologia Rural, ou o seu “campo de aplicação”, como o denomina Marcel Jolivet (1998), o mundo rural, vem se destacando em função da sua revalorização. O debate sobre a reforma agrária no Brasil, por exemplo, passa a demandar uma série de reflexões à Sociologia Rural, tornando-se necessária a construção de novos paradigmas teórico-metodológicos para que se possam explicar as diversas questões com as quais nos defrontamos.

Para que se entendam as particularidades do mundo rural, não basta uma análise interna do próprio mundo rural. É necessário situá-la no contexto geral da sociedade e entender como e por que essas particularidades se reproduzem, em cada caso. Nesse sentido, a tarefa do sociólogo rural tem uma orientação dupla: estudar as especificidades de sua área de estudo e compreender como elas são geradas e reproduzidas historicamente, em cada contexto social, procurando construir sua própria

concepção com o objetivo de compreender o mundo rural em sua totalidade (Jollivet, 1998).

A Sociologia Rural tende a estudar os mais variados aspectos da vida no campo. Para isso, formula suas próprias questões e elabora tramas teóricas específicas para compreender o seu objeto de estudo, porém não se constitui como uma disciplina autônoma (Jollivet, 1998). Por isso, necessita de um diálogo constante com outras disciplinas das ciências humanas, bem como das ciências da natureza, o que confere um caráter interdisciplinar aos estudos rurais.

Nesta seção, buscando-se apoio na literatura referente a outras realidades, estruturou-se um quadro referencial (Figura 1, já referida no capítulo anterior) adequado ao entendimento do *modo de vida* em um contexto peculiar, o das famílias tradicionais ribeirinhas do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco (PAE-SF), e de como estas se confrontam e se adaptam a uma realidade de tutela pela política governamental.

Esta tese parte do pressuposto de que os assentados no PAE-SF são camponeses. Para pensar o camponês e os recortes conceituais que ajudam a defini-lo e situar a análise, posteriormente focalizada no modo de vida dos assentados do PAE-SF, serão utilizados os conceitos e os arcabouços teóricos de diversos autores da Sociologia Rural, dentre eles: Alexandre Chayanov (1981,1985), que ressalta a centralidade da família na organização da produção e a importância da satisfação das necessidades familiares; Eric Wolf (1976), que trata da sociedade camponesa como sociedade parcial; Henri Mendras (1978), que enfatiza as relações de *interconhecimento* nas sociedades rurais; Hugues Lamarche (1993, 1998), que estruturou modelos teóricos baseados nas lógicas produtivas familiares. Dentre os

autores brasileiros, identificamo-nos com Antônio Candido (1964), que destaca o sentimento de localidade na determinação e configuração do grupo; Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), que inclui a vida lúdico-religiosa como aspecto fundamental para a vida social do homem do campo; Klass Woortmann (1990,1995) e Ellen Woortmann (1995, 1997), que assentam o modo de vida camponês sob valores e um *ordenamento moral* e pela importância atribuída às relações de parentesco e ao saber tradicional do camponês; Beatriz Heredia (1979) e Afrânio Garcia Jr. (1983,1989) que tratam da organização interna da família e do princípio da flexibilidade/alternatividade e da migração como estratégia; e Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1998, 1999a, 2003b, 2004, 2007) que aborda o mundo rural como espaço diversificado, de vida e do trabalho, considerando a inserção do agricultor no espaço local como estruturador da sua identidade de cidadão e definindo modelos de análise de vida local.

Quanto ao problema ambiental e a relação homem-natureza, o nosso itinerário será guiado por Diegues (2000, 2002), que enfatiza que o homem faz parte da natureza, considerando que essa relação é indissociável e perpassa os aspectos que envolvem o modo de vida, sobretudo das comunidades tradicionais, tornando-se o invólucro de todas elas.

Também nos apoiaremos na contribuição de Carvalho (1998) que constrói uma base teórica de ecologia humana, colocando de forma interdisciplinar as relações substantivas entre o sistema homem (corpo humano e percepção ambiental) e o sistema ambiente (natureza natural e modificada), que se expressam objetivamente através da planilha para avaliação da percepção ambiental adaptada a partir de Dansereau (1978).

2.1 O MODO DE VIDA CAMPONÊS

Chayanov (1981,1985) foi um dos pioneiros a estudar as especificidades do camponês. Nos seus estudos sobre o campesinato russo, o autor identificou sua característica essencial: trata-se de uma economia familiar, cuja centralidade da organização está determinada pelo equilíbrio entre o trabalho e o consumo¹⁴, conforme as necessidades, a composição e o tamanho da família (número de consumidores e sua capacidade de trabalho por sexo e idade). Este modelo de análise aponta para uma particularidade, um eixo central da economia do campesinato que o diferencia da natureza norteadora da lógica capitalista. Enquanto a segunda se organiza pela extração e apropriação do trabalho do outro, a primeira apóia-se na força de trabalho que vem, sobretudo, das pessoas que constituem a família¹⁵, de forma que o seu esforço produtivo não está diretamente relacionado com a obtenção do lucro, mas com a reprodução familiar. Desta forma, os elementos que participam do sistema da produção capitalista são inaplicáveis à análise da lógica de produção do modelo camponês e, portanto, não são apropriados para explicar o seu modo de vida.

Nesta tese, para definir o camponês, foi utilizado um conjunto de conceitos, cujas características gerais são universais, embora seja necessário considerar o que é peculiar de cada contexto em que está situado, estudando o que decorre das características regionais, da sua história, do processo de organização, etc. O campesinato pode ser definido como “uma forma social particular de organização”,

¹⁴ O consumo familiar direto ou indireto, focalizado também por Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983,1989), é o responsável por orientar as estratégias de reprodução, os cálculos e a forma de organização da família, tendo como objetivo o bem-estar do grupo doméstico, conseguido graças ao *esforço* dos próprios membros da família.

¹⁵ As estratégias produtivas são o resultado de *avaliações subjetivas* entre necessidades de consumo e intensidade do trabalho, dos próprios membros da família (CHAYANOV, 1985).

cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família, sob a autoridade de um membro, que é o pai. A família é indissociável do seu patrimônio, do seu trabalho e do seu consumo. Esta é assim orientada por uma lógica específica de funcionamento. Mas é importante ressaltar que, “não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, por meio do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção, para a reprodução da família” (WANDERLEY, 2003, p.45).

É importante ressaltar o caráter polêmico que envolve os conceitos de agricultura familiar e de campesinato. Entretanto, estudos que contemplam este assunto concordam em afirmar que existem pontos comuns em sua caracterização, dentre eles, a centralidade da família na organização da produção, cujo produto tem como destino primeiramente o sustento da família, seja através do consumo direto, seja pela venda do excedente. Queiroz (1973) assevera ainda que o Camponês, embora represente uma camada subordinada, é autônoma (ainda que relativa) dentro de uma sociedade que o envolve. A unidade produtiva para o camponês tem como característica marcante e fundamental uma relação intrínseca entre o trabalho e a gestão do processo produtivo conduzido pelos agricultores, que são, ao mesmo tempo, donos dos meios de produção e desenvolvem o trabalho no estabelecimento produtivo.

Para Wanderley, a agricultura camponesa corresponde a um tipo peculiar de agricultura familiar, que tem como elemento diferenciador os objetivos de sua atividade econômica, as experiências de sociabilidade e a maneira de inserir-se na sociedade global. A economia do camponês é preestabelecida pela capacidade que tem a família em abastecer-se através do sistema de produção de policultura e criações,

investimento e trabalho, cujas tarefas são divididas entre os membros da família, com o objetivo de garantir as suas necessidades essenciais, no presente, mas também alcançar o “horizonte das gerações”. Neste sentido, o camponês é movido por um projeto de futuro. Além dessas características, essa categoria específica não se apresenta de forma estática, mas com um dinamismo e uma capacidade adaptativa a novos contextos econômicos, sociais e produtivos, portanto, não acabado ou estabelecido no passado, o que faz dele um tipo *em construção*.

O *modo de vida camponês*, do agricultor tradicional, que é o ponto focal do nosso trabalho, é aqui estabelecido como instrumento de articulação de práticas e de valores, baseados em códigos tradicionais – como forma de produzir, de viver e de interpretar a realidade – sob os quais os agricultores orientam suas vidas, seus projetos e suas relações e (re)constroem identidades.

Este modo de vida é então entendido como uma forma habitual de viver e agir, estabelecida por valores e normas transmitidos entre gerações e que representa certa experiência de vida. De modo geral, as comunidades tradicionais são detentoras de normas e valores morais e religiosos, preservados ao longo de muito tempo, os quais são responsáveis por regular a vida da população, em termos econômicos, sociais e culturais.

Entendemos que a lógica de organização econômica, social e cultural do camponês tem como fundamento uma associação intrínseca entre terra, trabalho e família, que se conforma em um *modo de vida* peculiar, do qual resultam seus elementos universais, a saber: a orientação por um cálculo econômico específico, uma forma de vida social e norteamento por valores que o conformam, elementos esses se podem caracterizar, brevemente, como se segue.

A orientação por um cálculo econômico específico tem como referência a centralidade da família na definição de sua produção, cujas estratégias produtivas visam ao provisãoamento¹⁶ do grupo familiar.

A forma de vida social é centrada na família e no pequeno grupo local. A família e a vizinhança se configuram como espaços de referência do camponês e lhe garantem o pertencimento a uma dada sociedade, atribuindo-lhe uma autonomia relativa. É igualmente característica do camponês uma forma específica de integração com o conjunto da sociedade.

Finalmente, os valores do camponês são representados por uma *economia moral*¹⁷, movida não apenas pelos valores mercantis, mas por valores morais e simbólicos, centrado nas condições de sobrevivência e não essencialmente no mercado¹⁸. O estudo de Scott (IN: MENEZES, 2002), por exemplo, destacou como a subsistência do campesinato está diretamente vinculado ao acesso à terra, e, os costumes relativos ao uso dessa terra, e, o direito aos seus frutos é o centro das atenções do camponês.

Para Woortmann (1990), é a partir da moral camponesa que há possibilidade de uma interpretação dos procedimentos sociais responsáveis pela construção do modo de vida do camponês, baseados, segundo o autor, sobre o *tripé* terra, trabalho e família – a

¹⁶ O provisãoamento é definido pela lógica do camponês que associa ao mesmo tempo, o autoconsumo e a comercialização (GODOI, 1999).

¹⁷ Este conceito encontra-se em Thompson (1998) e foi utilizado referindo-se a uma economia fundada no preço justo, ao estudar os *motins de subsistência* dos pobres na Inglaterra no século XVIII. Thompson descreveu o modo como em comunidades camponesas e industriais primitivas as relações econômicas eram reguladas não baseadas por normas de mercados. Mais tarde, Scott também aplicou o conceito de Economia Moral na análise que fez sobre sociedades camponesas (MENEZES, 2002).

¹⁸ Cabe ressaltar que, a *economia moral* se apresenta como uma crítica à teoria neoclássica que é centrada, essencialmente no mercado.

partir de uma ética que o autor denominou de *campesinidade*¹⁹. A noção de trabalho, segundo o autor, que tem como referência uma ordem moral – a *campesinidade* –, é a responsável por estruturar a vida dos agricultores, e neste sentido, sua relação com a terra, assim como, com os espaços sociais internos à família. O conceito de *campesinidade* assume importância central para compreendermos o contexto cultural e de valor em que se estabelecem as práticas e o significado que elas apresentam para as famílias dos agricultores no processo em que estão envolvidas.

Naturalmente, esses elementos universais que, conforme já mencionamos, configuram o modo de vida do camponês assumem formas e cálculos específicos, a partir de situações particulares. Queiroz (1973) já havia ressaltado, em seus estudos, que não se podem ignorar as características que são específicas de cada local.

Em linhas gerais, significa dizer que: “estas situações particulares, vinculadas a histórias e a contextos socioeconômicos e políticos diferentes, são reveladoras da enorme capacidade de adaptação deste objeto sociológico que é a agricultura familiar” (LAMARCHE, 1993, p.13).

2.1.1 As lógicas produtivas – o espaço das famílias

Em estudo sobre a juventude rural, Wanderley (2006b) caracterizou a família como uma *comunidade afetiva e uma comunidade de interesses*. No primeiro caso, a família assume esta definição, porque ela é a responsável pela formação da personalidade, ao mesmo tempo em que é também transmissora de valores ao grupo

¹⁹ É definido por Woortmann (1990, p. 13) como “uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos” que vivem nas áreas rurais e os fazem se aproximar ou afastar do modelo teórico do camponês. O autor não encontrou camponeses puros, mas em graus distintos de articulação com a modernidade.

doméstico²⁰. É ela, inicialmente, o núcleo formador da solidariedade²¹, dentro do qual se estabelecem os primeiros laços sociais, justificados pela confiança, pelo compromisso e pela dedicação entre pais e filhos. O que não impede, como foi observada pela autora, a existência de conflitos.

A família é também uma *comunidade de interesse*, definida por sua característica fundamental que é o comprometimento do grupo familiar para a concretização de metas comuns às pessoas, movido pelo interesse de desenvolver de forma conjunta uma produção e construir um patrimônio familiar e um projeto de vida.

Buscando construir um modelo conceitual de referência que permita descrever, analisar e interpretar os elementos constitutivos do *modo de vida* da população ribeirinha que vive no Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco (PAE-SF), inicialmente, nos apoiaremos nos modelos conceituais teóricos que foram desenvolvidos por Lamarche (1998), para análise das lógicas produtivas dos agricultores.

Segundo Lamarche (1993, 1998), a lógica do agricultor possui duas referências: a “sua história de vida e a sua expectativa de futuro²²”. Sua história representa o *modo de vida* anterior, peculiar “ao qual todo agricultor, mais ou menos consciente, se refere”, movido pelas tradições, pelas suas raízes, pela forma de produção centrada na exploração familiar e pelo seu patrimônio sociocultural herdado através das gerações.

²⁰ Ao estudar o camponês, Mendras (1976, p. 65) privilegia a importância do grupo doméstico, que segundo ele: “é constituído pelas pessoas que vivem, segundo a expressão dos antigos, da mesma panela e do mesmo fogo, do mesmo pão e do mesmo vinho”.

²¹ Utilizamos aqui a noção durkheimiana de solidariedade mecânica por entendermos que o caso em estudo se caracteriza como uma sociedade simples, sem acentuada divisão de trabalho, marcada pela homogeneidade entre seus membros e pela sobreposição da consciência coletiva – conjunto de crença, normas, valores e dos sentimentos comuns à média dos indivíduos de uma sociedade, como um modo de vida.

²² No texto de Lamarche (1998, p. 62), ele denomina essas duas referências como *modelo original* (originalmente vivido) e *modelo ideal* (idealizada pelo agricultor). Deixamos de lado a denominação de *modelo* a estas referências para não confundir com os seus modelos conceituais.

No entanto, o agricultor tem capacidade de se adaptar às formas adversas de produção e de vida na sociedade que o envolve, considerando um “projeto futuro”, a partir do qual organiza estratégias e toma decisões (LAMARCHE, 1993, p. 16).

Segundo o autor, é preciso compreender que a existência dos agricultores depende do gerenciamento de três aspectos: “o apego a seus valores tradicionais, o projeto que ele tem para si próprio e para sua família e as limitações ligadas a seu ambiente imediato (meio natural, condições econômicas, sociais e políticas)” (LAMARCHE, 1998, p. 62).

Todavia, o agricultor tradicional, não necessariamente mantém-se no passado: o que há é uma recriação dos valores do passado e do presente para a concepção e construção do futuro. Acerca desta questão, Wanderley ressalta que:

[...] para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos, e justificar as decisões referentes à locação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como à maneira como deverá diferir no tempo o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local, etc. (1999a, p. 29).

Logo, a referência à tradição, ao passado, significa a possibilidade para construir o futuro, cada vez mais em processo de transformação, e não um passado que ainda sobrevive no momento presente (WOORTMANN 1990, p.17).

Os modelos conceituais de Lamarche (1998) para a compreensão das lógicas produtivas apóiam-se em dois aspectos fundamentais: a família, dentro das estratégias produtivas, e o nível de dependência externa dos estabelecimentos. O autor, ao se preocupar em analisar a agricultura familiar, criou tipologias, tendo como referência, dois fatores: maior ou menor importância da família nas estratégias da unidade produtiva e maior ou menor grau de integração e dependência em relação ao mercado,

tecnologia e financeira. Nesse sentido, a lógica de exploração familiar é definida pela “sábua alquimia” entre o grau de intensidade de elementos familiares e elementos de dependência.

As lógicas familiares nos modelos de Lamarche (1998) assentam-se no grau de intensidade da família e nas estratégias produtivas. Os elementos de análise foram: a terra, o trabalho e a reprodução da família. A terra foi analisada mediante a relação que o produtor mantém com a mesma, neste sentido, observou-se, se a terra é vista pelo produtor apenas como instrumento de trabalho ou como patrimônio familiar (que envolve a importância atribuída à propriedade e o apego a terra²³). Para analisar o tema trabalho foi verificado se o mesmo é realizado pelos membros da família ou se é utilizada mão-de-obra externa. A análise da reprodução do estabelecimento, realizada nos estudos do autor, recaiu sobre a função da família na sua reprodução e as estratégias para alcançá-la. Para isso, foram observadas quais as estratégias utilizadas pelas famílias para produção e reprodução do estabelecimento, as profissões atuais dos filhos e quais os projetos que os pais têm em termos de profissão para os seus filhos. Também foi levantado o montante dos investimentos destinados às necessidades agrícolas ou não agrícolas. O estudo do autor, a partir dessas variáveis, classifica o estabelecimento como: *muito familiar, pouco familiar e medianamente familiar*.

A respeito desses elementos de análise da lógica familiar, Woortmann (1990, p.12) observa que a terra é “patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho, que constrói a família enquanto valor”. O trabalho representa o elemento de reprodução da vida rural e cultural. E a família é o núcleo da vida rural social, como ressalta Wanderley (1999c, p. 8),

²³ A esse respeito, Brandão (1999), no seu livro *O afeto da terra*, destaca a importância desta relação entre o homem e a terra.

“de referencial e de convergência, mesmo quando a família é pluriativa”²⁴.

O patrimônio familiar é pensado a partir das estratégias que as famílias estabelecem, tendo como referência o *horizonte das gerações*, isto é, o projeto para o futuro dos filhos. Wanderley explica, ainda, que as estratégias referem-se não só à constituição e à transmissão do patrimônio, mas “a aquisição, reposição e ampliação dos meios necessários de produção e ao encaminhamento profissional dos filhos, no próprio estabelecimento ou fora dele” (WANDERLEY, 1999c, p. 157). Logo, cabe acrescentar que nada impede que, para garantir esse território, isto é, o patrimônio, e manter-se nele, o produtor tenha que usar a estratégia de sair, seja através da migração temporária²⁵ ou permanente²⁶, em atividades agrícolas ou atividades não agrícolas. Processo que expressa, para o homem do campo, novas dinâmicas das relações sociais de trabalho e de produção no espaço rural. A revalorização do mundo rural e as transformações que têm ocorrido nas unidades familiares de produção têm contribuído, sobremaneira, para este fenômeno no campo.

Há que considerar, no entanto, que a atividade em tempo parcial de parte dos membros das famílias – a pluriatividade na agricultura, não constitui, para o camponês, um índice de sua decadência ou um fator que gere o seu desaparecimento, mas uma estratégia para continuar vivendo e reproduzindo²⁷, como prova da sua capacidade de

²⁴ O termo pluriativo, adotado neste trabalho, é definido por Carneiro (1992, p. 1) como "atividades complementares ou suplementares à produção agrícola, exercidas por um ou mais membros de um grupo doméstico". Cabe ressaltar que essas atividades podem ser atividades agrícolas ou não agrícolas.

²⁵ Garcia Jr. (1989, p.147) ao falar da migração temporária, denomina-a *trabalho alugado*. Para o autor, este trabalho indica “a insuficiência do roçado da unidade doméstica, e tende a assumir importância como forma de garantir o consumo doméstico”

²⁶ Garcia Jr.(1989) mostrou que a migração para o Sul, por exemplo, despontou como estratégia de reprodução familiar que permitiu manter os camponeses em suas terras.

²⁷ Estes aspectos coincidem com a declaração de Chayanov (1985) em que o autor afirmara de que em momentos de crise os camponeses deslocavam algumas das pessoas que constituíam a família para realizar trabalhos fora, fosse artesanais ou comerciais para diversificar a sua atividade garantir melhor condição de vida.

adaptação aos novos contextos sociais e um mecanismo pelo qual possibilite a ele sua permanência na agricultura e no meio rural²⁸.

Outro ponto importante a observar no contexto lógico da organização interna do camponês, relativamente à reprodução da família, segundo Garcia Jr. (1983, p.111) é que toda atividade produtiva no campesinato é estruturada a partir de princípios de autoridade do pai, o *chefe de família*. Afirma ele: “o roçado é o produto do trabalho coletivo da família”, e é o pai quem o governa, “quem dá a direção”. Esse fato condiciona a atividade produtiva a uma hierarquia familiar, essencial na organização camponesa. Nesse sentido, Woortmann e Woortmann acrescentam ainda que o pai é o responsável pela transmissão do saber, e esta “é mais do que a transmissão de técnicas: ela envolve valores, construções e papéis” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 11). Assim, o roçado não se configura apenas como local de agricultura, mas também como produtor de agricultores, apresentando-se como um *campo de treinamento* para os futuros agricultores. Wanderley (2006b, p. 17) entende que esta situação representa um exercício de aprendizado e também de socialização em uma particular relação de *solidariedade e subordinação*.

Quanto à contratação de mão-de-obra externa, isto é, de *trabalhadores alugados* externos à unidade familiar, Garcia Jr. (1989) comenta que, nestas circunstâncias, o camponês diz que “botou alguém para ajudar”, e este alguém se integra ao trabalho da família. Todavia, este recurso não “derroga o caráter familiar do processo de trabalho”.

Voltando aos modelos conceituais de Lamarche (1989), quanto aos elementos de

²⁸ Graziano da Silva (1997) enfatiza a partir de seus estudos que há uma preocupação de mostrar que o meio rural brasileiro ganhou novas funções e por isso já não pode ser mais tomado apenas como um conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais. Acredita-se que o agricultor não é mais somente um agricultor, pois dentro ou fora de sua propriedade ele vem desenvolvendo outras atividades no meio rural, concorrendo com as atividades agrícolas.

dependência externa dos estabelecimentos, os parâmetros de análise considerados pelo autor foram: dependência tecnológica, dependência financeira e de mercado. Sua ênfase recaiu sobre a capacidade dos agricultores em adaptar-se ou não às circunstâncias adversas.

Na dependência tecnológica, foram observadas as técnicas utilizadas para implementar o sistema produtivo e a forma como ocorre o acesso à assistência técnica. A dependência financeira considerou a situação de endividamento do produtor e a utilização do crédito e do empréstimo, como elementos essenciais para o desenvolvimento da unidade produtiva. Podem-se incluir neste ponto os programas governamentais. A dependência de mercado colocou em evidência a organização do produtor em relação ao destino da sua produção: se para autoconsumo ou se para o mercado. A integração no mercado define o *poder de compra* dos produtores em função da renda obtida com a venda de seu produto, representando o seu grau de participação na sociedade de consumo. Os resultados dessas variáveis permitem classificar o estabelecimento como *muito dependente*, *pouco dependente* ou *medianamente dependente*.

Em relação à dependência ao mercado, é importante pontuar que diversas das referências²⁹ que foram consultadas admitem que o camponês mantém uma relação com o mercado, mas não rompe com suas tradições e valores. Em geral, isso é entendido como adaptação a uma realidade nova. O mercado não se apresenta como algo externo ou estranho ao agricultor, mas como uma estratégia.

Garcia Jr. (1983, 1989), ao apresentar o princípio da *alternatividade*, e Heredia (1979), o da *flexibilidade*, afirmam que o produtor pode produzir o mesmo produto

²⁹ Esta posição pode ser identificada em: Garcia Jr. (1983, 1989); Heredia (1973); Queiroz (1973); Brandão (2007); Wanderley (1999a); Godoi (1999).

tanto para o consumo interno, quanto para vendê-lo, de modo a adquirir outros produtos que a unidade familiar não produz (tais como, roupas, medicamentos, calçados, utilidades domésticas, produtos de uso familiar, pessoais, alimentos, equipamentos de trabalho, etc.), articulando assim o consumo e a venda do *mais que o gasto*.

O *princípio da alternatividade*, tal como foi especificado por Garcia Jr. (1989, p.117), permite ainda explicar os “paradoxos sobre o excedente camponês”. Ao contrário do que alguns acreditam, o autor afirma que, a venda do excedente é registrada durante todo o ano, independentemente das estações – verão e inverno³⁰. Neste sentido, como também afirma Martins (1975), a unidade camponesa de agricultura tradicional familiar não é apenas uma agricultura de consumo, mas é também de excedente, uma vez que gera igualmente bens que podem ser trocados e ainda aqueles que são destinados ao mercado.

Logo, a *alternatividade* de produtos “pro gasto e pra venda”, representa um *mecanismo de defesa* para os camponeses através da *complementação e articulação entre a atividade mercantil e a de subsistência*, como também afirma Wanderley (1999a, p. 44).

No entanto, é preciso ressaltar que, em qualquer circunstância, a racionalidade do produtor leva em consideração a situação do mercado. Desta maneira, o camponês se insere no mercado a partir das condições de troca que este oferece como preço. Se os preços dos produtos estão altos, a tendência do pequeno produtor é vender toda sua

³⁰ Em relação ao excedente, Garcia Jr. (1989, p.117) afirma que “o feijão sem sal não é comida”, justificando a necessidade de compra de produtos externos como o sal. “Assim, *o mais do que o gasto* vendido da farinha de mandioca em uma semana determinada era condição da aquisição do sal, para que o feijão pudesse ser consumido juntamente com a farinha, segundo padrões socialmente aceitáveis”. Sobre o excedente camponês, o mesmo afirmam Martins (1975) e Brandão (2007).

produção, guardando o dinheiro para as épocas em que baixarem os preços. Com os preços baixos, caso não tenha dinheiro, lança mão do próprio produto para a obtenção do necessário ao consumo familiar. Assim, tanto a comercialização da própria produção quanto o autoconsumo levam em consideração a flutuação dos preços de mercado, não havendo nenhuma falta de sensibilidade a estas flutuações, mas uma forma própria de fazer face a elas (GARCIA JR., 1983, p. 129).

A partir das características das lógicas familiares e de dependência examinadas por Lamarche, o autor deu origem a quatro modelos: *modelo empresa*, *modelo empresa familiar*, *modelo agricultura familiar moderna* e *modelo agricultura camponesa (e de subsistência)*. Aqui vamos apresentar dois destes modelos que mais se aproximam do nosso estudo de caso.

Os modelos agricultura camponesa e agricultura familiar moderna ambos se definem pela maior ênfase das lógicas familiares e pela pouca dependência externa. A diferença que se estabelece entre estes modelos é que a agricultura camponesa está baseada nas técnicas essencialmente tradicionais e a busca prioritária é o atendimento das necessidades familiares. Já a agricultura familiar moderna caracteriza-se por um menor vínculo da família na realização das atividades produtivas. Dessa forma, não se encontra vinculada totalmente “às lógicas familiares e dependentes das diversas limitações que daí resultam” (LAMARCHE, 1998, p.79), no entanto, guarda as vantagens que são oferecidas pela família. Pode-se considerar esse modelo como pouco familiar tanto em termos materiais, quanto morais/ideológicos, pois este modelo guarda certa independência da tecnologia, do investimento e do mercado, uma vez que a sua produção só é parcialmente destinada à comercialização (mas é importante salientar que a venda desta parte é fundamental para suprir as necessidades modernas

da família). Quanto à noção de patrimônio, esta se apresenta ainda forte, havendo um desejo dos pais em deixá-lo para os seus sucessores.

Embora tenha construído quatro modelos, o autor ressalta que eles não representam, em nenhum caso, uma realidade concreta. “São modelos *puros* em direção aos quais há uma tendência, modelos de referências³¹, mas que não se referem à situação real de nenhum grupo de agricultores” (LAMARCHE, 1998, p. 71).

Lamarche ressalta ainda que a análise dos estabelecimentos produtivos deva levar em consideração as particularidades locais, para realizar um estudo mais detalhado e verdadeiro sobre as estratégias das famílias e a sua capacidade de adaptação. Pois, para o autor, duas unidades produtivas podem funcionar com características de um mesmo modelo e, terem, no entanto, estratégias diferentes, adaptando-as cada uma às peculiaridades, econômicas, sociais, ambientais, históricas, políticas ou culturais nos quais esses estabelecimentos se encontram situados. Daí a necessidade de analisá-los nos contextos em que estão inseridos.

Dentre os modelos conceituais das lógicas produtivas de Lamarche (1998), acima resumidos, sobressaem os modelos da agricultura camponesa e da agricultura familiar moderna que se mostraram particularmente interessantes para apoiar nossas análises e para fazer a interpretação da realidade que estamos investigando nesta Tese. No entanto, os modelos que acabamos de examinar, apoiados, sobretudo no modo de produção, não esgotam as nuances sociológicas que permitem compreender os elementos constitutivos do *modo de vida* da população ribeirinha, que vive no Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco (o PAE-SF). Torna-se importante

³¹ A respeito, ver discussão weberiana sobre a construção do tipo ideal como recurso heurístico metodológico útil para o pesquisador. Tal recurso, embora construído de elementos extraídos da realidade, só existe na mente do pesquisador e não atua como modelo absoluto por estar entrelaçado a outros modelos (WEBER, 1980, 1993).

examinar outros parâmetros e aspectos relevantes formadores do *modo de vida*, que envolvem a: a vida social, os valores e a relação homem-natureza, que a seguir serão abordados.

2.1.2 O grupo local: sentimento de pertencimento

A vida social do camponês tem particularidades específicas que se definem a partir das regras internas do grupo e de seu relacionamento com o exterior. Estabelece-se nas relações de integração social voltada para a família e vizinhança e no pertencimento ao pequeno grupo local, fatores de uma “dinâmica social interna” que envolve relações entre parentes, compadres e vizinhos. A forma de vida social do camponês se completa também nas formas específicas de integração à sociedade mais ampla, possuindo uma “dinâmica social externa” seja nas relações de comércio, política ou lazer (WANDERLEY, 2000a p. 30).

A forma de conduzir a vida social do camponês, definida a partir da interação entre indivíduos, é um aspecto fundamental na composição do seu *modo de vida* manifestado através do processo de sociabilidade³² e dos padrões tradicionais da reciprocidade, não apenas entre as famílias, mas também ao pequeno grupo local – a vizinhança³³. Naturalmente, nos pequenos grupos rurais, a vizinhança, em geral, assume a forma de uma *grande família*.

³² A noção de sociabilidade, aqui utilizada a partir de Simmel, é definida como o elemento essencial para o nascimento e funcionamento da sociedade e a interação como resposta ao estímulo da sociedade. (MORAES FILHO, 1983).

³³ A vida social das famílias assentadas no PAE-SF e as relações de convivência e integração entre elas são definidas aqui nos mesmos parâmetros dos *espaços de convivência* ressaltados por Brandão, ou seja, aqueles em que o motivo fundamental da associação de pessoas é a pura partilha da companhia e a fruição prazerosa das situações que ela cria. Neles, o princípio de necessidade ou a intenção de serviços submetem-se ao desejo da gratuidade, da troca recíproca do tempo entre pessoas

Na análise da vida social do meio rural, não se pode deixar de destacar uma das formas mais importantes de relacionamento que são aquelas estabelecidas pelas relações de compadrio. Estas relações determinam mecanismos de fortalecimento dos laços de solidariedade e confiança entre padrinhos, afilhados e compadres que, de certa forma, se transformam em parentes através desta relação de caráter espiritual. Assim, “o padrinho está ligado ao pai e à mãe de seu afilhado, do mesmo modo que a este”, ressalta Queiroz (1973, p. 53), estreitando-se, ainda mais, os laços entre as famílias e ampliando-os tantas vezes quanto as desejarem. Nas comunidades rurais, em geral, “quem não é parente é compadre” (WOORTMANN, 1990). Os laços de compadrio, nas áreas rurais, também são estabelecidos, além do batismo, pelas festas juninas, quando duas pessoas firmam o compromisso de se tornarem compadres/comadres, pulando junto(a)s a fogueira³⁴.

As relações de compadrio também se apresentam como uma estratégia de reprodução do camponês, mas é importante ressaltar que essas relações não são definidas apenas pelas trocas que envolvem as relações econômicas, mas, para o camponês, a relação de compadrio inclui também trocas recíprocas e solidariedade, estabelecidas pelo aspecto moral desta relação (WOLF, 1970).

Tais práticas mantêm firmes os costumes, as crenças que reforçam os laços entre eles e se expressam não apenas nos momentos de necessidade, como é caso dos momentos de ajuda mútua, na troca de dias de trabalho no processo produtivo, para a construção de casas, mas também nos momentos festivos, como nas datas religiosas,

(BRANDÃO, 1995, p.155).

³⁴ Esta análise nos remete a Holanda (1995) em sua análise do homem cordial, ao citar as comunidades de sangue (parentesco), lugar (vizinhança) e espírito (amizade), inspiradas em Tönies. Entendemos que no caso do PAE-SF estas três formas de comunidades se entrelaçam, dando origem as comunidades do assentamento.

nos casamentos, nos batizados, nos jogos de futebol, nas festas juninas, sedimentando e renovando as relações entre compadres.

O processo de reciprocidade pode ser interpretado no sentido de serem mútuas as obrigações constituídas através das relações entre parentes, compadres e vizinhos. Esse processo implica na retribuição, ainda que não simultaneamente, mas apóia-se na retribuição³⁵, que se apresenta como um fator que sustenta a relação entre os envolvidos, favorecendo, dessa forma, uma produção motivada socialmente. “A obrigação bilateral é aí elemento integrante da sociabilidade do grupo, que desta forma, adquire consciência de unidade de funcionamento” selando alianças (CANDIDO, 1964).

Candido ofereceu uma análise importante sobre a vida social do camponês (caipira paulista) expressa no bairro rural, o qual estava vinculado a uma organização de vizinhança, estabelecendo a configuração do grupo. Para o autor, a estrutura de sociabilidade era representada pelo “agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela vivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas”. Este sentimento, segundo o autor, reflete a importância de pertencimento a uma dada localidade, mas acima de tudo, a vida lúdico-religiosa compõe um elemento que define a sociabilidade vicinal e ajuda a preservar tal processo de socialização entre os vizinhos. No entanto, ressalta o autor, que embora o camponês estivesse preso a uma dada localidade e a um grupo de vizinhança, ele não se encontrava isolado, mas integrado em diferentes níveis e em

³⁵ Mauss (1974) examina a reciprocidade a partir da trilogia dar-receber-retribuir e afirma que, dentro desta trilogia, “presentear alguma coisa a alguém é presentear alguma coisa a si”, razão pela qual o que foi do indivíduo (mana) no objeto dado (hau) deve voltar ao seu dono em alguma coisa que o substitua, sendo esta a força motriz desta circulação de bens, desse sistema de trocas. Observa-se assim que “o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito é, no entanto, imposto e interessado dessas prestações”.

constante circulação: com os bairros entre si, com a região e até fora da região (CANDIDO, 1964).

Caracterizando as atividades coletivas, a solidariedade é um elemento extremamente importante nas sociedades camponesas, “cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua [...] é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão-de-obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal” (CANDIDO, 1964, p.67-68). O processo de solidariedade pode ser observado não apenas nas atividades produtivas, mas também nas festas, nos jogos, nas celebrações religiosas, enfim, nos vários momentos da vida cotidiana, através das ajudas mútuas e, pelo estabelecimento de regras próprias e da obediência a princípios morais, como uma atividade que envolve honra.

Segundo Mendras (1976, p. 97), “as relações com as vizinhanças asseguram uma barreira que defendem a autarcia cultural e social e intensifica o sentido corporativo do grupo”.

Garcia Jr. (1983, p.162) também observou formas de sociabilidade e solidariedade entre parentes e vizinhos, expressas na reunião de pessoas, para construção de suas casas. Esta última é realizada através do *adjunto*³⁶ (adjutório) e, segundo o autor, está sempre associada a uma festa, ao trabalho e à ludicidade³⁷. O adjunto, embora demande função e tempo, não é considerado trabalho, está fora da

³⁶[...] adjunto articula a solidariedade de grupo de vizinhos e parentes na construção de uma casa, cuja manifestação e retribuição é a festa [...] E comer e beber juntos reproduz coletivamente um dos fatos cotidianos da casa, indicando uma comunidade de interesses e valores (GARCIA JR., 1983, p.163).

³⁷ Para Simmel (1983), a *sociação* é uma forma de interação mais ampla, já a sociabilidade está ligada diretamente ao lúdico. Para o autor, em quaisquer circunstâncias, a sociabilidade tem um caráter lúdico, considerando que esta se estabelece nos mais variados momentos, sejam eles de lazer ou de trabalho (como na casa de farinha). Sousa (2004) desconstrói a noção histórica de que trabalho e ludicidade se configurariam como realidades estanques e, portanto, opostas. Em pesquisa de sua autoria, constatou diversos momentos em que a ludicidade aparecia travestida no trabalho e na vida cotidiana das famílias estudadas por ele.

rotina diária dos agricultores, tem um caráter festivo e “marca uma quebra do cotidiano”, articulando a solidariedade vicinal e familiar (GARCIA, p. 163). Candido (1964) também observou que o aspecto festivo nas atividades de trabalho vicinal representa um dos aspectos fundamentais na cultura camponesa. Wolf (1990), ao falar da reciprocidade, também relata que a *ajuda entre iguais* tem como obrigação a retribuição e o caráter festivo desta atividade. Afirma ele: “é uma atividade descrita mais como festa que como labuta” (Wolf, 1990, p.32). Cabe destacar que, sendo assim, nesta atividade não há remuneração em espécie, uma vez que “não se assalaria um vizinho [...] o vizinho é um parente em potencial [...] é um igual com o qual se troca ajuda” (WOORTMANN, 1990, p. 33).

Neste mesmo sentido, Mendras (1976) define a relação de *interconhecimento* enquanto aspecto fundamental da vida social do camponês. Segundo o autor, a relação de interconhecimento é uma das principais características definidoras do camponês. É a responsável por gerar redes sociais entre camponeses, afirmando os elementos próprios da sua forma de vida social. Essa relação só é possível porque as pessoas entre si mantêm relações personalizadas e um conhecimento entre os membros da comunidade³⁸, tornando transparentes as ações de cada um frente ao grupo, que é relativamente homogêneo. Mas é preciso compreender que nesta relação de *interconhecimento* é necessário que haja compartilhamento de uma visão de mundo, de normas e valores que sejam comuns ao grupo: é preciso um “acordo ideológico completo” (MENDRAS, 1976).

³⁸ Entendemos comunidade aqui a partir da concepção Durkheimiana (ARON, R. Durkheim, 1997) de solidariedade mecânica definida a partir dos elementos homogêneos formados por crenças, normas, valores e sentimentos comuns entre os seus membros, como um modo de vida.

De acordo com Mendras, as relações entre pessoas podem estender-se e tornarem-se mais expressivas quando aplicada também entre pessoas e os lugares - território, que faz coincidir o lugar de vida e de trabalho, que por sua vez, são espaços constituídos de significado que geram um sentimento de pertencimento indissociável ao grupo. Neste sentido, o território, o lugar e as pessoas que nele vivem representam uma só família, logo, pertencentes à mesma rede de relações e unidas pelos mesmos laços (Mendras; 1976, 80).

A noção de pertencimento dos agricultores está relacionada a sua inserção no espaço territorial e no espaço social. Para o estudo do pertencimento à localidade, Wanderley e Lourenço (1998) criaram um modelo de análise de vida local que distingue quatro situações de localidades particulares. A primeira se refere à *localidade fortalecida*, a segunda é definida como *localidade dependente*, a terceira seria a *localidade precária* e a quarta, a *localidade deslocalizada*.

A *localidade fortalecida*, primeira situação apresentada nos estudos dos autores, define-se a partir de um local que se difere do espaço da cidade. A *localidade fortalecida* é sinônimo de um rural forte, que se estabelece enquanto um centro em torno do qual é estruturado a vida social do agricultor, composto por bens e serviços que são fundamentais à sua sobrevivência.

A *localidade dependente*, ao contrário da anterior, não se apresenta enquanto local em que é possível se organizar a vida social e política dos agricultores em sua totalidade, uma vez que é desprovida de *instituições superiores* tais como, escolas secundárias, agências bancárias, dentre outros. Tal situação faz com os moradores desloquem, com muita frequência, para os centros urbanos mais próximos. No entanto,

cabe ressaltar, que nesta situação ainda é possível se encontrar um *espaço particular de vida e de trabalho* destes agricultores.

Na terceira situação foi encontrado um rural precário, pela sua incapacidade de viabilizar aos agricultores o acesso aos bens e serviços fundamentais à sua sobrevivência. Neste caso, por conta da situação de limite imposta aos agricultores, a migração de parte dos membros das famílias é um fator que possibilita melhoria na renda familiar, no entanto, os autores identificaram que esta situação não tem qualquer possibilidade de interferir positivamente de forma a modificar as condições precárias de vida desta localidade rural. A precária situação enfrentada pelos moradores é também um fator que favorece uma maior coesão no grupo, onde família e vizinhança se confundem.

A última situação identificada pelos autores é a *localidade deslocada*, esta é o caso extremo de perda da vida social rural, pois neste caso, os agricultores, definitivamente deslocam-se para os centros urbanos em busca de condições de vida, o que não impede que o rural possa se manter enquanto local de trabalho.

Embora estas quatro situações refiram-se a tipos ideais, ou seja, não existem em seu estado puro, mas como recurso heurístico metodológico útil para o pesquisador, são modelos que se aproximam em graus maiores ou menores de uma dada realidade, como veremos para o caso das comunidades assentadas no PAE-SF.

Para enquadramento do rural em uma das quatro situações, foram adotados dois tipos de variáveis. As *principais* são aquelas que deram origem à constituição dos grupos, tais como *extração espacial* (procedência do agricultor) e *critério temporal* (tempo de instalação na residência - antiga ou recente). Também foi considerado no grupo das variáveis principais o *grau de inserção* do agricultor no espaço social,

medido através da participação na vida local, das suas relações de amizade, das relações de vizinhança, familiares e profissionais e da percepção do local (qualidade da vida local e conflitos³⁹). Quanto às variáveis *complementares* (as que vão limitar ou reforçar o perfil do agricultor), foram consideradas como importantes a localização da sua família de origem, a profissão do melhor amigo e a dificuldade/facilidade de fazer amigos.

A noção de pertencimento dos agricultores ao espaço local fica então vinculada à análise do grau de inserção no espaço territorial (esferas municipal, regional e/ou outras regiões) e no espaço da vida local (relações estabelecidas, tornando a vida local mais ou menos complexa). Desta forma, a partir das situações particulares e de suas variáveis foi possível aos autores distinguir quatro modelos para classificar os agricultores e enquadrá-los a partir do seu grau de pertencimento ao local: *fortemente localizado* (há predominância dos traços localizantes), *parcialmente localizado* (os traços localizantes são fundamentais, mas não exclusivos), *regionalista* (os agricultores embora se integrem à vida local, são de outras localidades, vêm de fora) e *deslocalizado* (neste caso os traços localizantes são inexistentes ou pouco significativos).

Para a compreensão dos elementos construtivos do modo de vida camponês que estamos estudando, o caso do PAE-SF, convergem dois dos modelos, o *fortemente localizado* e o *parcialmente localizado*, que a seguir serão mais detalhados.

O caso do modelo *fortemente localizado* implica no fato de as famílias estarem enraizadas em uma área dentro dos limites da influência local. Nasceram, cresceram e

³⁹ Em sua teoria do conflito Simmel (MORAES FILHO, 1983) ressalta o conflito como forma de socialização necessária à vida do grupo tanto quanto o consenso. O conflito aparece como condição para a manutenção da vida social.

vivem no local ou na região próxima. Neste modelo, a localidade é o próprio *local de vida e de trabalho*. A identidade espacial⁴⁰ dessas pessoas, embora tenha um forte envolvimento com a vida local, concentra-se nas relações de natureza familiar. Conservam suas tradições e raízes, procurando manter entre si uma relação de integração. Possui forte inserção na vida da localidade, o que envolve a participação em festas religiosas, casamentos, batizados, bate-papos com a vizinhança, reuniões no bar e jogos de futebol. É na comunidade que é organizada a vida social das famílias, é onde se encontram os melhores amigos. Logo, sua própria rede de relações está inserida no espaço local. No entanto, cabe ressaltar que o fato de estarem fortemente vinculados à localidade, não significa dizer que eles estejam isolados, como é o caso, das famílias assentadas no PAE-SF, objeto deste estudo, que embora tenham grandes participações centradas na vida local, conservando os traços de suas tradições e raízes, têm também grandes influências e participação na vida externa, tanto no âmbito municipal quanto regional.

No modelo *parcialmente localizado*, embora os agricultores tenham origem local, estes têm menor participação na vida local que os agricultores do caso do modelo *fortemente localizado*. Nesse modelo os agricultores raramente participam de festas locais. Este fator, particularmente, difere-se do caso em estudo, pois nas comunidades do PAE-SF, como veremos em capítulos posteriores, os agricultores têm

⁴⁰É importante considerar as reflexões de Carneiro (1992), quando afirma que o sentido de localidade não estará presente em todo e qualquer espaço: ele será tão mais forte quanto mais consolidada for a identidade do grupo, ou seja, quanto mais forte for o sentimento de pertencimento a uma dada localidade. Para tal, supõe-se que a lógica de existência do grupo se sustente em um conjunto de valores tidos como identitários e que servem para distingui-lo dos demais [...] O reconhecimento de um determinado espaço como próprio ao indivíduo, à família e ao grupo mais amplo é informado pela memória coletiva herdada de gerações anteriores. Os marcos ou pontos de apoio dessa memória são os próprios componentes da paisagem: rios, morros, montanhas, árvores [...], que persistem mesmo que transformados ou destruídos pela ação do homem.

intensa participação na vida local. As relações dominantes são as de vizinhança. Mas, assim como as famílias assentadas no PAE-SF, Wanderley e Lourenço (1998) apontaram também que os agricultores estudados por eles, têm amigos fora, ampliando a rede de relacionamentos no município ou fora dele, até mesmo na busca de relações de natureza profissional. Eles se identificam em relação ao local, mas também se referem ao âmbito municipal e até regional. Não raro ocorrem conflitos fundiários e de interesses com outros agricultores que vivem no seu entorno.

No estudo destes autores foi observado que “os laços com a localidade não decorrem apenas da origem do agricultor, é obvio. Eles se constroem, antes de tudo, pelo sentimento de pertencer a uma coletividade social, que pode se expressar pela participação nos diversos acontecimentos sociais, que tecem a vida local”. (WANDERLEY; LOURENÇO, 1998, p. 221). Assim, pode-se afirmar que o sentimento de pertencimento encontra-se representado pelas redes de relações construídas e re-construídas nos diversos momentos das participações locais.

Entendemos que a noção de identidade é resultante do sentimento de pertencimento a determinadas estruturas. Nesse sentido, as famílias que participam de um mesmo sistema de valores têm, entre elas, algo em comum, reconhecem-se como pertencentes ao local⁴¹, diferenciando-se em relação às *pessoas de fora*. Mas, como a identidade é mutável e faz parte de um processo de construção social, ela é caracterizada pelo fato de ser socialmente (re) construída e não herdada e, portanto, passível de transformação. Dessa forma, a identidade não se constitui como algo definido, acabado: a identidade pode ser acionada em determinadas situações, em

⁴¹ No estudo sobre identidade social e espaço de vida no assentamento Pitanga, Wanderley (2004) apresentou que “morar e trabalhar” representa uma forma de garantir o pertencimento a uma dada sociedade.

relação a outras identidades⁴². Ela se constitui levando em conta o contexto em que está inserida, o lugar como referência, o espaço em que se encontram as relações de *interconhecimento*.

Outro fator igualmente importante para a construção das relações sociais do camponês é a vida lúdico-religiosa. Queiroz (1973) afirma que as festas religiosas representam quase a única forma de congregar todos os membros do grupo, constitui o núcleo das suas relações sociais e a sua identidade, marca também a sua noção de pertencimento. A vida lúdico-religiosa, pela sua periodicidade, faz parte da cultura dos grupos rurais, tem grande importância na sociabilidade e na coesão do campesinato e é responsável por personalizar a vida individual e coletiva. Os rituais religiosos satisfazem as necessidades sociais, de integração e de lazer dos agricultores, personificando a sua relação com os santos e com deuses. “As festas religiosas dão ao sitiante uma noção ainda mais vigorosa de que pertence a um bairro”. Sobretudo, porque, em “cada bairro, cada família possui um padroeiro da sua devoção, que é necessário cultuar a fim de receber em troca a proteção” (QUEIROZ, 1973, p. 57).

Queiroz (1973) ressalta ainda que, na vida do camponês tradicional, a religião, além de significar um elemento de *concentração*, atua também como elemento de *dispersão*, pois há, com muita frequência, saídas de famílias para visita aos locais considerados santos, através das romarias realizadas durante o ano. Por outro lado, esta dispersão coloca-os em contato com outros grupos semelhantes a eles, facilitando a sua *integração*.

⁴²Trabalhamos aqui com a noção de identidade dos autores da contemporaneidade, para quem esta se apresentaria de maneira não fixa, nem ancorada a quadros estruturais mais amplos – como no estruturalismo –, mas de forma efêmera, descartável e circunstancial, além de fluida (BAUMAN, 2001) como num constante processo de construção, reconstrução e desconstrução cujos sujeitos caracterizar-se-iam pela “pluralidade de eus” (GOFFMAN, 1985) e não pelo racionalismo cartesiano. Deste modo, a identidade passa a ser negociada pelos sujeitos que acionam aquela que lhes convém, dependendo das circunstâncias em que se encontram.

A religião, para o camponês, pode apresentar-se como “absolutamente social e socializadora, dentro e fora da igreja, ela é também uma das mais intensas e secretas vivências pessoais”. Como foi colocado por Brandão: “é um assunto entre eu e Deus” (1995, p.147).

No mundo do camponês, a sua crença se revela a cada momento, seja em referência aos anjos da guarda, aos santos devotos, ao santo padroeiro, aos curandeiros e as benzedoras, que se afirmam como uma verdadeira realidade em suas vidas⁴³, através dos símbolos visíveis (quadros de parede, nichos, bíblias, terços, ladainhas, bandeira branca – símbolo do candomblé – que já podem ser vistas nas áreas rurais, etc.) seja no que se refere aos símbolos invisíveis, como as superstições e sacralizações de objetos da natureza ou até mesmo as crenças que permeiam o seu imaginário.

E neste sentido, certos lugares também significam para a população tradicional um berço de mistérios e encantamentos, povoado por seres misteriosos que exercem fascínio sobre a população e torna este local um ambiente mágico, construído na mente dessa população a partir das imagens desses seres que fazem parte, sobretudo do seu imaginário. Neste caso, além de espaços de reprodução econômica e das relações sociais, alguns lugares são também o *locus* de representações e do imaginário mitológico. Compreender o aspecto mítico de uma população é “conhecer os seus mitos, as suas crenças, as suas construções simbólicas, é conhecer um povo” (SCWEICKARDT; TUKANO, 2004). Este lugar caracterizado por seres encantados é também importante demarcador da identidade para os que vivem lá.

⁴³ Assim, “a imagem não é um símbolo, ela é o próprio santo; o santo pertence ao mundo natural pela representação que está no altar e ao mundo sobrenatural por sua essência. Como participa do mundo natural, é possível agir sobre ele por intermédio da imagem: ladainhas são cantadas para agradá-lo ou para conseguir graças, ou para agradecer os dons recebidos”, numa relação de reciprocidade, afirma Queiroz (1973, p. 60).

Diegues (2002, p.87), referindo-se às populações tradicionais, adverte que “há necessidade de se estudar melhor a questão das representações, dos mitos e aspectos da religiosidade” destas populações, no Brasil⁴⁴. Esta afirmativa nos deu força para incluir este fator no nosso estudo sobre o modo de vida camponês.

2.1.3 As relações com o Estado e com o mundo global

Vimos acima como os camponeses se encontram posicionados em relação à vida social no âmbito da localidade, que envolve a família, as relações de compadrio e os grupos de vizinhança. Cabe acrescentar como os camponeses se relacionam com a vida externa, como eles se posicionam em relação ao mundo global, pois, embora tenham suas vidas centradas no ambiente local, eles não estão isolados do mundo externo. Acreditamos que, embora poucos concordem, as comunidades rurais, não vivem isoladas no seu mundo, mas em contato permanente com o restante do mundo. Dentre os aspectos que favorecem esta relação, é possível mencionar o avanço das tecnologias da informação.

Entendemos que as sociedades camponesas não representam uma sociedade à parte, mas sim, inserem-se em uma sociedade maior, definindo-se pela integração parcial do rural à sociedade global. Wolf (1970) apresentou uma contribuição importante para a compreensão do camponês, quando afirma que esta categoria de análise não pode ser entendida de forma isolada em seu contexto, mas dentro de um sistema de uma cultura parcial (*part-culture e part society*), definida a partir das relações socioeconômicas e culturais que esta mantém com a sociedade que a integra.

⁴⁴ Queiroz (1973, p.69) já advertia para a existência de três espaços diversos, mas indissociáveis para o sitiante tradicional: o espaço geográfico, o espaço social e o espaço sobrenatural.

Daí resulta também um problema para o camponês, que é o de conseguir um equilíbrio entre as exigências do mundo externo e o atendimento de suas necessidades. Isto porque “os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com os não-camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial do seu ser social” (SHANIN, 1980, p. 75). Por isso, a sociedade camponesa deve ser sempre pensada em função de um sistema que o envolve, incluindo-se o sistema governamental⁴⁵ que, em última análise, regula o contato entre o global e o local.

A proximidade com a cidade favorece a integração do rural com o restante do mundo, com a qual é estabelecida, em primeiro lugar, uma relação de compra e venda – *complementaridade econômica*. Esta relação se aprofunda numa relação de simbiose com a cidade pela possibilidade de acesso ao estudo e ao emprego e, principalmente, aos serviços que, quase sempre, no meio rural, são deficientes ou inexistentes. Nesses termos, compreendemos que, algumas comunidades rurais são marcadas também pela mobilidade da família, tanto em termos de procurar melhores condições de vida e melhores empregos, quanto pela procura de melhores opções de serviços sociais de lazer, de vida cultural e social, muitas vezes entendidas pelos camponeses, sobretudo pelos mais jovens, como sinônimo de vida melhor. E nesse sentido, a possibilidade de melhorar as condições de vida e garantir certa estabilidade é favorecida pela mobilidade, aqui definida como a saída de membros da família na busca de emprego e no caso dos filhos, além do trabalho, também o estudo.

Quanto aos jovens, o modo de inserção na vida global é favorecido, sem dúvida, através do processo de escolarização, pois a vida escolar dos filhos representa

⁴⁵Wolf (1970) chama atenção para a relação de sujeição do rural às exigências e punições de quem detêm o poder – o Estado, que lhe é naturalmente exterior.

uma forma de relacionamento com o mundo externo, a incorporação de novos valores e a possibilidade de compreender os conhecimentos veiculados pela sociedade global.

Naturalmente, a chegada de novas tecnologias se apresenta com certo impacto para a vida das famílias no campo, no lazer, no trabalho, na vida familiar e vicinal, nas crenças e nos costumes. Como exemplo, podemos citar os remédios caseiros muitas vezes substituídos pelos comprados nas farmácias da cidade. Os momentos de encontro da família e dos amigos são hoje vividos e divididos com os espaços em frente à televisão. As discussões incluem temas como as novelas e o noticiário de outros lugares ou programas gerados em outras realidades com temas de interesse local. Acreditamos que esta situação reflete uma capacidade de adaptação dos camponeses às tecnologias e ao sistema de comunicação, já difundidos no meio rural e com inserção direta e indiretamente no modo de vida dos agricultores.

Estudo realizado por Maria Halamska (1998) apontou que é difícil encontrar agricultor que não assista à TV. A diferença apontada pela autora refere-se apenas ao tempo que é destinado a essa atividade. Isto a induz a concluir que a população rural esteja “assimilando assim os valores, os comportamentos e o estilo de vida que ela propaga” (HALAMSKA, 1998, p. 237). Todavia este fator não transforma de imediato o modo de vida dos agricultores: em muitos aspectos ele conserva seus valores.

Podemos afirmar que a despeito de todos os fatores que exercem influência no modo de vida dos camponeses, são as relações com o Estado, mediadas pelos órgãos gestores de projetos como o PAE-SF (Inra, Ibama e outros) que se configuram como um dos mais importantes fatores a exercer influência e interferência sobre o modo de vida que as populações tradicionais passaram a ter a partir do momento que se tornaram assentadas de um projeto governamental.

Como exemplo de interferência do Estado para o modo de vida camponês, podemos citar: os limites e as restrições quanto ao uso dos recursos naturais (caça, pesca, retirada de madeira para cozimento) que afetam diretamente à sua capacidade de reprodução social. A imposição de se criar e vincular-se a uma associação formal é também outra interferência do Estado que atinge os assentados, de maneira negativa, pois, desconsidera inclusive, as maneiras informais como estes estão vinculados tradicionalmente enquanto grupo social. A não consideração dos valores e das crenças dos ribeirinhos, do saber e das práticas tradicionais transmitidas entre gerações, a interferência no processo de organização da produção e de organização social, também afetam diretamente o seu modo de vida enquanto interferências do Estado. Por outro lado, a prática do associativismo formalizado entre os assentados como um fator de *empoderamento*, e o acesso à infra-estrutura social e produtiva e à assistência técnica são interferências bem vindas pelos assentados, no entanto, em muitos casos, estes aspectos ainda constituem em uma problemática não resolvida pelo Estado.

Não há dúvidas de que, no contexto da reforma agrária, a distribuição de terras associada à implantação de assentamentos rurais, não é apenas o principal problema da questão fundiária brasileira. A grande problemática que também envolve esse processo se refere diretamente à elaboração e implantação de efetivos Projetos de assentamento, que considere as necessidades e os desejos do homem do campo.

Neste contexto, algumas questões se destacam como prioritária, tais como, a necessidade de uma infra-estrutura produtiva e social eficientes; a falta de assistência técnica; a própria burocracia estatal, que tende a estabelecer um silêncio entre assentados e técnicos; as imposições quanto às formas de organização interna; a

distância cultural; além, das restrições impostas pelo Estado quanto à possibilidade de produção.

Neste sentido, é fundamental entendermos as conexões que se estabelecem entre a relação de *vida e trabalho* vivenciada pelos beneficiários dos Projetos e o Estado, pois, é no campo de ação deste agente, através do seu corpo técnico - que procura adequar às regras instruídas por uma política pública -, que é estabelecida às diretrizes de intervenção, na maioria das vezes, em oposição aos projetos do assentado, ou melhor, dizendo: “opondo, talvez, não projetos, mas racionalidades distintas” (BARONE, 2000, p55).

Estes fatores refletem as dificuldades estruturais para o atendimento das demandas dos agricultores, que podem ser expressas, através do abandono de projetos inconclusos; da ausência de projetos transparentes; da incapacidade de traduzir mundos distintos, vividos pelos técnicos e pelos assentados, e que podem ser traduzidos pelos conflitos existentes entre visões, regras e racionalidades discordantes entre eles.

O assentado, por sua vez, possui normas e tradições, trajetórias de vida, sonhos e estratégias de reprodução já estabelecidas entre gerações, mas, no entanto, a forma como é instituído um Projeto de assentamento não leva em consideração os interesses dos beneficiários da reforma agrária. Estudos diversos apontam que, na maioria das vezes, não há um efetivo processo de envolvimento dos assentados na criação do assentamento que respeite o seu vasto conhecimento sobre o funcionamento do espaço em que vivem. Ou seja, o Estado discute e estabelece políticas para uma população da qual conhece parcialmente e, que raramente participa das discussões e da tomada de decisões de seu próprio destino.

Neste sentido, o conceito de “economia moral”, assim como apresentado por Thompson, se relaciona diretamente a estas questões. A relação entre os envolvidos no gerenciamento dos Projetos - o Estado e o assentado, e entre estes e as ações realizadas, resultam racionalidades, muitas vezes, distintas. No caso dos assentados, a sua racionalidade pode ser estabelecida por elementos culturais, regras e obrigações reproduzidas de uma economia moral, fundada no tripé indissociável terra, trabalho e família.

Por outro lado também, não podemos deixar de mencionar que, sobretudo a partir da década de 90, ocorreu um movimento mais intenso de atores que se envolveram mais através de uma *intervenção partilhada de novos formatos e desenhos de políticas* (TATAGIBA, 202). Esta posição tem ocasionado o questionamento no modelo centralizador e excludente, que ao longo dos anos tem definido a relação entre o Estado e os beneficiários das políticas públicas. Além do caráter contestatório, outro fator que chama atenção se refere à capacidade do próprio Estado no atendimento às demandas socioeconômicas, políticas e culturais, fazendo-se necessária uma população mais participativa e próxima do Estado, inclusive com o papel de fiscalizar as ações deste.

Vale a pena ressaltar que, no contexto dos programas de assentamentos rurais, este vínculo entre Estado e beneficiários coloca a população que vivia, de certa forma, isolada e à margem das políticas públicas, no próprio contexto nacional e internacional, através dos inúmeros programas, projetos e parcerias que se estabelecem para dotar o assentamento de infra-estrutura básica e para integrá-lo à rede de serviços o que traz consigo novas ideologias. Sem dúvida, essas novas relações merecem ser destacadas para a compreensão do modo de vida camponês que estamos estudando. E

duplamente: como variável do modelo teórico-conceitual e também como estruturador da capacidade de adaptação a uma nova lógica produtiva, uma nova vida social, uma nova hierarquia de valores e uma nova ótica da relação homem-natureza, como se verá mais adiante nos resultados desta tese. Assim, entendemos que, a relação do Estado mediado por “gestores do projeto” é um dos mais importantes fatores a exercer influência e interferência sobre o modo de vida de populações tradicionais, de forma positiva ou negativamente.

2.1.4 Valores do camponês

No sentido de se compreender como os camponeses orientam a sua vida e quais são os seus valores, fomos buscar os conceitos de “ordem moral” de Woortmann (1990) e “economia moral” de Thompson (1998).

Cabe destacar que para Woortmann, a ordem moral, indissociada da condição camponesa, é interpretada de forma diferente das imposições pautadas por uma lógica econômica que é imposta, essencialmente, pela ordem de mercado. Na concepção do autor, o dinheiro não é à base da economia camponesa.

A partir da concepção de uma ordem moral, a qual se refere Woortmann, não cabe uma dissociação entre os indivíduos, mas uma co-responsabilidade estabelecida entre eles. Os camponeses, a partir desta ordem moral, não buscam explicações essencialmente no campo dos fatores econômico, mas, operam sob outra lógica, a lógica da moral e dos valores. Um ordenamento de valores que se coloca no plano moral e é responsável por orientar as ações, as práticas, o cotidiano e as relações com a

sociedade em geral. Como um exemplo, podemos citar as redes de solidariedade como *locus* em que são tecidas as relações e a vida entre vizinhos e parentes.

Neste mesmo sentido, Thompson a partir do conceito de economia moral também se coloca em oposição a uma ordem econômica e aponta uma direção na busca dos significados que estão nos costumes, na mente e na ordem que torna legítima as ações dos indivíduos. Para o autor, esta ordem moral que se refere a outro universo, ao universo dos valores, se contrapõe aos valores da sociedade em geral que são estabelecidos a partir de explicações econômicas, avessas à lógica moral camponesa.

Segundo Thompson (1998, p. 203-266), a *economia moral* parte de uma ética que tende a orientar a forma como se conduzem os indivíduos, principalmente os de comunidades relativamente menores e integradas. Ela baseia-se “na idéia tradicional de um conjunto de normas e obrigações sociais, visões sobre direitos e costumes tradicionais”, que orientam as condutas de cada segmento social dentro da comunidade. O autor ressalva que não é o caso de as condutas morais virem a abolir a economia, instaurando o mundo da ética e dos bons costumes, mas entende-se este conceito como um esforço em fazer com que a economia seja regulamentada por princípios éticos. O conjunto dessas normas e obrigações exprime valores, sentimentos e condutas que são vivenciados pelo grupo e reconhecidos socialmente, orientando suas ações, e se configura como uma ferramenta de “leitura do mundo”. Cabe ressaltar que, embora esses códigos não sejam escritos, eles são respeitados por todos e constituem a própria “ética camponesa” que também faz parte da identidade do camponês, permitindo torná-lo diferente de outros grupos sociais. As diferenças podem

ser observadas nas formas de se apresentarem, de se comportarem, que evidenciam sua origem camponesa.

A análise de Thompson é valiosa para a compreensão do nosso estudo de caso, pois nos oferece a possibilidade de pensarmos outra lógica, que não a lógica do mercado - visão redutora do homem econômico - para o entendimento do modo de vida do camponês, através de formas diversificadas de regular o mercado e as trocas entre produtores e consumidores. A economia moral é para o autor uma economia alternativa e de defesa.

Woortmann (1990) contrapõe, à ordem *moral*, a ordem econômica⁴⁶ e explica que a ordem moral camponesa repousa na interconexão das já citadas categorias – família, terra e trabalho – que, neste âmbito, possuem significado diferente daquele que lhes conferem outros grupos. Para os camponeses essas categorias se vinculam a valores e princípios organizatórios como a honra, a hierarquia e a reciprocidade⁴⁷, que *estabelecem* a lógica que direciona os camponeses a expressarem significados, a partir dos costumes, das suas raízes e dos valores simbólicos que se constituem como “uma forma de perceber as relações dos homens entre si e com as coisas, notadamente, a terra” (WOORTMANN 1990, p. 11). As redes de ajuda mútua, por exemplo, representam uma forma que reflete a economia moral dos agricultores manifestada nas relações de trabalho familiar e vicinal, e também nos momentos festivos. Para Woortmann, essa ordem moral é estabelecida mediante uma ética tradicional que é fundada no processo de reciprocidade, na honra e na hierarquia, mas, que, no entanto,

⁴⁶ Para a ordem econômica a terra tem significado de mercadoria. A família é pensada em si mesma, ou como força de trabalho e o trabalho como fator de produção. A ordem econômica é comandada pela lógica do lucro.

⁴⁷ A reciprocidade enquanto valor pode se desdobrar em reconhecimento, gratidão e disponibilidade.

cabe ressaltar que o autor adverte que essa ordem moral não compreende os camponeses desvinculados do sistema capitalista, pois:

Pessoas de carne e osso são como disse, ambíguas e se movem em dois mundos. Disso resulta que a camponesidade não é uma prisão cultural. Enquanto pessoas concretas, o sitiante não é radicalmente distinto de pessoas 'modernas'. Afinal, se ele acha que todo comerciante é ladrão, ele sabe, por outro lado, dedicar-se ao negócio como prática e sabe investir dinheiro (WOORTMANN, 1990, p. 69).

Na perspectiva adotada pelo autor, a terra não é vista apenas como objeto de trabalho: ela é compreendida como “patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor”; a família, por sua vez, não é definida como força de trabalho, mas como *valor-família, permanente no tempo* e que ultrapassa a noção da família enquanto uma simples possibilidade de trabalho. Neste sentido, o autor resalta a sua preocupação “com a produção cultural da família enquanto valor”, a qual é entendida para Woortmann (1987), enquanto um valor cultural.

Para o autor, a família é definida a partir de um *eixo moral*. E nestes termos, ela, como ordem moral, configura-se enquanto importante referência simbólica através da qual é possível se traduzir o modo de vida, com orientações de significado às suas relações dentro e fora da casa, que se estabelece enquanto sistema de valores familiares, que tem reflexos diretamente no modo de pensar o mundo social que a rodeia.

Essa “ordem moral” tem como característica fundamental o respeito à família e à terra, características do universo camponês que está imbuído numa rede de relações sociais e busca explicar o comportamento do homem. Esta rede envolve princípios de reciprocidade dos quais o camponês lança mão como estratégia em momentos especiais.

E assim, para os agricultores, o trabalho que é desenvolvido na terra, está vinculado a um valor que se alicerça sobre as bases da *economia moral* de que nos fala Thompson, e também, sobre as bases da ordem moral tal qual definida por Woortmann. Para os autores, o trabalho que é desenvolvido na terra, tem como sentido a construção de um patrimônio que é transmitido entre gerações através do qual se estabelece uma racionalidade para se estruturar um futuro que torne a ação dos camponeses legítima, e, além disso, o trabalho inaugura uma relação de reciprocidade entre o trabalhador e a terra.

2.2 AS RELAÇÕES DO HOMEM COM A NATUREZA

O homem está dentro da natureza, e essa realidade não pode ser abolida. Ela não é um meio exterior ao qual o homem se adapta. O homem é natureza e a natureza, seu mundo. [...] O homem produz o meio que o cerca e é, ao mesmo tempo, seu produto. Nesse sentido, deve-se considerar normal a intervenção do homem no curso dos fenômenos e dos ciclos naturais [...] O que traz problemas não é o fato, mas a maneira como o homem intervém na natureza [...] Desse modo, o fundamental não é a natureza em si, mas a relação entre o homem e a natureza (DIEGUES, 2000, p. 23).

A afirmativa de Diegues, com a qual concordamos, é básica para a entendermos *o modo de vida camponês*.

Diegues define a população tradicional em função das seguintes características:

- a) dependência e inter-relação com a natureza;
- b) conhecimento da natureza transmitido entre gerações com estratégias, uso e manejo dos recursos naturais;

- c) noção de território onde ocorre a reprodução social e econômica do grupo e ocupação deste território por várias gerações;
- d) importância atribuída à família, ao parentesco e à vizinhança;
- e) importância das atividades de autoconsumo;
- f) utilização de tecnologias mais simples transmitida entre gerações;
- g) domínio do processo de trabalho pela família;
- h) pouco *empoderamento*;
- i) sentimento de pertencimento a uma dada cultura ou sociedade;
- j) importância atribuída aos símbolos, rituais e mitos associados as suas atividades. (DIEGUES, 2002, p. 88-89).

Estas características, quando tomadas em conjunto, se traduzem em um *modo de vida peculiar* do camponês, baseado em crenças, mitos, tradições, comportamentos e práticas. A este respeito, cabe também ressaltar a contribuição de Zanoni et al. (2000) na qual os autores afirmam que estas características descritas por Diegues (2002) refletem aspectos relevantes do modo de vida de comunidades que habitam em APAs. Asseveram ainda que essas características apontam particularidades que definem as comunidades camponesas. Além disso, “o conceito de populações tradicionais teve o mérito de afirmar a necessidade de criar as condições de permanência e desenvolvimento dos habitantes locais e o fez resgatando-os como aqueles que construíram o espaço com seus modos de vida bastante próximos e dependentes do meio natural” (ZANONI, et al., 2000).

É nesse sentido que afirmamos que a natureza não significa, para o camponês, simplesmente algo que está ao seu redor, mas é, acima de tudo, “lugar de vida e de

trabalho” com o qual há uma total identificação e se confunde com sua própria visão de mundo.

Não se pode esquecer que a racionalidade dos camponeses é estabelecida também frente à existência de uma relação de afeto e amor com *a terra, com o território*. Nesses termos:

Morar e ter a terra significa, antes de tudo, a não dissociação entre lugar de viver e lugar de trabalhar [...] Esse morar é muito singular, é mais do que habitar. Diz respeito a um modo de viver, à convivência com o espaço, com a natureza (MARTINS, 2003, p. 22-23).

2.2.1 Dependência e inter-relação com a natureza

Diegues (2000, p. 1) afirma que o termo *conservação* é com frequência definido tomando como referência apenas aspectos técnicos e científicos e, portanto, não incorpora o estudo que envolve as relações entre homem e natureza.

O termo *conservação*, definido pela parceria World Wilde Fund For Nature / International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources⁴⁸ (WWF/IUCN, 1980), significa “o manejo do uso humano de organismos e ecossistemas, com o fim de garantir a sustentabilidade desse uso. Além do uso sustentável, a conservação, reabilitação, restauração e melhoramento de populações (naturais) e ecossistemas”. De acordo com o Sistema Nacional de Unidade de Conservação do Brasil (SNUC) (projeto de lei n. 2.892, de 1992), a palavra *conservação* é entendida como: “manejo do uso humano da natureza, compreendendo

⁴⁸Fundo Mundial para a Natureza/ União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais.

a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral” (apud DIEGUES, 2000).

Diegues (2000, p. 2), citando Sunkel (1986) comenta que a conservação, na América Latina, tem se limitado “às atividades de proteção, manutenção e restauração do mundo natural, com medidas como a implantação de áreas protegidas, corredores ecológicos etc, desconectadas das aspirações e necessidades das populações locais” (DIEGUES, 2000, p. 2). Este mesmo autor afirma que o conservacionismo, assim pensado, tende a criar impactos quase sempre negativos nos *modos de vida da população envolvida* nos projetos conservacionistas.

As ações do Estado que, ao criar áreas de preservação e conservação desconsideram características que conformam um modo de vida peculiar das populações envolvidas, esquecem que nessas áreas existe uma população que nasceu e sempre viveu ali e, na maioria das vezes, acaba por afastá-la de raízes seculares como, por exemplo, do local onde estão enterrados os seus antepassados⁴⁹. Estas ações suscitam questões não apenas de caráter socioeconômico, mas também político, ambiental, cultural e até mesmo individual, quer seja por não permitirem a presença das populações tradicionais no seu local de origem, onde sempre viveram vinculadas à agricultura de subsistência, à pesca e ao extrativismo, quer seja quando, mesmo sendo

⁴⁹A este respeito Diegues alerta que: “a criação de áreas naturais protegidas em territórios ocupados por sociedades pré-industriais ou tradicionais é vista por essas populações locais como uma usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados, o espaço coletivo no qual se realiza seu modo de vida distinto do urbano-industrial” (DIEGUES, 2002, p.67).

tolerada sua presença no local, as atividades que lhes são permitidas não garantem condições condignas de sobrevivência material e cultural.

Na maioria das vezes, o que tem ocorrido, consciente ou inconscientemente, é a expulsão das populações tradicionais para as áreas marginais das cidades, com o conseqüente agravamento das más condições de vida, e como muitas famílias saem em busca de explorar outras áreas, acabam por promover maior degradação do ambiente (ARRUDA, 2000).

Nesse sentido, Arruda afirma:

Suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes a seu modo de vida e sobrevivência raramente são reconhecidas. Em vez disso, passa a ocorrer uma “criminalização” dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a reprodução sociocultural destas comunidades. A caça, a pesca, a utilização de recursos da floresta para a manufatura de utensílios e equipamentos diversos, a feitura das roças, a criação de galinhas ou porcos, o papagaio na varanda, a lenha para cozinhar e aquecer, a construção de uma nova casa para o filho que se casou, etc., tudo isso, é de uma penada jurídica, transformado em crime e seus praticante perseguidos e penalizados. Ao mesmo tempo, são instados a proteger e respeitar o meio ambiente, sendo encarados como os principais responsáveis pelo futuro da humanidade, corporificado na preservação⁵⁰ da área em questão. (ARRUDA, 2000, p.280)

2.2.2 Conhecimento tradicional e uso dos recursos naturais

A população tradicional se orienta por normas culturais passadas entre gerações para a utilização dos recursos da natureza, de tal forma que não percebe que algumas destas são práticas predatórias. É realmente difícil compreender que as suas atividades, praticadas há tanto tempo, sejam consideradas destruidoras do meio ambiente.

⁵⁰ Em oposição ao conservacionismo, o preservacionismo é definido pelo não-uso dos recursos naturais, por uma “reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem” (DIEGUES, 2000, p. 30).

De fato, de acordo com os conceitos ecológicos e de sustentabilidade, a população tradicional nem sempre tem tido um comportamento adequado, preservacionista ao lidar com as questões da natureza, da qual depende diretamente. Isto acontece devido a diversos fatores, seja pela pressão socioeconômica (a necessidade de sobrevivência da família, exposição à ideologia do consumo), pelo avanço tecnológico (o uso incorreto de insumos modernos de produção, incorporado a práticas tradicionais, tais como uso de defensivos ou mecanização), por ignorar os processos ecológicos que ocorrem no ecossistema (a capacidade de suporte, fatores limitantes e outros) e pela impropriedade das políticas públicas (fiscalização insuficiente, falta de programas de conscientização ambiental e de alternativas para substituição de atividades ecologicamente incorretas).

Diante dessas observações, a implantação de áreas de preservação, de reservas e de parques, naturalmente, gera conflitos (até mesmo violentos), que se explicitam em acirrados debates centrados na disputa por dizer e impor o que pode ser “usado” e o que deve ser “preservado”, sobretudo porque muitas vezes são antagônicas as expectativas das populações tradicionais e aquelas das políticas públicas às quais tais populações são submetidas.

O Brasil, a partir de meados dos anos 80, é marcado por um novo modelo de ambientalismo que está mais relacionado às questões sociais - o *ecologismo social* ou “ambientalismo camponês”⁵¹, para o qual “há necessidade de se repensar a função dos

⁵¹ Assim definido segundo Viola, (1991) citado por Diegues (2000).

parques nacionais e das reservas, incluindo aí os interesses e os modos de vida de seus moradores tradicionais”⁵² (Diegues, 2000, p.21).

“O desafio que se impõe é afirmar os direitos dos povos tradicionais aos seus saberes sobre a biodiversidade. Isso significa manter um conhecimento complexo sobre os ecossistemas que ajudaram até hoje a preservar” (CASTRO, 2000, p.179).

Neste caso, o papel do Estado e de seus projetos de assentamento deveria se basear numa política de “ajuda às populações para se auto-gerenciar”, que tenha consideração e respeito pela sua cultura. A análise do modo de vida camponês dos assentados pode ser um instrumento importante para a construção de um corpo de conhecimento coletivo e socializado que ajude no diálogo entre um modelo de tutela, que se encontra embutido nas políticas públicas, e as aspirações das populações envolvidas.

Vários estudos têm mostrado como o saber tradicional das famílias ribeirinhas, passado entre gerações, constitui um instrumento fundamental para a conservação da natureza, porque, para essas populações, a sustentabilidade dos recursos naturais é essencial, já que sua sobrevivência define-se muito na relação que é estabelecida com o meio ambiente.

Ellen Woortmann (1997) estudou a produção camponesa de sitiantes e chamou a atenção para a importância do saber tradicional nesse processo. Segundo a autora, esses sitiantes adequavam “as plantas ao solo e não, como na agricultura ‘moderna’, o solo às plantas”. Os sitiantes estabeleciam também uma relação de troca entre “as necessidades da família e a potencialidade de uma terra”. A autora se refere ao *saber*

⁵² As pesquisas sobre populações tradicionais, sobretudo nas últimas décadas, foram desenvolvidas numa perspectiva interdisciplinar, a partir de uma inter-relação entre as ciências sociais e as ciências naturais, afirma Castro (2000).

fazer do camponês, em relação à atividade do solo, aos animais, à cultura, à criação, à pesca e à mata, que se constituem em um *saber popular local*, do qual as populações tradicionais lançam mão no desenvolvimento de suas atividades (WOORTMANN, 1997, p.29-30). Esses saberes se caracterizam pelo conhecer as matas, o rio e a terra e até mesmo mesclando crendices e superstições, ao observar as fases da lua para definição do processo de produção, recorrer às benzedadeiras para a melhoria do cultivo da criação e dos instrumentos de uso na roça e aos santos para definir o melhor mês para o plantio, etc.

Diegues (2002) observa que se relacionando com a natureza a população tradicional pode estabelecer formas de manejo que visem a potencializar e a conservar a diversidade ambiental, e que o conhecimento científico tem posto de lado a contribuição que pode advir do saber das populações tradicionais quando afirma:

De um lado, está o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte de madeira, da pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a conservação das espécies. De outro lado, está o conhecimento científico, oriundo das ciências exatas, que não apenas desconhece, mas despreza o conhecimento tradicionalmente acumulado (DIEGUES, 2002, p.69).

Aprofundando esta discussão, destacamos o estudo de Candido (1964) para compreendermos a relação que é estabelecida entre as formas de utilização dos recursos naturais e a garantia de sobrevivência, considerando as peculiaridades culturais na apreensão do modo de vida. Assim, “as sociedades se caracterizam, antes de tudo, pela natureza das necessidades de seu grupo, e os recursos de que dispõem para satisfazê-la” (CANDIDO, 1964, p. 23), procurando ajustar-se ao meio e à organização social, definindo-se o modo de utilização dos espaços e dos recursos. Nestes termos, todo o processo de organização sócio-cultural, se configura enquanto

instrumento de ajuste ao meio para viabilizar o equilíbrio entre necessidades e recursos disponíveis.

Devemos compreender que as comunidades tradicionais possuem uma cultura particular, uma lógica econômico-produtiva específica, uma organização social e uma forma de se relacionar peculiares. Portanto, é necessário perceber as realidades distintas em que o conhecimento tradicional é gerado em uma determinada sociedade e, dessa forma, também só deve ser interpretado no contexto desta sociedade, na cultura em que é gerado.

Para finalizar o estudo de elementos que referencia o modo de vida camponês, no que diz respeito à relação homem-natureza, vale ainda lembrar que, todos os compromissos de sustentabilidade ambiental ressaltam que as políticas públicas devem ser emancipatórias, descentralizadas e participativas, em detrimento do caráter assistencialista, no sentido em que permitam que a comunidade tenha condições de dar continuidade, por sua própria conta, às iniciativas implementadas pelo governo. Isso significa dizer que os projetos não devem ter caráter meramente assistencial, portanto, não devem levar soluções prontas para os problemas, acreditando que apenas o saber técnico-científico é capaz de definir o que é melhor para a comunidade. É preciso acreditar que as populações tradicionais “são capazes de serem sujeitos políticos, protagonistas sociais” (FREI BETTO, 2007). Elas apenas precisam de oportunidades de revelar seus talentos.

As políticas assistencialistas, embora sejam necessárias de forma provisória, é uma dos fatores que abre espaço para uma relação de dependência. E até mesmo, a participação dos agricultores nos Conselhos, local por excelência, onde agricultores

deveriam ter voz e vez, muitas vezes, servem apenas para tornar legítimos os interesses de terceiros.

Esta afirmação nos permite compreender que são necessários planejamentos participativos, não enquanto uma prática meramente de caráter técnico, quase sempre estabelecido com configurações de cima para baixo, mas, sobretudo, pela organização e atuação ativa dos envolvidos, e pensados a partir de pressupostos que objetive: recuperar as privações sofridas pelos agricultores de cunho social, econômico (apoio a economia tradicional, aumento das oportunidades), cultural, material (infra-estrutura) e ambiental. Algumas das quais irreparáveis, como marcas simbólicas, destruição do ambiente, rompimento de laços sociais, separação familiar, etc.

3. O MODELO DE TUTELA DO INCRA

3.1.O PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO - PAE-SF

3.1.1. Antecedentes: conhecendo a sua história

A população ribeirinha assentada no Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco (PAE-SF) tem origem nas antigas famílias que viviam, secularmente, às margens do rio São Francisco⁵³. Os depoimentos revelaram que, antes de se tornarem assentadas da reforma agrária, as famílias nascidas e criadas na área levavam uma vida muito árdua, enfrentando até mesmo privações. Algumas famílias trabalhavam em fazendas, mas, mesmo assim, não conseguiam sobreviver com dignidade, pois não tinham permissão dos fazendeiros para desenvolver culturas de subsistência, uma vez que a terra era destinada à criação de gado. Como afirma um assentado:

Eu trabalhava na fazenda como agregado, como vaqueiro, mas trabalhava ali basicamente em troca de comida, tinha terra que não podia mexer, era terra de criar gado (Carlison, 56 anos, Estreito).

⁵³ O rio São Francisco nasce na serra da Canastra, no Estado de Minas Gerais, atravessa os Estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas e deságua no oceano Atlântico.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁵⁴, segundo depoimentos obtidos na pesquisa de campo, sensibilizada com a situação em que viviam estas famílias, sob o jugo do patrão, sem direitos, vivendo praticamente como escravos, solicitou do Inbra uma solução que trouxesse melhoria das condições de vida para esta população, que se encontrava completamente abandonada.

No ano de 1975, o Inbra desapropriou parte das terras onde estavam situadas as antigas fazendas, com o objetivo de criar o Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho (PEC-SR), que teve como função receber as famílias vindas da região que seria inundada, em consequência da construção da barragem do Sobradinho. Cabe ressaltar que, grandes projetos, como este, causam expropriação de pequenos proprietários de terra trazendo-lhes grandes efeitos sociais, econômicos, ambientais e culturais. Como nos mostra SIGAUD (1986), estes grandes empreendimentos, não percebem a importância daquele lugar para o camponês, a autora destaca ainda a *imprevidência do estado* e sua incapacidade de compreender que aquele ambiente é o responsável, além de garantir a subsistência da família, pelo valor cultural, moral de grande significado para o camponês.

Foram construídas então várias agrovilas onde deveriam ser assentadas tais famílias. A princípio, estava previsto o assentamento de 4.000 famílias, em uma área de 260.000 ha. Da região de Sobradinho, só se conseguiu trazer apenas 1.400 famílias. Este fato se justificou porque as famílias que lá viviam, às margens do rio, se recusaram a deslocarem-se e passar a viverem em áreas de sequeiro, sem a presença do rio.. O Inbra resolveu trazer também para o PEC-SR famílias de outros estados da

⁵⁴A Comissão Pastoral da Terra(CPT) é uma entidade católica, que atua junto aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, articulando-se com as diversas entidades e organizações dos camponeses e com outras entidades e organizações que apóiam suas lutas e reivindicações. Localmente destaca-se o trabalho da Irmã Miriam.

Federação. Posteriormente o projeto foi sendo ampliado, tendo atualmente capacidade de abrigar 8.000 famílias, que se distribuem em 23 agrovilas.

A divisão territorial do PEC-SR foi criada da seguinte forma: as agrovilas foram parceladas em lotes rurais individuais de 20 a 100 ha. Foram também criadas reservas legais que compunham cinco blocos. A Reserva Oeste, com aproximadamente 28.000 ha e a Reserva Marriqueiro, com cerca de 24.000 ha, nas quais o Incra desenvolveu projetos de assentamento normais. As reservas 1, 2 e 3, com área total de 20.820, 05 ha (área que hoje é o PAE-SF), em virtude do fato de serem localizadas à margem esquerda do rio São Francisco, em área com características ecológicas peculiares, foram consideradas Áreas de Preservação Permanente (APP).

Quando o Incra chegou a esta margem, deparou-se com uma população ribeirinha que ali nascera e vivia nos próprios barrancos do rio São Francisco, dentro de um modo de vida tradicional, cuja produção se baseava na pesca e agricultura de subsistência, praticada na várzea do rio, áreas de alagadiço - *lameiro*. Esta prática estabelecia *um ajuste ecológico*⁵⁵, uma continuidade entre a população e o meio imediato, onde a subsistência, quase que exclusivamente, dependia do meio ambiente.

Esta área, à margem esquerda do rio, deveria, em princípio, ser desocupada com o deslocamento das famílias tradicionais ribeirinhas para o Projeto PEC-SR. Não obstante, embora algumas famílias tenham aceitado serem incluídas no PEC-SR, não se adaptaram ao projeto de intervenção proposto pelo Incra, isto é, a viver na área de “sequeiro”, afastado do rio. Segundo entrevista, “a água não matava a sede e tinha gosto de sorrisal”. Muitas delas retornaram à margem do rio, ocupando de volta suas

⁵⁵ Candido, 1964.

áreas, agora “livres”, sem os fazendeiros, e foram ficando por causa das benesses do rio, que lhes fornecia o alimento. Não obstante, a pobreza se acentuava e as famílias ainda se tornavam mais vulneráveis, notadamente na ocasião de episódios de enchentes do rio, pela condição de ocupantes indevidos de uma APP.

Conforme informações do Sr. Hamilton Felix dos Santos⁵⁶, chefe da Unidade Avançada do Oeste Baiano do Incra, localizada na cidade de Bom Jesus da Lapa⁵⁷, nessa época, existiam aproximadamente 500 famílias que exploravam tradicionalmente a cultura de subsistência e a pesca artesanal. É oportuno ressaltar que, muitos parentes e amigos dessas famílias, que estavam fora, quando ficaram sabendo que o Incra iria regularizar a situação das famílias ribeirinhas, retornaram com a intenção de serem também beneficiados.

Após a emancipação do PEC-SR, cria-se o Projeto Agroextrativista São Francisco (PAE-SF), objeto do nosso estudo de caso, através da portaria SR-05/ n. 62, de 27 de novembro de 1995. Este foi implantado e desenvolvido nos moldes dos projetos extrativistas da Amazônia, com o objetivo de regularizar a situação fundiária das famílias que ali se encontravam. Pelo fato de tratar-se de uma APP, as terras não poderiam ser objeto de parcelamento, além do que, era uma área sujeita às inundações periódicas, pelas cheias do rio São Francisco. Por isso, não foi possível uma titulação individual. As famílias foram incentivadas a formar associações locais, por comunidades, cujos representantes (em número de três) compõem a Assembléia da Central das Associações dos Moradores do Projeto de Assentamento Agroextrativista

⁵⁶ As informações foram obtidas em entrevista concedida em 24/1/2005, pelo Sr. Hamilton Felix dos Santos, que acompanhou todo o desenrolar do processo de ocupação da área: desde a implantação do PEC-SR, passando pela criação do PAE-SF, até os dias atuais.

⁵⁷ A cidade de Bom Jesus da Lapa é a cidade em que ficava situado o PEC-SR antes de Serra do Ramalho ter se emancipado e tornar-se cidade em 1989. Bom Jesus da Lapa é a cidade de maior porte desta região e fica distante 8km da primeira Comunidade que integra o PAE-SF,.

São Francisco (Capaesf), com a qual a União firmou contratos de Concessão do Direito Real de Uso das áreas.

A regularização fundiária das populações deu-se através de um Termo de Reconhecimento de Ocupação, fornecido a cada uma das famílias, habilitando-as a explorar e fazer uso da oferta ambiental dos recursos naturais de forma sustentável. Em contrapartida, os assentados teriam o compromisso de cumprir as orientações contidas no *Plano de Utilização do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco*. Nesse plano de utilização⁵⁸ consta que: “moradores, unidos em suas relações, tradições e cultura, vivem em harmonia com o meio ambiente em que estão inseridos, imbuídos da missão de preservar o meio ambiente” (PLANO, 2001, p. 1). Consta que este foi “discutido” e “elaborado” juntamente com os moradores, após o que foi aprovado pelo Inca e referendado pelos órgãos ambientais. Assim, este plano de utilização se estabeleceu como um guia para que moradores realizem suas atividades dentro do critério de sustentabilidade econômica, ecológica e social, além de conter *prescrições e proibições*.

3.1.2 A especificidade do PAE-SF

A especificidade do PAE-SF se constitui em este ser um modelo de reforma agrária diferenciado, pois se direciona a uma área de preservação permanente, efetivamente ocupada por populações nascidas e criadas na área, determinando que as

⁵⁸ Neste plano está contida a relação das atividades não predatórias incorporadas às condutas que devem ser cumpridas quanto à legislação ambiental para o uso dos recursos naturais existentes na área, bem como um conjunto de direitos e deveres dos assentados. O PAE – São Francisco “deve ser tratado como se fosse uma Unidade de Conservação” (PLANO, 2001, p. 17), cuja especificidade é o fato de atribuir à população tradicional atualmente assentada a co-responsabilidade pelo seu gerenciamento e conservação. O objetivo é: reassentar a população e re-classificar a área ocupada como uma reserva extrativista.

terras e suas ascensões naturais, classificadas como de preservação permanente (lagoas, matas ciliares, caatinga, etc.) sejam de uso exclusivo das comunidades ribeirinhas extrativistas - pescueiros e assemelhados, de acordo com um Plano de utilização que foi formulado em 2001, que regula o uso de suas terras com restrições. O PAE-SF é um modelo de assentamento rural de reforma agrária, de cunho ecológico, constituído com o objetivo de regularizar a situação fundiária de famílias tradicionais ribeirinhas.

3.1.3 Descrição do ambiente do PAE-SF

Os dados apresentados nesta seção estão referenciados no Plano de Utilização do PAE-SF (2001). O PAE-SF está localizado na parte leste do PEC-SR, à margem esquerda do rio São Francisco, nos municípios de Serra do Ramalho⁵⁹ e Carinhanha, que se situam no Oeste do Estado da Bahia, na região econômica denominada Médio São Francisco. A extensão territorial do assentamento equivale a uma área de 20.820,05 ha, assim distribuídos: Reserva São Francisco 1: 16.446,2901 ha; Reserva São Francisco 2: 2.803,5125 ha e Reserva São Francisco 3: 1.570,2525 ha.

O mapa das reservas 1, 2 e 3 (Anexo) situando as comunidades que formam o PAE-SF, encontra-se no final desta seção.

O PAE-SF dista 800 km da capital do Estado da Bahia e 600 km de Brasília.

Limita-se ao norte com a BR 349, a leste com o rio São Francisco; ao sul com a área de Reserva 4 e a oeste, com os loteamentos rurais das Agrovilas 1, 3, 5, 7, 9 e 21 e os loteamentos denominados Campinhos, Água Fria e a Área de Expansão. O acesso

⁵⁹ O município de Serra do Ramalho foi criado por força da lei nº 5.018, de 13 de junho de 1989 (RELATÓRIO PEC-SR, 1994).

ao PAE-SF é possível por via terrestre, através da BR-349 e das estradas vicinais das Agrovilas 1, 3, 5, 7, 9 e, por via fluvial, pelo rio São Francisco, em toda a sua extensão e à sua margem esquerda.

Em termos de recursos hídricos, essas reservas (1, 2 e 3) margeiam o rio São Francisco. O relevo apresenta-se plano, com muitas depressões. Todas as áreas são sujeitas a inundações periódicas, formando grandes lagoas. No PAE-SF há aproximadamente 37 lagoas.



Figura 2 – Lagoa da Comunidade de Água Fria

Fonte: ATES, 2006

As áreas apresentam solos com horizonte B. latossálico e associações. Dentre esses, destacamos os solos aluviais eutrófico textura argilosa - A e 1, aluviais eutróficos textura arenosa/média - A e 2 e solos aluviais eutróficos solódicos ou não

textura argila planossolo eutrófico sódico textura média + solos hidromórficos indiscriminados eutróficos textura argilosa.

Localizado em uma das áreas mais inóspita do Estado, no Semi-árido, representa uma das regiões da Bahia que possui períodos prolongados de seca com chuvas irregularmente distribuídas. Apresenta as seguintes características: índices de pluviosidade médias anuais de 830,5mm, temperaturas climáticas médias de 23,7°C (no mês mais frio, a temperatura apresenta uma média de superior a 23°C), índice de aridez de 44,7, índice de umidade de 3,3 e índice hídrico de -23,5 (DESAGRO, 2002, p. 11 e 22).

O período de maior intensidade de chuvas se localiza entre os meses de novembro e janeiro. O período em que ocorrem índices pluviométricos mais baixos se estende entre os meses de maio e setembro. Assim, há duas estações bastante distintas no PAE-SF: uma seca e outra chuvosa. Cabe ressaltar que, segundo dados coletados pela equipe da já referenciada pesquisa Desagro (2002):

Quando o período chuvoso é intenso e bem distribuído ao longo dos meses de novembro a março, a pluviosidade pode alcançar a média de 132,5mm mensais. O volume de chuvas que precipita não é suficiente para manter uma vegetação de porte alto, porque uma grande parte evapora e outra se infiltra ao encontrar solos permeáveis, alimentando os lençóis de águas subterrâneas, motivo que contribui para a baixa capacidade de suporte da área, e a intensidade do escoamento superficial associado à forte evaporação. Como consequência direta no regime pluvial, ocorrem intermitências na maioria dos afluentes que deságuam no rio São Francisco, principal rio da região (DESAGRO, 2002, p 11).

Quanto à vegetação, nessas áreas há dominância da floresta ribeirinha hidrófila, em pequeno percentual em relação à floresta primitiva, constituída, principalmente de jatobá, ingá e juazeiro. Ocorre ainda formação graminoide representada pela 'campina de várzea'.

As áreas do PAE-SF são utilizadas durante um período do ano com cultivo temporâneo, aproveitando a vazante, após as cheias do rio São Francisco, permitindo também o desenvolvimento da pesca artesanal nas lagoas existentes. Na margem do rio pequenos agricultores desenvolvem cultivos irrigados de cebola, batata-doce, feijão, milho, mandioca e abóbora, em pequena escala. E que agora, os agricultores têm encontrado restrições quanto ao seu uso, devido os limites impostos pelo estado.

3.1.4 Famílias assentadas

Ao todo, nas três reservas, que formam o PAE-SF, foram regularizadas e assentadas 600 famílias, distribuídas em 11 Comunidades. Não obstante, atualmente quase 800 famílias encontram-se residindo no local, 200 delas ocupando a área de forma irregular. O projeto totaliza um contingente populacional regularmente assentado de 1920 pessoas (ATES, 2006). No entanto, considerando as famílias que ainda ocupam a área de forma irregular, ou seja, que não foram regularizadas e beneficiadas pelo Programa de Reforma Agrária, este número hoje deve passar de três mil pessoas.

As famílias do PAE-SF estão divididas entre as onze comunidades que compõem o projeto, assim distribuídas: Barra do Ipueira - 101; Pambú - 61; Capão Preto -46; Boa Vista – 79; Palmas e Passos – 98; Vila Boa Esperança – 21; Mariápolis – 57; Campinhos – 26; Barreiro Grande – 44; Estreito – 40 e Água Fria – 27.

Embora esta pesquisa tenha se desenvolvido em onze comunidades diferenciadas e relativamente distantes umas das outras, não utilizamos suas fronteiras espaciais como limites para a compreensão do modo de vida das famílias, por entendermos que a busca constante do pesquisador, neste caso, é pela apreensão do modo de vida e das relações construídas a partir de “redes de relações sociais recíprocas” (SIMMEL, 1983), o que equivale à busca das interações sociais que ocorrem no encontro entre as onze comunidades e entre estas e a sociedade de modo global.

A seguir apresentamos uma breve caracterização de cada uma das 11 comunidades que compõem o PAE-SF.

Comunidade Barra da Ipueira – *Associação dos Pequenos Produtores de Barra da Ipueira.*

A comunidade é composta por 101 famílias. Segundo relatos em campo, a origem do nome deve-se à existência de um barranco bastante alto que existia próximo à margem do rio e que primeiro chamou-se Barra. Como havia muitos postos de retirada de areia ao longo do rio, com um grande fluxo de caçambas que transportavam esse material e deixavam, nesse percurso, um longo rastro de poeira, a localidade passou a ser conhecida como Barra da Ipueira. Conforme relatos, o Ibama interditou as estradas por onde passavam essas caçambas. Entretanto, elas continuam transportando areia, contrariando as determinações do referido órgão. Há informações de que nesta localidade existe rivalidade política entre grupos de assentados.

Comunidade de Pambu – *Associação dos Pequenos Produtores de Pambu, Araçá e Região.* Composta por 61 famílias, legalmente assentadas. Depoimentos contaram que existiam muitas lagoas na localidade de abrangência do PAE, dentre elas uma denominada Pambu, que deu origem a esta comunidade. É também conhecida como “Ilha” e “Caatinga” (parte seca da comunidade). Foi revelado ainda que existem famílias que possuem casa dentro da comunidade e também na Ilha. Na área da Ilha existem muitas fruteiras (manga, abacate, serigüela, etc). Algumas famílias vivem lá desde 1952. A distância da comunidade (Caatinga) até a “Ilha” é em torno de 350 metros, a travessia é feita em canoas. Muitas famílias passam o dia lavando roupas, pratos e retornam no final do dia. Como a maioria desses assentados foi criada nesta área, “herdaram” a terra dos pais ou compraram de outros. A área sempre foi de reserva. “*Depois da criação do PEC-SR, quem não quis ir para a Agrovila mudou para a Ilha, mas quando o rio enche, eles voltam para a comunidade e quando vaza o rio muda tudo novamente. Muitos vivem nesse vai e volta.*” (Reginaldo – Presidente da Associação). Segundo informações, a CPT está fazendo, nesta comunidade, um estudo específico para se verificar se há famílias remanescentes de quilombos neste local.

Comunidade de Capão Preto – *Associação dos Pequenos Produtores de Capão Preto, Caldeirão e Região.* Encontram-se assentadas nesta localidade 46 famílias. A região é também conhecida como *Ilha do Caldeirão*. Segundo depoimentos, antes da criação do projeto agroextrativista, esta área possuía uma floresta muito alta e densa, mas que foi sendo aos poucos devastada e queimada. A floresta desapareceu e restou apenas uma área escura. Como há nesta comunidade uma lagoa que se chamava Capão, por conta da área escura, consequência da queimada da floresta, deu-se o nome Capão Preto. Além disso, nesta mesma comunidade, há uma área que, mesmo em períodos de seca, em função da profundidade de determinado espaço, se acumula água assemelhando-se a um caldeirão. Tal semelhança deu origem à *Ilha do Caldeirão*.

Comunidade de Boa Vista – *Associação dos Moradores de Boa Vista*. A comunidade de Boa Vista de São Sebastião surgiu há aproximadamente 200 anos, com a doação de 2.400 ha, situada à margem direita do rio São Francisco, pelo Coronel Joaquim Castro, chegando, com o passar do tempo, a ter 299 famílias residindo no local. Em 1975, com a construção da barragem do Sobradinho, esta área foi incluída no PEC-SR, com a finalidade de assentar as famílias provenientes da região de Sobradinho (Remanso, Casa Nova, Santo-Sé, Pilão Arcado). O povoado de Boa Vista foi incluído pelo Inbra como área de preservação biológica, pelo fato de estar localizado às margens do rio São Francisco, o que possibilita sua inundação no período das enchentes. A partir da desapropriação da área em 1975, as famílias que habitavam o povoado foram convidadas a se integrar ao grupo recém-chegado da barragem do Sobradinho, os quais passariam a residir nas Agrovilas (PEC-SR). Algumas famílias (cerca de vinte), no entanto, permaneceram na área, resistindo ao remanejamento, pois tinham tradição pesqueira. Outras migraram para o município de Bom Jesus da Lapa e para as cidades de Brasília, Salvador e São Paulo. Como consequência, ocorreu um esvaziamento do povoado. Nos anos seguintes, houve o retorno de algumas dessas famílias que migraram ou que foram deslocadas para o PEC-SR. Posteriormente, essas famílias (cerca de 79) foram incorporadas ao PAE-SF e hoje habitam o povoado e sobrevivem, basicamente, de culturas de subsistência e da pesca.

Comunidade de Boa Esperança – *Associação dos Moradores de Vila Boa Esperança*. A comunidade de Boa Esperança é composta por 21 famílias. Segundo relatos, esta comunidade surgiu pelo mesmo processo que as demais, resistindo ao remanejamento para as agrovilas em função da criação da barragem do Sobradinho. Segundo depoimentos, essas famílias se consideram donas da terra, justificando tal reivindicação pelo fato de os seus antepassados já estarem instalados no local há mais de 100 anos e eles “herdaram” a terra de seus pais e avós. O nome da comunidade foi dado em função da esperança que eles sempre tiveram de permanecer no local de origem.

Comunidade de Palma e Passos – *Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Palma e Passos*. Nesta comunidade, a história se repete. Com a desapropriação do Inbra e a construção do PEC-SR, a comunidade tinha que se deslocar para o PEC-SR que foi destinado às famílias que vieram da região do Sobradinho. Como a insatisfação era geral em toda a comunidade, eles resolveram resistir a esta proposta e se mudaram para uma das Ilhas localizadas na área, pois, segundo depoimentos, a repressão era muito grande, caso eles continuassem ocupando a área. Apenas uma única família resistiu e continuou, mas, pouco tempo depois, os demais moradores retornaram do PEC-SR, pois não se adaptaram à área de sequeiro. Hoje a comunidade conta com 98 famílias.

Comunidade de Campinhos/Pituba – *Associação dos Produtores Rurais de Campinhos*. A comunidade de Campinhos é composta por 26 famílias legalmente assentadas, (mas atualmente residem nesta Comunidade mais de 100 famílias irregularmente assentadas, divididas entre Pituba e Campinhos). Essa divisão aconteceu em função da distância entre estas localidades e, em consequência, de uma casa para outra. O nome dessa comunidade surgiu em função da existência há 40 anos, de uma mineração e um porto chamado Campinhos. O nome Pituba se deu em função da existência do rio Pituba que passa na localidade. Segundo relatos, em 1981, foi feita a inscrição no Incri para a liberação da área e, quando se concretizou a liberação para fins de reforma agrária, o destino das famílias seria a Agrovila 21 no PEC-SR, porém, as famílias que viviam às margens do rio não aceitaram a mudança para a área do PEC-SR e continuaram morando na área. As demais famílias não aceitaram deslocarem-se para o PEC-SR e continuaram na área, de forma irregular.

Comunidade de Água Fria - *Associação dos Moradores de Água Fria*. Existem 27 famílias assentadas nesta associação e 15 famílias ainda aguardam a regularização fundiária de sua situação. Um fato curioso é que apenas nesta comunidade, existem mais de 20 lagoas. Ressaltamos, porém que a maioria delas fica seca na maior parte do ano. Segundo depoimentos, em uma destas lagoas, a água é bastante fria, fato que deu origem ao nome da comunidade. A infra-estrutura física e social desta comunidade é bastante precária, mas, mesmo assim, os moradores não pensam em se mudar. “*Sair daqui eu acho ruim mesmo, acho difícil me acostumar em outro lugar.*” (Paula). A estrada é bastante precária e, quando chove, o único meio de transporte é a carroça. A Comissão da Pastoral da Criança atua na área, com visitas uma vez por mês, realizando a pesagem das crianças, distribuição da “multimistura” para as que se encontram desnutridas, além do acompanhamento às gestantes. Esse trabalho é auxiliado pelo agente de saúde. Entretanto, depoimentos afirmam que, embora seja de grande necessidade, este último não tem um trabalho contínuo e efetivo na área. As 33 casas existentes na comunidade foram construídas através do Projeto Barreiro, mas a pesquisa Desagro não registrou casos de doença na área.. Há um grupo de jovens da comunidade que desenvolve trabalho de catequese com os mais novos. A religião é tida como um espaço de socialização entre as famílias. As missas são celebradas uma vez por mês. O trabalho coletivo é realizado através de mutirão.

Comunidade de Barreiro Grande – *Associação dos Moradores de Barreiro Grande*..Estão assentadas legalmente no projeto 44 famílias, 30 famílias aguardam a sua regularização. A existência de um barranco à beira do rio deu origem ao nome dessa comunidade. Esse barranco destacava-se por ser mais alto que os demais existentes na área. A partir daí, a comunidade passou a ser chamada de Barreiro Grande. De todas as associações do PAE-SF, esta é a única presidida por uma mulher. Nela, há um grupo formado por 27 mulheres que desenvolve trabalhos com horta

medicinal e comunitária. Pela proximidade com a Agrovila 21, os moradores de Barreiro Grande mantêm uma forte relação de amizade com os moradores da referida agrovila, assim como há também um grande grau de parentesco entre famílias desta comunidade e as da Agrovila 21, situada no PEC-SR. Muitas famílias assentadas na comunidade Barreiro Grande receberam lotes na Agrovila 21, ao invés de uma residência e, por isso, continuam morando na comunidade de Barreiro Grande. Há um grupo de jovens/adolescentes que foram treinadas e, desde então, realiza um trabalho de catequese com os mais novos na comunidade. A prática religiosa, assim como os festejos na comunidade são os momentos de integração e socialização da comunidade. Quanto ao trabalho coletivo, a presidente da associação faz o seguinte relato: “*Vale a pena trabalhar no coletivo, só que muitos não colaboram.*” (Rosângela)

Comunidade de Mariápolis – *Associação do Desenvolvimento Comunitário do Mariápolis*. Em Mariápolis, encontram-se residindo cerca de 170 famílias, mas apenas 57 delas são legalmente cadastradas. Nesta comunidade, a história também se repete, ou seja, famílias nascidas e criadas na área, que foram obrigadas a se deslocarem para o PEC-SR, mas que retornaram e hoje estão incorporadas ao PAE-SF. Um fato curioso a declarar sobre esta comunidade é que a estação de tratamento de água que abastece o município de Serra do Ramalho se encontra instalada nesta área, porém, não há água encanada para o abastecimento das famílias que a compõem.

Comunidade do Estreito – *Associação do Desenvolvimento dos Produtores Rurais do Estreito*. Atualmente residem nessa comunidade 40 famílias, que é muito pobre em infra-estrutura. De acordo com depoimentos, as condições de vida da Ilha são melhores, pois, além da existência de árvores frutíferas, há condições de se criar animais de pequeno porte, como porcos e galinhas que, além de servirem para o abastecimento interno, podem ser vendidos, aumentando a renda familiar. Segundo informações de campo, após a indenização e desapropriação da fazenda, em 1979, os antigos empregados e agregados destas fazendas derrubaram as antigas casas e levaram todo o material. Depoimentos contaram que o Incri indenizou a área sem conflitos. Como não havia mais casas desocupadas na Agrovila 21, muitas famílias que nasceram e se criaram nas fazendas que foram indenizadas pelo Incri, permaneceram “ilegalmente” na propriedade. “*Para sair daqui só se for toda a comunidade. Nós foi nascido e criado aqui.*” (Francisco, 58 anos). Segundo registro, das 45 famílias assentadas na comunidade duas preferiram viver na Ilha, alegando que: “*Eu não me acostumo na caatinga, aqui eu posso criar meus bichos soltos. É um lugar sossegado, fresco. As crianças daqui atravessa a Ilha de barco e vai para a escola, anda 3 km.*” (Eurides – 65 anos). No período entre maio e setembro, um grupo de 12 pessoas acampam na área – Ilha do Estreito. Eles distribuem para a comunidade roupas, remédios e cestas básicas. Do último acampamento que fizeram na Ilha, eles deixaram para uso da comunidade dois barcos que servem de transporte para as famílias, apenas retiram os motores. Conforme relatos, há certo desencontro do Incri e os assentados. “*Os caboclo entra aí e a comunidade não resolve nada, é só reunião, reunião na Central. Aí (Incri/B.J.Lapa) a Central tomou conta da comunidade e diz que vai sair*

projeto, recurso. Eles chega aqui e diz que só pode fazer se for criar abelha, bode, mas a gente precisa de organização. Criar abelha? Qual a condição que nós tem? Nós vive é do peixe e nós fez um projeto para comprar um barco e eles falou que não era para comprar isso. Nós não pode fracionar (dividir) desse tipo. Nós que mora aqui é que sabe, eles trabalha lá no escritório, eles não vem aqui.” (Calixto Alves, 46 anos). Segundo informações, o nome da comunidade teve origem a partir do estreitamento do rio. Pois, quando o rio seca forma uma área de areia e pedras, que embora comprida, é estreita, daí o nome dado à comunidade, “Estreito”.

3.2 O PROJETO DO INCRA: LIMITES E RESTRIÇÕES

O PAE-SF é uma modalidade de assentamento destinado à população tradicional. O cadastro das famílias é que⁶⁰ identifica, qualifica e dá o perfil dos ocupantes. Como principal critério classificatório e de eliminação, foi utilizada no cadastro a avaliação da tradição na atividade do extrativismo e/ou agroextrativismo⁶¹. No processo de ocupação da área, foi apresentada uma distinção entre os moradores do local, enquadrando-os e classificando-os como os que “têm perfil”, ou seja, aqueles agricultores nascidos e criados às margens do rio (ribeirinhos/barranqueiros), filhos e netos dos pescadores e antigos moradores da área. Os que foram classificados como os que “não têm perfil” representam aquelas pessoas que não se enquadram nos objetivos do projeto, que incluem: os fazendeiros, criadores de gado, os moradores da área que não têm tradição ribeirinha e/ou de agricultura de subsistência e os forasteiros, mas que, no entanto, aparecem em situação melhor do que os que estão assentados regularmente, “os com perfil”, visto que não há cobranças diretas nem fiscalização quanto a sua permanência e atividades desenvolvidas no PAE-SF.

60

61 *Projetos de Assentamento Agroextrativista – PAE* :–conceito e metodologia para implantação dos projetos de assentamento agro-extrativistas (1996).

Uma das principais diferenciações do PAE-SF em relação aos demais assentamentos implantados pela política pública de reforma agrária é o fato de que, nesse assentamento, a legislação não permite que os lotes possam ser demarcados e titulados individualmente. No PAE-SF não há título individual de terra, a regularização fundiária baseia-se na propriedade coletiva, com tutela governamental. Apenas os lotes residenciais – em torno dos quais é possível, em determinadas épocas do ano, realizar uma pequena atividade produtiva – foram atribuídos aos beneficiários do Projeto. Uma parcela da área se destina à preservação ambiental, não comportando nenhum projeto produtivo. Desta forma, o Incra tem a responsabilidade de incentivar atividades, como a pesca não predatória, uso dos recursos de forma sustentável (retirada da madeira, uso do solo para atividades produtivas), que visem a promover uma reforma agrária ecológica, mas que, ao mesmo tempo, também proporcione às famílias apoio técnico e infra-estrutura que permitam o seu desenvolvimento sustentado com respeito à sua cultura e seus valores.

No total da área do PAE-SF, ele disporia de uma área de 5.000 ha destinada às atividades coletivas. No entanto, o INCRA reconhece que não há uma atividade efetivamente se desenvolvendo nesta área. Este espaço correspondente a $\frac{1}{4}$ da área total do Projeto. No entanto, até o presente, ela não foi incorporada efetivamente no PAE-SF e permanece ocupada, de fato, por pessoas estranhas ao projeto, considerados pelo próprio Incra, como “irregulares” ou “sem perfil”.

A regularização fundiária se deu de forma coletiva, através da Concessão de Direito Real de Uso, que foi firmada inicialmente pelo período de dez anos, renovável por mais dez, entre o Incra e a Central das Associações. Nesse contexto, o PAE-SF é território da União, porém concedido em usufruto coletivo, através da Capaesf, a qual

é responsável pela co-gestão do projeto, localizado em área de preservação, conforme regras previamente estabelecidas e legitimadas pelo Estado.

Em 1995, como a criação do PAE-SF, foram impostas pelo Estado restrições legais de uso da área em relação às atividades econômicas praticadas no interior do assentamento. O PAE-SF, identificado como possuidor de certa cultura compatível com a preservação do meio ambiente, recomenda o cultivo da terra, como forma alternativa e complementar de subsistência e, revela uma utilização de interesse social para a área no que concerne ao extrativismo pesqueiro. Além disso:

Visa atender as necessidades sociais e econômicas das famílias que moram e trabalham na exploração da área, desde antes da criação do PEC-SR, objetivando também a manutenção do equilíbrio ecológico ambiental, via organização e aproveitamento de oferta ambiental daquela área de forma auto-sustentável (Relatório socioeconômico do PAE-SF, 1999).

Não obstante a presença dos moradores fosse necessária nas decisões quanto a seu destino, muito do que se definiu para o PAE – SF, pode-se dizer, partiu de um olhar externo, muitas vezes estabelecido de cima para baixo, *forjado nas instâncias do poder* (FERRANTE, 1997).

De acordo com o *Plano de utilização do PAE-SF*, as atividades desenvolvidas nele se enquadram em três categorias, a saber, as permitidas, as condicionadas (nas áreas de uso comum) e as proibidas. A violação das regras de exercício de atividades sujeitam o infrator a algumas penalidades, como veremos a seguir.

No que se refere às atividades permitidas, cada família tem a permissão de praticar as atividades agroextrativistas respeitando costumes e tradições, de acordo com sua força de trabalho, dentro da lei ambiental (PLANO, 2001, p.23). Poderá utilizar áreas para produção de alimentos, incluindo capoeira, pasto, plantio e quintal, respeitando sempre o limite máximo por família beneficiária do projeto (40x100m)

(PLANO, 2001, p.24). Os roçados em terra firme, assim como as moradias devem manter a distância mínima de 150m⁶² das margens dos rios e lagoas. Por isso, é proibido se plantar nas áreas de lameiro. A prática de recomposição das matas ciliares, respeitando a tradição das antigas habitações, deve ser obedecida e respeitada (PLANO, 2001, p.24-25). Os moradores do PAE-SF têm direito de pescar para sua sobrevivência e alimentação, respeitadas as leis ambientais vigentes (PLANO, 2001, p.27). É permitida a extração de areia às margens do rio desde que em conformidade com os órgãos ambientais e que não cause danos ambientais na área do PAE-SF (PLANO, 2001, p.28).

Cada família pode fazer uso produtivo de sua área de ocupação para a agricultura irrigável, agricultura de sequeiro, pecuária de pequeno porte e piscicultura (PLANO, 2001, p.24). A criação de animais em pastagens cultivadas é permitida dentro dos limites aprovados em assembléia da Central das Associações dos Moradores, mas a construção de cercas, chiqueiros e outras instalações é da responsabilidade do criador (PLANO, 2001, p.25-26). É permitida a criação de bovinos⁶³ nas pastagens naturais do PAE-SF, respeitando-se a tradição e os costumes dos moradores, desde que haja instalações adequadas (PLANO, 2001, p.26).

As atividades condicionadas são realizadas pelos moradores do projeto nas áreas de uso comum, como rios, riachos, lagoas, barrancos, respeitando as tradições, os costumes e a legislação ambiental, ficando as associações de cada comunidade, junto à sua Central, com responsabilidade de resolver os problema que venham a surgir com os moradores (PLANO, 2001, p.28).

⁶² Cabe registrar que, pela legislação ambiental, o limite permitido é de 500m da margem do rio, mas esta medida, no PAE-SF, foi resultado de um acordo entre Incra/Ibama e moradores.

⁶³ Foi definido pelo Incra/Ibama que apenas são permitidas cinco cabeças por família.

A lista das atividades e atitudes que são proibidas é mais explícita. Assim, é estritamente proibida qualquer forma de contratação de força de trabalho extra familiar (trabalho de meia, arrendamento, contratação de mão-de-obra) que venha a submeter qualquer pessoa à condição de empregado, a não ser que o dono do lote sofra de alguma deficiência física que o impeça de trabalhar (PLANO, 2001, p.19-20). São proibidas a compra e a venda de terras, dentro do PAE-SF. Caso haja desistências do direito de uso por uma das famílias beneficiárias, as transferências devem ter a anuência prévia da Central das Associações e do Incra (PLANO, 2001, p.22). É proibido jogar lixo a céu aberto, principalmente agrotóxico, nas margens de curso d'água e também das lagoas (PLANO, 2001, p.24-25). Não é permitida a caça, a captura ou qualquer outra intervenção sobre animais silvestres que estejam sob proteção da legislação vigente (PLANO, 2001, p.26). Não é permitido, no rio, o uso de redes com malhas inferiores a 14 cm, como também do tipo de arrastão, marim ou outros que venham a prejudicar o ecossistema (PLANO, 2001, p.26). Não é permitida a pesca em época de piracema, assim como o uso de materiais tóxicos, como cipós ou explosivos (PLANO, 2001, p.27). É proibida a queimada às margens do rio e lagoas (PLANO, 2001,p.27), assim como qualquer atividade de extração de minérios (PLANO, 2001, p.28).

Do mesmo modo, o *Plano de utilização do PAE-SF* (2001) indica as penalidades previstas para os que desobedecerem as normas acima enumeradas.

Deste modo, as pessoas estranhas ao projeto que invadirem e/ou usarem os recursos naturais dentro dos limites PAE-SF, sem a prévia autorização, serão penalizadas com sua expulsão, cabendo indenização pelos danos causados e o pagamento de multas estabelecidas na legislação vigente (PLANO, 2001, p.30). Os

beneficiários do projeto que contrariarem as normas estão sujeitos às seguintes penalidades: advertência verbal, advertência por escrito, embargo de atividades e perda definitiva da autorização de uso, no caso de reincidência (PLANO, 2001, p.31).

Além das punições contidas no Plano os moradores e a associação estão sujeitos às penalidades das leis ambientais impostas pelo Ibama (PLANO, 2001, p.31).

3.2.1 Compromissos dos assentados

Os assentados, na qualidade de membro de uma associação de beneficiário, sempre seguindo as diretrizes do *Plano de utilização do PAE-SF* (2001), têm o compromisso de eleger, dentre os seus membros, o Conselho de Administração do Projeto, o qual designa grupos e equipes de trabalho para atuarem nas distintas áreas da execução administrativa-operacional do projeto e responder solidariamente pelo mesmo. Aos grupos e equipes são atribuídas tarefas/missões com respectivos cronogramas de execução (PLANO, 2001, p.13).

Um compromisso também a ser cumprido é que a opção por atividades de geração de renda e de desenvolvimento de culturas de subsistência dos moradores será baseada em condições produtivas que não destruam as bases ecológicas e permitam sua manutenção ao longo dos anos (PLANO, 2001, p.18).

A comercialização da produção deve atender em primeiro lugar às necessidades locais e só depois o excedente deve ser vendido para mercados fora da área (PLANO, 2001, p.20).

Todos os moradores, na qualidade de co-gestores, são responsáveis pela administração do PAE-SF, de forma individual ou coletiva, e pela execução do *Plano*

de utilização (PLANO, 2001, p.20). A Central das Associações do Moradores do PAE-SF deve reunir trimestralmente os representantes dos núcleos comunitários, para que sejam levantados os problemas que estão ocorrendo na execução do Plano e subsidiar o Conselho deliberativo da Central, em suas decisões (PLANO, 2001, p.21).

As famílias são responsáveis pela conservação e pela manutenção de suas ocupações, devendo realizar atividades que ajudem na sua melhoria (limpeza e conservação de ramais de acesso, varadouros que interligam colocações, estradas, rios e lagoas) (PLANO, 2001, p.24). Todas as famílias devem fazer fossas sanitárias, tratar a água utilizada para consumo doméstico e fazer fossa para acomodação do lixo (PLANO, 2001, p.24).

Os moradores são responsáveis pela escolha das lagoas a serem povoadas, como também pelas espécies de peixe a serem criados, tudo isso decidido em assembléia da Central, com orientação técnica (PLANO, 2001, p.27).

Cada comunidade é responsável pela conservação e fiscalização das lagoas (PLANO, 2001, p.27). Cada morador é um fiscal do projeto como um todo, cabendo a qualquer um denúncias de irregularidades à Central das Associações dos Moradores (PLANO, 2001, p.29).

3.2.2 Compromissos do Incra

O plano também estabelece quais são os compromissos que o Incra deve assumir com os assentados. Entre estes, além da liberação de terras disponíveis para o cultivo através da regularização da situação fundiária das famílias tradicionais ribeirinhas (PLANO, 2001, p.7), fiscalizar que as terras e suas ascensões naturais

classificadas de preservação permanente sejam de uso exclusivo das comunidades (PLANO, 2001, p.10).

É também responsabilidade desse órgão fazer a articulação com a Diretoria de Assentamento do Incra com os demais organismos governamentais de níveis federal, estadual e municipal que tenham atuação nas áreas ambiental e de desenvolvimento rural para fins de:

- a) construir 600 unidades residenciais agrícolas familiares (PLANO, 2001, p.10);
- b) implantar a infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento da comunidade rural (PLANO, 2001, p.10);
- c) prestar assistência nas áreas de saneamento básico, saúde, educação e demais serviços necessários à evolução plena do projeto (PLANO, 2001, p.11-12);
- d) determinar a promoção de parcerias multidisciplinares e interinstitucionais, via protocolos de cooperação com órgãos federais, estaduais e municipais, priorizando as interveniências dos bancos do Brasil e do Nordeste, do Ibama, da FNS e da Codevasf, do Governo do Estado da Bahia e de ONGs, buscando a gestão participativa nos campos de crédito rural (crédito implantação – alimentação, fomento e habitação e Procera – implantado de forma coletiva), fomento agropecuário, pesquisa, assistência técnica, extensão rural, extensão florestal, extensão pesqueira, comercialização, beneficiamento, armazenamento e transporte do pescado;
- e) recomendar a elaboração do projeto técnico de desenvolvimento sustentável através de parcerias com instituições governamentais e não

governamentais (PLANO, 2001, p.12) a exemplo da construção do PDSA da área, cujo aplicabilidade, ficou apenas no papel ;

- f) recomendar a elaboração de norma instrutiva que oriente quanto ao uso das áreas e impeça qualquer forma predatória de uso do meio ambiente (PLANO, 2001, p.12).
- g) proporcionar educação ambiental aos moradores residentes no PAE-SF.

Diante deste quadro, o balanço que fazemos sobre as realizações do Estado dentro do PAE-SF é a afirmação da inexistência de uma política pública de reforma agrária mais comprometida com o atendimento das necessidades essenciais à melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas como a terra, a infra-estrutura. Este fator vem trazendo sérias consequências negativas para as famílias assentadas e para a sustentabilidade do Projeto. Por outro lado, os gestores do Projeto, sobretudo, no papel do INCRA, justifica a não realização das ações que lhes compete, pela presença dos irregulares na área – *os sem-perfil*, que vêm há muito tempo ocupando parte da área do PAE-SF (1/4 da área) de forma irregular, em uma situação que já se arrasta há muitos anos. O que se tem de concreto, são 29 ações na Justiça Federal de reintegração de posse de terras que se encontram em mãos dos irregulares.

A saída destas pessoas, segundo entrevistas dos gestores do projeto, solucionaria grande parte dos problemas da falta de terra no PAE-SF, e conseqüentemente a distribuição destas terras para desenvolvimento de trabalhos coletivos, assim como para as famílias individuais, na perspectiva de melhoria da produção e das condições de vida dos assentados

3.2.3 Redes sociais governamentais e o acesso à infra-estrutura

A tutela do Incra, que é um órgão federal, dentro do seu modelo deve propiciar a integração dessas populações assentadas a uma rede nacional, que inclui, dentre outros aspectos, o acesso a serviços básicos de infra-estrutura. Não raro, suas lideranças são levadas a reuniões, sejam regionais ou nacionais, quando seus projetos têm que concorrer com os projetos de outras comunidades brasileiras, de modo a fazerem jus às reivindicações solicitadas.

A seguir iremos apresentar brevemente as complexas redes sociais governamentais que são estabelecidas entre assentados e os governos municipal, estadual e federal, tanto no que se refere ao acesso às políticas públicas de infra-estrutura como aos serviços sociais básicos. Sobre a importância das redes entre o governo e o PAE-SF, ressalta um assentado “o lado positivo é a presença do governo que tem suas responsabilidades, em todas as áreas, educação, saúde, infra-estrutura [...]” (Bartolomeu, 31 anos, Barra do Ipueira).

O primeiro desses serviços, a manutenção de estradas por onde deveriam circular com facilidade pessoas e produtos oriundos do assentamento, não corresponde ao que seria adequado nas circunstâncias. Uma estrada que sai de Serra do Ramalho une, de norte a sul, todo o PAE-SF. Trata-se de uma estrada de responsabilidade do governo estadual, com pavimentação de cascalho. O Incra é o responsável pela manutenção das estradas vicinais que dão acesso às comunidades. Estas não são pavimentadas. Desta forma, em tempo de chuva, elas ficam intransitáveis por causa da lama que se forma em toda sua extensão. No período seco, em virtude da grande quantidade de areia e barro que existe, torna-se difícil, em muitos trechos, a passagem

de carros que não tenham dispositivo de tração nas quatro rodas. No geral, as observações de campo evidenciaram poucos investimentos estatais neste tipo de infraestrutura, o que dificulta a acessibilidade e a mobilidade dos moradores.



Figura 3 – Estradas internas

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

Aparece em segundo lugar o fornecimento de energia elétrica: no assentamento, ele está vinculado ao programa governamental federal Luz para Todos, mas este benefício não alcançou ainda todas as residências nas onze comunidades. Algumas delas ainda não possuem energia elétrica. Segundo ressaltaram os entrevistados, a falta de energia elétrica representa um grave problema. Nas comunidades que são beneficiadas pelo acesso a energia elétrica, encontramos nas residências televisores e rádios, garantindo, portanto, o acesso à comunicação com o mundo global veiculado pela TV e rádio. Algumas famílias, para suprir esta

deficiência, utilizam baterias de automóveis. As que não possuem alternativa, freqüentam as casa de outros moradores que já compraram a TV e assistem juntos aos programas por ela veiculados.

No PAE-SF não há abastecimento de água tratada, embora 63,1% dos moradores (ATES, 2006) possuam água encanada, bombeada individualmente, a partir do rio. As famílias informaram que elas utilizam uma semente chamada de *moringa* para “purificar” a água. Esta semente foi distribuída, há alguns anos, por agentes sociais de saúde. Algumas das famílias também declararam que utilizam filtros de barro para tratamento da água.

De acordo com o relatório Ates (2006), as famílias abastecem-se de água a partir das seguintes fontes: 72,2% retiram diretamente do rio, 6,7%, do poço, 3,0%, da cisterna, 1,1%, da cacimba e 17,1%, das lagoas.

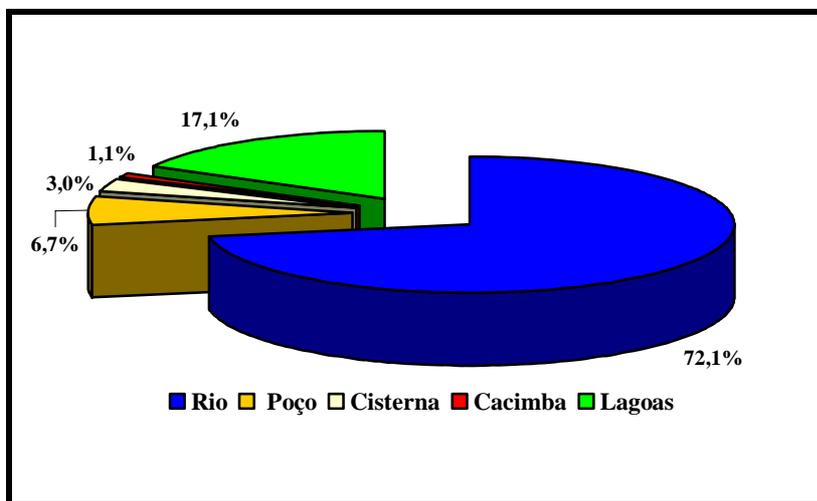


Figura 4 – Gráfico de Abastecimento de água

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

Observamos que a companhia de abastecimento que fornece água tratada para as agrovilas do PEC-SR possui um sistema de captação, tratamento e distribuição de água dentro de uma das comunidades do PAE-SF, entretanto, nem mesmo esta comunidade é beneficiada com rede de distribuição da Embasa.

O manejo do lixo e o tratamento de esgoto representam uma preocupação, considerando-se as pretensões ecológicas relativas ao assentamento. Quanto a isto, foi acordado no *Plano de utilização do PAE-SF* que as famílias teriam a responsabilidade de fazer as fossas individuais para tratamento dos resíduos, porém ambas as práticas são deficitárias. Como se sabe, a falta de manejo adequado de resíduos traz como conseqüências sérias doenças, sobretudo para as crianças e para os mais velhos, como, por exemplo, as verminoses que acarretam diarreia e tem como resultado a desnutrição.

Segundo o relatório da Ates (2006), o manejo de 67,7% do lixo é feito pela queima. Embora seja expressamente proibido jogar o lixo a céu aberto, tal prática é ainda utilizada por 33,7% das famílias assentadas. O lixo tem ainda outros destinos: aterro, lagoas e rio, praticas extremamente danosas ao meio ambiente a à população local.



Figura 5 – Lixo a céu aberto

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

Quanto ao número de fossas existentes no PAE-SF, não encontramos dados em nenhum dos relatórios que foram consultados e, ao que parece, não existe qualquer fiscalização governamental atuando ou instruindo os assentados.

No que se refere à habitação, em todo o PAE-SF é possível se ver ainda as antigas moradias com seus moradores. São casas muito simples, de taipa, cobertas de telha ou sapê, geralmente com quatro cômodos. Os banheiros se localizam na área externa, a cozinha, em geral aberta, compõe a maior área da casa e utiliza-se fogão à lenha⁶⁴. No assentamento este tipo de moradia representa 4,1% (ATES, 2006).

⁶⁴Verificamos em campo que em todas as casas, ainda que exista fogão a gás, há no fundo delas uma cozinha à parte com o fogão à lenha. Os assentados afirmam que: “o preço do botijão está muito caro, nem sempre temos dinheiro para comprar, recorreremos à lenha”. Além disso, garantem que “o mantimento cozinhando na lenha é muito mais gostoso do que no fogão de gás” (Rosângela 41, Barreiro Grande).



Figura 6 – Residências antigas no PAE-SF

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

O apoio à habitação (em 2003) no PAE-SF consistiu em fornecimento, aos assentados, de um crédito habitação, utilizado para a construção ou melhoria das residências dos ribeirinhos. A compra de material e a construção das casas foram realizadas através das ações dos próprios assentados em parceria com a Associação Central dos Moradores. Nas entrevistas, tivemos vários depoimentos que apontaram uma melhoria significativa a partir da criação do assentamento e do acesso ao crédito habitação. A construção das residências foi apontada pelos assentados como uma das principais melhorias ocorridas com a implantação do PAE-SF. Conforme afirmam: “Este projeto mudou bastante para mim, porque antes eu não tinha um local fixo para morar, morava com meu pai numa casa de taipa, hoje já temos a casa” (Marivanda, 39 anos, Campinhos).

O relatório do PSDA (2002) aponta que, no total, foram construídas 600 casas residenciais através do crédito habitação. São casas de alvenaria, com telhado de madeira e com os banheiros no interior da casa. Em geral, as novas casas possuem cinco cômodos. Os pisos são de cimento (83,95), de barro (8,2%) e de cerâmica (7,8%). No entanto, algumas dessas residências se encontram ainda inacabadas, faltando-lhes: reboco, pintura, portas nos quartos e pisos adequados. Em algumas das comunidades, encontramos casas abandonadas. Este fato foi justificado pelo valor do recurso, mas também porque o material de construção não foi enviado por completo e em tempo hábil⁶⁵, para algumas das comunidades.



Figura 7 – Residências construída com o crédito habitação

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

⁶⁵ Segundo depoimento obtido em 2007, algumas comunidades receberam novos créditos que estão sendo investidos nas melhoria das casas.

As novas residências representam uma das principais mudanças ocorridas no PAE-SF e reconhecida pela quase totalidade dos entrevistados em campo. Este fato foi recorrente na maioria das entrevistas. Uma moradora explica:

Antigamente não tinha casa, a gente vivia num barraco. Aquilo não era casa, tinha muito barbeiro naquela época. Hoje não temos muita coisa não, mas temos uma casa, temos nossa casinha, é bem verdade que não tá toda acabada, falta rebocar, pintar, mas serve pra passar a chuva e o sol (Carmelita, 47, Pambu).

A grande preocupação dos assentados em relação ao acesso de seus filhos à educação (que já mencionamos em seção anterior) justifica-se porque o processo de escolarização é, para eles, o modo de inserção na vida global e uma alternativa de “melhorar de vida”. A vida escolar dos filhos representa uma forma de relacionamento com o mundo externo, visto que eles tendem a incorporar novos valores e conhecimentos veiculados pela sociedade global, sobretudo quando saem para as cidades circunvizinhas.

Quanto ao serviço de educação, foi observado que há uma maior abrangência para o PAE-SF como um todo. Apenas uma das onze comunidades não possui escolas. As demais comunidades são beneficiadas com prédios escolares, construídos pelo governo municipal. Alguns dos prédios foram construídos pelos próprios moradores em mutirão, mas o governo municipal é o responsável pela contratação e pelo pagamento dos professores e funcionários das escolas, assim como pela distribuição da merenda escolar e do material didático.



Figura 8 – Escola

Fonte: ATES, 2006

Embora as comunidades sejam contempladas com prédios escolares, depoimentos apontaram que as condições de infra-estrutura dos prédios apresentam-se bastante precárias, pois, em alguns deles, faltam até mesmo materiais didáticos, móveis adequados e merenda para os alunos.

As escolas possuem o ensino que agrega desde a alfabetização até a 8ª série. Este fato contribui, de certa forma, para indicadores positivos quanto à participação das crianças e jovens na escola. O relatório da Ates (,2006) informou que, no PAE-SF, 90% das crianças em idade escolar estão freqüentando a sala de aula. O mesmo relatório evidenciou que 36,6% da população do PAE-SF declararam não ter nenhum grau de escolaridade, muitos deles apenas aprenderam a escrever o nome⁶⁶. Em algumas das comunidades existe também o programa de alfabetização de jovens e

⁶⁶ Sobre esta questão, cabe aqui o exemplo de D. Anuncia, conhecida por Morena que, aos 90 anos, aprendeu com uma vizinha a escrever o seu nome - (falecida em 2006).

adultos (EJA), que foi implantado no turno da noite, porém, com pouca frequência por conta do “cansaço” no fim do dia.

Uma professora que também é assentada e ensina na comunidade falou sobre a falta de motivação dos alunos, fato que acarreta grandes evasões no decorrer do ano. Um aspecto apontado pela referida professora como fator que dificulta uma melhor aprendizagem para os alunos se refere ao funcionamento de diversas séries em uma só sala de aula, o sistema multisseriado⁶⁷. Ela destacou ainda que o não comparecimento de pais nas reuniões escolares também é um grande problema, uma vez que as famílias se isentam das obrigações com a educação e depositam toda a tarefa escolar para os professores.

Cabe ressaltar que, como não existe ensino de segundo grau no assentamento há necessidade de deslocamento dos alunos para as cidades vizinhas. Alguns jovens assentados também precisam sair para se dedicar ao ensino superior na cidade de Bom Jesus da Lapa ou Serra do Ramalho que oferecem o curso de pedagogia. A prefeitura disponibilizou transportes, mas ressaltaram os assentados que estes não são suficientes. Alguns dos alunos que saem para estas cidades ficam em casas de parentes ou amigos e retornam para o PAE-SF no final de semana. A escolaridade no PAE-SF, de acordo com o Relatório Ates (2006) está assim distribuída: 20,3% alfabetização ou EJA; 31,6% ensino fundamental; 11,4% ensino médio; 0,1% ensino superior e 36,6% de analfabetos ou analfabetos funcionais.

⁶⁷ A maioria dos professores do PAE-SF se enquadra na categoria de professores leigos. Desta forma, a técnica do sistema multisseriado, por exemplo, pode não estar sendo aplicado devidamente por falta de habilidade e qualificação dos professores.

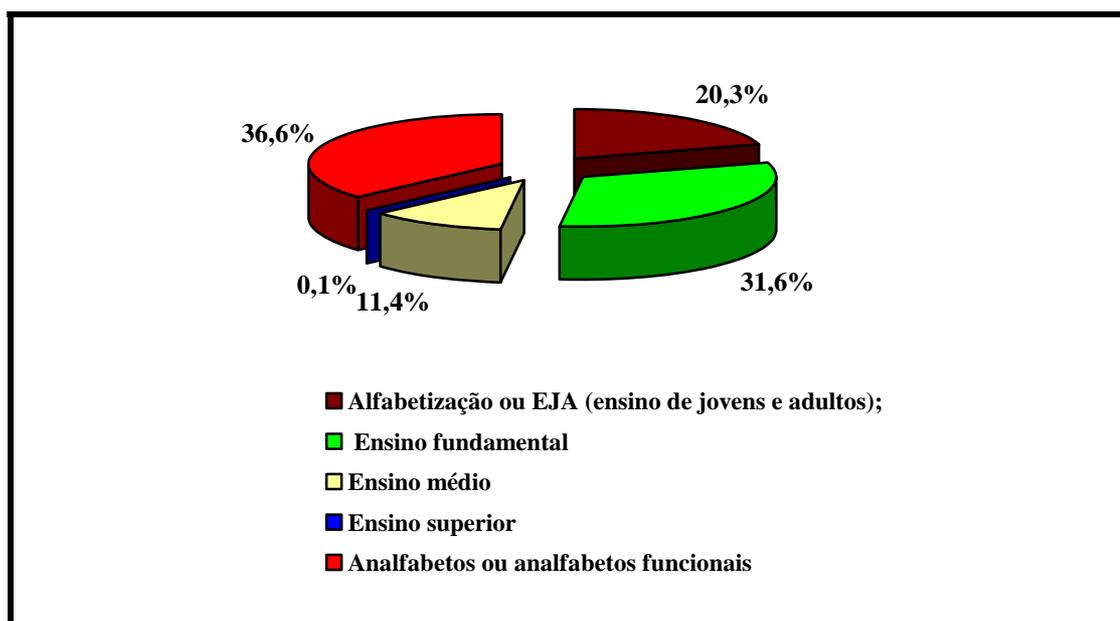


Figura 9 – Nível de escolaridade das crianças do PAE-SF

Fonte: Relatório Ates (2006)

O próximo serviço a ser considerado é o acesso à saúde. Os serviços de saúde são responsabilidade dos governos estadual e municipal. No entanto, quanto aos serviços de saúde, tanto as observações de campo quanto a pesquisa secundária, apontaram que não existem postos de saúde em funcionamento para as famílias dentro PAE-SF. Em todo o âmbito do projeto, as famílias assentadas encontram-se carentes de posto médico-odontológico, bem como de ambulatórios, farmácias básicas e ambulância. Em uma das comunidades existe um local que foi construído e destinado ao posto de saúde, mas se encontra abandonado e é utilizado como depósito.

As famílias, desta forma, buscam atendimento de urgência na Agrovila 9, sede do PEC-SR (que conta com um hospital), no município de Serra do Ramalho. Em casos mais graves, deslocam-se para Bom Jesus da Lapa e outras localidades da região e utilizam os serviços de saúde disponíveis. Cabe destacar, no entanto, que as

comunidades são atendidas sempre que há campanhas de vacinação de alcance estadual e nacional, quando se criam postos nas escolas e nas sedes das associações.

O alcoolismo foi apontado por muitos entrevistados como um problema de doença presente em todas as onze comunidades, não apenas entre os adultos, mas também entre alguns jovens adultos.

Em algumas das comunidades do PAE-SF há acompanhamento de crianças e gestantes através de programas realizados pela Pastoral da Criança. No que se refere às crianças, este acompanhamento tem alcançado mudanças significativas, sobretudo em termos de melhoria da desnutrição infantil. O acompanhamento das crianças é realizado através da pesagem e da distribuição regular de uma *multimistura* que é preparada com folhas, sementes e casca de ovo. No caso das gestantes, o programa da pastoral é voltado para o acompanhamento e encaminhamento destas para o exame pré-natal.

Existem também no PAE-SF alguns agentes de saúde espalhados nas comunidades, mas, segundo os assentados, o número de agentes que trabalham não consegue atender a todas as pessoas que necessitam deste serviço.

A maioria das famílias utiliza remédios caseiros para a prevenção e cura de doenças mais simples, valendo-se da sabedoria popular acumulada por gerações. Muitas famílias cultivam farmácia viva em suas hortas.

Além disso, cabe ressaltar que, por conta da tradição e da falta de serviços de saúde no assentamento, muitas famílias recorrem à religião como forma de curar as doenças, através dos cultos de cura e das benzedeiros, práticas muito comuns nas áreas rurais.

Concluindo, afirmamos que a infra-estrutura é ainda incipiente no PAE-SF. O atendimento à saúde foi apontado como o mais grave problema enfrentado pelas comunidades, seguindo pela má qualidade das estradas que ligam o projeto às cidades vizinhas e dentro do próprio projeto. A falta de escolas com graus mais elevados foi também apontada como grave deficiência. O acesso à energia e ao abastecimento de água tratada, além de infra-estrutura de lazer e a ausência de telefones públicos, foram também destacados pelos entrevistados. Este fato ressalta a necessidade de concluir um projeto criado há 12 anos, idealizado através do Plano de Utilização há 7 anos e, que sobre muitos aspectos, ainda não saiu do papel. O PAE-SF é um projeto inconcluso que vem trazendo sérias conseqüências negativas para o modo de vida das famílias tradicionais ribeirinhas assentadas.

4 O MODO DE VIDA NO PAE-SF – LÓGICAS DA PRODUÇÃO

O capítulo que se segue tem como objetivo apresentar o modo de vida das famílias tradicionais ribeirinhas, tal como foi observado e inferido pelas entrevistas realizadas no PAE-SF, através das lógicas produtivas dos assentados, a partir da análise das categorias e subcategorias levantadas no capítulo 2. É nesse contexto diversificado que os assentados procuram ajustar-se entre o modo de vida tradicional fundamentado em saberes e costumes locais, que mantinham desde a origem das comunidades, antes da implantação do PAE-SF, e a situação imposta pela implantação do modelo de tutela do Estado, “incorporando” novas práticas ao seu modo de vida que passou a conduzi-los.

Neste momento, pensar nas formas como essas famílias diversificam suas estratégias é pensar numa dupla combinação de obstáculos à manutenção familiar. Primeiro, frente aos novos regulamentos do Incra e suas restrições quanto ao uso dos recursos e frente ao impacto destas sobre as atividades produtivas, sobre seus valores e sobre sua inter-relação com o meio ambiente. Em segundo lugar, às próprias limitações do Estado brasileiro, que se mostra frágil ao implantar políticas públicas, pois se elaboram planos e projetos que, muitas das vezes, não vêm acompanhados, no tempo

aprazado, do suporte e da garantia devidos, especialmente quanto ao acesso efetivamente de terras, à infra-estrutura e aos serviços sociais básicos, comprometendo a reprodução das famílias.

Para ter uma visão geral do grupo analisado, iremos inicialmente traçar o perfil dessas famílias tradicionais ribeirinhas assentadas no PAE-SF. Em seguida, serão tratadas as suas lógicas produtivas, visando compreender a organização interna dos estabelecimentos camponeses locais, que envolvem as suas formas de produção, as estratégias de reprodução das famílias e as tensões geradas pelo projeto parcialmente implantado pelo Incra e as suas consequências para o modo de vida das famílias tradicionais.

4.1 FAMÍLIA: TERRA, TRABALHO E PRODUÇÃO

Como já foi dito, parte da população tradicional ribeirinha que atualmente ocupa o PAE-SF é oriunda das antigas fazendas situadas às margens do rio São Francisco. A pesquisa Desagro de 2002 identificou que aproximadamente 96% da população legalmente assentada se constituem por antigos moradores nascidos ou criados na área do PAE-SF, e/ou são filhos e netos de antigos agricultores/pescadores, ou ainda vieram de regiões circunvizinhas⁶⁸. O *Relatório socioeconômico* da área, realizado pela equipe da Assessoria Técnica Social e Ambiental do Incra (Ates) (2006) atestou que 52,7% dos atuais moradores são nativos, ou seja, são nascidos no local, fatos que geram um sentimento de localidade e de pertencimento em relação ao sítio onde vivem. Os

⁶⁸ A pesquisa PDSA-Desagro (2002) informou ainda que 2% dos assentados são do Sobradinho, outros 2% são de outros Estados.

titulares masculinos do assentamento que não nasceram na área têm o tempo médio de residência de 29,5 anos.

Os dados levantados a partir dessa pesquisa revelaram que a população do PAE-SF assim se distribui: 17% é o percentual de crianças na faixa etária entre 0 e 5 anos. Na faixa etária entre 6 e 10 anos somam-se mais 15%, perfazendo um total de 32% de população ainda dependente, que pouco contribui para as atividades produtivas familiares, embora sejam consumidores, tanto quanto os das demais faixas etárias. Os adolescentes, que se encontram na faixa etária de 11 a 15 anos, somam 13% e aqueles jovens adultos que estão entre 16 e 20 anos totalizam 12%. Nestas faixas etárias, já é possível haver maior contribuição de mão-de-obra para o desenvolvimento produtivo, embora hoje haja programas governamentais que desestimulam o trabalho infanto-juvenil, priorizando a educação.

Um aspecto importante a ser considerado, nesta análise, é que o estabelecimento familiar se constitui enquanto um espaço de treinamento e transmissão de valores para os futuros agricultores, assim como definido por Woortmann e Woortmann (1997) e Wanderley (2006b).

Os adultos, distribuídos entre 21 e 40 anos, são os maiores responsáveis pelo desenvolvimento das atividades produtivas e representam 22%. A estes se somam aos adultos maiores de 40 anos que correspondem a 21%.

Nesse relatório da Ates (2006), não foi levantado o percentual correspondente aos aposentados, porém dados do primeiro levantamento socioeconômico do PAE-SF em 1999, realizado pela Equipe Lumiar, apontaram que 6,08% dos moradores eram aposentados, acima de 60 anos. Sobre esta questão também ficou evidente que no PAE-SF, os proventos da aposentadoria, embora reduzidos, constituem uma

importante fonte de renda e sustento familiar nos momentos mais críticos da vida do PAE-SF, não apenas pelo valor fixo, mas pela sua regularidade mensal.

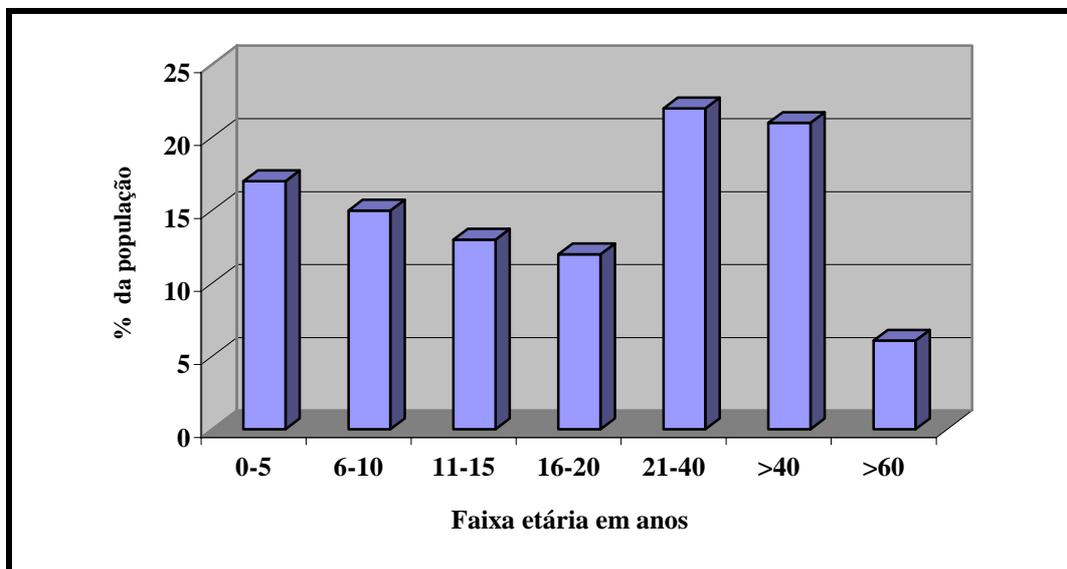


Figura 10 – Gráfico faixa etária dos assentados no PAE

Fonte: Relatório socioeconômico ATES (2006)

Pelos dados acima, podemos inferir que há um número relativamente elevado de crianças entre 0 e 10 anos. Quanto aos jovens, percebemos que há certa redução no assentamento, o que pode revelar a migração para as cidades, motivada pela procura de oportunidade de estudo e de trabalho. Este fato sugere a falta de uma política pública local, voltada para esses jovens, como Centros Agrícolas de Formação.

Aqui é um sofrimento só, eu não quero isso para os meninos não, o que eu quero mesmo é que eles estudem e se dê bem na vida, no meu tempo não pude estudar, não sei nem escrever o meu nome [...] Mas, mesmo estudando na cidade, porque aqui não tem escola boa, do meu gosto é que eles continuem morando aqui comigo (João Carlos, 55 anos, Mariópolis).

Na maioria das entrevistas foi possível observar o desejo dos pais pela busca de uma “melhor condição de vida”, através do trabalho e do estudo dos filhos fora do

PAE-SF. Mas, é preciso ressaltar ainda que, os projetos de futuro destes pais é o de que os seus filhos permaneçam no campo. O retorno dos filhos para suceder-lhes é um desejo da maioria dos pais entrevistados, refletido na possibilidade de ocupar e trabalhar uma área conquistada e assim, dar continuidade ao patrimônio familiar. No entanto, frente às circunstâncias difíceis enfrentadas internamente, os filhos dos agricultores são forçados a deslocarem-se em tempo parcial para outros locais como estratégias de manterem-se no PAE-SF, alguns deles sem perspectivas de retorno.

Na pesquisa de campo que desenvolvemos para esta tese, verificamos que, no assentamento, predominam as famílias formadas por homem, esposa e filhos (família nuclear), com a média de três filhos por casal⁶⁹.

Em algumas comunidades que compõem o PAE-SF, registramos filhos que, após se casarem, continuavam residindo com os pais ou então haviam construído casas no lote dos seus pais. Esses casos podem ser classificados como o de “famílias extensas” que, de acordo com Woortmann (1987) e Wolf (1970), se formam no momento em que uma rede de parentesco se constitui por mais de uma unidade familiar ligadas entre si, neste primeiro núcleo de sociabilidade, que é a família. Algumas vezes esta situação decorre do fato de que os pais já são mais velhos e dependerem da proximidade dos filhos ou genros, seja para ajudá-los no desenvolvimento das atividades produtivas, seja pelas carências afetivas e emocionais. É importante registrar que, no PAE-SF, esta situação pode ser explicada pelas dificuldades enfrentadas pelos filhos que, ao formarem uma nova família, não conseguiram se estabelecer em um novo lote dentro do PAE-SF ou ainda pelo fato de não terem tido condições de seguirem seus próprios caminhos. A presença da filha no lote do pai, depois de casada, por outro lado,

⁶⁹ Na pesquisa Desagro (2002) foram encontradas apenas duas famílias numerosas, sendo uma com 19 e outra com 23 filhos

significa a possibilidade de o gênero ser mais um colaborador (ajudando e sendo ajudado na reprodução familiar) e compensar a ausência dos filhos homens mais velhos que muitas vezes migram, de forma permanente, para as cidades em função do trabalho ou do casamento.

As famílias extensas permitem a possibilidade de reprodução entre os núcleos participantes e, neste sentido, todos se encontram envolvidos na divisão interna do trabalho da família, complementando o trabalho entre as diversas gerações com o objetivo de construir juntos o patrimônio familiar, através dos projetos do grupo.

No entanto, o processo de ampliar a família tem limites impostos por vários fatores, sendo o principal deles a falta de terras disponíveis para expansão da produção, assim como o número de residentes na casa. Na prática, durante nossa pesquisa de campo, já pudemos observar as dificuldades de algumas famílias extensas, cujos filhos constituíram novas famílias e continuaram residindo no mesmo lote que os pais assentados no projeto.

De qualquer forma, cabe ressaltar que a falta de terras disponível para as atividades agrícolas para as famílias legalmente assentadas, segundo entrevistas em campo, é um fato no PAE-SF⁷⁰. Nessas condições, o Projeto enfrenta obstáculos, pois dentro do PAE-SF, os *chefes de famílias* deparam-se com questões que criam dificuldades de garantirem a reprodução da família permitindo-os a manutenção dos filhos dentro ou fora do lote⁷¹. No que se refere à distribuição entre gênero, foi observado um percentual muito próximo de homens (51,9%) em relação às mulheres

⁷⁰Problema também encontrado entre os agricultores nas áreas estudadas por Wanderley (2006b, p. 52). A autora afirma: “a distribuição de terra é a responsável maior pelo bloqueio à reprodução social dos pequenos agricultores camponeses”

⁷¹A não ser acenando com um possível trabalho em campos coletivos de cultivo ainda não implantado (a serem implantados após a saída dos moradores irregulares).

(48,1%) (ATES, 2006). Registrou-se ainda que 18,58% das mulheres chefiam suas residências, isto é, seu estabelecimento familiar.

4.1.1 Terra: instrumento de trabalho e patrimônio familiar

A terra é o instrumento de trabalho para as famílias do PAE-SF. No entanto, ela é mais do que um fator de produção, ela tem um valor moral, tal qual discutido por Woortmann. Isto é, pode-se afirmar que é através do trabalho desenvolvido na terra que a família se constitui como valor⁷². Assim, a família camponesa não se define apenas enquanto uma unidade produtiva e de consumo, mas também como um estabelecimento que tem a função peculiar de instituir comportamentos, ações e atitudes e preservar valores culturais que são centrais de seu universo. E neste sentido, a família se apresenta como uma instituição que possui uma relação diferenciada e peculiar com a terra, *lugar de vida e trabalho*, construção de patrimônio, e a garantia de autonomia do *pai de família*.

É através dessa estreita e específica relação mantida com a terra que o camponês garante o sustento da família no momento presente, e também garante o patrimônio para as gerações futuras. Ter a terra hoje, para os ribeirinhos, significa ter autonomia para gerenciar o plantio do “mantimento” que é destinado ao consumo direto ou indireto da família. Significa, ainda, ter a liberdade, o domínio sobre a terra e o trabalho, como pode ser verificado em depoimentos como: “Hoje eu posso ir até à roça e fazer uso do que eu plantei a qualquer hora, antes não era assim. No tempo do fazendeiro, minha mulher e a mulher de outros companheiros não podiam sequer pegar

⁷² Foi também através da tradição do trabalho na terra com a família que os moradores tradicionais foram reconhecidos como “com perfil” para se enquadrarem no projeto (valor de uso).

lenha” (Antonio Mariano, 73 anos, Barreiro Grande). Na relação do trabalho dominado pelo patrão fazendeiro, a terra era vista como o espaço do outro. A regularização fundiária da área pelo Incra, nesse sentido, mesmo sob a condição de um direito real de uso, representou a possibilidade de ruptura da concepção patronal de superexploração da mão de obra desses residentes. No entanto, cabe ressaltar a dificuldade destes ribeirinhos assentados em manterem-se do trabalho realizado no próprio lote, justificada pela falta de terras disponíveis e suficientes, frente a um projeto inconcluso do Incra, fato que tem gerado sérias conseqüências negativas para a reprodução do grupo.

Ainda assim, quando foi perguntado aos assentados se eles deixariam o PAE-SF caso recebessem outro lote, as respostas, de forma unânime, foram que não o deixariam, ainda que enfrentando dificuldades. O fato de os assentados manifestarem esta forte relação com a terra pode ser justificado, dentre outros aspectos, pelo afeto que eles mantêm com a comunidade, com o território e com o rio, que se configuram em um local específico de *vida e de trabalho*. Justificam os entrevistados: “o amor que eu tenho pelo meu lugarzinho, pelo meu velho Chico eu não troco por nada não, esse sempre me traz satisfação” (João Carlos 52 anos, Boa Vista). “Eu quero acabar meus dias de vida na beira do Chicão. Três da manhã eu levanto daqui, vou lá pra beira do rio, fico olhando, depois tomo meu café e vou pra roça trabalhar, porque eu tenho amizade com o rio (Marcos Augusto, 48 anos, Água Fria). Estas entrevistas refletem o sentido que a terra e o trabalho desenvolvido nela, assim como o local de morada representam para estes assentados que deles dependem para sobreviver.

Além disso, a terra do PAE-SF é também o território no qual se reproduzem socialmente diversas famílias ligadas pelo grau de parentesco, “daqui eu nunca saio,

tudo que eu sou e o que eu tenho foi daqui, minha família, meus colegas, meus filhos nasceram tudo aqui, sair pra quê?” (Francisca, 65 anos, Barra do Ipueira).

O sentimento de pertencer que estas famílias mantêm em relação ao local em que viveram os seus antepassados e que agora é local de suas vidas e trabalho é um dos fatores que tornam clara a importância da rede de parentesco para as famílias do PAE-SF, e reflete uma história da formação de um *território definido pelo* direito às terras ocupadas há várias gerações e que indica também a construção de espaço social definido pelas redes de solidariedade estabelecidas entre eles.

Para as famílias do PAE-SF o que garante a legitimidade à terra é o trabalho desenvolvido nela. A este respeito ressalta um assentado: “essa terra podemos dizer que é nossa porque adquirimos o direito nela, porque sempre trabalhamos nela, desde a época dos fazendeiros, sempre vivemos e trabalhamos nela” (Joaquim Santana, 54 anos, Estreito). É esse direito, o da descendência somado a residência que lhes asseguram a legitimidade sobre a terra no PAE-SF, conforme afirmou Godoi em seus estudos (GODOI, 1999). Para as famílias assentadas no PAE-SF, a terra tem um significado especial, pois, significa também, patrimônio passado de geração em geração, isto é, herdado dos seus antepassados e que deverá se transmitido aos filhos. Para estes assentados, o fato de “tornar-se dono” significa a transmissão de um direito garantido à sua descendência. Assim, o que permite a possibilidade de continuar na terra tem o sentido de justiça e de direito reconhecido, como afirma uma assentada: “essa terra é minha por direito, é um direito adquirido pelos meus antepassados, meus avós e meus pais sempre moraram aqui” (Lurdes, 46 anos, Campinhos).

No entanto, cabe ressaltar que, embora essas famílias tenham uma relação diferenciada com a terra, o maior problema enfrentado por elas atualmente se refere

à insuficiência de terra para desenvolver o trabalho que garanta a sobrevivência do grupo, pois parte da terra do assentamento (cerca de ¼ da área) se encontra em litígio, impossibilitando às famílias de desenvolverem atividades produtivas. Conforme ressalta uma assentada: “o Incra deu a terra sem ter terra...”, e este fato torna as famílias vulneráveis em relação à sua própria sobrevivência, pois os recursos do próprio lote são insuficientes para prover as famílias durante os 365 dias do ano, frente a este projeto que foi apenas parcialmente implantado, embora já tenha 12 anos de criação do PAE-SF.

As famílias que estão em litígio e ocupam a terra de forma irregular foram consideradas pelo Incra “sem perfil” para serem incluídas no Projeto, tais como: fazendeiros, forasteiros oportunistas, moradores (até mesmo antigos), mas que se desvincularam totalmente do trato com a terra, devido terem adotado definitivamente outras profissões (segundo o técnico do Incra existem 29 ações de reintegração de posse com estes ocupantes irregulares, na área existem irregulares que possui 500 ha e até 1000ha de terras). A presença destas pessoas irregulares no PAE-SF é um dos principais problemas enfrentados pelos ribeirinhos legalmente assentados e que trazem sérias conseqüências à própria sustentabilidade do Modelo proposto pelo Incra, colocando alguns assentados abaixo da linha da pobreza⁷³, vez que permanecem ocupando áreas com a posse da terra que poderia estar sendo trabalhada pelas famílias ribeirinhas regularmente assentadas.

No que se refere às diversas estratégias de produção utilizadas pelas famílias para reprodução dos estabelecimentos familiares, além das atividades desenvolvidas

⁷³ Relatório socioeconômico da área elaborado em 2006 pela Ates apontou que a renda média dos assentados está abaixo da média nacional: a renda familiar é de R\$207,3 e a renda pessoal, de R\$141,2.

externamente, destacamos a agricultura para o autoconsumo, a diversificação das culturas, a combinação de cultivo e criação de animais, as atividades pesqueiras, a venda de areia. A seguir, consideraremos mais detalhadamente cada uma das estratégias desenvolvidas no âmbito do estabelecimento.

Podemos afirmar que a agricultura para o autoconsumo⁷⁴, associada à diversificação de culturas, é a primeira das estratégias de reprodução do estabelecimento familiar no PAE-SF, como afirma uma assentada:

Sempre, sempre a gente pensa primeiro no sustento, que a vida hoje não é fácil, o consumo é muito grande, tem a despesa do mês da família, tem uma galinha, tem um porco. A gente planta mesmo é pensando na despesa, se sobrar, o que passa a gente não vai deixar perder, a gente negocia, aí vende um feijão verde, uma melancia, uma abóbora, uma mandioca, uma farinha, mas tirando o do consumo, o da família (Francisca, 65 anos, Barra do Ipueira).

Dessa forma, os assentados procuram cultivar, no pequeno lote individual (40mX100m), os mais variados tipos de alimentos buscando, além de viabilizar sua reprodução alimentar “pro gasto”, garantir também a venda, para o mercado, de parte do que é produzido, “o mais que o gasto”. Assim, uma das estratégias desse grupo está pautada pelo ritmo do *aprovisionamento*, com produtos diversificados, conforme afirma: “se planta um pouco de tudo”. Essa prática de fato assegura a alimentação do grupo familiar e a sua autonomia, na medida em que este passa a depender menos do mercado em relação àqueles alimentos que podem ser produzidos no lote, como é o caso de feijão, milho, mandioca, verduras e hortaliças. Essa estratégia cria possibilidades de certa autonomia para os assentados frente às oscilações de preço e de mercado, pois, em situação de risco, garante pelo menos o abastecimento da família, fato reconhecido por eles mesmos:

⁷⁴ Dentre as diversas denominações, pode ser chamado também de *mínimo calórico* como descreveu Wolf (1970) ou de consumo apenas, como foi compreendido por Chayanov (1981).

O que a gente planta aqui é pouco mesmo, dada a falta de terra. Mas de uma coisa eu sei, plantando de tudo um pouco, a gente pode dizer que se plantar milho e não der certo, a gente se garante com a mandioca, com o feijão. A gente já tem uma criaçãozinha garante o consumo do dia-a-dia e a gente não precisa comprar pra comer, já se garante (Adalberto, 36 anos, Vila Boa Esperança).

Produzir para o próprio consumo é o que garante que a gente não tenha que comprar tudo na feira ou no supermercado. Por isso todo mundo aqui tem a sua rocinha de milho, de feijão, tem a mandioca, faz a farinha, alimenta os bichos, já tem uns ovos que garante o dia-a-dia, essa é a nossa vida (João Carlos, 42 anos, Bela Vista).

Sintetizando, pode-se afirmar que as culturas deste grupo incluem o “triângulo básico da alimentação” feijão, milho e mandioca (CANDIDO, 1964), uma cultura diversificada, destinada, primeiramente, para o consumo direto. Esta produção, associada à pesca e à criação de animais de pequeno porte, assegura a alimentação diária das famílias, mas é preciso destacar que, em épocas de seca, não há possibilidade de plantar com a certeza da colheita. Cabe ressaltar que, os projetos de irrigação que poderiam amenizar este problema, ainda não foram implantados, pelo Estado.

No assentamento, são produzidos outros alimentos também de extrema importância para o grupo, tais como a abóbora, a melancia, o feijão de corda, as verduras e legumes, que costumam ser plantados no lameiro, em áreas de alagadiço, embora seja uma área proibida.

A auto-suficiência na produção desses alimentos é de fundamental importância para a garantia da complementação da dieta básica das famílias, pois desta forma não necessitam destinar recursos monetários especificamente para adquiri-los no mercado. Isto é mencionado por uma assentada, que afirma: “como a gente produz aqui não

precisa comprar na feira, e aí já sobra para outras necessidades que não se plantam aqui” (Francisca 65 anos Barra do Ipueira). As observações de campo permitiram verificar que os estabelecimentos familiares no PAE-SF têm como principal objetivo produzir o “necessário” para a subsistência, mas sempre se busca produzir certo excedente para venda.

A maior parte dos entrevistados garante que, embora a roça não dê grandes rendimentos, ela assegura aos que trabalham e se dedicam a ela o alimento diário, conforme afirmaram: “quem mora na roça, e se dedica a ela, não passa fome, é só plantar e esperar que ela dá para alimentar todas as famílias, e ainda sobra um pouquinho pra vender e comprar um açúcar na venda [...]”⁷⁵. (Silvio, 67 anos, Barreiro Grande).



Figura 11 – Plantio no lote individual

Fonte: Pesquisa de campo 2005

⁷⁵ Todavia, dados do último trabalho realizado em campo evidenciaram que, no último ano, as famílias assentadas “não tem nem para despesa, a chuva, não chove mais, o milho chega a bonecar mas não dá nem um caroço, não tem chuva” segundo entrevista: “a gente ta comprando do mercado pra casa” (Antônia, 45 anos) Outro assentado ainda afirmou que “há dois anos não tem safra, a gente planta mais não colhe”.

Há também no PAE-SF, além dos produtos que integram a roça e que constituem a base da subsistência familiar, aquelas plantações que não são cuidadas de forma sistemática, que não dependem exatamente das chuvas e de cuidados especiais, mas dependem da “época de produzir”. As que “nascem no lugar”, como “língua de vaca”, “bredo”, com as quais se fazem pratos típicos juntando com porco, camarão, peixe e frango. E as que “às vezes são plantadas”, geralmente nos quintais e ao redor das casas, como mangueira, jaqueira, umbuzeiro, bananeira e outras árvores frutíferas. Os frutos dessas árvores não são considerados prioritários na dieta do grupo, mas fazem parte da merenda, em uma relação lúdica que se estabelece com as safras anuais. Quase nunca essas produções oferecem alternativas de venda. Segundo as famílias, elas só são vendidas nas feiras “quando têm preço”.

Uma outra estratégia de produção, observada em campo, é a combinação de cultivo e criação de animais. A articulação entre as culturas e as criações tem como base assegurar maior tranquilidade para as famílias, tanto em momentos de dificuldades quanto em momentos especiais, como festas de casamento, batizados, e as festas de final de ano. Essa articulação pode garantir uma renda monetária extra para as famílias⁷⁶.

As famílias entrevistadas, em sua quase totalidade afirmaram criar algum tipo de ave, como galinha e patos. Além das aves, as famílias também criam porcos, ovinos e caprinos. Os caprinos e ovinos representam os animais de maior adaptação ao clima da região, razão pela qual a sua criação é possível durante todo o período do ano. No entanto, dada a falta de terras, estes animais costumam ficar confinados em um mesmo

⁷⁶A base da economia do PAE-SF se constitui, portanto, numa policultura-pecuária para a *qual pode se aplicar a referência clássica de uma sábia combinação* entre técnicas diferenciadas, tanto para a atividade da pecuária quanto para a agricultura (WANDERLEY, 1999a).

local, como veremos mais à frente. Alguns deles são criados em regime semi-aberto e são alimentados com recursos também da própria propriedade. Quanto à criação de gado bovino, apenas uma parcela reduzida dos assentados no PAE-SF, em média 12,6%, se dedica a esta atividade.

Estas criações asseguram às famílias uma reserva econômica, reserva de valor na medida em que propiciam um crescimento na sua renda. Além disso, caso haja necessidade, pode ser acionada a qualquer momento. Assim, nas horas de “precisão” garantem a possibilidade de serem vendidos⁷⁷, consumidos internamente ou ainda podem ficar “na engorda”. Como afirmam as entrevistadas:

Eu mesmo crio porco, eu cevo (engordo) um porco, eu vendo, dá pra comprar o que falta e assim a gente adquire alguma coisa. (Antonia, 64 anos, Boa Esperança).

Reforçando o trecho anterior, salientou um assentado que:

O gado aqui é pouco a gente só tem mesmo uma vaquinha de leite. Agora o porco a gente já cria ele naquela cultura mesmo de uma ajuda na hora de uma precisão que falta uma coisa dentro de casa. A gente tem um porco de três, quatro, cinco arroba, até de sete arrobas já vendi. Não é porco de raça grande, mas é um porco que dá pra tirar um dinheirinho (Marilene, 41 anos, Água Fria).

O gado, indubitavelmente, tem a função de reserva⁷⁸, de poupança e a sua venda é negociada, na maioria das vezes, pelos homens. O rendimento desta venda é, no geral, destinado a investimento nos lotes ou à compra de equipamentos, mas também é usado nos consertos das residências.

⁷⁷No caso das pequenas criações, quando a venda é realizada pelas mulheres, os recursos ganhos são, quase sempre, destinado para compra de utensílios domésticos e de uso pessoal, exceto quando se trata de garantir a manutenção alimentícia da família.

⁷⁸A criação de gado como fonte de reserva para os agricultores também foi observada por Heredia (1979).

Se a gente tem qualquer lucrinho a gente compra um bezerrinho, ele vai crescendo aí já garante a gente em qualquer caso de precisão, é um casamento, uma festa, uma doença, aumentar a nossa roça. Ele tem também essa função (Carlixto, 46 anos, Estreito).

Cabe ressaltar que a criação de gado no PAE-SF, atualmente está limitada a, no máximo, cinco cabeças por família, por imposição do Incra/Ibama, por conta do tamanho da terra e da preservação ambiental. Outro fator que também contribui para este número reduzido de gado nos lotes é o seu preço, quase sempre elevado, o que dificulta a sua aquisição pelos ribeirinhos. O leite produzido no assentamento é destinado ao consumo interno ou ainda pode ser partilhado entre vizinhos. A respeito desta questão, analisa uma assentada:

O Incra proibiu da gente criar (só 5 cabeça por família), mas também a gente não tem dinheiro para comprar mais. Precisa desfazer dos outros bichos (porcos, cabras). Também a terra é pouca. Mas os irregulares têm o pasto cheio de boi (Evangelista, 45 anos, Barra do Ipueira).

Podemos afirmar que, mesmo diante das limitações da própria família ou resultante das interdições do Incra, a criação associada às culturas representa para as famílias do PAE-SF a possibilidade de melhores condições de vida, representando, além de uma fonte de investimento no lote ou na casa, uma fonte de reserva sempre ao alcance das famílias para uma melhor qualidade de vida.

A atividade pesqueira vem a ser também uma estratégia de produção dos assentamentos, aquela que propicia ao ribeirinho o exercício da arte de ser pescador. A pesca é uma atividade de extrema importância para as famílias tradicionais ribeirinhas do PAE-SF, pois, atualmente, de acordo com o relatório da Ates (2006), 57,2% das famílias, sobrevivem da pesca. Existem ainda aqueles assentados que conciliam as atividades na roça com a pesca, em geral realizada no final de semana, para ajudar no sustento da família.

O pescado contribui sobremaneira na alimentação destas famílias que vivem às margens do rio. A parte excedente da pesca é destinada também ao mercado, sobretudo “em épocas de fartura”, contribuindo para a melhoria das condições de alimentação e de vida destas famílias.

A pesca realizada no PAE-SF é a pesca artesanal. Esta prática é marcada ainda pela solidariedade que envolve não apenas a família, mas uma rede de relações de amizade e compadrio. Esta prática estabelece espaços de sociabilidade que fortalecem os laços de afinidade entre eles e fundamenta o espaço moral destes assentados, representados pelos trabalhos de ajuda mútua. Assim, reunidos em volta da pescaria, o trabalho familiar e da vizinhança significa para eles uma forma de diversão, fortalecendo os laços sociais, numa relação de *interconhecimento*.

Observamos que, no discurso desses pescadores, há muitas lembranças, marcadas por uma relação mais direta com o rio, e por uma época em que havia muita fartura, menor densidade populacional e conseqüentemente menor predação ambiental. Acerca destas observações declaram os assentados:

Antes o rio era todo como uma corrente, tinha muita embarcação, era lancha, era vapor, tudo navegava aqui de Juazeiro, Petrolina, Januária, Pirapora, e hoje o rio enfraqueceu todo, o barranco foi se quebrando. O peixe antes era peixão não era peixinho não, e hoje um lugar tem, outro ta fraco, é assim (Lindolfo, 90 anos, Boa Esperança).

Aqui tudo eu já remei no cabo do remo. Dois e três meses que eu saia daqui e tornava retornar era uma fartura e hoje acabou. Quando eu pescava vendia pros compradores de Espinhosa (MG) que toda semana vinha comprar comigo. Eu saia daqui, fazia uma despesa, tocava pra riba, quando acabava vendia o peixe, pagava a despesa e vinha descendo (Antônio Mariano, 75 anos, Barreiro Grande).

O rio era um berço para mim, eu vivia dentro dele, pescando peixe com meus pais dia e noite, com fartura de peixe naquela época e que hoje a gente já vê essa diferença [...], você não vai ao rio pescar peixe como antigamente para você alimentar a sua família, pra vender pra comprar arroz, outra coisa, hoje

“você não vê mais isso, né? É rara a época em que você consegue um. Você saía com alegria, saía pra pescar e volta [...] hoje você sai pra tentar buscar um peixe pra sua própria alimentação e você não sabe se consegue (Bartolomeu, 31 anos, Barra do Ipueira).

A pesca é responsável por 57,2% das atividades desenvolvidas entre os assentados no PAE-SF. Embora, este percentual não seja condição suficiente para manter a família, o que se faz necessário o complemento com outras atividades, como já observado. Os entrevistados alegaram que, em decorrência de diversos fatores (ambientais, como o desmatamento das matas ciliares, demográficos, climáticos), as condições da pesca diminuíram. Segundo relatam, “antigamente era possível viver só da pesca, hoje não dá mais” (Almenilson, 48 anos, Capão Preto).

A pesca, ainda que praticada, atualmente, em menor escala, se define como uma atividade extremamente importante para estas famílias ribeirinhas, dentre outros aspectos porque reforça sua noção de pertencimento. Afirmou um assentado: “Eu sou mesmo é ribeirinho, nasci na margem do rio, nesse me criei e já estou com 62 anos e nunca sai da margem do rio” (Antônio, 62 anos, Capão Preto).

Nos últimos anos, dadas as restrições de uso, a escassez do peixe e a falta de chuva, o pescado quase sempre é destinado para o consumo interno. Os assentados ressaltam que apenas em períodos de “fartura” vende-se muito peixe “que nem antigamente”, referindo-se ao período, que se segue às cheias do rio, em geral entre os meses de janeiro a abril, podendo estender-se até o mês de maio. Entrevistas em campo evidenciaram que a construção da Barragem de Sobradinho afetou diretamente o ciclo de cheias e vazantes na área desta barragem, reduzindo também a quantidade de peixes no rio, fato que tem se agravado a cada ano, e justificado também pela poluição ambiental que influencia diretamente neste processo.

Os pescadores assentados pescam apenas em canoas de remo, o que torna o seu ambiente de pesca muito limitado. De acordo com a pesquisa Desagro (2002), as modalidades de práticas de pesca encontradas foram: 39,71% dos pescadores utilizam a tarrafa, 28,33% fazem uso de redes artesanais, em geral, confeccionadas pelos próprios pescadores ou compradas no próprio assentamento e 31,96% utilizam pequenos arrastões.

Freqüentemente, os ribeirinhos pescam com anzol, sobretudo as mulheres e os mais velhos. E assim, “sempre, sempre se pega um peixinho, é só ter paciência que ele vem”, afirma uma assentada (Joana, 41 anos, Boa Esperança).

A comercialização do pescado, quando ocorre, é realizada principalmente entre as comunidades vizinhas, nas feiras em Serra do Ramalho, e em época de fartura vende-se para locais mais distantes. Os assentados afirmam que atualmente não é possível viver só do pescado.

Antes o rio era muito cheio, tinha muito peixe, tinha condição de vida melhor para o pescador, hoje não tem. Há dez anos atrás você poderia viver só da pesca e dava pra sustentar a família, hoje só da pesca não dá, tem que plantar uma roça, criar uma galinha, um gado. Tem que ter outras atividades, porque viver só da pesca não dá mais (Joaquim, 38 anos, Barra do Ipueira).

A venda do pescado é realizada para as pessoas da própria comunidade em feiras locais. Alguns pescadores vão vender o seu produto nas feiras fora do PAE-SF, sobretudo em Serra do Ramalho. Esta prática, entretanto, enfrenta dois problemas: primeiro não segue uma forma adequada de acondicionar o pescado; segundo arrisca-se a perder o produto por causa da falta de transporte regular para levá-lo às cidades vizinhas, além do problema das estradas. Alguns ribeirinhos, depois da pesca, depositam o peixe em sacos de nylon até chegar em casa.

Como já comentamos, em “época de fartura” os peixes são comercializados também fora do assentamento, mas, muitas vezes, são os atravessadores quem vêm apanhar o pescado na comunidade. Esta realidade retrata a falta de condições e organização dos pescadores para vender o peixe direto aos consumidores, o que lhes permitiria maior rendimento. Assim, a renda desta atividade no assentamento é bastante reduzida.

Existe, no assentamento, uma Colônia de Pescadores, mas esta é pouco organizada, de maneira que apenas 10,27% dos pescadores integram a colônia e somente 16,07% os pescadores possuem a carteira de pescador que lhes dá acesso a um salário mínimo em épocas de “piracema” (LUMIAR, 1999).

Dentre os peixes que são pescados, 54,73% tem como destino o consumo direto e 45,27% vão para o mercado (LUMIAR, 1999). Os peixes mais pescados no rio São Francisco são: curimatá, traíra, dourado, pira, piranha e o surubim (o peixe mais valioso para os pescadores).

O saber que o pescador detém, sobre a prática da pesca, se “aprende na escola da vida” e é transmitido, através das gerações, de pai para filho. Este saber e a condição de ser pescador, que, cada um adquiriu através do próprio pai, também constituem elementos definidores da identidade destes pescadores.

A pesca é considerada, por muitos assentados, como trabalho de “homem”. O “lugar de pesca, lugar de pescadores” opõe-se à casa, ao quintal, ao terreiro, como espaços de domínio da mulher – “eu entendo da casa e meu marido da pesca”. No entanto, algumas mulheres declararam que sempre arriscam pescar “um peixe, de vez em quando, nas margens do rio e garantir o almoço do dia”. Geralmente essa atividade é uma possibilidade de divertimento, de bate-papo, “serve para passar o tempo”.

Na verdade, para os assentados no PAE-SF, a intimidade com o rio é de ambos os sexos, pois o rio passa pelos quintais de muitas casas e as mulheres e meninas também lavam roupa, louça e areiam as panelas na beira do rio.

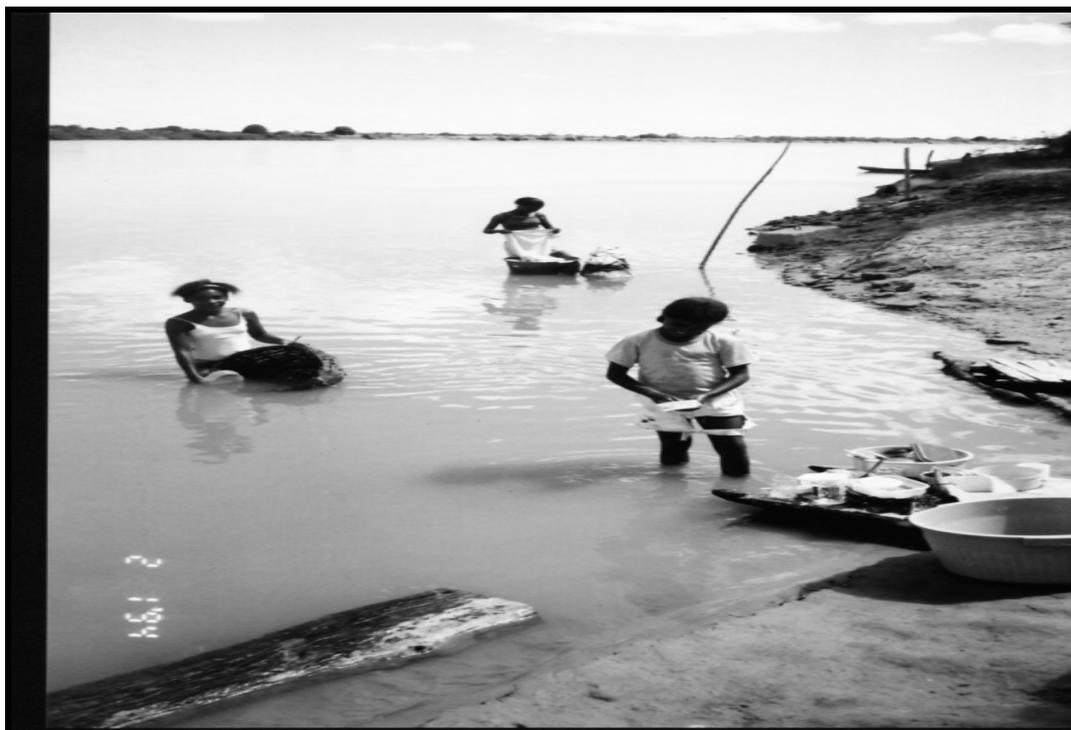


Figura 12 - Adolescentes lavando roupas e louças no rio

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

A venda de areia no PAE-SF é também é uma atividade de sobrevivência para algumas famílias com possibilidades de melhoria da renda. Algumas famílias assentadas retiram areia do rio em três das onze comunidades, para venda. Vale ressaltar que, em duas dessas comunidades, as pessoas de fora do PAE-SF também exploram a extração de areia. A esse respeito declara um assentado: “já tentamos impedir essa prática ilegal com a Prefeitura e com o Incra, já fechamos estradas, mas

ainda não conseguimos acabar com esta prática” (Bartolomeu, 31 anos, Barra do Ipueira).

O período mais favorável à retirada da areia corresponde ao momento em que as chuvas já cessaram e o rio está mais vazio. Assim, “quando o rio vaza e pára o tempo de chuva, tem muita areia e a estrada dá acesso às caçambas e o pessoal pode entrar para comprar areia nas mãos de quem tem pra vender” (Jose Firmino, 43 anos, Capão Preto)⁷⁹.

O preço de uma caçamba da areia lavada, comprada nas mãos dos assentados, é até cinco vezes aumentado pelos que fazem o transporte e a venda na cidade. A retirada da areia ocorre principalmente em uma das onze comunidades. Nas demais, não há grande formação de bancos de areia, o que limita a sua retirada.



Figura 13 – Retirada de areia do rio pelos assentados

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

⁷⁹Na última visita que fizemos ao campo, a areia estava sendo vendida por R\$ 40,00 “no chão” e por R\$ 50,00 “dentro da caçamba”. Mais uma vez, os assentados se encontram em desvantagem, porque, embora tenham todo o trabalho para retirar a areia do rio (areia lavada), quem tem o maior percentual de lucro são sempre “os de fora”, pois a areia que é comprada por até no máximo 50,00 reais dentro do PAE-SF, é vendida na cidade por R\$ 150,00 a caçamba.

Cabe ressaltar que existem assentados que se posicionam contra a atividade da retirada de areia do rio. Um pai relata a sua experiência:

Este é um serviço doentio, eu tenho quatro meninos (entre 20 e 30 anos) que trabalha nessa areia aí, mas eu estou sempre clamando para eles sair, porque é perigoso, adoece demais. Se você vê, eles entra aí 6:00 da manhã, 7:00 horas e vão sair 4:00 da tarde direto tirando areia. Agora que ta raso o rio, ta mais ou menos, agora quando você tem que mergulhar com o balde para tirar areia lá embaixo, com o rio cheio, aí é muito perigoso, é difícil. O outro fica recebendo em cima para botar dentro do barco e depois retira do barco para o seco e depois coloca dentro da caçamba. É um trabalho muito penoso e dificultoso (Francisco, 75 anos, Barra do Ipueira)

4.1.2 O trabalho familiar

Como já visto em capítulo anterior, a família é o primeiro núcleo construtor da sociabilidade e da solidariedade. É no grupo familiar que se forma a personalidade e que são transmitidos não apenas as técnicas, mas também os valores familiares, numa relação de subordinação e de solidariedade dos filhos para com os pais, relações amparadas na confiança e no compromisso mútuo. Esta rede interna de relacionamento entre os membros da própria família é a principal responsável pela coesão do grupo familiar.

Observamos em campo que a gestão individual dos estabelecimentos familiares do PAE-SF se caracteriza por alguns traços bem marcados, entre os quais se encontra a estrutura hierárquica. A posição de mando do “pai de família” é notória. Como cabe a ele a responsabilidade de garantir o abastecimento da casa, é ele quem controla e decide as atividades produtivas, organiza a produção que envolve as tarefas que vão desde o tipo de cultivo até a sua comercialização, ainda que estes, em muitos momentos, tenham que trabalhar fora do PAE-SF. É também o pai quem se

responsabiliza pelas ferramentas utilizadas nas tarefas agrícolas, salvo quando há filhos em idade adulta, que às vezes se responsabilizam por tais atividades.

A mulher assume o papel de mediadora que colabora com o pai, mas não é diretamente responsável pela reprodução do estabelecimento, exceto nos casos de residências em que ela é o chefe. Nesse sentido, observamos que, no PAE-SF, embora seja expressiva a presença da mulher nas atividades produtivas, os assentados se apresentam como grupo familiar de caráter fundamentalmente patriarcal. Este caráter patriarcal marca a coesão do grupo, ao mesmo tempo em que estrutura tudo que se refere ao processo produtivo. Cabe ressaltar que as decisões assumidas pelo chefe de família são acatadas por todo o grupo familiar, uma vez que os membros compreendem que a autoridade do pai é a força de coesão do grupo familiar, a qual, por sua vez, representa um dos aspectos essenciais do processo de gestão do assentamento.

Verificamos em campo que o trabalho familiar representa um instrumento essencial para o desenvolvimento das atividades produtivas no lote. Independente do sexo e da idade são os membros do grupo doméstico que contribuem para o desenvolvimento desta atividade, exceto quando os filhos adultos se encontram fora do assentamento, seja para dedicar-se aos estudos, para trabalhar, ou ainda quando formam uma nova família, ou quando estes não têm idade suficiente. Em todos os casos, este fato, de certa forma, altera o ritmo de trabalho do grupo familiar, ao longo dos anos, como por exemplo, em momentos de safra, que necessitam de maior número de pessoas na colheita, ou para preparar a terra. Neste caso, as famílias fazem uso de mão-de-obra externa. No entanto, é preciso que fique claro que este fato não anula ou substitui a especificidade familiar do processo de trabalho. Isso porque o trabalho

familiar utiliza o trabalhador alugado apenas como suplemento ou substituição, considerando o ciclo de vida da família. Logo, o trabalho familiar é um dos elementos fundamentais na organização camponesa por criar estabilidade em qualquer que seja o processo produtivo camponês (CHAYANOV, 1985).

Dentre os assentados do PAE-SF, verificamos, ainda, que para os mais velhos a aposentadoria não significa parar de trabalhar na agricultura ou na pesca: ao contrário, os aposentados apresentaram-se bastante ativos, desenvolvendo atividades agrícolas, de pesca e trato com os animais.

Antes de apresentarmos os resultados relativos à divisão do trabalho que foram levantados ao longo da pesquisa, iremos descrever a rotina de atividades da produção no PAE-SF como pano de fundo das lógicas produtivas.

Durante os dias da semana, de segunda a sexta, as atividades de produção interna se repetem diariamente, diferenciam-se apenas aos sábados, quando é dia de feira, e aos domingos, dia que significa para os assentados dias de descanso e de lazer. No geral, o dia começa por volta das cinco horas da manhã, sobretudo para os pais e os filhos mais velhos. A mãe também acorda e logo prepara o café da manhã e programa-se para as tarefas da casa. Sempre que preciso, acompanha o marido no lote.

O pai e os filhos que estão envolvidos com o trabalho agrícola dirigem-se à roça para o início da realização das atividades do dia: “a gente já se levanta cinco da manhã sabendo o que vai fazer na roça” (José Vicente, 45 anos, Água Fria)

Aproximadamente às 7h, os membros da família retornam da roça e fazem uma refeição mais reforçada que a anterior, após o que voltam para o campo onde permanecem até se sentirem extenuados pelo calor do sol e pela necessidade de alimentação. Nesse momento é a pausa para o almoço e o descanso da sesta após o que

recomeçam a atividade por volta das 15h. Esta rotina sofre a influência das estações do ano. No período de seca, por conta da dificuldade de trabalhar a terra com os equipamentos manuais tradicionais, as atividades na roça sofrem uma diminuição esperada. Referindo-se às rotinas de trabalho relata uma assentada:

No inverno, no tempo de chuva a rotina é diferente, sabe por quê? Porque a gente já acorda na atitude do que vai fazer, da área que vai plantar, é diferente. No verão, na época da seca, a gente não tem tanto a preocupação que vai fazer, a não ser as pessoas que trabalham na Ilha porque lá trabalham no tempo da seca. Mas nós que trabalha só no sequeiro numa época dessas a gente levanta de manhã vai molhar uma planta, vai cuidar de uma galinha, vai dar de comer a um porco, vai cuidar das obrigações da casa, não tá mais na tanta preocupação da lavoura como na época de chuva (Francisca, 61 anos, Barra do Ipueira).

4.1.2.1 A divisão do trabalho no estabelecimento familiar

No PAE-SF, são os membros da família que organizam e executam o trabalho no lote. As tarefas são divididas entre homens, mulheres e crianças. Observamos que muitas mulheres desempenham um papel duplo, nessa jornada de trabalho: além de cuidar dos afazeres domésticos (casa, organização, manutenção), que envolvem ainda os cuidados com os idosos e as crianças, desenvolvem também atividades no processo produtivo, tais como o preparo da terra, o plantio, a capina e a colheita. Os momentos em que as mulheres mais “ajudam” os homens na roça são os períodos que antecedem as chuvas, quando é necessário “o preparo da terra para esperar a chuva chegar”, tempo em que se precisa de maior número de trabalhadores. Além disso, quando “a colheita é boa precisa de todo mundo da família para ajudar” (Janice, 47 anos, Mariápolis).

É importante considerar que o ciclo de vida das famílias interfere em maior ou menor escala nas atividades produtivas no assentamento. E neste caso, os homens

(marido e/ou filhos) realizam tarefas que se tornaram pesadas para as mulheres como, por exemplo, carregar para as residências a água do rio destinada ao abastecimento da casa. Nos casos de doenças dos maridos, são as mulheres e os filhos mais velhos que assumem o trabalho na roça, antes realizado pelo chefe da família. Além desses fatores, podem ocorrer migrações temporárias dos filhos e/ou marido para fora do assentamento e, neste caso, a “mulher precisa ir pra roça plantar um feijão, milho enquanto o marido está fora” (José Firmino, 51 anos, Campinhos).

Foi observado que, em casos eventuais, um percentual reduzido de famílias do PAE-SF faz uso da contratação de trabalhos externos. Este fato, quando ocorre, está relacionado ao ciclo de vida do grupo, considerando a sua “dinâmica familiar” que, em termos de disponibilidade de mão-de-obra da família, muda ao longo do tempo⁸⁰. As diferenciações em termos de sexo, idade e tamanho das famílias são elementos internos da unidade familiar, fundamentais ao seu funcionamento.

O desenvolvimento das atividades dentro do PAE-SF depende ainda de fatores como o ciclo do produto, da sazonalidade e, sobretudo, do tamanho disponível no lote. Por conta disso, há uma redefinição na divisão das atividades entre os membros das famílias que estão disponíveis para o trabalho, não havendo, portanto, uma divisão tão rígida de posições assumidas por homens e mulheres.

Cabe às mulheres a responsabilidade pelos pequenos roçados, geralmente nos quintais, ou ao redor das casas. Entre as famílias, 23,3% (LUMIAR, 1999) têm nos quintais ou “no fundo de casa”, canteiros que são de grande valor para o abastecimento interno. Plantam-se hortas, verduras, “feijão de rama”. Algumas mulheres vão à feira

⁸⁰ Ou seja, quando a maioria dos membros que compõem a família é menor de idade, e não têm idade suficiente para ajudar na produção, ou são idosos, cujas forças para o trabalho diminuíram, se faz necessária à contratação de trabalhadores externos, para dar conta das tarefas no lote.

vender estes produtos cuidados por elas. É freqüente a utilização de plantas medicinais para produção de remédios caseiros no assentamento. Dentre os assentados, 76,66% (LUMIAR, 1999) declararam fazer uso destas plantas medicinais, a maioria plantada na própria horta.

É das mulheres, ainda, a tarefa de cuidar e alimentar a criação de pequeno porte que, em geral, fica no quintal da casa. No caso dos porcos, estes são criados presos em chiqueiros e alimentados com todo tipo de frutas que existem no lote, com as folhas, com o resto da raspa de mandioca e com a parte grossa que sobra da farinha. Os caprinos e ovinos são amarrados em “pés de pau”, quase sempre no mesmo ambiente em que ficam os chiqueiros e os cercados das galinhas. Este fato é assim justificado pelas mulheres: “tem pouca terra para criação e também pouco tempo para dar conta de tudo, da casa e da criação, tudo perto é mais fácil pra gente manusear” (Helena Biturino, 58 anos, Boa Vista).



Figura 14 – Galinhas, porcos e cabras confinados no mesmo local

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

As galinhas geralmente são criadas soltas no terreiro, mas em época de plantação, sobretudo nas plantações de feijão, milho, hortaliças e verduras plantadas no quintal, as galinhas ficam encerradas em pequenos cercados até passar o período da colheita. Relata uma assentada a este respeito:

A galinha é na tela, na época de planta é tudo presa, porque os quintal são pegado um no outro, de 40 em 40 metros é um vizinho, então na época da planta todos nós tem a tela de prender as galinhas, aí quando termina de tirar as plantas: feijão, milho, melancia, abóbora, aí a gente solta as galinhas, aí só vai prender novamente quando a chuva vem, e quando tem necessidade a gente vende, é uma coisa pra trazer outra (Antonia, 64 anos, Boa Esperança).

A alternativa para estas famílias seria a construção de cercas para as aves, assim como chiqueiros para os porcos, que garantissem as atividades de policultura e de criação de pequeno porte. Por não disporem de recursos suficientes, muitas famílias improvisam estas construções, até porque estas são uma das imposições do Incra para o assentamento. As galinhas e os caprinos são alimentados com os grãos de milho produzidos no próprio lote: “Na roça pros bichos aproveita tudo, mas só quando é tempo de chuva, que tem fartura pra gente e pros bichos” (Helena Biturino, 58 anos, Boa Vista).

A criação de gado bovino demanda cuidados especiais que são divididos entre o marido, a esposa e os filhos. A mulher, em geral, fica responsável pela ordenha das vacas. Para os filhos, a responsabilidade é a de transportar os animais para o pasto, para beber água e se alimentarem. Embora as mulheres e os filhos “ajudem” a cuidar do gado, essa atividade é sempre definida pelos homens como “pertencente” à ala masculina: “o gado é trabalho de homem”, garante Marlene (45 anos, Campinhos).

Apanhar lenha para o cozimento do alimento e retirar água do rio, com raras exceções, são tarefas de responsabilidade das mulheres. Essas atividades são geralmente realizadas no período da manhã, quando “o sol está frio e o tempo fresco” (Marlene, 45 anos, Campinhos).

Cabe ressaltar que, nos momentos de doenças, dos partos ou em caso de idade avançada, por exemplo, os homens assumem as tarefas, antes sob a responsabilidade das mulheres. Como o assentamento está localizado em uma área de reserva, existem restrições quanto à utilização da lenha, mas as famílias, ainda sem alternativa, fazem uso constante deste recurso para garantir o cozimento diário dos alimentos.

É, sobretudo, no espaço da “casa-quintal” que se destaca o trabalho feminino. Responsável por manter o equilíbrio da casa e garantir parte da subsistência, a mulher também gera pequenas rendas durante todo o ano, através da produção de peças de artesanato, da costura de roupas, da venda de galinha e ovos, etc., rendimentos fundamentais à manutenção familiar.

Alguns homens na comunidade também desenvolvem atividades de artesanato. Entre os mais praticados estão: a fabricação de tijolos⁸¹, a confecção de redes e de tarrafas, além da fabricação de balaios e canoas, estas, sobretudo, para uso familiar. As atividades artesanais sempre fizeram parte do mundo camponês, não sendo possível, portanto, dissociá-las das demais atividades (MENDRAS, 1976).

⁸¹Conforme afirmaram alguns entrevistados, três das onze comunidades que compõem o PAE-SF fabricam tijolos artesanais. Existem duas olarias dentro do PAE-SF, mas, como a retirada do barro estava afetando o meio ambiente, pois estavam localizadas em áreas próximas às margens das lagoas, essa atividade foi provisoriamente interrompida.

O trabalho no PAE-SF é também realizado com a ajuda mútua e a troca entre vizinhos e compadres, acionando as redes de relacionamento e articulando a “obrigação moral” entre o grupo e é sempre finalizado com uma festa ou com bebidas.

Finalmente, cabe ressaltar que o PAE-SF não se limita apenas às atividades produtivas, mas constitui-se também como um “campo de treinamento” para os futuros agricultores, os filhos. O PAE-SF é um lugar de vida e de concretização da unidade familiar, condicionado a um compromisso com o “horizonte das gerações”, onde homens, mulheres e crianças se encontram envolvidos no ofício do trabalho.

Não foi encontrado nenhum caso em que crianças assumam exclusivamente atividades dos adultos. As crianças do assentamento *aprendem um pouco de tudo*, vendo, observando e acompanhando os pais nas tarefas cotidianas. É através das “ajudas” que dão aos pais que vão adquirindo sua formação. Nesse sentido, a unidade produtiva da família também se constitui como um exercício de aprendizado, um “espaço de conhecimento” transmitido de geração a geração, mas também de socialização, em uma particular relação de “subordinação e solidariedade” familiar.

As famílias do PAE-SF preparam a terra para o plantio guiadas pela seguinte prática: inicia-se com a escolha de uma capoeira para se fazer a roçagem e a queimada, deixando o solo em condições de aração que, neste caso, é realizada com tração animal.



Figura 15 – Preparo da terra para o cultivo

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

A terra é preparada, geralmente, no mês de setembro, antes de chegarem às primeiras chuvas. Com a terra preparada e iniciado o período das chuvas, começa-se o plantio da semente: “planta-se de tudo um pouco”, mas em campo separado. Essa diversificação da produção é que garante os produtos que abastecem a casa e fazem parte da dieta básica do grupo e permite a venda de parte da produção.

Os assentados também utilizam o “sistema de consórcio” para o cultivo de algumas plantações. Este consiste em plantarem-se duas culturas em um mesmo espaço, por exemplo, o milho e o feijão. Este sistema de produção tem o objetivo de aproveitar a terra, que é escassa, e facilitar o seu manejo. Embora esta prática seja bastante utilizada, não obedece a uma técnica específica: Muitas vezes, se apresenta de forma desordenada, simultânea e mista.

Nesse processo do plantio (realizado entre outubro e dezembro), utiliza-se como instrumento a enxada, a plantadeira manual e o enxadão. A mão-de-obra utilizada para esta atividade, com raras exceções, é única e inteiramente familiar.

Em seguida, faz-se a capina, em geral após um mês ou dois do plantio. O próximo passo é a colheita. Um percentual de 97,79% dos produtores colhe a sua produção manualmente (LUMIAR, 1999). Para o transporte dos produtos, utiliza-se tração animal, carro de boi e carroças.

Cabe ressaltar que, nem sempre, a quantidade do que é produzida pelas famílias é satisfatória. Um dos fatores que contribui para isso – além da falta de terras e de assistência técnica regular – é a utilização de sementes de má qualidade, em geral colhida na própria propriedade no ano anterior, com baixo índice de germinação. Além disso, dado que a maioria das famílias não utiliza adubação, o que mantém o cultivo é a fertilização natural.

Os produtos de ciclo curto, como o milho, o feijão e as verduras, que precisam apenas de três meses para produzir, são os primeiros a serem plantados pelos assentados no período das chuvas. “Eu planto minha roça, eu já tenho milho na boneca, feijão bagiando, a terra aqui é boa, logo começa a produzir, três meses já dá pra comer” (Valdemir, 36 anos, Pambu). No caso do milho e do feijão, quando “a produção é boa”, é armazenada, garantindo assim o consumo da família durante um período do ano, podendo estender-se até a próxima safra.

A mandioca é considerada prioridade no planejamento das famílias⁸². Embora exija no mínimo oito meses para que se realize o seu cultivo, ao contrário dos outros

⁸² Ao contrário de outros produtos, como por exemplo, o milho e o feijão, a mandioca não necessita de chuvas constantes para garantir a sua produção; todavia, a falta das chuvas na plantação da mandioca tem como conseqüências raízes pouco desenvolvidas.

produtos, ela pode ficar até por dois anos na terra. A farinha, derivada da mandioca, constitui um dos alimentos básicos para estas famílias. Sua venda é garantida, ao longo do ano. A produção da farinha apresenta-se como uma atividade contínua de geração de renda, uma vez que a prática de comercialização se mantém regular, ainda que os preços não sejam compensatórios.

A farinha é geralmente vendida na própria comunidade, nas comunidades vizinhas que não produziram naquele determinado período e nas feiras das cidades mais próximas. Em virtude da falta de transporte, ela também é vendida a atravessadores que vêm pegá-la no próprio assentamento, conseqüentemente a preços mais reduzidos.

Em termos de agregar valor à produção, a mandioca é o único produto no PAE-SF que é processado, transformando-se em farinha e derivados. Existem, nas comunidades, algumas casas de farinha⁸³ onde o fabrico é realizado de forma coletiva, juntando-se duas ou três famílias para produzi-la. “A gente faz a farinha com os vizinhos. Dividimos o gás, o trabalho. A farinha a gente reparte. Ainda sobra a massa (para bolo e biscoito), que as mulheres vendem nas feiras” (Marilene, 43 anos, Barreiro Grande).

Em geral, as casas de farinha se localizam ao lado da moradia, em local de passagem. Foi possível verificar que algumas famílias ainda têm em seus lotes casa de farinha artesanal, bastante rústica.

⁸³ Cabe ressaltar que, muitas casas de farinha existente em todo o PAE-SF se encontram em estado de conservação bastante precário. A maioria possui motor elétrico, movido a gás. Por falta de recurso financeiro destinado para manutenção e construção de novas casas de farinha, a grande maioria se apresenta em estado lastimável. Este é um fator que também dificulta as condições de trabalho.

As atividades produtivas realizadas nas casas de farinha são aquelas atividades em que toda a família se encontra reunida, independentemente de idade e sexo. Isto ocorre em espaços delimitados, onde “homem, mulher e menino, trabalham desde a raspagem da mandioca até torragem da farinha e o fazer do beiju (sic)” (Helena, 58 anos, Boa Vista).

Durante as observações em campo, verificamos que as tarefas desenvolvidas na casa de farinha são assim classificadas: raspagem da mandioca, ralagem, prensa, preparação dos derivados, torração da farinha e peneiragem.

A raspagem da mandioca, primeira etapa da atividade, é feita da seguinte forma: um primeiro grupo inicia o trabalho descascando apenas a metade das raízes e as arrumam uma sobre as outras de maneira que as partes descascadas fiquem todas na mesma posição; um segundo grupo, de mãos limpas, segura na parte que foi anteriormente raspada e faz o mesmo com a outra parte não raspada, arrumando-as em seguida. Esta etapa, que é realizada por toda a família é a que articula também a vizinhança. Esta é uma função que pode ser desempenhada por qualquer pessoa, homens, mulheres e crianças: “qualquer pessoa pode raspar a mandioca, até os meninos, aí” (Antônio Mariano, 73 anos, Barreiro Grande).



Figura 16 – Adultos, adolescentes e crianças No trabalho da casa de farinha

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

Esta fase constitui o momento de maior interação entre as pessoas na casa de farinha. É o momento em que, além de raspar a raiz, “a gente aproveita pra botar a conversa em dia”; é um momento de descontração do grupo ali reunido, quando “contam-se causos”, bate-papo, é o espaço de integração e sociabilidade do grupo.

A segunda etapa consiste em ralar a mandioca. Esta etapa requer maior habilidade e muito cuidado com o manuseio da máquina. Daí ser realizada, na maioria das vezes, pelos homens, nunca por crianças. Esta etapa se diferencia da anterior, sobretudo, pelo fato de ser realizada de forma individual, pois “apenas uma pessoa pode colocar a raiz no ralo que é muito perigoso, as mulher só ajuda a retirar a mandioca que já foi ralada para liberar espaço”. Esta é a atividade que mais necessita experiência na casa de farinha, segundo depoimento: “a gente que maneja com o ralo tem que ter ciência, eu já vi muito pai de família perder os dedos nele” (Carlixto, 46

anos, Estreito). O ralo é um instrumento muito perigoso, que se assemelha a um triturador e requer muita habilidade e atenção no seu manejo. Nesse momento, não há possibilidade de “bate-papo” ou de integração do grupo, por conta do barulho do motor e da necessidade de concentração.



Figura 17 – Momento de passar a mandioca no ralo

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

A etapa seguinte consiste em prensar a massa. Essa atividade requer muita força física e os homens assumem, mais uma vez, o comando. Ela é realizada por dois ou três homens. No momento final do processamento, quando a massa já prensada é levada ao forno para ser torrada, as mulheres também podem reassumir a atividade em volta dos fornos: por isso, esta é uma etapa desenvolvida tanto pelos homens quanto pelas mulheres.



Figura 18– Momento de torrar a farinha

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

E, finalmente, no momento de peneirar a farinha, se “peneira a farinha várias vezes, até ficar fininha”, mais uma vez, as mulheres reassumem a atividade. O que sobra da farinha peneirada, a parte grossa, que não serve para o consumo da família, é destinada para alimentação dos animais.

As atividades destinadas à produção dos subprodutos da farinha e da mandioca como beiju, goma, polvilho e massa para bolo são essencialmente realizadas pelas mulheres com a ajuda dos filhos.



Figura 19 – Retirada goma (para tapioca, beiju, massa para bolo)

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

Quanto às etapas produtivas na casa de farinha, descreve uma assentada:

A mulher rapa a mandioca, o homem também, mas, é mais a mulher e os meninos. Depois vai lavar a mandioca, é a parte das moças. Para botar no comedor (motor) para moer essa parte é sempre os homens. E aí agora as mulheres vão espremer para tirar a tapioca. Depois o homem vai imprensar, botar na prensa para enxugar, aí quando passa a parte do forno o homem vai torrar e as mulheres vão cessar (Marina, 55 anos, Palma e Passos).

As atividades realizadas nas casas de farinha retratam práticas antigas que vinculam a sobrevivência do grupo com a solidariedade, fundamentada no processo de reciprocidade, enquanto valor, sobretudo, no que se referem às trocas de dias de trabalho, através de ajuda mútua enquanto prática e valor *moral*. Este procedimento cria um espaço de sociabilidade e integração, espaço em que se fortalecem os laços e afinidades entre os assentados, e, de forma particular reforça o espaço moral que fundamenta as práticas de ajuda mútua e as expectativas recíprocas.

A produção das famílias assentadas no PAE-SF destina-se ao seu autoconsumo, mas também parte da produção é destinada à venda, e neste caso, também segue o *princípio da alternatividade*.

4.1.2.2 A Pluriatividade na Agricultura: o caso no PAE-SF

Observamos em campo, que as famílias do PAE-SF utilizam-se do pequeno lote disponível (40mX100m), ao redor da moradia, para o plantio. No entanto, este não tem sido suficiente para a reprodução da família, durante todo o período do ano, frente às limitações, tais como, terra em quantidades incipiente, fatores climáticos, falta de irrigação. Como estratégia de sobrevivência, muitas famílias buscam outras atividades, agrícolas ou não agrícolas como complemento à renda. A renda obtida por estas atividades é indispensável para a reprodução da família e do estabelecimento, uma vez que o assentamento ainda não implantou todos os campos de trabalho coletivos⁸⁴ - os campos de trabalho coletivo é um dos projetos vislumbrado pelo INCRA para o PAE-SF-, além disso, as terras para o plantio resumem-se no referido lote caracterizadamente habitacional. O que o Incra oferece, então é apenas um local de moradia, fato que compromete, sobremaneira a produção interna da familiar.

As famílias assentadas no PAE-SF, sem opções, são condicionadas a “reorientar” suas atividades tradicionais – principalmente a pesca artesanal, a pequena

⁸⁴Segundo o chefe da Unidade Avançada do Incra-SF, este órgão pretende, ao receber áreas que estão em litígio, ir implantando o restante dos campos de trabalho que deverão ser operados pelas associações, coletivamente, visando propiciar geração de renda suplementar aos assentados.

agricultura e a criação, em virtude das limitações impostas pelo Estado, pelas limitações climáticas e pela parcialidade que foi a implantação do PAE-SF.

Nestas circunstâncias, uma opção utilizada pelas famílias foi a pluriatividade. Ou seja, o exercício de outras ocupações, além do trabalho no sítio (lote). O importante é que seja fora da propriedade.

Assim, parte da família dos assentados passou a buscar, fora do assentamento, atividades não agrícolas ou mesmo atividades agrícolas como estratégia para a própria sobrevivência.

Conforme Graziano da Silva (1997) “o conceito de pluriatividade permite descrever a conjunção das atividades agrícolas com outras que gerem ganhos monetários e não monetários. Isso permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não-assalariado, realizados fora do estabelecimento familiar (GRAZIANO SILVA, 1997).

A pluriatividade é também definida por Schneider como:

Um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (Schneider, 2003:48).

Estas saídas têm como objetivo a busca de rendimentos que lhes proporcionem, principalmente, a garantia da permanência no local, a possibilidade de investimento no lote e na casa e a aquisição de materiais e equipamentos de trabalho.

Um dos argumentos para justificar a saída para trabalhar fora é o de que o trabalho desenvolvido na terra do lote, que garante a sobrevivência da família, se vê ameaçado, sobretudo, pelo tamanho reduzido da área disponível para o cultivo

familiar, conforme relatam os assentados: “a terra aqui tem sido curta mesmo, por isso que todos aqui precisam sair para trabalhar, porque a gente não tem um projeto que gera sustentação pra família e renda” (Joaquim, 38 anos, Barra do Ipueira).

Frente a situações como estas, as famílias se vêem impedidas de integrar o processo produtivo dentro do assentamento e, sem alternativas, são obrigadas a vender sua força de trabalho como estratégia de sobrevivência. De acordo com o *Relatório Lumiar* em 1999 atingia 20,61% o percentual dos membros das famílias assentadas no PAE-SF que saíam em busca de trabalhos fora do assentamento, este percentual inclui também os pais de família, cadastrados pelo Incra. Acreditamos que atualmente o percentual tenha crescido, não obstante não contamos com dados que confirmem esta suposição.

As principais atividades desenvolvidas fora do PAE-SF, são as de pedreiro, carpinteiro, doméstica, diarista em fazenda vizinhas, merendeira, servidor público além daquelas relativas a trabalhos realizados em pequenos comércios. Outros ainda “trabalham para os irregulares (os fazendeiros, criadores de gado dentro do PAE-SF) porque não têm outra opção” (Cida, 35 anos, Barra do Ipueira).

A mobilidade desses assentados, ou de parte deles, representa uma forma de preservação da cultura e da autonomia do grupo. Vimos que não são apenas os filhos, mas também os pais, os próprios beneficiários da reforma agrária. Neste caso, não significa que esteja havendo uma ruptura com a forma de vida campesina e tradicional, nem o abandono da vida rural, mas uma luta pela possibilidade de permanência no assentamento. Afirma um assentado: “saio para fazer um bico, para manter um plantio aqui dentro” (Joaquim, 38 anos, Barra do Ipueira).

No entanto, esta situação pode se apresentar como contraditória aos objetivos reais da reforma agrária, quanto esta determina que o lote deva ser suficiente para a manutenção da família. Acreditamos que os projetos de reforma agrária deveriam contemplar em seus projetos o incentivo ao exercício de outras ocupações, pois, compreendemos que as pessoas desejam estar na terra e viver dela, mas, como nem sempre há possibilidade, devido às adversidades, como sazonalidade, clima, mercado, terra, assistência técnica, etc, o que lhes impõem a necessidade de sair para desenvolver outras atividades fora do assentamento. Este fato, como já observado, não significa dizer que elas deixariam de serem camponeses.

Muitos assentados no PAE-SF desenvolvem trabalhos avulsos de diaristas. No entanto, reconhecem que a diária recebida é insuficiente para ter um peso significativo no montante necessário para cobrir os gastos com a subsistência da unidade familiar. Nesse sentido, evidencia-se, também nesta atividade, uma relação de exploração. A esse respeito afirma um assentado: “nós trabalha como escravo e o que recebe não dá nem para comer” (Vicente, 39 anos, Campinhos). Este fato coloca os assentados numa condição de precariedade e insuficiência com relação à garantia de sobrevivência e a um padrão de vida que os faz aproximar das precárias condições que tinham no tempo dos fazendeiros.

Considerando que uma das especificidades da produção camponesa reside na importância que o trabalho realizado pela família assume no lote, trabalhar como diarista, portanto, não cumpre a função do trabalho familiar, dado que é realizado na roça de outro. O trabalho como diarista não envolve também todo o ciclo agrícola (outra característica da reprodução do estabelecimento familiar). Em outras palavras, afirma o entrevistado: “eu só trabalho no Projeto Formoso limpando a roça, preparando

a terra para plantar, mas na hora de plantar é outro camarada que faz” (Adalberto, 36 anos, Boa Esperança).

Nos estabelecimentos familiares, é diferente, pois todas as atividades, desde o preparo até a colheita, são realizadas pelos membros da família, conforme afirma um entrevistado:

Na minha roça eu começo preparando a roça, eu e meus filhos, a mulher ajuda na capina e depois todo mundo colhe o que é fruto do nosso próprio trabalho, e quando a roça é de mandioca ainda faz a farinha com todo mundo junto (Manoel Pereira, 41 anos, Boa Vista).

Os assentados entendem que sair para trabalhar em atividades não agrícolas não lhes fere a honra. Assim, afirma um assentado: “trabalhar de pedreiro tudo bem, mas sair da nossa terra e trabalhar a terra do fazendeiro é como se a gente ainda estivesse naquele tempo” (referindo-se ao jugo do antigo patrão) (José Ferreira, 77 anos, Estrito). Assim, ser agricultor na terra do fazendeiro é considerado pelos assentados uma desonra, isso justificado, porque não se pode desenvolver o trabalho familiar, ou seja, aquele que é realizado, em todas as etapas do processo de produção, pelos membros da família. Neste caso, os assentados também relembram o tempo em que se encontravam sujeitos às ordens de um patrão e não tinham autonomia de decidir, uma vez que era o patrão quem ditava as ordens. Para estes assentados, o fato de sair para desenvolver outra atividade agrícola é diferente de sair para trabalhar em atividades não-agrícolas.

O mesmo foi observado com relação à atividade da pesca. As entrevistas demonstraram que: “O melhor no ofício de ser pescador é que na pesca o patrão sou eu mesmo. Com toda dificuldade, tem essa vantagem, eu não me acostumo ser mandado,

nessa idade que eu estou não me acostumo mesmo” (Antonio Mariano, 73 anos, Barreiro Grande).

A satisfação de se encontrar liberto do patrão faz com que muitos pescadores e agricultores, mesmo passando dificuldades, tenham o orgulho de dizer que preferem ser agricultores ou pescadores, “vivendo do pouco que conseguem para comer” do que trabalhar sob o comando de alguém. Para Garcia Jr a condição de *liberto*, significa a ausência de patrão e a autonomia no trabalho. Não podemos deixar de atentar para o fato de que esta sensação de liberdade, de autonomia dos assentados nos parece ilusória, uma vez que estes assentados, frente a atual situação do Projeto, também estão vivendo sob limites e imposições, agora do Estado.

Também fazem parte das estratégias de reprodução do estabelecimento, atividades que garantem sua continuidade através das gerações, a preocupação com a formação profissional dos filhos, à qual se vinculam os projetos futuros e os investimentos para a melhoria e ampliação do estabelecimento familiar.

Quando se fala em projeto de futuro, para os assentados do PAE-SF, ele se fundamenta na reprodução social da família, sobretudo na possibilidade de “ter pra deixar para os filhos”. São nestes termos, que a terra é vista como patrimônio a ser transmitido para os filhos. Assim, ela não é apenas um meio para produzir, mas, sobretudo, representa a possibilidade de dar continuidade ao trabalho iniciado pelos pais, configurando-se, ao mesmo tempo, como sobrevivência atual e futura. Além disso, a terra também representa para o camponês território de parentesco, como já observado.

Vimos em campo que, embora sejam “amorosos com a terra” muitos dos agricultores entrevistados desejam uma vida diferente para os seus filhos, ao

reconhecer que a vida que eles levam é bem sofrida. Nesse caso, preferem que seus filhos estudem para ter um futuro melhor. Os pais temem pelo futuro dos filhos no lote, a menos que as condições de se viver da lavoura venham a ser melhores que as atuais.

Eu penso para os meus filhos uma educação melhor, que eles possam entrar numa faculdade. Não sei qual vai ser a sua tendência mesmo, mas a minha preferência é que eles tivessem ligado à questão rural, às questões da agricultura. Mas a gente sabe que também é impossível formar doutores na roça (Bartolomeu, 31 anos, Barra do Ipueira).

Do jeito que as coisas está não tem como os meninos continuar esse ofício que eu aprendi com meu pai, hoje a cobrança é muito grande, eles precisam estudar pra ser alguém na vida, viver só da roça não dá (José Francisco, 46 anos, Pambu).

Mas cabe ressaltar que, mesmo com tanta dificuldade, a grande maioria dos pais não manifestou o desejo de que os seus filhos saiam da terra, do convívio da família, conforme explica:

Vou lhe dizer uma coisa, eu como mãe, só filho homem eu tenho seis, mas aqui comigo eu tenho dois, se desse pra sobreviver todos aqui, o meu projeto era ta tudo junto comigo, mas não fica porque é muito sofrimento, então sei que eles estão lá às vezes passam cinco anos, oito anos sem vim aqui. Mas o meu prazer é está aqui trabalhando nesta terra que eu conquistei (M^a do Rosário, 62 anos, Vila Boa Esperança).

Como podemos verificar, os assentados, de forma unânime, reconhecem a importância do estudo para os filhos como forma de melhoria nas condições de vida, e este fato se constitui no principal compromisso que os pais têm com os seus filhos. Por outro lado, os pais desejam que os filhos voltem a morar no mesmo local de origem, ou seja no PAE-SF, dando continuidade ao trabalho já iniciado:

Meu projeto é que eles trabalhem e dê continuidade ao que comecei. Para mim eu queria que a profissão dos meus filhos fosse ligada à terra, porque aí eles passa a dar valor à terra que eu trabalho com muito amor e de onde eu tiro dela o sustento para toda a família (M^a. Aparecida, 35 ano, Barra do Ipueira).

Estes relatos acima refletem o amor ao lugar, o sentimento de pertencimento, o patrimônio familiar e o “ponto de referência” para a família. Mas, diante das dificuldades, os assentados reconhecem que os filhos “precisam sair da roça pra ser alguém”. Uma ambigüidade compreensível. Muitos pais classificaram o trabalho na roça como um trabalho penoso, duro, e afirmam: “não é para qualquer garoto não”. O estudo realizado por Wanderley (1999), no assentamento de Pitanga, amplia bastante a compreensão do debate sobre os projetos idealizados pelos pais para os seus filhos. A orientação para um futuro melhor para os filhos é uma das características essenciais que move a vida destas famílias tradicionais, seja dentro da atividade rural ou fora dela.

Quanto aos mais novos, que permanecem na comunidade e ajudam na agricultura, na criação e na pesca, estes demonstram muito gosto com o que fazem. Algumas atividades para os menores se traduzem como brincadeiras e divertimento, vivenciados no local de trabalho por terem mais um caráter de sociabilidade (SOUZA, 2004) do que propriamente representarem uma atividade produtiva. É o caso de quando as crianças se reúnem com parentes e vizinhos nas atividades da casa de farinha⁸⁵. Como um deles relata: “quando eu vou pra casa de farinha, meus amigos vai tudo, a gente raspa a mandioca e se diverte, desenhando boneco na raiz, quer dizer que é trabalho, mas também é brincadeira” (Clandeilson, 12 anos, Capão Preto).

⁸⁵Simmel (MORAES FILHO, 1983) discute a sociabilidade a partir das noções de forma e conteúdo. Para o autor, a sociabilidade possui um conteúdo que se revela pela interação e que, por essa razão, pode variar de lugar para lugar. Já a forma da sociabilidade permaneceria invariável e seria, em quaisquer circunstâncias, lúdica. Assim, poderíamos pensar a forma lúdica da sociabilidade dos camponeses, considerando que esta sociabilidade se estabelece nos mais variados momentos, sejam eles de lazer ou de trabalho (como na casa de farinha), revelando-se através da interação e resguardando sua forma sempre lúdica.

Os jovens da comunidade, por considerarem o trabalho da pesca e da agricultura pouco rentável e muito pesado, quando têm a possibilidade de escolher, geralmente por volta dos dezessete anos, optam por outra atividade.

Estão em busca de melhorias de vida nas cidades, trabalhando, ainda que informalmente, ou estudando, distanciando-se das atividades ligadas à pesca e à agricultura que, tradicionalmente, foram e ainda são à base de sustentação da unidade familiar na comunidade. Este fato pode ser justificado, pela busca de projetos pessoais, pelo reduzido tamanho de terras que não cria condições de manterem-se no lote, ainda que quisessem e, pelo Estado não apresentar alternativas para os jovens, como é o exemplo das Escolas Agrícolas.

Apenas três entre nove jovens entrevistados em campo, por volta dos dezesseis e vinte anos, vislumbram na pesca e na agricultura uma atividade lucrativa. Os demais entrevistados almejam por um “futuro melhor”, sobretudo, “trabalhar na cidade e estudar, as condições aqui é muito difícil e o trabalho da roça, da pesca é muito pesado” (Carlinhos, 17 anos, Boa Vista). Outro ainda afirma que:

Na minha casa só meu pai continua pescando, eu e meus irmãos mais velhos trabalha como ajudante de pedreiro, a pescaria não dá mais, além disso é muito trabalho e pouco peixe, agora quando o rio enche e enche de peixe as lagoas, a gente sai pra pescar porque é peixe certo (Janilson, 19 anos, Mariápolis).

Em campo, observamos que é muito comum no PAE-SF os filhos se deslocarem para as cidades mais próximas, principalmente para Bom Jesus da Lapa em busca de melhoria de vida frente às dificuldades internas e retornam pra casa nos fins de semana ou a cada três dias. Existem também aqueles que vão morar em casas de parentes ou padrinhos, nas periferias das grandes cidades. Vão para Salvador, Goiás e Brasília e,

cada vez mais, afastam-se do seu lugar de origem, da proximidade com o rio, deixando com saudade os que ficam, conforme relata uma mãe:

Pelo meu gosto é que todos morassem aqui comigo tenho, mas pela dificuldade da vida eles têm que ir para muito longe, eu tenho filho que não vejo há oito anos [lágrimas nos olhos] é uma realidade muito triste para uma mãe, porque a gente tem muita saudade, né! A gente que é mãe quer ver os filhos tudo aqui com a gente (Joana Maria, 55 anos, Barreiro Grande).

Mas é importante ressaltar que, para os jovens que vão para à cidade, fica uma certeza, que é a da existência de um porto seguro, como relatou um jovem: “se não der certo, a gente sabe que pode voltar pra cá, e aqui, ou pouco ou muito, a gente sabe que tem” (Manoel Filho, 17 anos, Campinhos).

O fato de os jovens saírem, mas com a certeza de que se não der certo eles têm a possibilidade de retornar, pode ser explicado pelas dificuldades e incertezas que há não apenas na unidade familiar, mas também fora dela, e é esta realidade que os deixa na dúvida, esta situação pode ser caracterizada como “bi-localização” e atua como estratégia para estes jovens (WANDERLEY, 2006).

No entanto, observamos, em campo, casos em que a ida de alguns jovens para a cidade, a princípio temporária, pode adquirir um caráter mais permanente, na esperança de encontrar melhores condições de vida. Como revelou uma assentada:

Eu tenho dois filhos que mora fora, eles foi pra estudar e voltar. Tem um que pegou trabalho, casou e acabou ficando. Por mim, eles tudo tava aqui, mas a roça é pouca, não dá pra trabalhar só aqui, mas eles vêm sempre aqui (Helena, 56 anos, Estreito).

Depoimentos como este faz-nos entender que esses jovens criaram outros laços seja através do trabalho, do estudo ou do casamento. Esse deslocamento estabelece novas formas de adaptação a partir de outros valores como possibilidade de “subir na vida”.

Verificamos, ainda, que algumas mães manifestaram a vontade de ter um filho seguindo a carreira de jogador: “eu queria ver meu filho jogando em um time grande, desses que passa na televisão, ele é o melhor jogador dessa comunidade, todos esses troféu ele ganhou [apontando, toda orgulhosa, para a estante]” (Carmelita, 53 anos, Barreiro Grande).

4.1.3 Investimentos: bens de produção

Como já vimos anteriormente, a produção agrícola no PAE-SF é feita de forma precária e, na prática, não gera excedentes de modo a permitir investimentos em bens de produção. Os assentados investem apenas na compra de instrumentos de trabalho indispensáveis, como as ferragens, pois na maioria como os cabos de enxadas, os arados, os carros de boi são confeccionados pelos próprios assentados a partir de produtos como a madeira, coletados no próprio ambiente de suas vidas.

Assim, a aplicação dos recursos monetários que obtêm a partir dos excedentes ou dos trabalhos artesanais ou através das atividades realizadas fora do PAE-SF por parte dos membros das famílias é canalizada preferencialmente para a aquisição de bens de consumo. Através da pesquisa secundária realizada pelo Lumiar (1999), verificamos que 12% dos recursos são destinados a compras de bens materiais (geladeira, TV, aparelho de som, DVD, antena parabólica); 8% são utilizados para compra de produtos de limpeza doméstica e uso pessoal (sabão, água sanitária, sabonete, creme dental, perfumes, roupas, sapatos); apenas 3% destinam-se à compra de equipamentos para a produção (plantadeira, enxada, facão, foice) e 1% é destinado

a outros tipos de produtos. Embora a pesquisa tenha sido feita há 10 anos atrás, acreditamos que os dados percentuais permaneceram próximos da realidade atual.

4.1.4 Acesso a bens e serviços modernos

Apesar de as famílias do PAE-SF terem suas vidas centradas no ambiente local, elas não estão isoladas do mundo externo. Um dos aspectos que favorecem sua integração com o mundo exterior ao assentamento é a proximidade com as cidades de Serra do Ramalho e Bom Jesus da Lapa. Esta aproximação é estabelecida pela relação de compra e venda, pela possibilidade de estudo e emprego, pela deficiência ou insuficiência dos serviços no assentamento, e também, pela grande importância que os assentados atribuem aos bancos, pois é através deles que as famílias recebem os benefícios governamentais.

Outro fator que permite desconstruir a concepção de isolamento refere-se ao grande número de televisores, rádios e antenas parabólicas instalados nas comunidades. Esses meios de comunicação se encontram presentes em praticamente todas as residências do PAE-SF, retratando como o processo de informação veiculado por eles repercute diretamente na vida das famílias tradicionais. Embora sem energia elétrica em todas as residências, a maioria das famílias possui TV e algumas delas possuem antenas parabólicas, absorvendo e redefinindo, através das horas que ficam sentadas à sua frente, valores, costumes, comportamentos e informações de toda natureza apresentados por esses meios de comunicação.

A novela é a programação favorita para as mulheres do assentamento, principalmente, para as mais jovens. É através do hábito de assisti-la que há “incorporação” da moda de fora: “as meninas aqui só usa o que as moças da novela usa, sabe é na roupa é no cabelo, só quer tá na moda”.

A presença da TV no PAE-SF não representa uma quebra dos costumes locais, ao contrário, ela se estabelece enquanto capacidade de adaptação e também como uma forma de redefinir a animação do local, como, por exemplo, no momento em que se reúnem as pessoas que ainda não têm TV. Como na área rural se costuma dormir cedo, com o acesso à TV, as pessoas mudaram este hábito e passam a ficar horas assistindo aos programas e discutindo-os com os vizinhos “até chegar a hora de dormir”. O costume de ficar até mais tarde “nos terreiros” de casa batendo papo com as amigas é ainda praticado com bastante frequência no PAE-SF.

A televisão traz, como interesse, notícias diárias que envolvem a política, a economia e todos os fatos “que acontece no mundo bem longe da gente, mas ao mesmo tempo perto, porque afeta também a gente aqui” (Francisca 65 anos Barra do Ipueira). A TV representa ainda a possibilidade de conversas entre os assentados. Para as mulheres, as conversas giram em torno do que aconteceu nas novelas. Para os homens, o papo está relacionado aos jogos de futebol e aos noticiários que se relacionam, sobretudo, com a produção. Este fato posiciona as famílias do PAE-SF, frente ao mundo externo, desmistificando o seu isolamento com a sociedade global.

O rádio também tem uma extrema importância como veículo de comunicação, “que traz a notícia de tudo”, para as famílias do PAE-SF. Além de sua importância em termos de transmissão de noticiários, composto de informações sobre preços, mercado,

assistência técnica, política, previsão do tempo, além das músicas. O rádio tem também a função de transmitir recados entre as comunidades e entre os vizinhos.

No caso das rádios, quase sempre os recados se resumem a convocações para as reuniões das associações ou para uma assembléia extraordinária, mas há também quem utilize os serviços do rádio, dada a dificuldade de acesso ao assentamento, para recados amorosos, para anunciar período de vacinas para crianças, para enviar mensagens de aniversários, para localizar parentes ou transmitir uma notícia boa ou ruim. Observou-se também o uso de telefones celulares praticamente em todas as comunidades visitadas.

Cabe ressaltar, ainda, que os assentados têm contato com o mundo regional, municipal e nacional via jornais e panfletos distribuídos pela Central da Associação dos Moradores e pelo Incra regional.

A inserção dos assentados na vida global é um fator que lhes dá a possibilidade de perceber sua condição de produtores e o papel que desempenham, assim como compreender a sua importância como agentes que protagonizam uma luta: “a luta por terras”, representada pela luta incessante pela reforma agrária. Portanto, eles são protagonistas de uma história muito importante para o país.

4.1.5 Níveis de dependência

A prática da agricultura tradicional desses assentados está baseada no método intensivo, com mão-de-obra familiar, não mecanizada e poucos recursos financeiros. Estas famílias utilizam, como instrumentos de trabalho, a enxada, o enxadão, a foice, a plantadeira manual (tico-tico), dentre outros. Poucas famílias utilizam o trator para

trabalhar a terra. Ainda se usa com frequência o arado movido a cavalo. No diagnóstico da Ates (2006) verificaram-se os seguintes percentuais com relação às práticas de uso de preparo do solo pelas famílias: 10,6% mecanizado; 33,0% manual e 56,4% a tração animal.

No PAE-SF, o carro de boi é ainda bastante usado como um meio de transporte, tanto para o transporte familiar, quanto para os produtos colhidos.

As práticas agrícolas utilizadas pelas famílias do PAE-SF baseiam-se numa tecnologia rudimentar, geralmente passada de geração a geração, sendo incipiente o uso de tecnologias mais avançadas, como já foi mencionado. Um exemplo seria a utilização das sementes sem nenhuma seleção ou melhoria de cultivos anteriores cuja germinação e vigor são duvidosos, reduzindo, muitas vezes, a produtividade da lavoura.

Quanto ao controle de pragas e doenças nas plantações, a maioria (54,4%) das famílias utiliza produtos naturais (Ates, 2006). Muitas vezes, por falta de assistência técnica, muitos ribeirinhos utilizam os procedimentos de forma inadequada, com produtos não recomendados ou em dosagens incorretas, como a pulverização com defensivo agrícola, em bomba manual costal. O uso de adubação orgânica é feito apenas por uma pequena parcela. Nesse caso, o que mantém as plantas é a fertilidade natural. Este é outro fator de baixa produtividade, pois os solos não são corrigidos, o que pode torná-los pouco produtivos, sobretudo considerando as exigências da comercialização dos produtos deles retirados e não há uma técnica alternativa para estes assentados.

Os produtos químicos, como adubos ou fertilizantes, são pouco utilizados pelas famílias, devido a seu alto custo.

A irrigação é praticada em pequeníssima escala, pois apenas 3% dos ribeirinhos entrevistados declararam utilizar a água do rio para esta finalidade. Esse baixo índice é explicado pelas famílias pela falta de recursos disponíveis para investimento. Os entrevistados relataram que existem projetos do governo para a irrigação no assentamento, mas, segundo eles, não passam de “promessas”. Frente a esta situação, as famílias assentadas continuam esperando por um projeto, que apenas se concretizou no papel, enquanto isso, estas sofrem a falta de uma produção que garanta competitividade no mercado, ou que pelo menos possibilite a reprodução familiar de forma digna, diante das intempéries climáticas como a seca ou enchente, preços de mercado, assistência técnica.

A menção a projetos do governo conduz-nos a outro ponto a considerar: a questão da assistência técnica necessária para promover a intensificação da produção no PAE-SF, mas que ainda também não foi implantada de forma sistemática.

A agricultura tradicional, como é sabido, tem um baixo padrão tecnológico que leva a uma baixa produtividade, além de estar sujeita às flutuações dos fatores climáticos de uma região semi-árida, os assentados deparam-se com a quantidade de terras disponível para o cultivo. A falta de terras disponíveis para produção é um dos maiores problemas enfrentado pelos assentados.

Na agricultura moderna, mesmo praticada por grupos tradicionais, considera-se importante o acesso a informações e técnicas que permitam conquistar o aumento da produtividade. Desta forma, para viabilizar tais acessos, surgiram alguns programas governamentais de treinamento de agricultores e assistência técnica para intensificação da produção.

Os trabalhos em campo demonstraram, entretanto, que, não existe nenhum acompanhamento técnico sistemático para as famílias do PAE-SF e que raramente ocorrem treinamentos. Das 600 famílias assentadas, só temos conhecimento de haver sido treinado um grupo de 38 pessoas pelo Ibama. Vale aqui ressaltar que, na última visita ao PAE-SF (dezembro de 2006), verificamos que a Ates era a responsável pelo trabalho no assentamento, em termos de assistência social, ambiental e técnica. No entanto, ainda existe uma demanda não atendida muito grande na área.

Ressaltamos ainda que, não há ações planejadas em termos de incentivos à produção, que avaliem os riscos e incertezas de preços e de mercado, além dos riscos climáticos como seca e enchente.

No que se refere a recursos financeiros provenientes de programas governamentais, com já vimos em seção anterior, a capacidade de investimento das famílias assentadas é mínima. O governo, desde que iniciou o PAE-SF, tem injetado, a fundo perdido, recursos para viabilizar a implantação do projeto. Logo no início, disponibilizou recursos para fomento das atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas comunidades (1995). Posteriormente, receberam o crédito habitação, também a fundo perdido (2002). Recentemente (2007), algumas famílias receberam incentivo financeiro (no valor de R\$500,00) destinado à recuperação da mata ciliar.

Diversos outros programas assistenciais do governo – tais como o Bolsa Escola, o Bolsa Família, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e outros – têm chegado às comunidades. Não obstante, a aposentadoria rural⁸⁶ é o principal recurso financeiro a que muitos dos assentados têm direito. Segundo o

⁸⁶ As famílias dos ribeirinhos se apóiam financeiramente na aposentadoria dos mais velhos “na hora da precisão” e das dificuldades, conforme relatou uma assentada: “na hora que não tem condições de trabalhar a terra, a renda é minha aposentadoria”.

relatório socioeconômico, elaborado em 2006 pela Ates, os benefícios federais que atendem atualmente aos assentados no PAE-SF, estão assim representados: o bolsa família chega a 40,4% deles, o PETI, a 6,3%), a aposentadoria rural, a 49,4% e outros, a 12,0%.

Quanto ao crédito e aos empréstimos, é ainda o governo que atua, disponibilizando recursos para as atividades agrícolas dos assentados do PAE-SF. O principal programa de crédito que se encontra na região, ao alcance desses agricultores, é o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). A Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores de Bom Jesus da Lapa (Coppeb) responsabilizou-se pela elaboração de vários projetos que foram apresentados ao Pronaf em 2007 conforme informação do chefe da Unidade Avançada do Incra. A partir de suas aprovações, estes vêm sendo implantados⁸⁷, contemplando atividades como a avicultura, a ovinocultura e a apicultura.

Não obstante estas linhas de financiamento acima mencionadas, a criação de gado bovino e as criações de pequeno porte têm funcionado como uma ferramenta essencial de reservas de recursos monetários para os assentados, diferentemente do “crédito do governo, que é difícil de pagar”. A maior parte dos entrevistados, diante de muitas incertezas na obtenção de recursos para o desenvolvimento do seu lote e das suas criações, incertezas agravadas pela falta de terras, pela irregularidade da chuva e pelas conseqüências de um possível endividamento, têm certas restrições à busca de financiamento em organizações financeiras e programas governamentais, como afirma uma das assentadas:

⁸⁷ De acordo com informações concedidas pela Chefia da Unidade Avançada, foram solicitados créditos no valor de R\$ 2.106.000,00, que beneficiaram cinco das onze comunidades, em um total de 101 famílias (dentre as 324 famílias residentes nestas 5 comunidades).

Às vezes aparece um projeto, mas a gente não pega porque a gente não tem aquele costume de pegar mesmo sabe? Somos pobres, mas não devemos nada a ninguém. Eu conheço umas pessoas que nada têm e ainda devem. Eu quero é poder botar a cabeça no travesseiro e poder dormir sossegada. A gente vai passando como pode... (Maria do Rosário, 62 anos, Boa Esperança).

Outra restrição também apresentada pelos assentados quanto ao financiamento se refere ao fato de que não se tem terras disponíveis no assentamento, daí o fato que implica em cautela ao assumir este compromisso.

A autonomia dos assentados do PAE-SF, em relação ao mercado, é considerada relativa. Com respeito às vendas, estas se regulam pela alternatividade, pela sazonalidade, pela diversificação, pelo preço oferecido pelo mercado e pela capacidade de armazenamento dos produtos. Quanto às compras, sobretudo de produtos considerados como bens de consumo, sofrem a influência também de quase os mesmos fatores, porque se vinculam ao “mais que o gasto” que as famílias podem dispor para a aquisição desse tipo de bens, uma vez que, como já vimos na seção anterior, as famílias não gostam de se sentir endividadas.

A venda do mais que o gasto no PAE-SF mostra-se uma estratégia essencial, pois, é através da venda de parte da produção, que as famílias também adquirem outros produtos destinados à sua sobrevivência, que não são produzidos internamente. A respeito da obtenção de produtos não cultivados no lote, mas que são necessários ao consumo familiar, assim se refere um assentado:

O de comer, a gente tem da roça, a gente planta o feijão, tem a farinha, o milho - faz um cuscuz, já têm *as refeições*. Tem uma criaçãozinha. Agora, a gente precisa do tempero do sal, do açúcar, desse café que a senhora ta tomando ai (risos). Aí, a gente precisa vender alguma coisa pra comprar (Almenilson, 48 anos, Capão Preto).

Compreendemos que, o autoconsumo e a comercialização não são objetivos antagônicos, mas funcionam como estratégias complementares e articuladas, que visam à reprodução da família durante todo o ano (WANDERLEY, 2003b). No relatório Ates (2006), verificou-se que (40,41%) da produção interna do PAE-SF tem como destino o mercado. Em relação à pesca, através do relatório Desagro (2002), verificamos que 46% dos assentados pescam com a finalidade de comercialização nas pequenas feiras localizadas nas cidades vizinhas.

Todavia, o trabalho de campo não nos permitiu esclarecer a quantidade individual de cada produto que é destinada à venda. Pudemos inferir apenas que não há um planejamento sistemático do que se planta para o mercado e para consumo direto e que, nos últimos anos, a safra tem sido de pequena monta⁸⁸. As famílias assentadas estão condicionadas a plantar respeitando um calendário sazonal, enquanto isso, os projetos de irrigação, prometidos não foram concretizados. Como existe a proibição de se plantar no lameiro, não sobra nada. Os produtores queixam-se, da baixa produtividade, da qualidade reduzida e do elevado custo de produção que dificulta a sua própria colocação no mercado.

Quanto à venda das culturas produzidas no PAE-SF, ela é realizada principalmente em feiras nas cidades próximas. É importante ressaltar que, para o produtor, “vender depende de estradas, transportes, preço bom”, que lhes garantam vantagens. As famílias consideram, de alguma forma, a oscilação do mercado, quando afirmam que os produtos que servem para vender são “os que têm preço bom [...] a manga todo mundo tem, por isso não tem preço para vender, vai vender pra quê?”

⁸⁸ Vale ressaltar que em última visita ao campo (dezembro 2006), fomos informadas que há dois anos não havia safra, por conta das intempéries climáticas. “Aqui não se tem tido safra”, conforme afirma uma assentada (Francisca, 65 anos, Barra do Ipueira).

Observamos ainda que as famílias do PAE-SF, algumas vezes, permanecem no mercado, mesmo com relativos prejuízos e assumindo riscos. Esta realidade é representada em suas falas:

Fazer o quê temos que continuar vivendo [...], tem dia que a gente vai vender na feira e a feira não dá nada, a gente volta com tudo murcho, a gente aproveita para o consumo da casa, mas, na outra semana vamos de novo (Antônio Mariano, 73 anos, Barreiro Grande).

Mesmo com as opções apresentadas, as famílias ribeirinhas se encontram em uma situação de organização da produção bastante tímida e, portanto, vulnerável em relação ao mercado. Outros estudos também registram esta vulnerabilidade em relação ao mercado. Mas é importante frisar que não há local onde a subsistência impere sozinha⁸⁹. A relação consumo/venda está presente nos depoimentos:

Planto para o consumo, mas uma parte eu vendo [...], mas, muitas vezes não dá nem para comprar um biscoito, a venda é muito pouca [...] aqui muitas famílias vive de um plantio muito pequeno no fundo do quintal e trocando o dia de serviço. Além disso, tem o umbu que é uma fruta nativa, tem o maxixe, e vão pra feira vender pra assumir as despesas de casa e tem muitas delas que passam necessidade mesmo (M^a Aparecida, 35 anos, Barra do Ipueira).

Em campo, observamos que, quase sempre, a comercialização realizada pelos assentados é rudimentar, porém, em alguns casos, como ocorre com a mandioca, que é uma cultura não permanente, mas que pode durar alguns anos, os camponeses usam o produto como estratégico. Assim, em uma situação de *retração do mercado*, eles podem prolongar a retirada da cultura destinada à auto-subsistência ou à comercialização, até que o preço se torne compensador. Sobretudo, quando os assentados dispõem de outra fonte de renda como é o caso do trabalhador pluriativo.

⁸⁹ Em estudo realizado Queiroz afirma que não foi encontrado[...]até agora um único caso em que a agricultura de subsistência impere sozinha, com exclusão de qualquer comercialização complementar, sem adoção de um ofício ou outro trabalho que constitua fonte de rendimento também para a família (QUEIROZ, 1973, p. 225).

A inviabilidade de armazenamento de produtos é outro fator que regula a autonomia de venda dos ribeirinhos. Não existe uma estrutura de armazenamento disponível, quer coletiva, quer individual, embora também faça parte do projeto, não implantado para o PAE-SF. Com isso, eles ficam à mercê dos atravessadores que, no geral vêm pegar os produtos no próprio assentamento.

A venda para o mercado, associada a outras atividades, seja de forma eventual ou permanente, não só passa pela necessidade de acesso a produtos considerados indispensáveis, como o sal, açúcar, café, utensílios de uso pessoal e outros, mas, orienta-se também pelas necessidades de consumo de produtos, antes desconhecidos pelas famílias ribeirinhas, mas que hoje fazem parte do seu dia-a-dia. Dentre estes, compram os chamados produtos industrializados modernos, para consumo interno, como macarrão, biscoito, óleo, botijão de gás, material de limpeza, de uso pessoal, roupas. Adquirem também equipamentos de trabalho como facão, combustível. Além disso, celulares, televisores, aparelhos de som, CDs, DVDs, antenas parabólicas, que representam elementos de ligação com a sociedade envolvente e com o mundo. É nestas circunstâncias que esses agricultores tradicionais, através dos excedentes que são comercializados, mantêm vínculos com o mercado, correspondendo o seu poder de compra e as suas condições de vida.

Cabe salientar também que na pesquisa de campo presenciamos, em algumas comunidades, a presença dos antigos vendedores que saem de porta em porta em uma carroça revendendo, sobretudo, alimentos.



Figura 20– Venda de alimentos e produtos diversos *de porta em porta*

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

5 O MODO DE VIDA NO PAE-SF – ASPECTOS DA VIDA SOCIAL

No campo da vida social, serão analisadas as relações internas estabelecidas na família, na vizinhança e de compadrio, assim como as relações externas com a sociedade em geral e com o Estado, enquanto dinâmicas que dinamizam a vida das famílias assentadas no PAE-SF. Além disso, será também objetivo deste capítulo compreender a noção de pertencimento dos assentados e os aspectos da sua vida lúdico-religiosa. Além disso, será enfocada as redes de solidariedade e de sociabilidade que se tornam o involucro de toda a vida social nesta sociedade de interconhecimento.

5.1 RELAÇÕES DE VIZINHANÇA

A partir das observações de campo, podemos afirmar que, para as famílias assentadas no PAE-SF, as relações sociais que foram estabelecidas anteriormente à implantação do assentamento fazem grande diferença em todos os aspectos que envolvem a sua vida social. Em campo, as entrevistas deixaram claro que os assentados sempre podem contar com os vizinhos de longa data. “Tem vizinho que é que nem parente” (Carmelito, 51 anos, Pambu) Isto é justificado pelo fato de que, antes

da implantação do PAE-SF, elas já mantinham relações estreitas entre si. A este respeito afirma uma assentada: “antes do Incra chegar aqui, eles (os vizinhos) já existiam e a gente já fazia parte de uma mesma família” (Edílson, 41 anos, Estreito). E, neste sentido, as afinidades em torno dos vizinhos garantem as relações e apresentam elementos específicos da vida social tradicional.

A rede de relações entre vizinhos é estabelecida, dentre outros aspectos, pelo fato de que estas famílias possuem um modo de vida semelhante, o que lhes permite partilharem os mesmos valores, reforçados pela mesma origem e história de vida, e neste sentido, a população do PAE-SF reúne alguns fatores que a aproxima da tipologia de uma *localidade fortalecida*. No entanto, é importante salientar que, embora suas relações estejam centradas, sobretudo, no pequeno grupo local, seja na família e/ou na vizinhança, isto não significa dizer que os assentados do PAE-SF se encontrem em uma situação de isolamento.

Cabe ressaltar que o modelo “proposto” pelo Incra, quanto à distribuição dos lotes através da implantação das agrovilas, foi apontado por alguns dos assentados como um dos fatores que fortaleceram ainda mais a coesão do grupo, conforme eles mesmos afirmam: “antigamente a gente vivia que nem índio vivia tudo distante um do outro” (Valter, 54 anos, Estrito) Isso significa dizer que, com a implantação do projeto de assentamento, as casas foram construídas mais perto uma das outras, favorecendo, ainda mais, a proximidade e os contatos sociais entre os vizinhos. É importante ressaltar que, em outros estudos sobre assentamentos rurais, e até mesmo para alguns entrevistados do PAE-SF, a Agrovila não é um procedimento aceito por todos⁹⁰.

⁹⁰ Alguns não concordaram com a implantação da Agrovila: “as pessoas aceitaram constrangidas, porque na realidade ninguém queria sair do seu cantinho, da margem do rio, com o seu lote do lado, mas por questão de benefícios, ficou melhor a agrovila” (Maria do Carmo, 54 anos, Pambu). Os assentados

Na divisão em lotes, alguns assentados pediram para que suas casas fossem construídas perto das casas daqueles vizinhos com quem tinham maior proximidade, maior relação de confiança, como foi o caso de Dona Anúncia, mais conhecida no assentamento por Morena:

Eu pedi para ficar junto dela aqui (apontando para a vizinha). Uma hora ela está aqui, outra hora eu estou lá (risos). Nós somos duas boas vizinhas quem mexer com eu, mexe com ela, e quem mexer com ela, mexe comigo (Dona Anuncia – Morena, 92 anos).

É importante ressaltar que as famílias assentadas não estão livres de momentos de tensões entre elas. As entrevistas apontaram que existem pessoas dentro da comunidade que têm processo judicial contra outros moradores. Uma das moradoras justificou este fato dizendo que uma das tensões existentes entre os assentados é que “existem moradores que não compreendem que a área do PAE-SF é também uma área coletiva. Ainda existe uma visão individualista e muitos não estão de acordo com o desenvolvimento das atividades coletivas” (Rosângela, 41 anos, Barreiro Grande). Este fato pode ser explicado, não porque os assentados não tenham capacidade ou tradição de realizar trabalhos coletivos, mas pela forma que vem sendo imposta e principalmente por não vislumbrarem um efetivo projeto coletivo por parte do Incra.

Outro conflito também identificado em entrevista foi o referente a um assentado que mediava a relação com as associações e movimentos sociais. Assim falou uma assentada (preferi não identificá-la): “um camarada se envolveu com os moços da associação e ficou contra nós”. Segundo a assentada, a briga resultava do

perceberam o quanto é importante a aquisição de infra-estrutura para o assentamento, disponibilizada através das agrovilas.

fato de que os benefícios eram sempre para os que estavam mais próximos da associação⁹¹.

Não obstante, embora tenhamos registrado certas divergências, notamos que há prevalência, nas comunidades, dos laços de amizade, de confiança e de solidariedade, estabelecidos anteriormente à implantação do PAE-SF, seja nos momentos de trabalho, de diversão ou de “precisão”. Afirma um assentado:

Aqui é uma família só, quando alguém tá doente todos ajudam a pagar a gasolina do carro pra levar, se tem remédio todos procuram ajudar a comprar, é assim. Com isso vai crescendo a nossa união e fortalecendo os nossos laços um com os outros (Manoel Pereira, 41 anos, Bela Vista).

Um exemplo de solidariedade que registramos em uma das comunidades do PAE-SF se deu na ocasião em que um chefe de família ficou doente e a sua mulher estava grávida, impossibilitados de trabalhar no seu lote. Assim, alguns vizinhos se reuniram e desenvolveram as atividades produtivas, solidificando a relação de amizade entre vizinhos e potencializando a estrutura social econômica do casal.

Outro exemplo refere-se à interação entre vizinhos para viabilizar a construção de uma casa para um dos assentados, segundo relato:

Teve um companheiro que ficou sem moradia em 2002 (estava fora do cadastro do Incra), morava em uma casa de taipa, tiveram que sair da casa e não tinha onde ficar e aí todo mundo ajudou e fez um mutirão. Um doou cimento, outro telha e no final conseguimos fazer um mutirão e hoje ele tem a casa dele e hoje se ele tem a casa é através de mutirão do grupo (M^a Aparecida, 35 anos, Barra do Ipueira).

A ajuda mútua se constitui no PAE-SF como uma das manifestações mais representativas do grupo. “É um ajudando o outro” (Ana Clara, 53 anos, Capão Preto).

⁹¹ Esta colocação se refere a um assentado que, embora tenha “casa boa” no assentamento, “não vive da terra e não mora na área, mora na cidade e vive trabalhando com os políticos, o terreno dele tá abandonado, ele não tem tempo é só com reunião na Lapa.

Ela é estruturada pela obrigação bilateral, pela qual se tem a certeza da retribuição e responsável por caracterizar o *espaço moral* a partir das relações pré-existentes e que reforça, de maneira particular, o espaço moral que fundamenta a prática da ajuda mútua e a reciprocidade, denominado por Candido de *solidariedade vicinal*, cuja retribuição é a dívida moral.

Esta prática integra a sociabilidade entre as famílias, selando alianças entre elas e é essencial para o funcionamento da vida e do trabalho destas famílias assentadas. Como já vimos, em seção anterior, a reciprocidade entre iguais, como a troca de dias de trabalho, se estabelece também como estratégia de sobrevivência que pode ser acionada a qualquer tempo, frente às dificuldades. Este é o momento em que as famílias lançam mão das suas relações sociais e recorrem aos vizinhos, parentes e compadres para solução imediata dos seus problemas, através das trocas simbólicas ou materiais.

O processo de trocas entre vizinhos constitui uma regra social de estabelecimento de laço bilateral e representa uma prática costumeira para o grupo, organizada pelos princípios de reciprocidade e ajuda mútua. Ou seja, é uma prática que representa uma estratégia de sobrevivência, mas também é fundamental ressaltar a importância da reciprocidade entre eles como uma forma de afirmar os laços sociais e de pertencimento, caracterizado pelas formas tradicionais de cooperação e de trocas, como afirma Woortmann (1990) é um contrato social que é feito não entre indivíduos, mas entre iguais, entre pessoas morais, e famílias. Estes princípios morais demonstram como não são apenas as leis mercantis que regulam e fundamentam as práticas dos assentados.

Assim, as trocas mútuas ou o *adjunto* não envolve relações monetárias, mas princípios de solidariedade que são utilizados principalmente como base de reprodução social e econômica do grupo. Tais práticas são realizadas no PAE-SF nas atividades produtivas (agricultura, criação, pesca e na casa de farinha), na melhoria da infraestrutura (construção/reformas de casas, cisternas, cercas individuais) que beneficiam individualmente o assentado.

A solidariedade do grupo é também expressa nas atividades que beneficiam coletivamente o PAE-SF como construções ou reformas das escolas e de cercas, limpeza das lagoas, conserto de equipamento e melhorias da estrada, etc. Vale ressaltar, que neste caso, específico, essas atividades são orientadas, quase sempre, pela associação dos assentados, como uma forma de melhoria que beneficiará todo o coletivo.

Essa prática representa, para as famílias, além do momento de trabalho, um momento de descontração, de bate-papo, de “contar vantagens”, de contar as aventuras e desventuras amorosas, de descrever as dificuldades e os sucessos na plantação, de estar juntos, de gentileza, das cantorias, da confiança. Nesses momentos, o tempero é a alegria de partilhar uma situação de “dureza no trabalho”, que tem como retribuição uma festa. E o aspecto festivo que envolve esta atividade representa um dos elementos fundamentais de agregação do grupo. Como afirma um assentado:

O que mais une é quando tem um trabalho para fazer, a gente se une para fazer o que é de interesse fazer e depois é só comemorar todos juntos, isso aí é muito bom. Pode ser um trabalho de construir uma cisterna, ou levantar um muro ou uma cerca (Valdemir, 36 anos, Pambu).

Outro exemplo de reciprocidade para o grupo é representado pela pesca, que favorece a solidariedade entre assentados. Assim, “Os que não têm bom equipamento

se junta com outro que tem e vai pescar. No final, a gente divide o pescado” (José Mariano, 54 anos, Estreito).

O fato de “poder contar sempre que precisar” representa laços de confiança estabelecidos pela relação de *interconhecimento*, instituída ao longo das vidas dessas famílias, normatizando a vida social do grupo, através da cooperação entre eles. A participação de toda a comunidade é desejada. As atividades são divididas entre homens (as mais pesadas), as mulheres e as crianças, como os trabalhos desenvolvidos na casa de farinha. Cabe ressaltar que, estas atividades não estão imunes a certas tensões em decorrência de interesses individuais ou coletivos, mas o que prevalece é um sentimento de união. Ressalta uma assentada:

Aqui todo mundo ajuda o outro, é uma família só, a gente vive que nem parente. Na hora da pesca ou da lavoura a gente sabe que pode contar com o camarada, é todo mundo pescador daqui, nasceu aqui e aqui vai morrer, mas todo mundo junto, passando as mesmas provações e as mesmas alegrias (Janaina, 52 anos, Mariápolis).

O trabalho solidário no PAE-SF é também fortemente expressado nas relações de vizinhança, como citado, nas atividades que são realizadas nas casas de farinha, este é o momento de maior integração do grupo. As famílias que não dispõem desta infraestrutura em seus lotes juntam-se aos vizinhos e produzem a farinha “de meia” que é repartida entre eles. Neste caso, não se compartilha apenas o produto final, mas também os trabalhos, o gás, as conversas, como relata um depoimento:

Trabalhamos juntos, somos todos amigos aqui, e precisamos um dos outro porque nós não têm casa de farinha, dividimos todas as despesas com o amigos e quando vende o lucro é dividido igual, mas temos muitas vezes, a farinha mais pro consumo mesmo (Joana, 55 anos, Estreito).

A casa de farinha é, por conseguinte, o local onde se apresenta uma das maiores manifestações de integração do grupo e neste local, tanto familiar quanto de

vizinhança, confirmamos a interação entre as famílias e vizinhos assentados nas mais diversas etapas da atividade produtiva, que refletem a importância no processo de partilha entre os vizinhos, parentes e compadres, conforme entrevistas de campo.

Quando é quinta-feira todo mundo já sabe que é dia de jogar conversa fora na casa de farinha, toda quinta eu vou pro vizinho aqui raspar mandioca e fazer farinha..., é um trabalho gostoso porque enquanto trabalha se diverte contando causos, dando risada... na sexta-feira a farinha é torrada aí a gente reparte a produção, é assim (Marlene, 45 anos, Campinhos).

Esta situação pode ser entendida como uma relação que “combina a vida doméstica e a vida coletiva”, denominada por Mendras (1976) de sociedade de *interconhecimento*

5.2 RELAÇÕES ENTRE PARENTES E COMPADRES

As relações de parentesco entre as famílias assentadas no PAE-SF representam um percentual elevado nas onze comunidades. Numa delas, verificamos que todas as pessoas têm entre si algum grau de parentesco. No caso do PAE-SF as relações de parentesco são ampliadas pelo compadrio, uma das formas pela qual os assentados demonstram sua solidariedade, enquanto instituição paralela à família, como declaram as próprias pessoas: “Aqui quase todo mundo ou é parente ou é compadre [...] e o compadre é mais importante que muitos parentes de sangue” (Maria do Socorro, 43 anos, Palma e Passos).

Relatos em campo evidenciam a importância desta relação no assentamento, ao mesmo tempo em que esclarecem a sua escolha.

A gente escolhe aquele que tem mais companheirismo, os de pesca, os dos causos, ou os que vão pra feira... e nós fica sendo como um parente. A gente passa a se ajudar mais, fica aquele compromisso, a gente vai levando a vida. No ano que vem já aparece outro parente e vai somando pra gente (Jose Carlos, 44 anos, Estrito)

Se eu escolho ele para ser meu compadre é porque eu gosto dele e confio nele como se fosse um irmão e na minha ausência, eu sei que meu filho vai ter ali um amparo (M^a Aparecida, 35 anos, Barra da Ipueira).

Para as famílias tradicionais do PAE-SF, os compadres que têm maior importância são aqueles escolhidos dentro da própria comunidade, parentes ou não, mas os que estão mais próximos, os que “a gente pode contar a qualquer hora que precisar, ele tá aqui pertinho da gente, diferentes dos compadres de fora que, nem sempre, a gente tem contato” (Ana Célia, 41 anos, Estreito).

A pesquisa de campo revelou que é, sobretudo, através do batismo que é selada a relação de compadrio no assentamento. As relações estabelecidas pelo batismo, entre compadres, afilhados e padrinhos, são compostas por deveres e obrigações morais dos padrinhos para com os afilhados e vice-versa. E implicam em obrigações e compromissos simbólicos, materiais e afetivos e, nestas circunstâncias, “o padrinho é como se fosse um segundo pai [...] o afilhado deve o respeito e deve honrar o seu padrinho” (Marina, 36 anos, Vila Boa Esperança). Entre as reverências mais comuns que os afilhados têm para com os seus padrinhos está a de pedir-lhes a bênção como uma questão de respeito e reconhecimento.

Cabe ao padrinho ajudar, sempre que é necessário e possível. Um dos compromissos do padrinho para com o seu afilhado, quando está em melhor situação que o pai, é o de facilitar o seu acesso a melhores condições de vida. Este fato pode proporcionar aos afilhados bens materiais, mas também a oportunidade de estudar ou de garantir acesso a um emprego na cidade, sobretudo quando o padrinho lá reside. A

relação de compadrio no assentamento representa também uma relação de reciprocidade entre os compadres.

O compadrio entre as famílias assentadas também tem o papel de reforçar o parentesco consangüíneo, pois muitos compadres entre si são membros de uma mesma família. Relata uma assentada: “eu dei minha filha para minha irmã batizar” (Marta, 28 anos, Boa Vista). Assim, o filho também pode ser “dado” à pessoas que fazem parte da família, como ocorre quando o filho é “dado” à avó, ao avô, ou a um tio(a) como afilhado, ampliando as relações sociais e afetivas.

Já mencionamos que a escolha do padrinho pode recair em uma pessoa de fora. Os filhos são ‘dados’ a alguém fora da comunidade, um comerciante amigo da cidade ou até mesmo a um político, “que é mais abastado e pode ajudar quando na precisão” (Carlinhos, 43 anos, Barreiro Grande).

Outro assentado relata a escolha do padrinho para batizar o seu filho assim:

Eu conheci o meu compadre, o padrinho de Joaquim (5anos) na feira, ele é um comerciante, um homem de posses, é uma pessoa que sempre me ajudou, nós ficou amigo. Ai quando meu filho nasceu eu falei primeiro com ele pra saber se ele aceitava ser meu compadre e batizar meu menino e depois falei com a mulher. Ele aceitou. (Manoel, 48, Mariápolis).

Dar os filhos para pessoas de fora, sobretudo, para aquelas “mais importantes” garante certo *status* para algumas destas famílias ainda que o contato entre afilhado e padrinho tenha sido mantido apenas no momento do batizado. Relata um assentado: “meu filho é afilhado do ex-vereador de Serra do Ramalho” (Carlinhos, 43 anos, Barreiro Grande). O compadrio é também uma forma de aliança que tem favorecido ampliar as redes interpessoais além da esfera local.

No PAE-SF, encontramos famílias que possuem filhos estudando na cidade e vivendo nas casas dos padrinhos. Esta não é uma “morada definitiva”, porque os filhos

vão à cidade estudar e retornam para casa no fim da semana. Os compadres, que vivem da roça, procuram sempre “agradar” e ajudar o padrinho na cidade. Conforme relato de uma assentada:

Minha filha estuda com a madrinha na Lapa, mas toda sexta-feira ela volta pra cá. Quando ela vai na segunda-feira a gente sempre prepara uma farinha, um beiju, um ovo, quando é tempo de milho, a gente faz uma canjica, pra agradar. A gente costuma mandar, não muita coisa, porque a gente não tem, mas quando tem uma fruta, uma abóbora, uma galinha, um ovo né? São coisas de tradição né? (Margarida, 46 anos, Pambu).

Há também uma troca entre madrinhas e afilhadas, pois, no momento em que as afilhadas vão estudar com as madrinhas na cidade, elas ajudam as madrinhas nos afazeres domésticos. Nestas circunstâncias, ter parentes por afinidade ou consangüinidade, ou até ter “conhecidos”, instalados na cidade, favorece a saída de jovens do PAE-SF motivada pela possibilidade de estudo, trabalho e por “uma vida melhor”. Essa troca recíproca de ajuda entre parentes, compadres e amigos, representa alianças que envolvem pessoas, obrigações bilaterais e ordem moral, formadores de um grupo inter-relacionado e alicerçado nas bases dos valores camponeses.

A relação de compadrio no PAE-SF é selada também, com muita freqüência, nas festas juninas ao “redor das fogueiras”. Neste momento, para selar o laço entre compadres “fazem antes um juramento e em seguida pulam em cruz três vezes a fogueira”. São compromissos firmados por toda a vida.

Sobre o compadrio de fogueira ressalta uma assentada:

Aqui tem muita gente que é compadre de fogueira. É assim: na noite de São João a gente firma o compromisso de compadre, aí agente pula junto a fogueira e passa ser parente, não de sangue, mas, é como se fosse de sangue (Marivanda, 39 anos, Água Fria).

Esta situação estreita, ainda mais, os laços entre as famílias e a vizinhança e amplia tantas vezes quanto as desejarem, organizando o espaço local do PAE-SF. São

relações que, ao estabelecer laços de parentesco simbólicos, mantêm vivas as redes de sociabilidade e reciprocidade entre eles.

Neste sentido, a interação do grupo e o caráter solidário dessa relação, apresentam-se como dimensões essenciais no cotidiano destas famílias. São estas redes que servem para compreender a dinâmica social deste grupo por uma teia que envolve a família, compadres e vizinhos.

5.3 A VIDA LÚDICO-RELIGIOSA

A vida *lúdico-religiosa* é com certeza um elemento fundamental de preservação da sociabilidade e solidariedade no PAE-SF. Essa tradição, tão forte na área rural, dá conta do vigor que estrutura a vida social das famílias assentadas. Segundo uma assentada, “aqui pra nós a novena, o terço e a ladainha é o divertimento” (Helena Biturino, 58 anos, Boa Vista), os quais ajudam a tecer e construir a vida do grupo.

No PAE-SF, as manifestações religiosas, sobretudo as católicas, são responsáveis por recriar e fortalecer os laços sociais baseados na tradição e responsáveis pelo convívio e união entre os assentados.

Eu tenho uma reza que eu faço aqui pro meu santo (São Francisco), agora ai a casa enche de gente pra rezar, ai vamos dançar embaixo desse pau (apontando para um pé de Juá) vamos beber cerveja, eu fico alegre, eles são meus amigos, minha família (Anuncia Pereira, 92 anos, Barra do Ipueira).

As famílias assentadas têm uma vida diretamente relacionada com sua crença, seja através dos anjos da guarda, dos santos devotos, dos santos padroeiros, que se

afirmam como uma realidade cotidiana em sua vida. Estas famílias possuem, nas residências, objetos que refletem esta realidade, tais como os santos expostos em suas paredes ou colocados num cantinho, em um pequeno altar improvisado, os terços às mãos, as medalhas penduradas no pescoço, uma *Bíblia* aberta na sala.

A religiosidade representa um papel fundamental nas vidas das famílias do PAE-SF. Elas param de trabalhar aos domingos e nos períodos festivos da comunidade, quando se dirigem às pequenas igrejas para assistirem aos atos religiosos. Nas comunidades em que não há igrejas católicas, as missas são realizadas uma vez por mês, quase sempre, em colégios.

Observamos também a existência do sincretismo religioso. Em uma das comunidades foi construída uma igreja Católica, ao lado de um terreiro de candomblé. O curioso é que esta igreja foi construída pelo “pai de santo” responsável pelo terreiro. Uma entrevistada afirmou que:

Ele [o pai de santo que construiu a Igreja] reza na Igreja e depois vai bater o coro [tambor] na casa, mas os padres não está gostando não. E por isso não vem mais rezar missa na comunidade, só quer rezar no colégio. Quem quer missa vai para Lapa. Vem gente de fora, da Lapa, de Paratinga para se consultar aqui [com o pai de santo] - (a assentada não quis que a identificasse).

No assentamento existem, vários terreiros de candomblé. Estes espaços, embora muitas vezes não declarados nas falas dos assentados – por exemplo, um “pai de santo”, quando entrevistado afirmou: “sou católico, todo mundo aqui é” –, podem ser visivelmente identificados através das “bandeiras brancas” hasteadas no “terreiro das casas”, ao lado de um “pé de árvore”. Segundo uma assentada, esse quadro está mudando, pois, como afirma: “antes as famílias que faziam parte daquela religião se escondiam por medo ou crítica e hoje já tem comunidade que tem um terreiro e

assume, pelo menos, para os “de dentro” sua religião” (M. Aparecida, 35 anos, Barra do Ipueira).

Existe também um número crescente de evangélicos que não participa das festas religiosas católicas do PAE-SF, mas têm suas “próprias festas”. Em algumas das comunidades realizam-se cultos com maior frequência. Este fato é justificado porque existe, em uma das comunidades, uma pastora da Igreja Evangélica Soldado da Cruz. A pastora organiza cultos durante a semana nas casas dos fieis. Há também em uma das comunidades uma igreja denominada Igreja Evangelista Cristo Rei que é também responsável por agregar os fieis.

Nas igrejas protestantes, assim como na igreja católica, também são realizados batizados e casamentos e “em dias de culto a igreja fica cheia”. Os batizados e casamentos são também os principais momentos em que os templos se configuram como espaço de socialização da vida lúdico-religiosa.

As festas religiosas mais expressivas e de maior integração do grupo no assentamento são o dia dos Santos Reis, comemorada em janeiro através de uma espécie de procissão (grupo de cantadores) que percorre todo o assentamento, e as comemorações das festas dos padroeiros das comunidades.

Também são muito respeitadas as festas dos santos que estão ligados às plantações, como são José, que é comemorado todo dia 19 de março pelos assentados. Segundo um assentado: “o dia de são José é o dia que marca a chuva aqui pra nós é só plantar e esperar a fartura, é milho, feijão, batata, mandioca, abóbora” (Antônio Marino, 48 anos, Campinhos). Assim como, a festa de são Pedro (29 de junho), padroeiro dos pescadores, que tem grande participação dos pescadores/agricultores mais tradicionais e os mais antigos do PAE-SF.

A devoção a Bom Jesus da Lapa é um caso especial. Foi esta devoção que deu nome à cidade de maior influência para os assentados. As famílias freqüentam a festa, que é realizada no mês de outubro e atrai romeiros de todo o Estado da Bahia. É o momento em que a cidade é invadida por romeiros vindos de toda parte. As famílias, em geral, têm o hábito de fazer promessas e irem cumpri-las anualmente. Muitos afirmaram terem alcançado graças pelas promessas feitas.

No PAE-SF, dentre os padroeiros mais comemorados destacam-se, primeiro a festa de são Sebastião, padroeiro da Comunidade de Boa Vista, cuja festa é realizada em janeiro. Outra festa, igualmente prestigiada é a do padroeiro são Bartolomeu, que representa a Comunidade de Vila Boa Esperança e que é realizada em outubro. Nessas festas, reúnem-se pessoas não apenas do PAE-SF, mas também de toda a vizinhança. Conforme relato do assentado:

Há aqui festas culturais que são tradição, agora em janeiro teve a festa de Santo Reis que as famílias que curtem acabam visitando todo mundo. Quase todas as comunidades têm essa tradição, temos outras festas como São Sebastião em janeiro que é uma festa que nós temos dentro de uma comunidade, uma festa tradicional antiga na Boa Vista, que acaba reunindo não só a comunidade, mas vão gente de todas as comunidades (Bartolomeu Guedes, 31 anos, Barra do Ipueira).

Na festa de são Sebastião, a pessoa que fica à frente da organização anual recebe o título de o “Imperador da Festa”, titulação conferida pela própria comunidade. Esse “imperador” não necessariamente precisa ser um assentado daquela comunidade específica, mas é quem lidera a comemoração.

As festas dos padroeiros se iniciam nove dias antes do dia do *santo padroeiro*, com a realização da novena. Seguem-se a procissão, a ladainha e a missa. Findada a parte religiosa da festa, iniciam-se as festas profanas que envolvem quermesses, leilões, música eletrônica, práticas bastante comuns nas áreas rurais. Os leilões são

sempre regados a galinha assada, bolos, sacos de farinha, ovos, pães em forma de bichos, alimentos que são doados para o leilão por moradores ou patrocinadores da região, geralmente políticos ou comerciantes amigos. No final do leilão, independentemente de quem arremata o prêmio, este é dividido entre os amigos. Para viabilizar o leilão, todos os envolvidos se esforçam para arrecadar o maior número de produtos para leiloar. Os ganhos arrecadados nos pregões, quando a festa é da igreja, são destinados ao *santo padroeiro* e são utilizados para melhoria da igreja. As associações aproveitam também as ocasiões das festas juninas para promover brincadeiras, leilões, rifas, forrós e outros eventos, no sentido de também arrecadar fundos para pagamentos das despesas correntes (passagens, telefonemas, etc.).

As festas realizadas no PAE-SF, sobretudo as comemorações de padroeiros, atraem não apenas pessoas do mundo rural, mas também pessoas das cidades vizinhas, sobretudo as que residem em Serra do Ramalho e Bom Jesus da Lapa, estabelecendo um espaço de sociabilidade e integrando todo o grupo “os de dentro” e “os de fora” do PAE-SF. Os comerciantes e políticos que aproveitam para “mostrar a cara e pedir voto”, também se integram às festas. Afirma uma entrevistada: “nossa maior festa aqui é mesmo é a do padroeiro, é aonde a gente se une mesmo para fazer bem feita, vem gente de todo o lugar, vem gente importante, os políticos.” (Rosângela, 41 anos Barreiro Grande) .

Nas ocasiões festivas, as comunidades que se sentem mais próximos dos políticos correm atrás para conseguir patrocínio (carro de som, uniformes para os times, aparelhos de som, microfones). Afirmam, “esse é o momento da troca entre eles e nós” (Jacinto, 38 anos, Campinhos).

Estas festas mudam o cenário do assentamento, segundo entrevista:

Aqui fica tudo claro, iluminado, tem carro de som, que os políticos consegue, tem muita barraca de bebida e de comida. Quem bota barraca começa o trabalho com a festa cedo, a gente vara a madrugada e os meninos amanhece o dia nas festas (Felício, 47 anos, Boa Vista).

Os aparelhos eletrônicos utilizados nas atividades religiosas, posteriormente são deslocados para as festas profanas. Estas são as preferidas pelos mais jovens, pois são marcadas por danças e muita diversão. Em geral, estas festas se prolongam até o dia amanhecer.

Cabe ressaltar que, no PAE-SF, em geral, todos cooperam de um modo ou de outro, para o sucesso das festas, seja através da ajuda solidária, pela disponibilidade da mão-de-obra para a preparação da festa, seja na decoração, na limpeza do local, na lavagem do colégio onde realizam algumas das atividades, através da construção de barracas e barracões, pela arrecadação de patrocínio, etc. Os mais jovens são responsáveis por articular os jogos, gincanas, shows, brincadeiras, etc.

Em todas as comunidades existem times de futebol já consolidados e em duas delas têm também um time de futebol feminino. Os times jogam entre as comunidades do PAE-SF e com os times de fora do assentamento. Os que ganham recebem troféus como recompensa. Cabe ressaltar que segundo uma entrevistada “é um orgulho ter um troféu ou uma medalha em casa” representando a vitória dos filhos.

A pesquisa de campo revelou que a maioria dos assentados tem o seu espaço de lazer definido na própria comunidade, resultado que, mais uma vez, confirma a relação deste grupo com o modelo *fortemente localizado* definida por Wanderley. As entrevistas a seguir relatam tal afirmação: “a maioria das pessoas fica é na comunidade, a festa de padroeiro é tradicional, é na missa que tem na nossa comunidade, aonde a gente se reúne todo mundo junto, é na quadrilha de São João, eu

gosto mesmo é de me divertir aqui. A gente faz torneio de futebol, corrida de argolinha pra gente tá praticando” (Aparecida, 37 anos, Boa Vista).

O trabalho de campo apontou que as mulheres, em geral, se divertem no terreiro (MAIA, 1995), “jogando conversa fora com as colegas”, ou dentro de casa diante da TV e também nas missas ou nos cultos evangélico.

No PAE-SF, a televisão vem cada vez mais se estabelecendo como uma alternativa de lazer, sobretudo para mulheres e meninas: “Domingo, sem ter muito que fazer vamos assistir TV onde tem. A gente se reúne e fica a tarde toda na frente da TV, enquanto os maridos vai pras venda e pro campo jogar bola” (Helena, 58 anos, Boa Vista).

Os adultos do sexo masculino divertem-se na pescaria, nos campos improvisados e nas vendas dentro da própria comunidade “bebendo e jogando sinuca e bola”, por exemplo. Entre as maiores diversões dos jovens estão os banhos no rio, os jogos de futebol e os programas de televisão. Segundo um informante: “os meninos brincam mesmo é no rio e na bola”. No entanto, neste grupo de idade há deslocamentos eventuais para as cidades mais próximas.

As festas internas são as principais responsáveis por animar a vida social local das famílias assentadas, definindo-se enquanto um modelo *fortemente localizado*, que marca o pertencimento ao local. Por outro lado, as famílias do PAE-SF, como já foi apresentado, também freqüentam as cidades circunvizinhas, deslocando-se do espaço interno para o mundo exterior, seja para realizar compra e venda, para o lazer ou para assistência. O deslocamento dessas famílias está também vinculado a sua crença, tendo como destino as missas e os cultos evangélicos. Todos esses aspectos citados animam

a vida social do PAE-SF e fortalecem os laços entre as famílias e vizinhos e o mundo externo.

5.4 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E OS MEDIADORES

Entrevistas apontaram que, logo após a implantação do PAE-SF, realizada em 1995 pelo Incra, surgiu em meados do mesmo ano a Comissão Estadual dos Trabalhadores Acampados e Assentados (CETA). Esta, junto com a CPT, tem o papel de auxiliar as comunidades no sentido de cobrar junto ao governo, em parceria com a associação dos agricultores, melhorias para a comunidade e, nesse sentido, ela atua como uma mediadora entre os assentados e o Estado. A CETA foi um dos mediadores responsável pela concretização de um sonho, que tornou viável a construção do PAE-SF e a regularização das famílias tradicionais ribeirinhas. É de sua responsabilidade também dar acompanhamento político e fazer com que os trabalhadores rurais tenham maior poder de organização e de decisão política nos assentamentos de reforma agrária. Através do seu auxílio às comunidades consegue viabilizar projetos para as famílias assentadas.

As observações de campo apontaram que, através da atuação da Ceta, em termos de organização, foi possível se conseguir algum êxito no PAE-SF. . Afirmou o atual presidente da Ceta, que também é assentado:

Quando começou não tinha nada de organização. Hoje estamos organizados em onze comunidades, todas elas com uma associação. Temos ainda uma Central que foi criada para representar perante os órgãos públicos e esta está representada por três membros de cada associação (Bartolomeu, 31 anos, Barra do Ipueira).

Percebemos então, a importância da central de associação, para viabilizar o processo organizativo formal dos assentados, representando cada uma das 11 associações, enquanto mecanismo essencial e responsável por reforçar os laços de sociabilidade e de reciprocidade entre eles, assim como, para despertar o papel que o associativismo formal tem enquanto agente socializador de suas práticas, geradoras de formas sócio-organizativas que procura adaptar as condições e necessidades de relacionamento dos assentados com as ONG,s, com o Estado e com a sociedade em geral.

Foi então, a partir da atuação da Ceta, que as famílias tradicionais ribeirinhas passaram a ter uma organização formalizada com a criação, em cada uma das onze comunidades, de uma associação. Estas associações têm o poder de representar as famílias frente ao Estado, ao banco ou a qualquer outra instituição. Além disso, cada uma dessas associações também se estabeleceu como espaço de discussões entre as famílias. A partir dessas associações, foi formada, no PAE-SF, uma Central de Associação dos Moradores, que é composta por três membros de cada comunidade. “Fundar as associações foi um trabalho de mobilização árdua”, definiu um dos presidentes. Depoimentos afirmaram que alguns dos assentados tiveram certa resistência em aderir ao processo de organização, mas, ao perceberem que necessitavam estar organizados em caráter mais oficial para que tivessem força jurídica e possibilidade de viabilizar projetos, foram cedendo aos poucos, pondo em ação todo o processo de conhecimento sobre as vantagens que uma associação pode trazer para os associados.

No PAE-SF, através da Ceta, ocorreram reuniões seguidas de palestras. Ressaltou um entrevistado: “pessoa de fora, ligadas a CPT e a Ceta, frequentemente

estavam nas comunidades participando do processo de implantação das associações” (Carlixto, 46 anos, Estreito).

O processo de criação da associação teve início com a escolha do nome de cada uma das onze associações que compõem o PAE-SF, registros, estatutos (esses definidos em função do modelo de associações já criadas em outras localidades), escolha, pelos próprios membros das comunidades, de pessoas que fariam parte da direção da associação. Evidentemente, durante o período de criação destas associações, ocorreram inúmeras discussões, disputas internas, o que gerou, em algumas das comunidades, conflitos e desconforto para as famílias, conforme relatou um assentado:

O problema é que aqui todo mundo quer ser o presidente, mas só tem um, que é o que quer controlar tudo, tudo fica na mão dele. A gente vota porque é obrigado, do meu gosto eu nem participava porque no dia que foi fundar foi tanta confusão que não conseguiu terminar tudo num dia só, teve que continuar no outro dia e foi mais confusão, um grita, outro grita, só um que fala, só um é que pode... No final só fica na direção quem eles quer (Alcides, 75 anos, Boa Vista).

Embora sempre ocorressem tensões entre assentados e os dirigentes da associação e mediadores, como por exemplo, o que os assentados julgavam ser melhor para o grupo, ou discordar em relação às pessoas e decisões que estariam à frente da associação, com o passar do tempo, a maioria dos assentados percebeu o quanto a organização era necessária para o grupo, para que lhes fosse garantido, além do acesso a créditos, habitação, assistência técnica, enfim, à infra-estrutura produtiva e social, o poder de negociação com o Estado, bancos e comerciantes.

Alguns assentados reconhecem que a Ceta, como mediadora, tem tido importante papel no processo de acesso à infra-estrutura interna do PAE-SF, não obstante, os assentados ainda enfrentarem muitas dificuldades, pois lhes faltam terras, estradas,

postos de saúde, escolas, água tratada, energia elétrica, considerando os principais problemas enfrentados pelos assentados.

O treinamento de trinta e oito agentes ambientais voluntários através do Incra e Ibama, todos assentados no PAE-SF, foi também consequência de uma das ações da Ceta. Esses agentes já atuam no PAE-SF desde 2001 e trabalham no sentido de garantir a preservação do assentamento, do rio e seu trabalho inclui também a fauna e flora. A missão desses agentes consiste em levar aos assentados princípios básicos de educação ambiental e explicar a importância de preservar o meio ambiente. Entretanto, o presidente da Ceta afirma que existem muitas dificuldades em termos de disponibilidade de recursos. Segundo ele:

A gente tem trabalhado bastante, apesar de não termos apoio de infraestrutura, por exemplo, para se deslocar, muitas vezes, tiramos do próprio bolso para colocar combustível nos carros para ir de comunidade em comunidade (Bartolomeu, 31 anos, Barra do Ipueira).

Cabe ressaltar, aqui também, o depoimento de uma assentada que define como um dos seus valores o fato de poder contribuir com as famílias, realizando um trabalho de base dentro do PAE-SF, afirma:

Outro valor é ligado a tudo que aprendi na época dos meus pais que não tinha muita importância e agora que meus pais morreram tá no momento de resgatar as famílias, por isso, que eu trabalho na luta por todas as famílias. Só o prazer de está fazendo um trabalho de base, de conscientização, mostrando aos trabalhadores os direitos que eles têm, pra mim já é muito compensativo (M^a Aparecida, 35 anos, Barra do Ipueira).

Em suma, o papel da Ceta no assentamento é definido como o responsável por incentivar e apontar que as coisas só funcionam, de verdade, quando se tem união, afirmou seu presidente.

Conforme já foi mencionado, existem, no assentamento, onze associações legalizadas, não obstante, nem todos os assentados terem participação ativa nas

reuniões. O nível de participação varia muito entre as comunidades, mas, de um modo geral, não alcança índices altos. Os que não participam dos trabalhos das associações alegaram que não percebem importância alguma para suas vidas. Quanto ao pagamento da mensalidade, que gira em torno de R\$ 1,00 (um real), o percentual dos que contribuem é ainda mais reduzido. Assim, o engajamento das pessoas e o nível efetivo de participação é muito baixo. Afirma uma assentada: “Às vezes até tem muita gente, mas muito menino. Participar mesmo, não participa. Tem uns que nem abre a boca, parece que é mudo, aceita tudo como eles quer, depois reclama” (Rosângela 41 anos, Barreiro Grande).

Segundo alguns depoimentos, os momentos que mais atraem os assentados são aqueles em que se discutem os projetos para o assentamento e para as famílias individuais: “quando é dia de decidir os projetos que envolvem dinheiro, aí pronto, a assembléia fica cheia”. De qualquer forma, os assentados têm percebido, aos poucos, a necessidade de organizar-se e de estarem integrados em uma associação. As reuniões das associações também funcionam como espaço de socialização entre os assentados. Isto é, para essas famílias, o simples exercício de sua cidadania, participando de reuniões, configura-se numa oportunidade de convivência e de integração do grupo.

Cabe aqui ressaltar que se têm registrado disputas internas entre a Associação Central e alguns dos moradores assentados que, às vezes, criam rupturas e geram tensões entre moradores e representantes das associações locais. Em geral, essas divergências são resultados de envolvimento político de parte das pessoas que compõem a direção da central, que nem sempre são aceitos pela maioria do grupo. Assim, muitas das decisões tomadas no assentamento não passam pelo crivo de todos os assentados. Segundo alguns assentados, esta relação é desigual. Isto porque existe

uma conduta política interna e outra externa bem diferente, como, por exemplo, a busca de relações de clientelismo entre membros da associação e os políticos locais, criando uma relação de dependência.

A este respeito criticam: “fica dependente deles todo o tempo, são tudo puxa saco”, “tudo é decidido por eles, os que estão à frente da associação”. Este fato revela uma centralização de decisões na figura, sobretudo, do presidente da associação. No entanto: “a briga é apenas com a desunião do grupo que está na frente da associação, não contra a associação” afirma uma assentada. Isto pode ser justificado porque muitos já perceberam que é apenas agindo em grupo e de forma organizada, visando a objetivos comuns, é que estes assentados poderiam ser ouvidos e ter um espaço na sociedade em que estão inseridos.

Quanto à organização e a participação em sindicatos, foi verificado que apenas 24,55% dos trabalhadores estavam filiados a algum sindicato, na ocasião da criação do PAE-SF (LUMIAR, 1999), mas acredita-se que este quadro pouco se alterou nos dias atuais. Dentre os filiados, 61,66% contribuem para a organização sindical. Quase sempre os assentados ligados ao sindicato têm como meta apenas a aposentadoria, sem o conhecimento da importância do sindicato para a defesa do direito do trabalhador rural.

Nas entrevistas, em campo registramos várias declarações da atuação de políticos locais no PAE-SF. Uma delas refere-se a um vereador que reside no PEC-SR que “foi eleito com o voto do agroextrativista”. De acordo com a entrevistada, que não se quis identificar, 90% da comunidade autorizaram a transferência do título (que era de Bom Jesus da Lapa) para a cidade de Serra do Ramalho para eleger este vereador. Outra entrevista reafirma este fato relatando que:

Parte do Extrativista votava na Lapa, aí entrou um político (não quis revelar o nome) dizendo que se a gente não transferisse o título para se tornar cidadão da cidade de Serra do Ramalho não poderia reivindicar, aí mudamos o título. Eu mesmo, na época, fui uma pessoa que foi lá transferir o título, porque pra gente cobrar deles a gente tem que ser cidadão do local, tem que votar no local. Tem um vereador que foi eleito só com os votos daqui. Só que agora ele nem aparece por aqui, não faz nada (Pediú que não fosse identificada).

Muitos relatos no trabalho de campo se referem à indignação de assentados em relação aos políticos: “na época da política ele entrou aqui para pedir voto. A patrol (trator) na frente (abrindo caminho por conta das péssimas condições da estrada) e o carro dele atrás e falou que vinha consertar a estrada e até hoje não voltou” (Jose Carlos, 45 anos, Estrito).

A *dinâmica externa* da comunidade é também representada pela sua participação nos Conselhos Municipais. Embora uma assentada afirme que: “as pessoas da sociedade civil tem participação nos Conselhos, tem voz, mas não tem voto. Pode falar, se expressar, que de nada adianta, vale o que eles querem”. As famílias assentadas também têm participação nos partidos políticos, alguns dos assentados são filiados a partidos. Um assentado já teve seu nome entre os candidatos ao cargo de vereador. Cabe ressaltar, a título de curiosidade, muitos assentados têm esperanças de dias melhores no assentamento, alegando que o atual prefeito de Serra do Ramalho é filho de uma das comunidades que compõe o PAE-SF.

5.5 SENTIMENTO DE LOCALIDADE – A NOÇÃO DE PERTENCER

O sentimento de pertencer que estas famílias mantêm em relação ao local em que viveram os seus antepassados e que agora é local de suas vidas e trabalho, é um dos fatores que tornam clara a rede de parentesco que perpassa as relações no PAE-SF.

Um dos aspectos que caracteriza o modo de vida destes assentados são as práticas de solidariedade e sobrevivência estabelecidas nas relações de vizinhança, parentesco e compadrio, tornando clara no PAE-SF, a *sociedade de interconhecimento*, tal como caracterizada por Mendras (1976)..

As famílias dos assentados no PAE-SF demonstraram forte sentimento de pertencimento ao local. Esta situação pode ser justificada, como já mencionado em capítulo anterior, sobretudo pelo fato de que a maioria da população é nascida e criada no local, às margens do “Velho Chico”, e, portanto, definida enquanto uma *localidade fortalecida*, nos parâmetros da tipologia apresentada por Wanderley.. Neste sentido, afirmamos que o aspecto que mais une os assentados no PAE-SF é o fato de sua origem de ribeirinhos, nascidos e criados à margem do rio São Francisco. Mas é importante ressaltarmos ainda que, estes assentados, estão também unidos por um projeto de futuro que inclui melhores condições de vida e de sobrevivência familiar, definido a partir do acesso à terra em quantidade e qualidades suficientes, acesso à infra-estrutura social e econômica e, sobretudo a saída dos ocupantes irregulares no PAE-SF.

Os assentados fazem questão de repetir:

Nasci e me criei aqui, eu sou mesmo é ribeirinho do São Francisco, eu sou mesmo é barranqueira [...] aquela que desde sua época de criança, em que os pais viviam navegando no rio e passava às vezes um mês, dois, pescando, subindo rio acima ou descendo e aí ancorava naqueles barrancos, até que ele encontrava um local para plantar suas raízes (Janaina, 38 anos, Água Fria).

Outra afirma ainda: “sou barranqueiro mesmo, porque eu nasci dentro de uma embarcação e estou no rio até hoje. Barranqueiro porque moro no barranco do rio” (Maria Aparecida, 35 anos, Barra do Ipueira).

E, nessas circunstâncias, concordamos que, embora estes agricultores tradicionais ribeirinhos façam parte de um programa maior de reforma agrária que os equalizam como assentados desta reforma, através da implantação do PAE-SF, eles “não se diluem em um meio social disperso, mas constroem um espaço de vida pessoal e social” (WANDERLEY; LOURENÇO, 1998, p. 227).

Observamos que, no geral, são apenas as pessoas que estão mais próximas da direção da associação que afirmam ser agroextrativistas, ou seja, que se reconhecem como pertencentes a um projeto de reforma agrária diferenciado.

Nesse sentido, a identidade e a noção de pertencimento constituem-se levando em conta o contexto em que o sujeito está inserido. Esta afirmação pode ser confirmada na declaração a seguir, em resposta à pergunta aos assentados sobre como eles se definiam:

Eu sou ribeirinho, produtor rural, pescador e assentado, porque sou ribeirinho, sou pescador, sou produtor rural, sou cadastrado e assentado no assentamento, então eu faço parte disso tudo. Pela minha definição eu sou produtor rural (Valter, 43 anos, Estreito).

É importante ressaltar que, em campo, percebemos que o projeto e suas especificidades, exceto suas restrições de uso impostas pelo INCRA e IBAMA não são compreendidos por todos os assentados no PAE-SF, embora já exista desde 1995. A afirmativa a seguir evidencia esta realidade: “No começo a gente não tinha muita história pra contar, porque este projeto é baseado lá pela Amazônia. A gente não tem grande conhecimento da realidade toda do projeto, só sabe que vai receber um documento” (Celso, 43 anos, Pambu).

Cabe lembrar que foi identificada, nas próprias falas dos assentados, a existência de dois grupos distintos neste assentamento, como já apresentados,

definidos pelas próprias famílias como os que “têm perfil” e os “que não têm perfil”, categorias que também definem o seu pertencimento, ou não, ao local. A pesquisa de campo evidenciou que “os que não têm perfil”, não compartilham as mesmas referências e as mesmas lembranças que envolvem o modo de vida do grupo.

O sentimento de pertencimento dessas comunidades que formam o PAE-SF, em relação ao espaço social e às relações nele existentes, liga as famílias assentadas entre elas e as diferenciam em relação aos moradores tidos como irregulares.

Observamos que, nascer pescador e ser filho de pescador é um dos traços que também definem a identidade destes moradores e, portanto, pertencentes ao PAE-SF, através de um direito adquirido há gerações. Este traço está diretamente relacionado às formas de pensar e de se relacionar com o rio São Francisco, pois o homem tem sua história de vida relacionada à pesca, com a natureza.

Afirmou um assentado:

Eu sou é pescador, não sei fazer outra coisa, nasci pescador e vou morrer pescador. Desde menino eu saia pra pesca com meu pai, a gente ia junto com o pai trabalhar no pescado, ia ajudar na pesca, eu sempre fiz isso, e até hoje eu faço (Carlison, 56 anos, Estreito).

Cabe relatar que, embora muitos pescadores de idade avançada não mais realizem a atividade pesqueira, continuam definindo-se como pescadores. Sentem-se sempre relacionados com a pesca, ainda que seja através do passado, pois, para eles, “quem nasce pescador é sempre pescador”. O rio e a pesca também ganham sentido na memória dos mais velhos das comunidades⁹².

⁹² A memória consta de uma evocação do passado, é a capacidade humana de guardar o tempo que se foi, na tentativa de salvá-lo da perda total. O ato de lembrar conserva o que já se passou, por isso diz-se que a memória é a segurança de nossa própria identidade, de modo que podemos falar de nosso “eu” como resultante da soma de tudo que fomos e fizemos a tudo que somos e fazemos. Há uma estreita ligação entre memória e o sentimento de identidade [...] A construção da identidade é

O *Velho Chico* significa, para estes “antigos” pescadores, um lugar de trabalho, de realização da vida, de sociabilidade, de lazer e das lembranças, o que inclui as lembranças das antigas embarcações, das *gaiolas*, dos barcos a vapor que “enfeitava o rio” e definiam a paisagem do lugar. Observamos que os moradores têm sempre uma “história” ligada ao rio, ao lugar, não apenas pela sua própria história, mas também por aquelas contadas pelos seus familiares e vizinhos.

A carga emocional do espaço do rio São Francisco, para as famílias é, portanto, marcada pelas suas histórias de vida, o que não permite a dissociação entre o “lugar de moradia e trabalho”:

Morar aqui é um privilégio muito grande, se ele morrer [o rio] nós vamos morrer com ele, pois, nós não sabemos viver sem ele, não sabemos morar em cerrado, nem em caatinga, sabemos morar na beira do rio e viver dele, é a vida, se ele morrer nós vamos sobreviver mais um pouco, mas se batendo, porque nós não sabemos viver sem ele (Alberto, 32 anos, Boa Esperança).

Nas entrevistas em campo, os assuntos relacionados à pesca, sobretudo para os mais velhos, são os preferidos, pois conversar sobre o pescado é falar de suas habilidades, de seu prazer, é relatar seu trabalho e seu lazer e contar a sua própria história de vida. A pesca, para estes tradicionais ribeirinhos, representa muito mais do que o alimento à mesa, mas a razão de sua própria existência.

É por isso que, mesmo diante das dificuldades encontradas no assentamento, quando indagamos às famílias se elas deixariam o local, caso recebessem outro lote, elas afirmaram, de forma unânime, que não o deixariam.

caracterizada por três elementos: a unidade física, a continuidade dentro do tempo e o sentimento de coerência na narrativa (POLLAK, 1989).

6. OS VALORES CAMPONESES E AS RELAÇÕES COM A NATUREZA

Dentre os valores que conformam o modo de vida dos assentados se destacarão os valores morais, éticos, religiosos e afetivos. Vale resaltar que os valores econômicos, tais como os valores de uso não monetário e os valores de troca foram englobados no âmbito das lógicas produtivas. Finalmente, como entendemos o homem como ser indissociável do seu ambiente, serão ventilados aspectos concernentes à relação homem-natureza. É preciso ressaltar que, para estas análises, acima destacadas, foram também considerados os laços anteriores à implantação do PAE-SF.

6.1 VALORES CAMPONESES

O primeiro dos valores para os assentados, identificados por nós em campo, é o valor de uso da terra como instrumento de trabalho, que já foi tratado nas lógicas produtivas. Apenas retornamos à questão para esclarecer que, em comunidades que vivem sob um modo de vida tradicional, como é caso do PAE-SF, o uso da terra tem um valor não monetário, mas, *um valor moral*, fundada na base da *economia e da ordem moral*. Isto é, o valor de uso sobrepõe-se ao valor de troca e, nesse caso, a

função social da terra e de outros recursos da natureza é realizada através da produção para o *aprovisionamento* familiar, mas, sobretudo, enquanto patrimônio passado entre gerações, para a construção de projetos futuros. A terra significa ainda para as famílias do PAE-SF uma questão de justiça e de honra, e neste sentido, é compreendida enquanto meio de vida, cujo significado é estabelecido pela interconexão terra, trabalho e família, sendo assim, a luta por ficar na terra, identificado como direito, conforme entrevistas, representa uma luta definida pela defesa dos valores morais e honra.

O emprego que as famílias assentadas fazem, por exemplo, da lenha, da água das plantas medicinais, etc. não está vinculado aos valores de mercado, mas é fundamental para a reprodução da casa. Esses recursos são bens gratuitos, disponíveis na natureza e essenciais para a sobrevivência dessas famílias. Porém este valor está além das necessidades de prover alimentos à família. É esse valor que rege os assentados no PAE-SF, que tem como prioridade o respeito à família e aos amigos, o respeito à terra, à natureza, elementos próprios do universo camponês e que não podem ser pensados dissociadas uns dos outros. É em nome desse valor que o ribeirinho, hoje assentado pelo Programa de Reforma Agrária, reivindica a manutenção de seu modo de vida atrelado às atividades tradicionais, em grande parte vinculada à agricultura de subsistência, à pesca e à criação, tradicionalmente estabelecido, porém potencializado por um projeto futuro. Sobre alguns destes valores ressalta um assentado:

O que mais gosto daqui dessa área que eu nasci e me criei é, em primeiro lugar, minha mãe, enquanto ela tiver aqui estou permanecendo aqui com ela. Outra coisa é que eu já nasci e me criei aqui, então tenho amor ao meu lugar, pelos meus irmãos, meus primos, minha família. Tudo aqui é família né? O dia amanhece eu já sei o que eu vou tratar, a roça, a gente é da roça, já tem essa tradição (Joaquim, 45 anos, Estreito).

Por terem as famílias estes valores, elas se identificam pela simplicidade com que levam sua vida, pelo estilo próprio de viver e de se relacionar, pela relação direta e dependente com a natureza, enfim por um modo de vida peculiar, marcado pelo trabalho na roça, pela relação de afeto com o lugar e com as pessoas. Principalmente, elas se identificam pelas relações de solidariedade como uma forma de viver e trabalhar, com regras morais internas que se prolongam às relações vicinais e, cabe ressaltar, mediando as relações do grupo com a sociedade envolvente. Este conjunto de práticas constitui-se para as famílias assentadas enquanto um lugar organizado através da relação de parentesco e por princípios de reciprocidade.

Os valores morais e éticos existentes entre os assentados formam uma base comum que orienta seus modos de vida, embora possam ser observadas pequenas variações nas suas atitudes e em seu comportamento, notadamente em função da adaptação a novos valores com os quais passaram a ter contato após os processos recentes aos quais foram expostos.

Não obstante, para as famílias do PAE-SF, o trabalho, como categoria, cumpre um papel fundamental no plano dos valores éticos, cuja função, dentre outras, é a de direcionar a relação que cada agricultor ribeirinho mantém com a terra e com a família, uma vez que o trabalho não pode ser visto de maneira dissociada da família. Nesse sentido, é o trabalho desenvolvido no lote, pela família, que compõe o patrimônio familiar que é transmitido entre gerações. Logo, o trabalho é a base que constitui o seu patrimônio e é o elemento que estrutura sua produção.

Woortmann Trabalhar na terra e no rio, extrair deles o sustento seu e de sua família é uma questão de “honra” para os assentados, satisfação e exaltação do homem. Afirma uma assentada: “Pra mim os meus valores é a honra de poder garantir a

subsistência à minha família, tirando dali o sustento” (Maria Aparecida, 35 anos, Barra do Ipueira).

A expressão “honra” é empregada, aqui, como uma forma de contrapor-se aos que usam a terra sem a intenção de trabalhar nela e garantir a manutenção da sua família. Contrapõe-se também aos que exploram a terra usando a força de trabalho de terceiros com fim de extrair riquezas para si próprios, em geral drenando esta riqueza para fora do ambiente que a gerou, isto é, como fazem os fazendeiros ou os “irregulares”, que retiram o lucro da terra para gastar em outros locais, fora da região, e para outras finalidades que não a reprodução familiar. Este fato é reconhecido pelos assentados e definido por eles como uma ação desprovida de honra, conforme se vê através desta entrevista: “Ter a terra e não trabalhar nela, só criar gado e lucrar com ele à custa do trabalho do outro é uma vergonha” (Arlindo, 58 anos, Boa Vista). E nesse sentido, *as terras de gado* têm a função de impedir a expansão do processo produtivo desses assentados, na medida em que limitaram o tamanho da terra destinado ao cultivo e à criação, diminuindo também a produção familiar dos ribeirinhos.

O trabalho realizado pela família, especialmente no lote, representa um fator essencial na reprodução do grupo doméstico, diferentemente do que fazem os “de fora”, “os que não têm perfil”, que tratam a terra como mero objeto de troca, mas “sem nada dar em retribuição”. Aqueles que “não têm perfil” não são reconhecidos como podendo compartilhar os mesmos referenciais, a terra, o trabalho e a construção do patrimônio, assim como o lugar, o rio e as relações sociais, ressaltam os assentados.

A liberdade é o principal valor moral que constrói a auto-estima humana. No PAE-SF, uma das principais mudanças mais referidas nas entrevistas pelos ribeirinhos, como já foi apresentado em seção anterior, é a liberdade do jugo do patrão e a

autonomia de tomar as próprias decisões. Não obstante os assentados estarem limitados pelas normas e regulamentos do “modelo de tutela” que passou a reger as relações do Incra com eles, estes não as entendem como restrições à sua liberdade, como “na época do patrão”.

Antes era o patrão quem mandava, a gente só obedecia. Hoje a gente vive na nossa vontade, planta arroz, abóbora para o nosso sustento, quer dizer, a gente trabalha a hora e a quantidade que quer. A hora que não quer, está embaixo de um pé de pau, descansa, vamos no rio tomar um banho, então pra gente isso aqui é tudo. E a gente ainda tem essa liberdade (Bartolomeu, 47 anos, Boa Esperança).

Um dos fatos marcantes em campo é que os ribeirinhos do PAE-SF demonstraram que são muito amorosos e afetivos, não só em relação à sua família, amigos e compadres, mas demonstraram, a cada momento, sua afetividade que se traduz na solidariedade entre as pessoas, seja nos trabalhos realizados nas casas de farinha, na pesca, na construção ou reforma de casas, nas ajudas mais emergentes como um socorro, e também nas atividades coletivas que beneficiam o grupo como todo.

Thompson nos indica uma forma de compreender a vida procurando encontrar significados que se encontram na forma de pensar, nos costumes, nas ações, na ordem moral. Esta nova forma de compreender o mundo refere-se a outro sistema de valores, os laços de solidariedade são fundamentais para entender a forma como é tecida a rede de relações sociais entre famílias, vizinhos e compadres na sociedade de *interconhecimento*.

As redes de ajuda mútua estabelecida no PAE-SF, por exemplo, representa um elemento fundamental na *economia moral* dos assentados, fundamentada a partir destas práticas, e esta é um dos momentos em que é possível registramos a manutenção

dos valores do camponês internos no assentamento. Algumas destas evidências podem ser observadas através da fala:

Aqui é uma família só, quando alguém tá doente todos ajudam a pagar a gasolina do carro pra levar, se tem remédio todos procuram ajudar a comprar, é assim. Com isso vai crescendo a nossa união e fortalecendo os nossos laços um com os outros (Manoel Pereira, 41 anos, Bela Vista).

O afeto pelo ambiente onde vivem e se reproduzem, há diversas gerações, decorre do valor atribuído ao local e à terra para satisfazer as diversas necessidades humanas, sejam elas fisiológicas (alimentação, abrigo, etc.), psicológicas (paz, tranquilidade, etc.), espirituais/religiosas (fé, culto), econômicas (renda, trabalho), sociológicas (família, vida social, política), enquanto elementos importantes que atendem as necessidades do grupo. Este valor atribuído ao local e à terra traduz-se como amor à natureza, que também pode ser considerado um valor ecológico, ainda que esta população não conheça os conceitos da ecologia científica. O saber tradicional que os assentados detêm sobre a natureza, transmitido entre gerações, se revela também através de pronunciamentos sobre o amor internalizado através dos sentimentos de afetividade manifestados nas práticas produtivas, assim como pelo sentimento de pertencer.

O amor à terra e ao rio São Francisco é marcante e até mesmo tocante como pode ser visto na fala do assentado:

Morar aqui é um privilégio muito grande, se ele morrer [o rio] nós vamos morrer com ele, pois, nós não sabemos viver sem ele, não sabemos morar em cerrado, nem em caatinga, sabemos morar na beira do rio e viver dele. O rio é a vida, se ele morrer nós vamos sobreviver mais um pouco, mas se batendo, porque nós não sabemos viver sem ele (Alberto, 32 anos, Boa Esperança).

Esta afetividade ambiental, como poderíamos chamá-la, gera uma sensação de paz, de segurança e tranquilidade que se pode evidenciar nas seguintes falas: “Eu sou

feliz, porque aqui é um lugar tranquilo onde a gente possa viver com tranquilidade, apesar que não tem meio de viver, mas pelo menos tranquilidade tem” (Joaquim, 38 anos, barra do Ipueira).

Morar aqui na Boa Vista? Eu me sinto feliz porque é um lugar tranquilo, sossegado, a gente trabalha. A verdade é que a luta é demais, a gente trabalha de dia, mas quando chega de noite a gente toma banho, pega uma farinha seca, não tem preocupação (Amenilson, 63 anos, Boa Vista).

Outro aspecto extremamente importante para os ribeirinhos e que também têm a função de regular as transações realizadas entre as comunidades se referem aos valores religiosos. Em termos religiosos, as famílias assentadas no PAE-SF são fortemente instituídas a partir das relações sagradas como o casamento, o batizado, que consagra o compadrio. Essas práticas religiosas e as festas sagradas e profanas realizadas no assentamento reforçam os laços entre os assentados e ampliam a rede familiar e representam os seus valores.

Em termos de crenças religiosas, identificamos que o cristianismo é muito forte no assentamento como um todo. Ainda que não existam igrejas em todas as comunidades, as famílias mantêm fortes vínculos religiosos, seja através de missas ou cultos realizados dentro do assentamento, em “igrejas” improvisadas ou nas cidades vizinhas. Entre os assentados, 88,17% são católicos, 10,94% são evangélicos e 0,89% professa religiosidade mista (LUMIAR, 1995).

Os valores humanos como o amor, a verdade, a retidão e a não-violência são traços característicos nas comunidades do PAE-SF, onde o ambiente social mostrou-se favorável para o predomínio dos valores morais da não-violência. Pelo menos enquanto observamos o assentamento, não tivemos registro de nenhum fato violento, a

despeito de divergências e conflitos a respeito dos “irregulares”, que são tolerados pelos assentados que confiam e aguardam que a questão seja resolvida de forma legal através de ações judiciais. É possível que o trabalho da CPT, já há alguns anos com presença no PAE-SF, tenha alguma influência nesse comportamento.

6.2 OS MISTÉRIOS DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalmente, se destacam, entre as famílias ribeirinhas assentadas no PAE-SF, os valores míticos presentes no imaginário destas famílias tradicionais e que conformam sua peculiaridade cultural.

O ato de contar e ouvir as histórias dos mais antigos pescadores sobre os seres encantados do São Francisco no PAE-SF foi um dos momentos de trocas e de compartilhar vivências e saberes. Quando nos referimos às histórias dos assentados sobre estes seres no PAE-SF, os reconhecemos enquanto possuidores de incontáveis conhecimentos e saberes transmitidos entre gerações. Esta experiência é também compreendida como um dos fatores construtores da identidade do grupo, enquanto elementos que se entrelaçam e comunicam-se acerca da sua cultura, dos seus valores, enfim, da sua história. E assim, estes assentados podem ser entendidos enquanto guardiões e guardiãs do rio, do local e, responsáveis por manter vivas estas histórias e um passado longínquo (os mitos), considerar sua cultura e seus valores para abrir as portas e deixar as histórias aflorarem.

O *locus* em que está inserido o PAE-SF, e mais especificamente os “barrancos” do rio São Francisco, não é considerada pelas famílias ribeirinhas assentadas como um

lugar qualquer, mas tem um significado específico: é um lugar mítico, relaciona-se também ao mundo sobrenatural, ao mundo dos mitos⁹³.

Observamos em campo que as famílias tradicionais ribeirinhas assentadas no PAE-SF têm uma forma de se relacionar com “os seres encantados”. Estes seres têm lugar reservado nas suas histórias de vida que foram transmitidas através das gerações e incorporam elementos da cultura e dos valores deste povo ribeirinho do São Francisco⁹⁴.

Além de fazerem parte do imaginário dessas pessoas, os seres encantados habitam as águas do rio e garantem, assim, duas dimensões na organização social das comunidades: uma, no imaginário e a outra espacial e geograficamente circunscrita ao cenário dessas aparições, que é o rio São Francisco. Este lugar, caracterizado por seres encantados, é importante demarcador da identidade para os que vivem do Velho Chico.

Assim, o rio São Francisco também representa, para essa população, um berço de mistérios e encantamentos, povoado por seres fantásticos e misteriosos que exercem fascínio sobre a população e torna o rio um ambiente mágico. Este é, portanto, um lugar mítico, construído na mente desses tradicionais ribeirinhos a partir das imagens destes seres que fazem parte de sua cultura, suas raízes, sua tradição e seu imaginário. Neste caso, além de espaços de reprodução econômica, das relações sociais, o rio é também o lócus de representações e do imaginário mitológico.

A análise da faceta mítica das famílias assentadas no PAE-SF é importante, pois “conhecer os seus mitos, as suas crenças, as suas construções simbólicas é

⁹³ Muitos estudos já abordam esta temática, dentre eles: Mito e realidade (MIRCEA ELIADE, 1992).

⁹⁴ O ato de compreender o significado do imaginário do lugar exige atenção nas histórias que são contadas de boca em boca pelas pessoas de dentro e de fora do povoado. Requer uma atenção naquilo que é conservado pela sua força em mover sentimentos, emoções, comportamentos, apesar dos tempos (CAVALCANTI, 2001, p. 75).

conhecer um povo” (SCWEICKARDT; TUKANO, 2004). É, além disso, compreender sua identidade histórica e cultural.

As histórias fazem parte do imaginário destes ribeirinhos e seu mistério dá origem a um espaço de representação de imagens e símbolos que é vivido por esses pescadores com devoção, medo e respeito. Diegues, citando Bachelard (2000, p 6) afirma que: “a imaginação não é, como sugere a etimologia, a faculdade de formar imagens da realidade: é a faculdade de formar imagens que ultrapassam a realidade, que contam a realidade”.

Esse mundo mítico marca também a relação intrínseca entre os ribeirinhos e a natureza, especificamente com o rio, relação que lhes confere uma noção de pertencimento ao lugar. E nestes termos, pode-se afirmar que este fato proporciona às populações tradicionais um modo de apropriação do meio natural que, por sua vez, se apresenta como peculiar e específico, pois é com base nele que agem sobre o meio.

As histórias dos pescadores assentados no PAE-SF os colocam frente a estes “outros seres”, os encantados, o sobrenatural, numa relação comum de intercomunicação, interpretando e organizando a realidade a partir da experiência mítica. O Velho Chico possui, para estes ribeirinhos, elementos não apenas produtivos e de relações, mas também imaginários, que se estabelecem através destes seres. Além de conviverem com a retirada do peixe, alimento por excelência desta população, os pescadores do assentamento convivem com seres sobrenaturais sempre presentes em suas mentes, mas também com o medo e com respeito a eles: “eu nunca vi, mas acho que existe, não duvido não, e em respeito, toda vez que eu vou pescar, eu faço o sinal da cruz, aprendi com o meu pai”(Evangelista, 45 anos, Barra do Ipueira)

Dentre os seres misteriosos que povoam o rio, no imaginário desta população, os mais conhecidos são o *Minhocão* e o *Nego d'água* ou *Caboclo d'água*. Essa construção simbólica demonstra como características entendidas como presentes nos seres humanos, como a malandragem, podem ser pensadas em seres sobrenaturais.

O *Minhocão* é definido, pelos assentados, como “o rei do rio”, aquele que tem o poder de mando e desmando em tudo que faz parte desse contexto. Destrói embarcações e residências, come os peixes, derruba os barrancos e estraga a plantação dos ribeirinhos. Com base nos relatos de pescadores, o minhocão é uma cobra grande que vive no rio São Francisco. Quando fica zangado, fura a terra até derrubar as casas. É também ele que cava as grutas nas barrancas do rio. A peculiaridade do *Minhocão* em relação a outras personagens como o *Nego d'água* é o fato de ele transitar da água para a terra: logo, não se encontra fixado espacialmente. Nenhum lugar é seu por excelência. Transpor o nível da água e habitar as duas dimensões (água/terra) permite que ele estenda seu campo de atuação, prejudicando não só pescadores, mas também agricultores.

Entre todas as figuras míticas que permeiam o imaginário dos ribeirinhos, a mais popular de todas, sem dúvida, é o *Nego d'água* ou *Caboclo d'água*. Segundo as respostas das entrevistas em campo, o *Nego d'água* é um ser baixo, atarracado, de cabeça pelada, forte, pele bastante escura e brilhosa, “olhos bem arregalados”, tem uma aparência escorregadia. Em geral, ele habita os bancos de areia, e é identificado por muitos como uma espécie semelhante ao Saci-Pererê, tanto pelo aspecto físico (mas com duas pernas) quanto pela sua “malandragem”. Em campo, observamos que existem pessoas que afirmaram com convicção já ter encontrado com ele.

Os ribeirinhos do PAE-SF deixam claro que o *Nego d' água* ataca as pessoas de fora da área, pois, ele conhece pelo próprio nome quem é da área, ribeirinho, Neste sentido, afirmam que: “se você fosse da área ele conhecia você pelo nome, mas as pessoas que não conhecia ele estranhava e quebrava o barco”. (Helena, 38 anos, Barra do Ipueira).

Esses mitos servem também como forma de identificar quem é e quem não é pertencente ao local, quem “tem perfil” e quem “não tem o perfil”, pois, os de fora, “ele segurava o barco e não deixava sair”. Percebemos, assim, que o mito do *Nego d' água* cumpre uma função social, qual seja, a de manter distantes os estranhos, aterrorizando os estrangeiros que se aventurem a navegar nas águas do São Francisco. Deste modo, o personagem mitológico atua como uma espécie de guardião do rio, protegendo-o dos invasores e garantindo a segurança dos ribeirinhos do local.

Sobre esta questão uma assentada relatou:

Certa feita eu tava lavando roupa, acabo de lavar e quando eu fui lavar os pés ele vinha mergulhando rápido de lá do alto, depois ele arribou o braço para eu ver que ele não era gente, eu corri, ele chegou perto do seco (areia) viu que não tinha mais ninguém. Ele estranhou porque eu era de fora⁹⁵ e aí ele derrubou o barco (Helena, 38 anos, Barra do Ipueira).

Mas alguns pescadores reconheceram que ele nem sempre é uma “coisa ruim”, pois, como os demais seres encantados, também tem um caráter lúdico muito forte segundo um pescador de 90 anos: “ele era igual a gente. Ele gostava de passar a mão na perna das pessoas. Ele só fazia brincadeira”, mas “se não gostar da pessoa ele vira o barco”.

⁹⁵ No momento que teve o contato com o *Nego D' água* estava em uma comunidade vizinha a sua.

Outra assentada relatou a seguinte história:

Minha mãe estava pescando e depois da pescaria ele ancorou o barco no barranco, mas a minha mãe queria retirar a água que estava dentro do barco. Aí meu pai falou: deixa isso aí, eu quero que o Nego D'água te pegue. Ela com aquela agonia dizia: vou tirar é agora! Aí entrou e começou a tirar a água que estava dentro do barco. Do nada, do nada, apareceu uma *mareta* no rio, aquelas ondas batendo, batendo, uma ventania que batia o barco no barranco do rio e a gente gritando, eu e minha mãe, e meu pai rindo, lá de cima do barranco e ele disse: eu não falei que o Nego d'água ia pegar você. Mãe se agachou dentro do barco e fomos se arrastando até a hora de pular, eu, mais nova, conseguir pular na areia e ela só conseguiu pular dentro da água. Aí eu perguntei a pai porque o nego d'água fez isso? Ele disse que era porque ele tava devendo o fumo dele. Aí ele falou como nego d'água: oh! você jogou minha mulher dentro da água porque eu pedi, mas você não faz mais essa brincadeira com minha mulher não porque é ela quem pesca comigo (M^a Aparecida, 35 anos, Barra da Ipueira).

A assentada completou sua colocação ressaltando que:

No outro dia, na quinta ou na sexta-feira ia fazer compra na cidade, a primeira coisa que ele (o pai) falou foi para mim comprar dois rolos de fumo – era um fumo bem grossão chamado três cordas, ainda lembro como hoje, eu tinha quinze anos – eu tinha de comprar o fumo e mandar pro pai (M^a Aparecida, 35 anos, Barra da Ipueira).

Diante dos depoimentos, percebemos que há uma transferência de comportamentos humanos comuns em sociedade para o ente sobrenatural, trazendo-o para a realidade dos homens e evitando assim um abismo intransponível entre sobrenatural e humano que poderia gerar o não-cumprimento da função social do mito e a conseqüente morte do mito.

Esta característica fica bastante nítida quando os assentados apresentam uma forma de negociar com estes “seres misteriosos”, “fantásticos”, como negociam no cotidiano entre si mesmos e com os órgãos (Incra/Ibama) com que convivem. Conforme afirmam, “para espantar o *Nego d'água* tem que colocar cachaça e *fumo de rolo* (fumo em corda), porque se não ele derruba mesmo o barco, vem por baixo e aí já era”; “tem um dizer que diz que ele põe o peixe no anzol se agradar ele, agora, se xingar, ele fica com raiva”.

Por esta razão, conforme entrevista em campo, é muito comum os pescadores mais velhos terem em suas canoas uma dessas oferendas. A troca estabelecida entre pescadores e estes “seres” é fundamental, pois é uma forma de negociação e de aplacamento da ira destes seres e, assim os pescadores têm a garantia de sua proteção e de seu pescado.

Segundo os relatos, em geral, o *Nego d'água* é bem-humorado, mas “só com as pessoas que ele conhece”, pois, aos desconhecidos, muitas vezes, ele causa sérios danos, principalmente quando ele é “maltratado ou tratado com indiferença, aí ele é muito perigoso”. Portanto, “ele deve ser bem tratado e presenteado com fumo para mascar e cachaça pra beber, e assim, ele passa a ser *o nosso compadre*, ajuda os pescadores nas pescarias e protege as nossas roças” (Evangelista, 46 anos, Estreito).

É importante perceber, no discurso acima, que, nessa relação entre assentados e o *Nego d'água* encontra-se uma possibilidade de estreitar os vínculos através de presentes que lhe são oferecidos e o classifica, não em termos parentais, mas como um dos vínculos tradicionais e afetivos mais fortes na região Nordeste: ele torna-se compadre. E é nesta condição que estes seres fazem parte da história de vidas dos ribeirinhos tradicionais, conforme relata um pescador, o Sr. Lindolfo, nascido e criado às margens do São Francisco:

A minha vida toda foi na roça, o peixe, a pesca. De 80 pra cá ele se acabou (o peixe) aí parei de trabalhar e de pescar. Quando eu pescava, ia de Remanso pra cá, pescava no rio e na lagoa também, nas andadas no rio com o compadre d'água, a gente andava a noite e eu encontrava com ele e a noite ele estava sentado no beijo do barranco, o compadre d'água (Lindolfo, 90 anos, Boa Esperança).

O mesmo pescador relata também que, em outra ocasião, não apenas ele, mas também um membro da sua família testemunhou a presença do *Nego d'água*:

Eu vinha vindo, o barranco era alto, olhei pro lado, ele me olhou assim (fez uma cara meio de lado) e se jogou na água, aí eu disse: tomando um banhozinho a noite, né? Ele respondia, mas ninguém entendia, aí ele caía na água. Um dia eu descendo, botei ele pra pegar no leme do barco como viajante. Outro dia fui com um sobrinho e ele me chamava de pai, pai olha ali, aí ele dizia olha pai, oi aí ele só botou o braço aqui, esticou e ficou dando tchau. E eu disse: oh compadre adeus!

Neste sentido, estes seres representam uma espécie de expressão do universo mental do grupo ou círculo social e histórico, da cultura enfim, que os cria, teme ou venera. Nos resultados obtidos em campo, verificamos que no imaginário do ribeirinho do São Francisco, a presença destes mitos é muito representativa enquanto elemento de equilíbrio cultural e do ambiente. Estes seres existentes e influentes na vida dos assentados são repletos de sentido que possibilita, por exemplo, que se mantenha preservado o patrimônio sócio cultural e ambiental do grupo entre gerações, os quais não necessitam de explicações científicas acerca da sua importância para que se garanta continuidade da vida destes povos.

Acreditamos que o estímulo à memória desses ribeirinhos possibilitou que pensássemos tanto na potencialidade do imaginário como da cultura local, pois neles ancora a tentativa de mudança do atual momento de insustentabilidade do desenvolvimento em que se encontra o PAE-SF. É preciso ouvir as histórias contadas, para que a partir de então, possamos compreendê-las e respeitar as suas crenças.

Desta forma, a memória das famílias tradicionais ribeirinhas do PAE-SF encontra-se demarcada pelos elementos culturais. Estes elementos, por sua vez, caracterizam sua identidade ao longo da sua história. O imaginário, que é expresso a partir das histórias contadas pelos mais velhos sobre estes seres, reforça-se, com o passar do tempo, com o testemunho de pais e avós e são estes testemunhos que garantem a noção de pertencimento ao que é “seu por direito”, “herdado do seu antepassado”.

O ato de contar, de ouvir histórias ainda significa também manter uma forma que reside na sustentação do espaço de sociabilidade do grupo entre eles e entre eles e os de fora.

A crença na existência desses personagens circula entre todos da região através das histórias contadas, de modo que estes personagens fazem parte da imaginação dessas pessoas, mesmo daqueles que nunca viram: “eu mesmo nunca vi, nem quero ver, mas eu acredito que existe”, (Evangelista, 38 anos, Campinhos).

Além desses mitos existentes no sistema de crenças da população, existem também as carrancas que “espantam os maus espíritos e protegem os pescadores dos perigos do mar e do azar”. As carrancas são esculturas feitas em madeiras que ocupam lugar de destaque na arte do povo do nordeste. Elas possuem uma fisionomia nada comum e são utilizadas em embarcações de pequeno porte que navegam nas águas dos rios.

Segundo a crença e o misticismo dos povos ribeirinhos, essas carrancas servem de amuletos de proteção aos pescadores e moradores. O seu uso tem como finalidade “enfeitar as embarcações e também proteger os pescadores”. Portanto, a sua utilização nas embarcações é tanto estética, quanto mítica⁹⁶. Todos os seres que povoam o imaginário desta população assentada no PAE-SF, assim como a carranca, representam para estas pessoas, personagens e símbolos e se materializam no contexto sociocultural e histórico destes pescadores.

Portanto, não só a forma de criar o monstro, mas a maneira de encará-lo e se relacionar com ele está intimamente ligada ao círculo cultural e social de determinado

⁹⁶ Atualmente as carrancas podem ser vistas nas cidades, geralmente localizadas nos jardins das residências ou na entrada das casas como peças decorativas, mas, sobretudo como uma forma de espantar também o mau-olhado e as coisas negativas.

grupo (LEITE, apud DIEGUES, 2000). Os mais jovens afirmam que, desde que eram meninos, seus avós lhes contavam histórias em que a sua existência era dada como real. Ou seja, esta crença é tão forte para a população ribeirinha que faz parte da vida mesmo daqueles que não vivenciaram a experiência, mas a compartilham com os mais velhos.

Além da beleza que faz parte da sua paisagem natural, o rio São Francisco – Patrimônio Cultural da Humanidade, reconhecido como fator de integração do país – motiva a construção de uma história rica em grandes acontecimentos. Essa história, reconhecida pelo valor cultural que lhe atribuem, é permeada por mitos cuja crença atravessa gerações, apresentando-se com fundamental significado para as milhares de famílias ribeirinhas que povoam as suas margens.

6.3 MODO DE VIDA E AS RELAÇÕES COM A NATUREZA

As famílias tradicionais ribeirinhas assentadas no PAE-SF sempre mantiveram laços muito estreitos com o ambiente que as circunda. O saber que essas famílias adquiriram sobre o meio ambiente decorre da sua relação constante com ele e, portanto, a forma de preservá-lo vem, sobretudo, da necessidade de mantê-lo para a sua própria sobrevivência e ainda para os seus sucessores. Representa, assim, uma relação de dependência e de continuidade. Além disso, essas famílias tradicionais têm seu modo de vida atrelado a uma relação repleta de significados simbólicos, culturais e míticos com o ambiente, conforme já foi mencionado na seção anterior.

O conhecimento que elas detêm sobre a terra, o rio, as plantas, a pesca constitui a herança cultural da comunidade sendo aperfeiçoada sempre.

No PAE-SF, esse saber que se pode denominar tradicional se expressa, por exemplo, no modo de pescar ou de cultivar. Via de regra, tais técnicas implicam em conhecer detalhes específicos sobre a pesca e os peixes, “conhecer o rio e os locais que os peixes se escondem” e os “segredos da terra que só quem trabalha nela conhece” (Edvaldo, 43 anos, Água Fria)

É por esta razão, também, que muitas famílias do PAE-SF descartam o uso de fertilizantes e de inseticidas nas plantações. Um dos motivos é que, para elas, “a terra já é fértil e só se planta o que a terra pode produzir” (Benedito, 48 anos, Estreito). Quanto à adubação, observamos em campo que os assentados fazem uso dos alternativos que substituem os tóxicos que são nocivos, tanto para o meio ambiente quanto para a saúde dos agricultores. Entre eles podemos citar a “urina de vaca”⁹⁷, utilizada, também, pelas mulheres nos pequenos roçados e a “manipueira” da mandioca diluída em água. Cabe ressaltar que a utilização desses fertilizantes naturais é também propiciada pela baixa capacidade de compra de produtos de adubação no mercado, mas, de qualquer forma, estão contribuindo para a melhoria de sua qualidade de vida e para a preservação do meio ambiente. Quanto ao controle das formigas cortadeiras, ao invés de utilizar produtos químicos, muitos dos assentados informaram que utilizam o feijão-guandu, também conhecido como andu⁹⁸, espalhado ao redor das plantações. Portanto, de modo geral, fazem uso de tecnologias mais compatíveis com a

⁹⁷ Segundo entrevista em campo deve-se dissolver um litro de urina de vaca para cada dez litros de água, e isso forma um fertilizante eficiente para as plantações (Walter, 56 anos, Estreito).

⁹⁸ Bueno et. al. (2007) apresentam estudos relativos ao desempenho deste feijão e outras leguminosas como controle de formigas cortadeiras.

preservação do ambiente em que estão inseridos do que das tecnologias que vieram de fora.

As famílias cultivam plantas medicinais que integram a farmácia caseira. Nas entrevistas, percebemos que esta é uma prática bastante comum no PAE-SF, ficando sob a responsabilidade das mulheres, que têm o costume de adentrarem-se nas matas para coletar a melhor “casca de pau para fazer remédios caseiros” (Maria do Rosário, 62 anos, Vila Boa Esperança) ou ainda retirar a melhor lenha para o cozimento, conhecimentos passados entre gerações.

É, portanto, extremamente importante para estas famílias o *saber fazer* quando se trata do solo e do rio, naquilo que se relaciona à cultura, à criação, à pesca e à vegetação, elementos que estruturam o *saber popular local*, do qual os assentados lançam mão no desenvolvimento de suas atividades. Caracterizam este saber o conhecer a natureza e até mesmo recorrer às fases da lua e às benzedadeiras para a melhoria do cultivo. Porém este saber tradicional não dá conta de uma produção que seja capaz de satisfazer o *aprovisionamento* necessário para as famílias e, algumas vezes, os assentados apelam para o uso de produtos existentes no mercado, geralmente de forma equivocada.

O uso dos agrotóxicos, por exemplo, representa um problema para estes ribeirinhos, pois muitos dos agricultores lêem com certa dificuldade, o que atrapalha o uso de doses corretas e a aplicação dentro de técnicas adequadas e cuidados com os produtos. Em virtude da falta de assistência técnica sistemática, os produtores que compram esses produtos obtêm informações, quase sempre, com os balconistas do comércio de insumos agropecuários. Podemos afirmar que os assentados desconhecem os riscos para a sua saúde, assim como para o ambiente em que estão inseridos, ao

utilizar esses produtos de forma inadequada, e raramente utilizam equipamentos individuais de proteção como, por exemplo, máscaras, luvas e botas para fazer aplicação dos agrotóxicos. O relatório da Ates (2006) indica que metade dos assentados já faz o controle de algumas pragas com produtos químicos.

Contra-pondo-se ao saber tradicional leigo e intuitivo, passado entre gerações, surge o saber científico representado pelos instrumentos burocráticos que rotulam o ambiente como Unidade de Conservação (UC)– Área de Preservação Permanente (APP) e que, baseando-se no princípio da precaução, proíbe todas as práticas seculares de domínio público.

Sendo assim, o uso dos recursos da mata, em forma de coleta (extrativismo), principalmente para a retirada da lenha para cozimento e da matéria-prima para artesanato, como cestos para pesca, além de algumas práticas como a pesca e a caça resultam em crimes contra o meio ambiente. As restrições impossibilitam a exploração pela população dos recursos naturais que garantem a reprodução da família. Quando em lugares fora da várzea (o lameiro) o trabalho com a lavoura é precedido sempre de uma coivara da capoeira, prática que também tem sido condenada, tal como as queimadas e o preparo de pasto para criação de gado, que também são proibidos.

Por conta de tantas proibições, algumas famílias desenvolvem essas práticas clandestinamente. O resultado são as transgressões das leis como relata um assentado: “Antes eu respeitava, a gente vivia aqui, não tinha desmatamento, as roças eram afastadas da beira do rio, a gente só trabalhava mais, era na vazante, em cima só da água que o rio vinha e cobria” (Carlixto Alves, 46 anos, Estreito).

Nesta entrevista, bem como nas seguintes, que comentaremos mais adiante, os assentados falam sobre como era sua vida antes dos projetos chegarem e se referem ao

desmatamento que vem ocorrendo depois da implantação dos projetos governamentais, provavelmente se reportando ao PEC-SR que desmatou e abriu estradas e criou assentamento para 8 mil famílias na região, com o objetivo de exploração agrícola da reforma agrária (23 agrovilas). Posteriormente, com a implantação do PAE-SF e a antropização, continuou a retirada de madeiras, conforme afirmam os assentados:

Quando nós chegamos para aqui, muitas madeiras já tinha sido devastada. A gente chegou quase no final, porque a maior parte da madeira de lei o pessoal já tinha tirado tudo. As madeiras que eles (os de fora) tiravam também não tira mais, porque não entra mais na área, porque a gente não permite mais (Manoel Pereira, 41 anos, Barra do Ipuera).

Nascida e criada dentro da área, minha história de criança foi muito boa. Naquele tempo aqui era tudo diferente. Aqui antigamente, quando o INCRA não tinha chegado aqui, a preservação aqui era total, ai depois do INCRA foi que começou a destruição aqui em 1975. Porque antes a preservação dos barrancos existia. Depois que o INCRA chegou aqui e começou a indenizar (os fazendeiros) ai o pessoal começou a desmatar, tirar aquelas aroeiras antigas que tinham, aí acabou [...] mas aqui era uma mata imensa de preservação. O povo criava solto, o gado, o porco, a cabra, essas coisas tudo solto, não tinha essa demarcação. (Rosângela, 41 anos, Barreiro Grande).

Quando o INCRA passou aqui pela primeira vez medindo ele não trouxe o nome de INCRA, o nome era IBRA (1975) eu era mulecote e acompanhei o potógrafo (topógrafo) [...] depois que construiu as agrovilas (PEC-SR) e tirou os fazendeiros, o pessoal daqui mudou para dentro da Ilha do Estreito (quando o rio enchia nós ia pra lá, quando o rio vazava, nós voltava tudo pra cá). Aí surgiu uma invadição do pessoal de fora, invadindo e tirando madeira. Quando pensa que não, o INCRA chegou, uma confusão, ai a Federal baixou. (Joanildo, 46 anos, Estreito).

As restrições ambientais adotadas no PAE-SF afetaram de forma significativa o modo de vida das populações tradicionais que sempre desenvolveram atividades agrícolas, pesca e caça, atividades que hoje só são possíveis por meio de licenças concedidas pelo Estado ou são tratadas como crime ambiental. Ao lado dessas proibições, muitas delas incompreensíveis para os assentados, existe também um desconhecimento sobre os conceitos ecológicos do agroextrativismo e a sua

aplicabilidade dentro do PAE-SF. No entanto, alguns trabalhos já vêm sendo desenvolvidos com este objetivo.

As entrevistas a seguir ilustram esta afirmativa:

Muitos não têm grande conhecimento do Projeto, que é extrativista. Nem todo mundo conhece, a gente vê falar, mais não tem conhecimento. Mas a gente acha que é a realidade, pretendemos conhecer muito mais ainda (Bartolomeu, 47 anos Boa esperança)

Graças a um bom trabalho que estamos desenvolvendo com o movimento, muitos que nem sabiam o que significava esse pedaço de chão para eles, hoje eles já sabem definir e dizer olha, eu sou diferente de uma área comum, de um assentado comum, de uma área que foi ai desapropriada das outras formas. Hoje eu sei dar valor a um pedaço de chão desse tamanho, porque hoje eu tenho que saber conciliar minha produção com a preservação ambiental. A gente ta numa área de reserva permanente. Já pensou como seria a gente viver numa devastação, que não tivesse uma árvore? (Maria Aparecida, 35 anos, Barra do Ipueira).

O envolvimento da comunidade local com o manejo e a conservação das áreas é fundamental para preservá-las. Os assentados reconhecem, assim, o seu papel no processo de preservação do meio ambiente, quando afirmam que: “Isso ia acabar tudo. Quem faz assegurar essas leis não é o Incra, não é o Ibama, somos nós assentados” (Benedito, 43 anos, Água Fria). Além disso, ressalta uma assentada a necessidade de preservação da natureza para as gerações futuras e não necessariamente para o benefício do Estado. Segundo ela:

Isso é bom não para os órgãos, mas é bom para mim e para minha geração que aí está. Hoje muitas famílias já pensam em ir ali no rio e arrancar um capim que está na margem do rio, já pensa, se eu arrancar isso aqui vai desbarrancar e futuramente eu não vou ter esse rio aqui para está me beneficiando (Maria Aparecida , 35 anos, Barra do Ipueira).

As terras do PAE-SF são consideradas pelos assentados como terras muito férteis, boas para o plantio: “aqui é bom porque dá de um tudo, é só plantar. Mas quando não tem chuva à gente sai e vai trabalhar como diarista nas roças que tem regradio (irrigação) [...] porque aqui só tem promessa de projeto e nada” (Dejael, 49

anos, Mariópolis). Com isto, ele está se referindo ao principal fator limitante enfrentado pelas famílias assentadas: a deficiência hídrica pluvial. Ressalta também que o projeto acenou com assistência técnica para irrigação e até o momento não houve o investimento correspondente.

No período de seca, a possibilidade de *aprovisionamento* e geração de renda, com recursos da própria terra, vai a zero porque é o momento em que há insuficiência da produção e conseqüentemente, o aumento das dificuldades para as famílias. Alguns “chegam até a passar fome mesmo, quando o rio tá seco (até o pescado desaparece) e a chuva não molha a terra” (Rosângela, 41 anos, Barreiro Grande). Segundo entrevista: “aqui a gente não produz nada, agora mesmo que a chuva tá escassa, a única coisa que a gente produz é uma mandioca, é milho, feijão, quando chove bastante dá pra comer. Dizer que eu tenho isso aqui em casa por que eu plantei, e produzi, não” (Manoel Pereira, 41 anos, Barra do Ipueira).

Nessas circunstâncias, muitos assentados no PAE-SF não conseguem alcançar, sequer, o equilíbrio entre produção e consumo, necessário para garantir a alimentação básica da unidade doméstica. Diante das adversidades apresentadas, percebemos que algumas famílias do PAE-SF não conseguem, em certos momentos, nem o *mínimo vital* (CANDIDO, 1964) ou o *mínimo calórico* (WOLF, 1976) necessário para sua sobrevivência, passando por sérias privações que afetam sua capacidade de reprodução.

Para contornar tal situação, a produção das famílias assentadas está apoiada, sobretudo, no cultivo de produtos de ciclo curto, como o feijão e milho, assim como em culturas de rama: melancia, abóbora, maxixe, etc., que se plantam e colhem no período de três meses.

A *vida e trabalho* das famílias ribeirinhas assentadas no PAE-SF são marcados por períodos que se traduzem em algumas épocas de fartura e outras de necessidade. Nesse sentido é a pluviosidade que define o período de trabalho desenvolvido pelas famílias na agricultura, condicionando-o diretamente ao ciclo agrícola e ao calendário sazonal.

Na época de chuva, a plantação pode também ser realizada na caatinga, na “terra dura”, na área de “sequeiro”, mas, em épocas de seca, apenas na vazante do rio, no lameiro⁹⁹, há possibilidade de “plantar com a certeza que vai colher”, como afirma o Sr. Antônio. “Quando é tempo de chuva, que o rio enche e a água lava a Ilha¹⁰⁰ e deixa pra nós plantar: é feijão, é milho, abóbora, tudo. Quando o rio seca tá todo mundo batendo um feijãozinho, pegando uma abóbora. Tem abóbora que se perde!” (Antônio, 67 anos, Palma e Passos).

É por conta de tantas dificuldades que as famílias assentadas apelam para o sistema de lameiro das áreas de alagadiço, tradicionalmente usado. Este tem uma produtividade superior à de sequeiro, devido à umidade e fertilidade deixada pela vazante do rio. Este processo é repetido a cada enchente que deposita novos elementos no solo das margens do rio. A plantação é realizada depois das chuvas, com a terra ainda molhada, as chamadas terras úmidas, o que favorece o melhor cultivo. Uma assentada descreve com suas palavras esse processo:

A chuva chove, o rio enche, molha a terra aí quando o rio vaza a gente vai e aproveita aquela área que o rio deixou molhado e vai cultivar aquela terra. Planta feijão, planta abóbora, planta milho, planta mandioca, dá de tudo naquela terra. Aí quando for no mês de agosto/setembro/outubro a

⁹⁹ Ao se referirem ao plantio feito nestes espaços os assentados se referem ao “sistema de lameio” ou “no lameio”. As várzeas ou o “lameio”, como é chamado pelos assentados, correspondem ao “Baixão” trabalhado por Moraes (2000) definindo por seu solo mais úmido, rico e estabelecido pela presença do rio São Francisco.

¹⁰⁰ Ilha corresponde as partes mais altas de propriedade da Marinha do Brasil, em que muitos assentados cultivam neste local devido as suas terras serem mais úmida.

gente ta colhendo feijão catador (feijão que em geral se come ainda verde, é aquele feijão que dá em ramas), arrancando feijão de arranque (feijão que em geral é consumido seco, portanto deve-se “espera secar para bater”) (Rita, 49 anos, Barreiro Grande).

O plantio no lameiro é uma das proibições do Inkra que se baseia na inconveniência da retirada da mata ciliar e na movimentação do solo de várzea que provoca o transporte de areia e conseqüentemente o assoreamento do rio além da queda dos barrancos, problemas que já podem ser observados a olho nu. No entanto, é considerada pelos assentados a melhor área para o plantio. Soma-se, ao fato de não terem alternativas que viabilizem melhores condições de vida, como já relatado.



Figura 21 – Área de lameiro – Comunidade Capão Preto

Fonte: ATES (2006)

As famílias tradicionais ribeirinhas assentadas queixam-se dos efeitos, porém não se conformam com a proibição, esta proibição reside na causa de uma das principais divergências entre os assentados e o Estado, com afirma uma assentada:

Eu plantava no lameio, mas tem o Inbra/Ibama que proibiu, ai o pessoal aqui ainda vive de teimoso. Agora é época de chuva, a gente planta na caatinga, na parte alta. Mas ai quando o rio lavar lá (lameiro) ninguém suporta deixar aquela terra vazia lá. Ai a gente planta pra sobreviver. Até o momento, o projeto do Inbra (irrigação) não foi repassado (Maria Rosângela, 41 anos).

Na realidade, o plantio no lameiro, bem como a pesca, a caça e outras atividades tradicionais têm se tornado mais inconvenientes após a confluência de pessoas e o aumento da densidade populacional. Juntos, os projetos de assentamentos não só o PAE-SF, mas também o PEC-SR (cujas muitas famílias moram nas agrovilas, mas exploram os recursos do PAE-SF), vão causando impactos como os desmatamentos, as erosões, as atividades pesqueiras e de caça predatórias, bem como a exploração agrícola e pecuária convencionais que são bastante deletérias ao meio ambiente.

6.3.1 Danos ambientais – possíveis soluções

A escalada do homem sobre o ambiente no PAE-SF torna-se evidente em diversos níveis. Se pudéssemos voltar no tempo, iríamos verificar que os problemas ambientais da área do PAE-SF começaram com a retirada de madeira de lei e posteriormente também com a exploração de lenha para fabrico de carvão e para uso em olarias, como já foi observado. Isto provocou um sério desmatamento na região, ao

qual também já nos referimos efetuado com o objetivo de transformar a área florestal em campos agrícolas.

A erosão do solo é visivelmente um dos maiores problemas ambientais identificados nas observações no campo do PAE-SF, também observado tanto por técnicos como pelos moradores locais.



Figura 22 – Erosão na margem do rio – Comunidade Estreito

Fonte: ATES (2006)

As causas deste problema são diversas. O desmatamento, a retirada da mata ciliar, a abertura de estradas próximas aos barrancos do rio para facilitar a exploração da areia lavada, todas essas ações provocam danos irreparáveis ao meio ambiente.

As próprias enchentes do rio muitas vezes provocam desmatamentos naturais que se agravam quando a vegetação ciliar foi retirada ou queimada.

A respeito da retirada de areia às margens do rio, cabe ressaltar que, embora esta prática seja proibida pela legislação vigente, como já vimos, há uma concessão feita pelo Ibama a algumas famílias assentadas. O período da retirada da areia corresponde ao momento em que as chuvas já cessaram e o rio está mais vazio. “Quando o rio vaza e pára o tempo de chuva, a estrada dá acesso as caçambas e o pessoal pode entrar para comprar areia nas mãos de quem tem pra vender” (Almerilson, 59 anos, Capão Preto).

Os assentados, de modo geral, reconhecem que a prática da retirada de areia por pessoas de fora, sem o devido compromisso com o PAE-SF, tem prejudicado o ambiente do assentamento, porque com as entradas e saídas de caçambas houve alargamento da estrada e destruição de barrancos, o que favorece a sua queda e a conseqüente erosão do solo.

Além deste problema do desmatamento e erosão tivemos conhecimento através do Relatório ATES (2006), que na comunidade de Água Fria, onde há vinte lagoas, ocorre uma grave questão de desequilíbrio ecológico. Há uma superpopulação de jacarés de papo amarelo. Estas lagoas necessitam ser isoladas, pois que conforme relato dos moradores, os jacarés costumam atacar pessoas que vão retirar água nas lagoas e animais que vão a buscar de água para beber.

O Incra estabeleceu que a garantia de subsistência, através de atividades produtivas, das famílias assentadas deve ter como princípio fundamental a não-destruição das bases ecológicas. Entre as atividades de produção permitidas aos assentados, como já vimos, estão as práticas agrícolas, artesanais, hortícolas, extrativista de pesca e a criação de animais. A combinação dessas atividades, segundo o modelo produtivo do Incra, vai depender, sobretudo, das condições de

sustentabilidade do meio ambiente em que está inserido o projeto que, em grande medida, depende também das práticas dos assentados, que hoje já reconhecem que algumas práticas utilizadas tradicionalmente são prejudiciais à natureza. Declaram:

Nós realmente desmatava até a beira do rio e achava que aquilo era normal, mas quando você começa a estudar as leis ambientais, você começa a ver: ou você perde um ou perde outro, há um momento que você tem que escolher. A gente se pergunta: é ruim perder 150m? Sim, é ruim, mas é melhor você deixar de plantar 150m da beira do rio (respeitando as imposições do Incra/Ibama), do que perder o rio e deixar de plantar. Que plante em outro lugar! (Adalberto, 32 anos, Boa Esperança).

Hoje a gente já mantém a distância dos 150m a beira do rio. A gente também não faz grande desmates a gente nunca trabalhou com máquinas nesta área. A caça a gente também não faz mais, e tinha gente de fora que vinha caçar e a gente também não permitiu mais (Antônio, 39 anos, Mariápolis).

Os primeiros passos de educação ambiental já foram dados no PAE-SF, como por exemplo, o treinamento de 38 agentes multiplicadores, selecionados nas comunidades, que têm como responsabilidade transmitir princípios de educação e conscientização ambiental, visando a preservar o meio ambiente do PAE-SF e suas próprias vidas. As falas a seguir demonstram a ação dos agentes multiplicadores e sua atuação dentro das comunidades:

Sou agente ambiental. A gente tem um credencial federal de ser um multiplicador. O nosso principal papel é educar. A gente sai na comunidade e vamos falar o que é, e da opção, porque não é simplesmente chegar e falar que não pode fazer. Vamos dizer que pode fazer de uma maneira sustentável, porque você não vai ali buscar aquele recurso só uma vez, amanhã ou depois você vai precisar dele, então o nosso papel é estar educando. Mas na segunda instância nós podemos estar até multando as pessoas [...] (Adalberto 32 anos, Vila Boa Esperança).

Eu faço parte do voluntariado, do agente do Ibama, sou multiplicador. Eu tenho lutado para fazer uma conscientização. A coisa que mais me perturba é quando eu preciso cortar uma árvore, porque eu sei que vai fazer falta, mas a gente precisa cozinhar, torrar uma farinha, etc. (Joaquim Pereira, 36 anos Barra do Ipueira).

Outra iniciativa em relação à questão da educação ambiental no PAE-SF refere-se à ação de recuperação das matas ciliares. As famílias residentes em cinco comunidades que foram beneficiadas com projetos de investimento destinaram a quantia de R\$ 500,00 para a recomposição de mata ciliar através de um viveiro de matas nativas. Percebemos então que, embora o meio ambiente esteja enfrentando sérios problemas, as famílias assentadas têm tido uma preocupação com a sua recuperação.

Ainda assim, observamos que o trabalho realizado dentro do assentamento, até o momento, não conseguiu mudar o comportamento da maior parte das pessoas. Muitas delas “falam” em preservação ambiental, não obstante poder-se, a cada momento, identificar as contradições nas suas próprias falas, como ocorre nos depoimentos abaixo:

O homem não tem jeito! Por exemplo, o nosso rio ta aí e ta morrendo, mas o homem não tem jeito. Quando vai lá, não deixa de tirar um pedaço de pau ou de jogar uma sacola de plástico. Tudo atrapalha o meio ambiente. Mas, eu acho que é possível preservar a natureza. (Valdemir, 36 anos Barra do Ipueira).

Tem que haver um termo de acordo. Temos que preservar, então não vamos destruir, mas pescar um peixe para o consumo não destrói nada!? É preciso respeitar as leis. Antes não tinha informação nenhuma, e hoje o homem já respeita porque o Ibama é lei e o Incra também é um órgão federal tem que ser respeitado (Valdemir, 36 anos Barra do Ipueira).

Eu particularmente pesco de tarrafa¹⁰¹, de rede, eu gosto muito da pesca, mas só quando ta liberado. O rio São Francisco é uma maravilha, a natureza, o rio era pra ser preservado. Se eu pudesse o rio era cheio de cerca elétrica para não destruir (Valdemir, 36 anos Barra do Ipueira)

Hoje tem legalidade, tem lugar pra ficar tem, mas não tem condição de viver [...] antes tinha mais contato com a mata, desmatar para poder fazer um

¹⁰¹ Rede de malha fina proibida pelo Ibama.

carvão, vender uma lenha, para poder fazer um tijolo. Essas habilidades aí eles tinha e hoje eles não tem mais por conta da regularização (Joaquim Pereira, 36 anos Barra do Ipueira).

Podemos observar que as iniciativas de autogerenciamento do PAE-SF têm se resumido à formação de associações, cuja atuação, por ser ainda incipiente no que diz respeito aos problemas ambientais, concentra-se mais no que se refere a fiscalização e proibições e à interlocução com os assentados.

A autonomia sobre a unidade produtiva familiar continua sendo a tônica, conforme se pode identificar na fala do assentado:

Nem sei falar assim, primeiramente o que nos estamos esperando melhorara é a divisão das terras, porque uns tem pouquinho de terra (40mx100m) e outros não tem nada. Estamos na espera da divisão, enquanto um não tem nada outros têm demais (os irregulares). Como eles estão prometendo que vai ter a divisão cada um vai ter a sua parte, pra dizer esse aqui é meu [...] porque muitas vezes vem um plano até de dinheiro (créditos/projetos) pra gente trabalhar e a gente fica até sem saber como pegar, porque não dá pra trabalhar sem ter aquele espaço que cada um deve ter (Manoel Pereira, 41 anos, Barra do Ipueira).

Recentemente tivemos a informação de que foram encaminhados projetos de manejo sustentável para financiamento de projetos de apicultura, caprinocultura e ovinocultura. Esses projetos, entretanto, contemplam apenas cinco das onze comunidades, além disso, cabe um questionamento: qual a área em que estes animais serão criados?

A educação ambiental é um dos passos iniciais e importantes para o processo emancipatório destas famílias assentadas no PAE-SF, porém o diálogo do saber científico com o saber tradicional, associado, principalmente, à conclusão deste Projeto, é o que pode levar o modo de vida camponês no PSE-SF a um patamar adequado de relação homem-natureza e a uma possível emancipação. No entanto, alguns obstáculos se impõem aos assentados para obtenção desta condição. O principal

dele seria uma cultura ainda pautada na dependência vertical. A dependência a uma autoridade local que se define pela relação dos assentados com o Estado, com os políticos locais e com os mediadores externos.

E neste sentido, torna-se necessário uma mudança de atitude dos assentados, aliada a uma organização local com força para tomar o rumo de suas próprias vidas. E neste caso, os mediadores externos podem contribuir através do diálogo, conscientização, através de sugestões ao invés de imposições, mas procurando sempre valorizar o conhecimento acumulado entre gerações destes assentados.

7 CONSEQUÊNCIAS DE UM PROJETO INCONCLUSO

Nesta seção, discutiremos as consequências, da implantação do “modelo de tutela” inconcluso para o modo de vida camponês dos ribeirinhos no PAE-SF, apontando as divergências entre dois projetos: o do Incra e o das famílias assentadas. A imposição constante de normas e limites restritivos que hoje regulam o uso das terras do PAE-SF tem causado às famílias assentadas sérios problemas. O fato de as famílias residirem há muito tempo nessas áreas, que passaram a ser uma unidade de conservação, muitas vezes dá origem a tensões e conflitos entre elas e o Estado, porque suas expectativas, objetivos e valores são dicotômicos.

Usaremos como fio condutor para a nossa discussão o *modelo de modo de vida camponês*, estruturado por nós para estudar este caso, que se baseia nas complexas relações entre as lógicas produtivas, a vida social, os valores e a relação homem-natureza. Iniciamos nossa discussão destacando os pontos relativos às lógicas de produção. Atentando para os objetivos e para as hipóteses de trabalho, começaremos tratando da família como um estabelecimento, dentro do contexto das lógicas produtivas. Ao analisar os resultados da observação participante, as entrevistas e a

análise dos dados secundários, podemos concluir que o apego à terra e sua valorização como patrimônio, a terra enquanto ordem moral, se sustenta no modelo de tutela, visto a partir de valores morais destes tradicionais ribeirinhos, ainda que o direito de concessão real de uso, que foi estabelecido após a implantação do projeto, não garante terras pra todos os beneficiários sequer para trabalhar. Este fato reitera que há uma inconsistência no PAE-SF, pois apesar das poucas iniciativas do INCRA, e do “insucesso” de um projeto não concluso, hoje mais de 800 famílias vivem no PAE-SF¹⁰².

Na realidade este é um projeto que não foi totalmente implementado. Nas condições atuais, os assentados dispõem apenas, de uma pequena área de 40mX100m¹⁰³, atribuída individualmente a cada família, caracterizadamente habitacional. É neste espaço, local de moradia, que os assentados tentam produzir o necessário para a sua subsistência, à espera das áreas restantes ainda não incorporadas ao projeto¹⁰⁴. Um assentado assim desabafa: “é um verdadeiro *desafio* plantar num pedaço de terra desses [...] Como vamos poder fazer grande estrutura dentro do limite de terra de 100mx40m e ainda respeitar 150m da margem do rio?” (Bartolomeu, 31 anos, Barra do Ipueira).

Assim, sem ter concluído a implantação do seu Projeto, o Incra não oferece alternativas de sustentabilidade e a garantia de manutenção das famílias assentadas, frente a uma situação na qual, sobretudo, não se tem terras disponíveis para a

¹⁰² 600 famílias regularmente assentadas e mais de 200 famílias que ainda vivem de forma irregular no PAE-SF.

¹⁰³ O lote do PAE-SF médio, para cada família, é de 40mx100m que é igual a 4.000m, que representa uma área menor que uma “tarefa baiana”, que é igual a 4.356m.

¹⁰⁴ Equipe da Ates (2006), em diagnóstico da área, acrescentou que o tamanho do lote por família varia entre médias de 1,5 ha a 25 ha, acrescentando ainda que existam famílias regularmente assentadas que não dispõem de lotes individuais.

reprodução de uma vida digna no presente, nem para fazer a ponte que permita um futuro para os filhos, seja dentro ou fora das atividades rurais, situação estabelecida por um modelo de projeto implantado, mas ainda não concluído.

Enquanto isso, o Incra tolera os irregulares, “sem perfil”, que detêm ¼ da área do PAE-SF e que, na maior parte, utilizam essas áreas para criação de gado em pastos plantados e cercados. O problema dos irregulares na área é apontado pelas famílias como um dos maiores geradores de conflitos entre o Estado e população, há uma cobrança constante com o Estado para reintegração de posse. A totalidade dos assentados entrevistados encontra-se insatisfeita com o tamanho do lote disponível para a agricultura de autoconsumo e com a presença destes irregulares na área.

Uma assentada revoltada afirma:

O Incra foi conivente porque permitiu que estas pessoas ficassem. As terras, ocupadas pelas famílias irregularmente assentadas, já são beneficiadas com capim e criação de gado. Existem irregulares que possuem até 600ha de terras e nós não têm terra nem para trabalhar – 100mx40m, esse é o nosso espaço (Rosângela, 41 anos, Barreiro Grande).

Outro manifesta a sua preocupação afirmando:

A gente tem se batido muito para tirar essas pessoas que moram dentro da área, que prejudicam nosso meio de viver, porque as áreas que eles vivem é a melhor para criação, é grande. A gente poderia criar uma vaca de leite, um porco, uma cabra, uma ovelha, um carneiro, nessas áreas que os irregulares tem o pé em cima (Carlos, 44 anos, Campinhos).

Como já comentamos, dentre as posturas do modelo produtivo do Incra/Ibama, uma outra questão apresenta-se como ainda mais polêmica para os assentados. Trata-se daquela que se refere à imposição de cultivar o lote em “terra firme”, mantendo-se uma distância de 150m das margens do rio e das lagoas¹⁰⁵. Assim, essas famílias não podem mais utilizar o sistema tradicional de plantio no lameiro, em área de várzea, em

¹⁰⁵ Segundo consta na legislação vigente, o limite legal para se plantar e residir é a uma distância de 500m das margens de rios e lagoas. O Ibama/Incra instituíram o limite de 150m para a população tradicional através de um acordo justificado pela não-adaptação dessas famílias para viverem e trabalharem distantes do rio, mas mantiveram a proibição quanto a plantar na várzea (lameiro).

terras úmidas. Reconhecemos a necessidade de se preservar estas áreas, inclusive para as gerações futuras, o problema é que o INCRA não apresenta alternativas para estas famílias. A falta de área é um fato no PAE-SF.

Sem opção e sem terras suficientes para desenvolver suas atividades produtivas e sem infra-estrutura técnica sistematizada, para se manterem, muitas famílias aguardam, descrentes, por uma solução que se delonga, e se viram como pode, uma das alternativas são as atividades realizadas fora do PAE-SF. Segundo um entrevistado: “já são doze anos de projeto e até hoje essa situação não foi resolvida, às vezes eu perco as esperanças”, desabafa. (Francisco, 54 anos, Campinhos).

O modelo produtivo do Incra não permite também plantar pastagem. A criação autorizada é de apenas, no máximo, cinco cabeças por família, que em geral são “dispostas como se pode, amarradas nos pés de pau” (Helena Biturino, 58 anos, Boa Vista).

Para essas famílias, que são destacadamente compostas de agricultores-pescadores, a possibilidade de permanecerem no local, às margens do rio, pode não representar, no presente, grandes retornos em termos econômicos, mas constitui, sobretudo, uma garantia do seu patrimônio e da terra como instrumento de trabalho, bem como do seu auto-sustento.

A indisponibilidade de terras para o desenvolvimento da produção dos assentados, associada à falta de apoio técnico e de tecnologias adequadas traz também outras conseqüências, pois as famílias, “sem terra” ou com terra insuficiente, melhor dizendo, e sem uso de tecnologias adequadas, são obrigadas a sair de seus lotes para trabalhar fora, como estratégia para se manterem dentro das comunidades. Como já foi

comentado, no entanto, cabe ressaltarmos que, esta estratégia não derroga a intenção clara de permanecer na terra, identificada na fala da maioria dos entrevistados:

“Vivo trabalhando, fazendo um bico fora, para sobreviver na comunidade e manter um plantio aqui dentro” (Joaquim Pereira, 38 anos, Barra do Ipueira).

Em algumas entrevistas, porém, registramos séria insatisfação dos assentados com o fato de terem que se deslocar do seu local de morada e de trabalho para desenvolver atividades fora, principalmente as agrícolas, nas terras dos “sem perfil”, ou em projetos irrigados em áreas vizinhas.

O Incra mostrou-se indiferente à questão da pluriatividade, uma vez que não tem oferecido alternativas de geração de renda, sequer ao nível de subsistência para a maioria das famílias. As entrevistas apontaram este problema:

Fica difícil, hoje só não é difícil para quem tem aposentadoria, mas tem gente que sofre bastante, porque do lameiro era onde se tirava o sustento, plantava feijão, milho, abóbora, melancia, tudo dava. Hoje, a maioria do povo tá vivendo vendendo dia de serviço (Francisco, 75 anos, Barra da Ipueira).

Acreditamos que a pluriatividade na agricultura familiar pode ser uma alternativa para repensar políticas de reforma agrária, uma vez que já é uma prática comum “sair para manter-se dentro”. No entanto, cabe ressaltar que, as famílias mesmo enfrentando dificuldade no assentamento, o que as obrigam sair para realizar atividades fora do PAE-SF, enquanto estratégia de sobrevivência, elas não manifestaram o desejo de abandonarem o PAE-SF.

Neste caso, cabe ressaltar a dimensão do problema existente no PAE-SF, pois, o projeto do Incra, da forma como foi implantado, não está sendo capaz de assegurar, sequer os agricultores cadastrados nos lotes, *os pais de família*. Além disso, a realização do trabalho não agrícola de membros da família assentada no PAE-SF

também arrasta uma das suas forças de trabalho bastante ativa para fora dele, deixando um vazio que pode ser observado pela retração na pirâmide das idades nas faixas etárias da população entre 16 e 20 anos. Quanto aos filhos desenvolverem trabalhos não-agrícolas fora do PAE-SF, acreditamos que é normal. É natural que os filhos saiam em busca de outras oportunidades, em busca dos seus próprios sonhos e projetos. O problema que se observou em campo é que no PAE-SF quem está deixando o lote não são apenas os filhos, mas também os chefes de famílias, os beneficiários do Programa de Reforma Agrária, que tem como uma das bandeiras: “terra para quem a trabalha”.

Outra divergência que se pode discutir, quanto ao “modelo de tutela” do Incra, é que este proíbe a contratação de mão-de-obra externa nas atividades dos assentados (exceto quando o chefe da família se encontra impossibilitado). Na realidade, são raros os casos em que os assentados contratam trabalhadores externos. Isto ocorre, sobretudo, em virtude da ausência dos filhos adultos, que se foram, seja para trabalhar seja para dedicar-se aos estudos. Em todos os casos, este fato altera o ritmo de trabalho do grupo familiar que, em ocasiões de plantação e colheita, precisa de mais braços.

A contribuição destes filhos, no entanto, é necessária nos momentos de “pico” das atividades produtivas, quando o trabalho manual se intensifica. Se os filhos não podem estar presentes, a contratação de trabalhadores externos à família se impõe, como uma substituição ou complementação do trabalho realizado pela família. (GARCIA, Jr., 1989,1993).

Ao falar em estudos, queremos registrar que a maioria dos pais expressou o desejo que os seus filhos “tenham estudo”, mas que voltem para o PAE-SF. Neste ponto, cabe fazer uma observação sobre a educação formal que os jovens do PAE-SF

estão recebendo e questionar a necessidade de uma educação comprometida com a sustentabilidade do projeto, focada em práticas agrícola e educação ambiental.

No que se refere ainda às questões relativas ao trabalho produtivo, apontamos como fundamental o redirecionamento das atividades de geração de renda para as famílias assentadas, em projetos sustentáveis. Tivemos conhecimento, através de entrevistas, que o Incra e outras entidades que tentam organizar os assentados têm encaminhado diversos projetos aos órgãos competentes, porém ainda não tem havido sucesso nessas iniciativas.

Conforme já foi mencionado nas seções anteriores, presentemente, estão sendo enviados aos órgãos financiadores alguns projetos alternativos para implantação de apicultura, caprinocultura e ovinocultura. Quanto a esses projetos, podemos levantar algumas questões. Em primeiro lugar, embora já haja certa tradição na criação desses animais pelas famílias tradicionais assentadas, queremos lembrar que o tamanho do lote não será compatível com as necessidades da criação em uma escala possível de tornar sustentável os projetos de caprinocultura e ovinocultura, vez que estas criações necessitam de áreas de dimensões superiores àquelas disponíveis no PAE-SF.

Com isso, não queremos dizer que não haja capacidade de adaptação dos ribeirinhos a essas atividades. No entanto, queremos fazer coro com os ribeirinhos e questionar: por que não priorizar o desenvolvimento de projetos de outra natureza, como a piscicultura, conforme sugerem muitos dos assentados em entrevistas?

Nós temos uma definição. A gente tem muitas lagoas ricas que a gente pode fazer criame de peixe dentro da lagoa, criame de rede, tanque de rede sem prejudicar o Meio Ambiente, sem degradar o meio ambiente, eu acho que tem como sobreviver, nós e a natureza sem a degradação, agora só falta vim os projetos (Joaquim, 39 anos, Água Fria).

Os caboclos (funcionários do Incra) entra aí e a comunidade não resolve nada, é só reunião, reunião na Central (Incra – Bom Jesus da Lapa). Aí a Central tomou conta da comunidade e diz que vai sair projeto, recurso. Eles chega aqui e diz que só pode fazer se for criar abelha, bode, mas a gente precisa de organização. Criar abelha? Qual a condição que nós tem? Nós vive é do peixe. E nós fez um projeto para comprar um barco e eles falou que não era pra comprar isso. Nós não pode fracionar desse tipo. Nós que mora aqui é que sabe, eles trabalha lá no escritório, eles não vêm aqui (Carluxto, 46 anos, Estreito).

Outra atividade produtiva por nós observada, e que também poderia ser mais bem explorada no modelo do Incra, é a produção de farinha e derivados. Conforme já foi mencionado em seções anteriores, esta atividade carece de melhoria na infraestrutura das casas de farinhas existentes no PAE-SF e de melhor organização das famílias, de maneira a reforçar essa forte tradição no meio rural, baseada na sociabilidade, na reciprocidade e no trabalho coletivo das famílias assentadas.

Entendemos ainda que seria necessário um acompanhamento regular que garantisse assistência técnica e fomento de atividades às famílias assentadas, mesmo nos trabalhos tradicionais. A capacitação técnica, acrescentada ao saber tradicional, é imprescindível para os assentados em termos de ampliação dos conhecimentos e das habilidades imposto pelo Incra, que teoricamente garantiria assistência técnica aos assentados, e a prática incipiente e ineficaz, de poucas iniciativas, sem um acompanhamento sistemático, nesse sentido, que ocorreram ao longo dos últimos 12 anos do projeto – que tem se resumido a estudos para elaboração de relatórios Lumiar (1999), Desagro (2001), Ates (2002).

Podemos observar que a unidade camponesa das famílias tradicionais assentadas no PAE-SF não se pode sustentar apenas em uma agricultura de autoconsumo, já ficou sobejamente demonstrado que a insuficiência dos espaços disponíveis para o plantio e criação associada às restrições do modelo do Incra, e ainda

motivadas por fatores ambientais, está longe de assegurar a plena satisfação do *aprovisionamento* familiar.

Embora saibamos que a relação pontual com o mercado seja uma das características do campesinato e que esta é tradicionalmente mantida, não podemos deixar de comentar que esta relação tem se tornado historicamente cada vez mais estreita, como foi observado em campo. Os camponeses do PAE-SF já não são apenas produtores rurais e consumidores de produtos essenciais, visto que uma parcela crescente deles já se encontra inserida na sociedade de consumo, disputando, até mesmo, produtos eletroeletrônicos¹⁰⁶.

Cabe mencionar que as feiras são tipicamente os locais de venda e compra dos produtos que propiciam ao assentado a sua autonomia, assegurando uma renda monetária. No entanto, não podemos deixar de atentar para o fato da relativa autonomia destes assentados, na medida em que suas ações estão sendo determinadas por uma série de fatores e circunstâncias que vão desde a própria dificuldade de sobreviver apenas do trabalho desenvolvido no lote, até a demanda do mercado para os produtos que produzem – de baixa qualidade – e a lei do preço de mercado.

Convém lembrar que as restrições do Incra e do Ibama somadas à falta de investimentos e os problema climáticos são os fatores principais que, até o momento, não permitiram a alavancagem dos produtos agroextrativistas no que se refere à produção e à relação mais positiva com o mercado, dentro de uma estratégia comercial global prevista na filosofia¹⁰⁷ do Plano de Utilização do PAE-SF que norteia a exploração dos recursos ambientais do PAE-SF. Não foi identificada nenhuma

¹⁰⁶ Os objetos de consumo urbano, já se encontram, há muito, presentes no cotidiano das famílias rurais. Os aparelhos de TV, as antenas parabólicas, os DVDs, os rádios e os telefones celulares, todos estes aparelhos “modernos” da cidade, já fazem parte integrante da vida rural.

¹⁰⁷ Seção 4.2 do *Plano de utilização do PAE-SF* (PLANO, 2001, p. 18).

iniciativa de apoio à uma produção eficaz destinada à comercialização, nem disponibilidade de microcréditos para a formação de capital de giro, negociados diretamente com os estabelecimentos familiares. Isto, entretanto não foi questionado pelos assentados, uma vez que, como já foi observado em seção anterior, muitos dos assentados declararam nas entrevistas que, diante das circunstâncias e dificuldades que vêm enfrentando, preferem fazer a sua reserva de valor através da criação de animais de pequeno porte, a depender de um crédito que nem sempre terão a certeza de poder pagá-lo.

Cabe aqui ressaltar ainda alguns dos fatores positivos para os camponeses, e que o Incra dá destaque em sua política de implantação do PAE-SF. Um deles é a hierarquia familiar, uma vez que o chefe da família, em geral *o pai*, foi assumido como o cabeça da maioria das famílias e, por este motivo, cadastrado pelo projeto. O Incra considerou, ainda que em alguns poucos casos, as preferências locacionais condicionadas às relações familiares e de vizinhança que conformam os laços estabelecidos anteriormente à implantação do projeto e a territorialidade, no sentido de pertencimento ao local de origem da família. A exemplo disso, podemos destacar as construções das casas novas nas comunidades que buscaram, na medida do possível, se aproximar dos locais anteriores de residência dos assentados, dos parentes e dos amigos.

Quanto às relações de vizinhança, convergindo com a importância atribuída também pelos ribeirinhos, o projeto demonstrou que tem a intenção de estimular a reciprocidade e a participação. No entanto, na prática, poucas iniciativas foram registradas, sejam relativas a trabalhos coletivos, sejam relativas a eventos socializadores promovidos pelo Incra. Exemplificando, podemos citar que os campos

de trabalhos coletivos, até o momento, não foram implementados. Além disso, a produção de farinha, a pesca artesanal, como atividades de ajuda mútua, não têm sido assistidas devidamente pelo Incra. Não contamos nenhuma iniciativa de incremento para alavancar essas atividades que tradicionalmente já ocorriam nas comunidades e que têm uma função socializadora, baseada na reciprocidade.

Quanto ao associativismo, sabemos que a base dos Projetos de assentamento do Incra tem como pré-requisito a necessidade de uma entidade representativa, seja ela cooperativa ou associação. Em campo, verificamos que as práticas associativas não foram ainda devidamente absorvidas por todos os assentados. Queremos destacar que não discordamos da necessidade de uma visão coletiva no processo de organização das famílias do PAE-SF, apenas registrar que o processo de aculturação que leva de laços familiares, de vizinhança e de compadrio ao associativismo é lento, e a forma como foi conduzido, com obrigatoriedade da formação de associações, torna este processo impositivo, gerando uma reação de resistência que contribui negativamente na construção do próprio processo emancipatório, isto é, aquele que permitirá aos assentados se deslocarem da tutela do Estado e andar com suas próprias pernas, fazendo suas escolhas e tomando suas próprias decisões.

Relatos em campo informaram que, embora a presença dos moradores fosse necessária nas decisões quanto ao seu próprio destino, muito do que se definiu para o PAE-SF e, portanto, para as famílias ribeirinhas assentadas, partiu de um olhar externo, muitas vezes com medidas estabelecidas de cima para baixo, ou foram espelhadas em outras realidades deixando de considerar a realidade sociopolítica e cultural dos agricultores-pescadores que ali vivem, produzem e se relacionam.

Percebemos que há também, entre muitos assentados e a Associação Central dos Moradores, certas divergências quanto a projetos destinados para o grupo. Existem moradores que não compreendem que a área do PAE-SF é também uma área coletiva, e por isso deve ser pensada em conjunto e para o conjunto dos moradores. Uma assentada ressaltou: “Falta muita união porque os projetos que eles estão querendo (INCRA e Central da Associação), não combinam [...] um não quer porque não dá comércio, outro não quer porque não vai ter dinheiro para pagar.” (Efigênia, 38 anos, Vila Boa Esperança).

Segundo os assentados, as divergências giram em torno de união e compreensão do uso de trabalho coletivo de certa área da propriedade, o que não se opõem necessariamente ao projeto do camponês. Neste caso, a divergência que se estabelece não é porque o Incra está colocando algo que é contrário ao camponês, o problema é que ele está deixando de fazer algo que seria bom para os assentados – efetivamente uma área coletiva.

O problema que ocorre é que o Incra não fez a ponte entre estes assentados e a necessidade do trabalho coletivo, e também, não efetivou o trabalho em áreas coletivas para o PAE-SF, que alavancasse a produção e uma melhoria nas condições de vida das famílias assentadas. Ele pensou um projeto para as famílias tradicionais ribeirinha, iniciou o projeto, mas não o concluiu.

O que ocorre é que a regulamentação destas novas atividades coletivas tem um caráter ambíguo, tanto no que se refere aos direitos de uso das áreas quanto aos de responsabilidades sobre as atividades. Nestes termos é que muitos das atividades coletivas com modelos “impostos”, ou melhor, um projeto inacabado pelos poderes públicos, têm se revelado inadequado, como é o caso das atividades que foram

“apresentadas” para os ribeirinhos do PAE-SF – os campos coletivos, que na prática não se efetivou. “o Incra disse que tem um projeto, aí, nós estamos esperando...” Desabafou um assentado.

Observamos em campo que muitos dos projetos implantados no PAE-SF passam pela direção dos mediadores. O clientelismo no PAE-SF se impõe em muitos aspectos, seja através das relações que são marcantes entre as famílias, melhor dizendo, parte delas e os mediadores (movimentos sociais, ONG’s e o Estado). Um fato a ressaltar é que percebemos que, no geral, são apenas as pessoas que estão mais próximas da direção da associação ou dos mediadores que afirmam serem agroextrativistas, ou seja, que se reconhecem como pertencentes a um projeto de reforma agrária diferenciado.

Durante o trabalho de campo, foram diversas as queixas quanto ao processo autoritário e centralizador pelos quais os órgãos governamentais, e, outros mediadores, muitas vezes atuam. Entrevistas apontaram que “O problema que tem é que não é um órgão só, tem o Incra, tem o Ibama, tem não sei o que diabo é, e cada um quer mandar, eu acho que isso prejudica nossa vida” (Alcides, 75 anos, Boa Vista).

Queremos ainda destacar um importante ponto que tocamos de leve ao tratar da crescente integração dos ribeirinhos do PAE-SF à sociedade de consumo. Através das mídias que passaram a adquirir, tais como a TV, o rádio, a telefonia celular, etc., vão-se integrando não só ao mercado, mas à própria sociedade global, incorporando, não apenas sua mercadoria, mas também seus valores.

Embora, como vimos, as famílias assentadas se estruturam a partir de fortes relações internas, como as de *interconhecimento*, de sociabilidade, pelas atividades festivas e de lazer realizadas internamente, compondo-se uma imagem de uma

localidade fortalecida, queremos registrar que esta não se encontra em uma situação de isolamento. Por outro lado, como vimos o espaço do PAE-SF abre-se cada vez mais ao espaço social externo, através de comunicação, das relações de mercado, política, lazer, religião, da participação em movimentos sociais, etc., rompendo definitivamente a imagem de isolamento que se atribui às comunidades tradicionais, e revelando-as enquanto aptas à capacidade de adaptação a novos contextos.

Os assentados têm reconhecido a importância da relação mantida com a sociedade externa, por exemplo, com o Estado. As mais marcantes interferências do Estado em suas vidas, apontadas nas entrevistas, foram certamente, a desapropriação das antigas fazendas e a regularização fundiária destas famílias e depois, a concessão do crédito habitação que permitiu aos assentados a construção de novas residências ou a melhoria das antigas, elevando, conseqüentemente, as condições de suas vidas. Ressalta um assentado “o lado positivo é a presença do governo que tem suas responsabilidades, em todas as áreas, educação, saúde, infra-estrutura [...]” (Bartolomeu, 31 anos, Barra do Ipueira). No entanto, muitos ainda são os problemas de integração para estes assentados, por exemplo, a falta de estradas para maior mobilidade, bem como escoamento da produção. Positivamente, podemos ainda identificar a existência das relações mantidas entre os assentados e as redes sociais de ONGs e de movimentos sociais, como a Ceta, a Coppeb e a CPT, que atuam como mediadores e mitigadores de diversas questões sociais, ainda que, em muitos aspectos, mantenham uma relação clientelista.

Quanto a discussão sobre os valores dos ribeirinhos do PAE-SF, ao serem entrevistados, expressam-se exortando a liberdade, a autonomia de decidir, que é o mais elementar direito que todo cidadão, como vimos no pronunciamento do Sr.

Antônio Mariano: “Hoje eu posso ir até à roça e fazer uso do que eu plantei a qualquer hora, antes não era assim. No tempo do fazendeiro, minha mulher e a mulher de outros companheiros não podia sequer pegar lenha” (Antonio Mariano, 73 anos, Barreiro Grande). Nesse caso, podemos mencionar que a expectativa de se tornarem “proprietários” de seus lotes e a liberdade de tomarem suas próprias decisões sobre o tempo e o trabalho, é um dos valores mais referidos em campo. A autonomia e a liberdade é o principal valor moral construtor da auto-estima dos ribeirinhos e o que garante a honra de prover a sua casa, através do trabalho que é desenvolvido na terra a partir das decisões e do trabalho da própria família, muito embora, os assentados enfrentem restrições quanto a utilização desta liberdade e autonomia no modelo implementado para o PAE-SF.

Atualmente, as divergências e tensões, segundo entrevistas, giram em torno da falta de liberdade de tomar decisões, pois, muitas vezes, frente às imposições do Incra/Ibama, os assentados são obrigados a seguir regras “como antigamente” e, acima de tudo, são obrigados a manterem-se longe do seu maior referencial que são o rio, a natureza e a terra. No entanto, enfatizamos aqui a necessidade de se preservar o ambiente em que vivem e trabalham estes ribeirinhos. Os assentados entrevistados relacionam a autonomia e a liberdade à existência de algumas condições, que garantam possibilidades para assumir suas vidas e responsabilidades, tais como se sentirem livres e autônomos para tomar decisões e fazerem escolhas quanto ao processo de produção, a condição de gerenciar o tempo e o trabalho¹⁰⁸, associadas à honra e ao

¹⁰⁸“A discussão sobre o que significa ser *liberto ou sujeito* não seria tão importante se o problema imediato não fosse a interiorização do poder de decisão sobre suas próprias atividades” (GARCIA, Jr).

domínio de um saber tradicional, em geral, gerenciado pelo pai, o *chefe de família*, marcando, dessa forma, seu novo posicionamento social.

E nesse sentido, a terra se apresenta para o assentado como uma condição para o desenvolvimento do trabalho e exercício da liberdade, e é pelo trabalho que se estabelece a liberdade do homem e o transforma em *pai de família*, garantindo o *chão de morada* e reforçando o seu papel enquanto *chefe de família*.

Ainda que as famílias tradicionais ribeirinhas assentadas tenham sido colocadas frente a questões que estabelecem novas diretrizes ao seu modo de vida, os seus valores estão enraizados em seu antigo estilo de viver e em seu modo de ver o mundo. O afastamento deste padrão significa a impossibilidade de manter-se em termos materiais e culturais. Assim, projetos que determinam condições às quais a população ribeirinha não pode atender (por conta da tradição e dos valores) – como, por exemplo, os que introduzem formas diferenciadas de lidar com o tempo, com a terra, com o rio e até mesmo com os vizinhos – estão destinados ao fracasso, pois implicam em mudanças que dizem respeito ao aspecto cultural que está permeado por símbolos, valores, crenças e hábitos dessas famílias. (caça, pesca e pegar lenha).

O *locus* de representações e do imaginário mitológico dessas famílias tradicionais, por exemplo, é uma questão importante, pois é com base em muitas destas representações, símbolos e mitos que as populações tradicionalmente agem sobre o meio e inclusive desenvolvem o respeito pelos outros, veneração e respeito pelo ambiente e seu sistema de manejo, enquanto guardiãs do rio. Nesse sentido, Diegues (2002) alerta para a “necessidade de se estudar melhor a questão das representações, dos mitos e aspectos da religiosidade popular das populações tradicionais no Brasil, e

se analisar até que ponto elas podem ser parte de uma nova política de conservação” (DIEGUES, 2002, p. 87-88).

Conforme já foi mencionado nos relatos que fizemos em seção anterior, o modelo do Inca não trata sobre estes valores, não observamos em nenhum parágrafo do Plano de Utilização do PAE-SF uma linha sequer que contemple estas questões, nem contra, nem a favor. No entanto, acreditamos, pela entrevistas que realizamos, que não é intenção do Inca interferir negativamente na vida social destas famílias e nos seus valores. Como exemplo podemos citar que nas construções das casas, o Inca procurou manter o que já existia anteriormente, como igrejas e cemitérios. Não percebemos nenhuma manobra do Estado que tenha promovido a quebra cultural do grupo, mas também nada que tivesse a intenção de manter vivo os valores e as crenças do grupo, já que são famílias tradicionais.

A não observação de muitos dos aspectos que conformam o modo de vida destes ribeirinhos e que são importantes para eles pode, por exemplo, se expressa através da ineficiência da aplicação das políticas públicas propostas que não deram certo e geram a insatisfação, manifesta em falas como:

Mudou o quê? casa por casa eu já tinha uma. Precisamos é de terra para trabalhar, a gente que é agricultor, que trabalhar na roça. 12 anos que eu não vi mudança nenhuma. O Inca não tá nem aí pra gente aqui. Só tem promessa de projeto, projeto e até agora nada (Helena Biturino, 58 anos, Boa Vista).

Sabe que o pequeno é cachorro mesmo, o grande grita e o pequeno tem que respeitar [...] A solução é se eu ainda fosse homem e tivesse minhas vistas e minhas pernas pra caminhar, eu ia na raiz do presidente, do governo e falava esses tipos de coisas (Alcides, 75 anos, Boa Vista)

Verificamos que alguns assentados colocam-se pró-ativamente e assumem lideranças, na maioria das vezes com o objetivo de estando por dentro do processo,

intermediar as questões e “tirar vantagens” pessoais ou familiares, conforme denunciaram alguns assentados que perceberam manobras deste tipo: “Fica dependente deles (do Incra) todo o tempo, são tudo puxa saco [...] tudo é decidido por eles (Incra) e os que estão à frente da associação, dizem amém” (Cosme, 39 anos, Vila Boa Esperança). Este fato não impede, no entanto, que seja reiterada, a coesão e a harmonia entre as famílias assentadas no PAE-SF.

A partir da interação social, de alguns assentados com os mediadores, uma atitude de “tirar vantagens”, enquanto estratégia, pode ser entendida, como *uma teatralização, em que os indivíduos se utilizam de diversas máscaras para lidar com situações de poder* (MENEZES, 2002, p. 34). Diante desta situação, afirmamos que, não é sempre que as relações entre pessoas que compartilham dos mesmos valores, como é o caso das famílias assentadas no PAE-SF, ocorrem dentro da democracia, *mas se constroem também sob critérios de sanção, reprovação para aqueles que se comportam a favor do dominante, quando rompem com algum costume, valor ou regra social da comunidade [...] aos que praticam tais atos, são atribuídas nomeações discriminatórias, como “puxa saco”, ou sofrem o desprezo do grupo local* (MENEZES, 2002, p. 36).

A partir desta colocação, reiteramos neste estudo, conforme já citado anteriormente, que embora unidas e coesas sejam as famílias do PAE-SF, podemos verificar que esta afirmação não impede que haja algum tipo de conflito entre família, vizinhos e compadres no decorrer da vida e da luta por melhores condições de vida.

No que se refere às proibições do Incra, quanto ao uso de atividades já tradicionalmente realizadas pelos ribeirinhos assentados, e, que tem apresentado como uma fonte de tensão e conflitos entre o Estado e os assentados, não parecem chegar a

incomodar o Incra, devido ao pacifismo (quicá a passividade) dos assentados. Estes preferem *fingir-se de morto, fazer corpo mole e ignorar as normas*, como forma de reação e resistência às *proibição do Estado*, do que se opor frontalmente, como é no caso relativo ao plantio no lameiro, nas terra úmidas banhadas pelo rio, prática que, mesmo sendo proibida, todas as famílias assentadas que vivem e trabalham no lote praticam, conforme entrevista:

Às vezes a gente planta também na beira do rio né, deixando um pedacinho preservado, a gente planta pouco (nas áreas proibidas, mas planta (José Amorim, 48 anos, Campinho).

Estas práticas, que podemos defini-la enquanto *formas cotidianas de resistência*, realizadas pelos assentados no PAE-SF, podem ser interpretadas tanto no sentido de resistência em relação às imposições e restrições do INCRA/IBAMA quando à possibilidade de sobrevivência. O que é importante apresentar neste caso é que, os assentados não obedecem às regras e restrições do Incra e fazem às escondidas, e, neste caso, não se preocupam com a depredação do ambiente do. PAE-SF. Por outro lado também, cabe ressaltar que, esta situação ocorre devido às *brechas* dadas pelo próprio estado, que não tem sido capaz de assegurar uma fiscalização eficiente nestas áreas, ou melhor ainda, não tem desenvolvido atividades e treinamentos que apresentem às famílias os danos causados ao meio ambiente em decorrência desta prática utilizada, de forma constante por número de assentados, como formas de resistências.

Quanto aos valores culturais, apoiando-nos em Diegues (2002) e Cintra e Motim (2002), entendemos que, a partir das representações, dos símbolos e dos mitos, pode ser estabelecida uma maneira capaz de ajudar a desenvolver e estabelecer acordos de preservação e de educação ambiental, estruturados, por exemplo, pela noção de

pertencimento, pela responsabilidade coletiva de guardiões do rio. Os mitos e as lendas identificados entre os ribeirinhos do PAE-SF podem ser um meio que ajude a recuperação de valores já esquecidos por muitas pessoas, mas felizmente ainda não para estes assentados, como o respeito, a cooperação e solidariedade, entre outros.

Uma vez que já é uma tradição que conforma o modo de vida anterior ao PAE-SF e, portanto, também faz parte do saber popular local sobre o ambiente natural, seria interessante que o projeto procurasse se aproximar mais desses aspectos culturais, das representações e dos valores para facilitar a própria gestão ecologicamente correta do PAE-SF.

Quanto às relações homem-natureza, temos a considerar que o PAE-SF foi criado no intuito de conciliar a produção para a sobrevivência das famílias, nas margens do São Francisco, com a preservação do meio ambiente. A regularização fundiária impôs, entretanto, limites para os ribeirinhos e a necessidade de firmarem-se alguns acordos considerados pelas famílias como bastante problemáticos, que se caracterizam como uma situação que gera tensões diariamente. Conforme comenta um assentado: “tem a questão ambiental que precisa ser cuidada, mas, por outro lado, não podemos esquecer que existem famílias que precisam produzir, se alimentar” (Bartolomeu, 31 anos, Barra do Ipueira).

A população tradicional se orienta por normas culturais passadas entre gerações para a utilização dos recursos da natureza, de tal forma que não percebe que algumas destas são práticas predatórias. É realmente difícil compreender que as suas atividades, praticadas há gerações, sejam consideradas destruidoras do meio ambiente.

Na prática, a realidade mostrou a difícil conciliação entre garantir a subsistência das famílias e a preservação do meio ambiente, dada pela imposição de

restrições que as famílias tradicionais não estão preparadas para acatar. Como exemplos, podemos enumerar as limitações de coleta de lenha para cozimento e cercas, de cipós para confecção de utensílios de pesca, a distância das plantações em relação às margens do rio e outras. Existem ainda restrições impostas quanto ao modo de lidar com a terra e com o rio, contrários à tradição destes assentados, como já foi relatado, principalmente por não ter alternativas de viabilidade para estas famílias frente a um projeto não acabado do Incra.

É necessário ressaltar que projetos deste teor devem considerar devidamente os procedimentos costumeiros e normas sociais de apropriação e de utilização dos recursos da natureza, pois a busca de modificar tais padrões dos nativos pode ter conseqüências sociais não controláveis, isto porque: “as intervenções não se fazem num vazio de valores e relações sociais”, como nos lembram Esterici et.al. (2004 p. 3).

Dada as proibições, as famílias terminam por explorar os recursos de maneira continuada, predatória e sorrateira, com ações que muitas vezes não respeitam os ciclos naturais, fato que resulta na escassez e na não-renovação de alguns deles, em virtude da quebra das cadeias e teias alimentares. Este fato ocorre porque, geralmente, não há alternativa de geração de renda que garanta a sobrevivência das famílias, mas também porque alguns assentados não percebem que muitas de suas práticas podem causar danos ao ambiente.

Verificamos em campo que há algumas negociações que poderiam ser feitas, sobretudo a opção por projetos idealizados pelos assentados, como os de piscicultura e irrigação. Porém os projetos que o Incra tem procurado implantar são de apicultura (de que não existe tradição) e a criação de animais de pequeno porte (ovinocultura e caprinocultura) que nos parecem inconvenientes para os animais, pois estes, quando

são criados em pequenos espaços, tendem a ser confinados ou amarrados em postes ou árvores, como pudemos observar em campo. Neste caso: sofre o animal e sofre a árvore.

Concordamos com Diegues (2002), quando analisa a instalação de unidades de conservação e alega que, na maioria das vezes, as tentativas de incorporar os agricultores às políticas ambientais têm como objetivo, muitas vezes, apenas minimizar os *conflitos potenciais ou existentes* e não, oferecer efetivamente alternativas compatíveis e viáveis de sobrevivência aos agricultores envolvidos. Logo:

Quando a presença dessas populações é ‘tolerada’, as limitações ao uso tradicional dos recursos naturais são de tal monta que os moradores não têm outra alternativa senão migrar ‘voluntariamente’, engrossando o número de favelados e desempregados das áreas urbanas” (DIEGUES, 1996, p.20).

Diegues (2002) afirma que a composição do *mito moderno da natureza intocada* é estabelecida exatamente quando o Estado atua na proibição do homem ao exercício de suas atividades, havendo a separação entre a relação do homem tradicional com a natureza.

Como já visto, alguns assentados não respeitem, na íntegra, as restrições impostas pelo Incra e Ibama. No entanto, percebemos, em algumas entrevistas, que aos poucos eles têm procurado adaptar-se à nova situação de imposições, limitando-se, por exemplo, a pescar em épocas permitidas, respeitando o período da piracema. Um pequeno percentual de pescadores da comunidade é cadastrado pelo Ibama e recebe o equivalente a um salário mínimo durante a época de reprodução dos peixes (novembro a fevereiro). Nos demais períodos do ano, a pesca é liberada.

Com relação à extração de areia, prática comum entre alguns assentados, um técnico do Ibama relatou que “a extração artesanal da areia não compromete a calha do rio”. Ele afirma que, ainda que uma família explore a extração de areia com fins econômicos, usando métodos rústicos, haverá menor impacto do que se houver uma exploração com uso de draga, como fazem as firmas. Essa, sim, é uma prática predatória não permitida.

Diante dessas colocações, vimos que, para as famílias do PAE-SF, o projeto da forma como foi implantado (inacabado, inconcluso) pelo Incra apresenta-se como incapaz de assegurar a sustentabilidade do projeto e a reprodução das famílias assentadas. Em campo podemos observar que muitas famílias assentadas no PAE-SF estão vivendo numa condição extremamente precária. Não queremos postular que as normas e restrições devam ser ignoradas, mas defendemos a tese de que a preservação do meio ambiente e, conseqüentemente, a própria sobrevivência das famílias passa por um trabalho criterioso de educação ambiental, construído a partir da integração do saber científico e do saber tradicional. Mas, acima de tudo é necessário que o Incra dê prioridade de concluir o projeto a que se propôs para estas famílias assentadas e viabilize efetivamente os investimentos no PAE-SF.

A partir dos exemplos que documentamos nos resultados, entendemos que a educação ambiental tem sido feita de uma forma inadequada e insuficiente no PAE-SF, pois, como já referimos, na própria fala dos agentes ambientais multiplicadores, podemos encontrar posturas equivocadas e graves contradições. O processo de educação ambiental é lento, por isso acreditamos que tenha de ser construído em função da mudança de enfoque e de paradigmas.

Iniciativas positivas de educação ambiental foram por nós identificadas em outros projetos, como por exemplo, o de Xingo¹⁰⁹, no Baixo São Francisco, tirando partido da interação com a comunidade. Um material didático para a educação ambiental foi construído através da técnica da história oral e posteriormente, tais elementos foram aplicados em atividades lúdicas, como teatro e danças, utilizados como instrumentos de educação ambiental que passavam a transmitir os conhecimentos científicos, mesclando educação com a cultura tradicional, em temas relativos à preservação ambiental.

Reconhecemos que, sem uma educação específica, será impossível amenizar o quadro de degradação ambiental em que se encontra o assentamento. É necessário, portanto, buscar meios de sensibilizar as famílias assentadas, apresentando propostas de ações que tenham como objetivo o manejo e a conservação dos recursos. Porém, não esquecendo de que é preciso soluções emancipatórias e sustentáveis que respeitem o modo de vida dos ribeirinhos assentados no PAE-SF, sua participação no processo e lhes dê garantias de sobreviver neste espaço, o espaço de *vida e de trabalho*.

É necessário incluir que o Estado, ao implantar projetos deste tipo, a que se propôs, busque não apenas o apoio e a cooperação do Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), mas que venha compreender, a partir deste, a importância do ambiente para estas populações peculiares. Pois, a busca de dados concretos do dia-a-dia destes assentados do PAE-SF em uma APP é fundamental para entender como estas famílias nascidas e criadas às margem do São Francisco podem apresentar-se efetivamente como suporte de

¹⁰⁹ Programa de educação ambiental para a região de influência da linha de transmissão de 500kV Xingo/Jardim/Camaçari, realização Gambá – CHESF (CINTRA; MUTIM, 2002).

preservação do PAE-SF, permitindo às famílias tradicionais ribeirinhas uma vivência em harmonia com o meio ambiente, mas com garantias de melhores condições de vida.

Para concluir nossa discussão sobre as conseqüências de um modelo inconcluso do Incra, que inclui também a não solução dos irregulares, e as suas implicações para o modo de vida das famílias tradicionais do PAE-SF, afirmamos que a nossa experiência neste estudo mostrou que a forma como foi implantado e conduzido o PAE-SF, trouxe e vem trazendo várias conseqüências negativas e tensões às famílias assentadas e a sua relação com o Estado, quanto à sustentabilidade do projeto e à própria reprodução das famílias..

Acreditamos que estas implicações decorram do fato de que o Incra não concluiu a implantação do PAE-SF. Deixando os assentados viverem de uma parte apenas do Projeto, enquanto o Incra não resolve a situação dos irregulares, tornando, portanto, este projeto incapaz de assegurar a reprodução das famílias assentadas, no presente, e para as gerações futuras. Concluimos que este é um projeto inconcluso e por isso mesmo ambíguo.

Finalizando a discussão, podemos destacar um dos aspectos relevantes por nós observado em campo, refere-se à confiança que os assentados depositam no Incra. Embora alguns deles façam críticas diretas ou indiretas ao órgão, nenhum dos entrevistados manifestou vontade de abandonar o projeto ou afastar o Incra da tutela ou administração. Ficou também claro que os funcionários do Incra, bem como alguns mediadores têm dedicação e boa vontade de acertar, conforme escutamos em entrevistas e falas de muitos dos assentados. No entanto, o número de pessoas para atender o projeto é pequeno e, além disso, os recursos financeiros para apoiar as

medidas necessárias têm sido escassos, talvez isso possa justificar os impasses e as consequências negativas enfrentados pelas famílias frente a este projeto inconcluso.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção final, à guisa de conclusão, retomamos a compreensão das conseqüências da não efetiva implantação do Projeto Agroextrativista São Francisco - PAE-SF sobre o modo de vida das famílias tradicionais ribeirinhas assentadas.

Para iniciar, examinaremos a trajetória percorrida pelas famílias assentadas no PAE-SF. Como se verifica no Quadro 23, pode-se dividir o modo de vida das famílias em três momentos distintos, com características marcantes. A primeira, quando havia quase total liberdade de atuação sobre o meio ambiente, mas sob o jugo do patrão, a segunda, caracterizada pela euforia decorrente da presença do Estado e promessas de investimentos governamentais, que chegaram a ser consideradas como salvadoras e a terceira fase que se iniciou com a criação do PAE-SF e trouxe investimentos, porém estabeleceu regras e aplicou leis antes desconhecidas e acima de tudo, não trouxe para estas famílias alternativas de sustentabilidade. É exatamente sobre esta última fase que recaiu a nossa preocupação nesta tese, que objetivou compreender as conseqüências da

implantação de um projeto inacabado sobre o modo de vida destas famílias, assim como, compreender as suas estratégias e a capacidade de adaptação frente a esta reforma agrária, de cunho ecológico.

“Época do fazendeiro” (período anterior a 1975)	Desapropriação pelo Incra e saída dos fazendeiros (1975 a 1995)	Implantação do PAE-SF (de 1995 até 2006)
<p>Jugo do patrão, sem autonomia de decidir e realizar o trabalho;</p> <p>Sobreviviam de um plantio muito pequeno “numa tira de terra cedida pelo fazendeiro,” Não era permitido nenhum tipo de criação na fazenda do patrão; não havia infra-estrutura, viviam em péssimas condições ; “não podiam nem tirar uma lenha para cozinhar”; sem perspectivas de futuro, mas, a pesca era liberada.</p>	<p>“O Incra (com a desapropriação e retirada dos fazendeiros) foi a salvação aqui pra nós”;</p> <p>“Livre do cativoiro” do patrão, não existia mais fazendeiros para dar ordens;</p> <p>Passaram a gerenciar sua própria roça, criava-se e plantava-se à vontade;</p> <p>Continuavam sem infra-estrutura, viviam em “casa precária, mas, eram livres”;</p> <p>Sem residência adequada, com a enchente se perdia tudo; enfrentavam dificuldade de alimentação frente à situação de seca e enchente; pesca liberada.</p>	<p>“Sai o fazendeiro e entra o Incra”, atrelado às limitações impostas pelo Estado; restrições quanto ao uso da terra para cultivo, pesca e criação e dos recursos naturais; “hoje tem legalidade” – leis.</p> <p>Melhoria em termos de infra-estrutura e construção das novas residências; acesso ao crédito instalação e fomento; “poder” de realizar e decidir sobre o trabalho no lote; “autonomia”; “Mas, hoje não tem terra para plantar”; “Não se pode plantar no lameio”.</p>

Figura 23: Quadro Resumo da trajetória das famílias do PAE-SF

Fonte: Dados coletados a partir de trabalho de campo - 2006

Como vimos, as famílias assentadas no PAE-SF, fizeram uso de várias estratégias para garantir condições de permanência no projeto. O modo de vida é aqui entendido como uma realidade dinâmica e socialmente (re) construída, considerando dois aspectos: sua tradição (um *modelo original*) ao qual todo camponês se refere e que lhe confere a noção de pertencimento e uma capacidade de adaptação às novas circunstâncias.

Os assentados foram analisados por uma ótica diferenciada dos demais assentados pela reforma agrária no Estado. Primeiro, porque não há neste assentamento apenas uma questão jurídica. A intervenção do Incra, neste caso, visava à regularização fundiária de uma população tradicional de agricultores-pescadores, nascidos e criados na área (60%). Essa população já constituía um tecido social denso. Um segundo aspecto é que o assentamento se localiza em uma área de preservação permanente, o que impõe uma reflexão sobre a relação de duas dimensões: preservação do ambiente e reprodução das famílias, o que não é a tônica de outros tipos de assentamentos de reforma agrária. Este *modelo* é aqui compreendido como um projeto diferenciado, que tem uma dupla dimensão, ele é um projeto de preservação ambiental, visto que se encontra localizado em uma APP e, ao mesmo tempo é um projeto de assentamento de agricultores.

Procuramos demonstrar que as famílias estão sendo guiadas por um “modelo de tutela” do Estado Incra/Ibama, um Projeto inconcluso, contraditório e ambíguo - com “leis próprias” –, que permite o uso de seu território, com restrições, cuja referência maior é a preservação do meio ambiente.

Nesta análise é preciso compreendermos que “o processo de trabalho possui dimensões simbólicas que o fazem construir não apenas espaços agrícolas (...) Em

conjunto, constituem uma forma de ver o mundo” (WOORTMANN; WOORTMANN 1997, p. 7).

A questão que aqui se apresentou é a de como as famílias do PAE-SF, guiadas por uma “produção de tutela”, conseguem conciliar o desenvolvimento de atividades produtivas, de *aprovisionamento*, e, ao mesmo tempo, explorar os recursos naturais de maneira sustentável e garantir a sobrevivência das gerações atuais e futuras.

No que se refere às conseqüências que ocorreram devido ao processo inacabado de um projeto de regularização fundiária, concretamente, podemos dizer que trouxe dificuldades de sobrevivência às famílias e restrições quanto aos trabalhos tradicionalmente utilizados pelos ribeirinhos. Com isso, não queremos negligenciar a ação, muitas vezes, predatórias destes ribeirinhos. Mas, apenas questionar por que o Incra não finalizou este projeto. Diante dessa situação, vimos que, entre a realidade vivida – “o ser” –, e a realidade concebida, prescrita na lei – “o dever ser” –, apresentaram tensões a serem examinadas.

Uma das principais restrições impostas pelo Estado à população local refere-se à proibição de se plantar no “sistema de lameiro”, uma prática tradicional e bastante comum para esta população ribeirinha. Como foi observado, diante das dificuldades, as famílias, sob muitos aspectos, ignoram as “leis” do Incra e do Ibama, enquanto forma de resistência. Gostaríamos de destacar que, como não há efetiva fiscalização por parte do estado, as famílias assentadas continuam plantando nas vazantes do rio como estratégias para sobreviver. As famílias regularmente assentadas, continuam resistindo, vencendo pelo cansaço, *plantando pouco nas áreas proibidas, mas plantando*. Em campo podemos observar que poucas famílias são disciplinadas em relação ao uso do espaço com a proibição de se plantar no lameiro.

Queremos ressaltar que, a maior parte das conseqüências e tensões, atualmente vivenciadas pelas famílias, frente a um modelo parcialmente implantado, se refere à falta de terras, justificadas pela presença das famílias irregularmente assentadas, os “sem perfil” que atualmente ocupa $\frac{1}{4}$ de todo o PAE-SF e impede que os assentados disponham de áreas maiores para o trabalho, como observado. Os “sem perfil” parecem se encontrar em uma situação melhor do que as famílias regularmente assentadas, visto que sobre eles não há limites e restrições, quanto mais fiscalização, apenas uma causa na justiça, o que não impede a sua presença na área.. Existem, em todo o PAE-SF, 29 ações de reintegração de posse, mas como a justiça é lenta, este problema parece ter um fim cada vez mais distante, enquanto isso os irregulares permanecem na área do PAE-SF.

A exploração no PAE-SF tem características marcantes de uma atividade de subsistência, o que não significa dizer, como já vimos anteriormente, que não há uma relação destes ribeirinhos com o mercado. Como vimos, o mercado está presente seja na compra de insumos e investimentos de trabalho, de alimentos, de vestuários, eletrodomésticos e bens pessoais, seja na venda do excedente nas feiras locais e vizinhas. No entanto, o processo de comercialização representa um dos graves problemas enfrentados pelas famílias assentadas devido às precárias condições das estradas, mecanismos alternativos de vendas, (em conjunto, por exemplo, que reduzisse os custos) e a ação dos atravessadores que compram os produtos a preços não compensatórios, muitas vezes, a baixo do custo de produção.

O problema da comercialização associa-se também a baixa produtividade das culturas em função da falta de assistência técnica sistematizada à estes agricultores, ao

acesso a sementes selecionadas, além do principal fator limitante que é a seca, em decorrência da região em que está localizado o PAE-SF.

O fato de trabalhar fora do PAE-SF como uma das estratégias destas famílias está relacionado, sobretudo, à falta de terras em quantidades suficientes e adequadas às famílias, como vimos anteriormente. Esta problemática está carregando para fora do PAE-SF, até mesmo, os pais, chefes de famílias, cadastrados pelo projeto de reforma agrária. Como fica então o papel da reforma agrária analisando este caso em especial. Será que ela se limitou ao reducionismo da desapropriação de terras como política social para o assentamento de famílias? Destinando, às famílias tradicionais ribeirinhas assentadas no PAE-SF, *porções residuais de “lotes” em assentamentos precariamente assistidos*, e neste caso, em especial, comprometendo o sentido da própria política agrária?

Vimos que as famílias possuem, em média, uma área de 4000m², enquanto há pessoas que ocupam irregularmente áreas de 600 ha e até de 1.000 ha de terra com a criação de gado (atividade proibida pelo Incra). Soma-se a esta situação a sazonalidade, fator limitante bastante característico da região (semi-árida) e a falta de investimentos em irrigação, além das já referidas restrições impostas pelo Estado, não restando muitas opções às famílias para geração de renda. Identificamos que outras fontes de renda como os benefícios governamentais suprem parte das necessidades do grupo, a exemplo das aposentadorias e programas como a bolsa escola, a bolsa família, etc.

A pesquisa apontou que é desejo dos pais de que os filhos “tenham uma vida melhor”, muitos deles apontaram como alternativa, a saída do PAE-SF, o que parece refletir certa insatisfação com os resultados econômicos do trabalho agrícola e da pesca

artesanal no lote, mas não com o local. Há uma situação ambígua, particularmente compreendida, pois, ao mesmo tempo, o desejo dos pais é o de que os filhos sejam mantidos no PAE-SF. Esta postura foi identificada na maioria das entrevistas: “O meu prazer é eles está aqui nesta terra que eu conquistei”; “É que eles trabalhem e dê continuidade ao que comecei”. Os pais reconhecem a importância dos estudos para um futuro melhor para os filhos, ainda que necessitem sair do projeto, pois, como afirma um assentado: “a gente sabe que também é impossível formar doutores na roça”. Aqui cabe ressaltar, o projeto do MST de implantação de Universidades para formação destinada aos assentados da reforma agrária. Um dos maiores compromissos assumidos pelos pais no PAE-SF em relação aos filhos é, sem dúvida, a educação formal.

Quando se fala em projetos para os camponeses, ele está fundamentado na reprodução social do grupo, sobretudo pela possibilidade de “ter pra deixar para os filhos”. A *terra é vista como patrimônio* a ser transmitido para as gerações e não apenas um meio para produzir, mas como um local de continuidade do trabalho iniciado pelos pais, seja sucedendo-o ou formando uma nova família. Sem completar o trabalho, iniciado pelo Incra, não será possível aos pais manterem a reprodução da sua família no momento presente quiçá vislumbrando um projeto para as futuras gerações.

Os jovens, de modo geral, por considerarem o trabalho no lote e no rio, pouco rentável e “muito pesado”, quanto têm a possibilidade de escolher, em geral por volta dos 17 anos, optam por outra atividade. Este é também um processo a ser repensado cuidadosamente pelo PAE-SF

Quanto à vida social, observamos que famílias não se ausentam da dinâmica interna, que é marcada pelas relações familiares, de vizinhança e de compadrio. O

local interno da comunidade é o espaço que marca a permanência do grupo. Assim, mesmo com o crescente envolvimento com a vida externa, seja nas relações de trabalho, estudo, política ou lazer, as famílias locais e seus filhos ainda privilegiam as relações internas, a maioria delas estabelecidas em momentos anteriores à implantação do PAE-SF.

Pressupomos então que estes assentados se constituem como uma categoria em processo. No entanto, as suas características tradicionais não desapareceram, mas incorporaram muitas situações e valores novos, integrando-se ao que se pode chamar de um grupo *fortemente localizado* como afirma uma assentada: “eu gosto é de me divertir aqui na comunidade mesmo”. O processo de sociabilidade e de solidariedade em que estão integrados os assentados é fundamental na definição do modo de vida do grupo e responsável pela sua coesão nesta sociedade de *interconhecimento*.

A vida lúdico-religiosa no PAE-SF é um dos momentos de maior integração do grupo, através das celebrações religiosas, dos cultos e rituais. As festas dos padroeiros são as mais famosas e esperadas pelos assentados, como vimos

Assim observado, é na própria comunidade que se organiza a vida social destas famílias assentadas, em termos de lazer, produção e solidariedade. É também onde se encontram os melhores amigos. Todavia, faz-se necessário a inter-relação e a inserção na cidade, sobretudo pelas necessidades de acesso a escolas, bancos, igrejas, compras e vendas, dentre outras, que como vimos é incipiente no PAE-SF.

Os conflitos que existem entre assentados e Estado se referem, sobretudo, ao fato de o Estado ter denominado “regularização fundiária” uma figura jurídica, desconhecida dos ribeirinhos (direito real de uso), sem, no entanto, proporcionar-lhes

terras disponíveis que estes possam de fato utilizar, fazendo jus à concessão de uso da terra.

O Incra, como sabemos, não tinha sequer terras suficientes disponíveis para atender as aspirações dos assentados. Dessa forma, uma relação direta com a terra, com o ambiente e a possibilidade de reprodução social dos assentados encontram-se comprometida no PAE-SF, causando conseqüências à sua reprodução no lote, enquanto boa parte das terras se mantiver nas mãos dos irregulares e enquanto o Incra não concluir o projeto a que se propôs, o que diretamente necessita é que se resolva a saída dos irregulares e a conclusão do Projeto.

Pensar as famílias como tradicionais, enquanto parte de um projeto de reforma agrária ecológica, deveria constituir uma forma de integrá-las à perspectiva de preservação/conservação do PAE-SF, criando condições para sua permanência e para seu desenvolvimento no local, entendendo-as como uma população que tem um modo de vida específico, que se caracteriza pela proximidade e intimidade com o meio ambiente.

A natureza não significa para o camponês simplesmente algo que está ao seu redor, mas é, acima de tudo, o local com que ele interage, *lugar de vida e de trabalho*: constitui uma visão de mundo. No PAE-SF, a relação homem-natureza é resultado de uma história construída ao longo de muitas gerações.

Esta população vive em constante dilema e tensão, pois precisa, preservar o patrimônio ambiental, mas, igualmente, necessitam garantir a sua sobrevivência, exercendo os seus “direitos” à exploração dos recursos naturais, que dependem muitas vezes da moderação do seu uso. Muitas atividades hoje, no PAE-SF, “só são possíveis”

observando as restrições, por meio de licenças concedidas pelo Estado, ou são tratadas como crime ambiental.

Por outro lado, acreditamos que a “regularização” fundiária da área pelo Incra criou a perspectiva de preservação do ambiente do Médio São Francisco que também é considerado como um bem público valioso para a sociedade brasileira.

Foi possível observar que os mitos e as lendas presentes no imaginário dos ribeirinhos marcam o território, atuam como porta-vozes das famílias e expressam a noção de pertencimento ao lugar, ao rio, distinguindo os moradores dos “de fora”. Esses mitos, cumprindo sua função social, qual seja, a de manter os estranhos distantes, aterrorizando os que se aventurem nas águas do São Francisco. Deste modo, esses personagens atuam como uma espécie de guardiões do rio, protegendo-o dos invasores e garantindo a segurança dos ribeirinhos do local.

As histórias desses seres permitiram compreender as histórias do lugar, enriquecidas pela crença popular e pela imaginação dos tradicionais ribeirinhos. De certa forma, essas histórias incorporam elementos da cultura deste povo do São Francisco. Fazem parte de uma história real, se não vivida por eles, relatada e passada entre gerações. Como negociam no cotidiano entre si mesmos e com os órgãos (Incra/Ibama) com quem convivem, os assentados também apresentaram uma forma de negociar com os seres imaginários.

Diante dessas constatações, também refletimos sobre o impacto na vida, na crença, nos valores, nas atividades produtivas destas famílias e nas relações com a natureza ao passarem para a condição de assentados da reforma agrária. Faz-se necessário perceber que os camponeses assentados no PAE-SF operam com uma lógica específica de produção e reprodução e que suas explicações não se encontram

sempre definidas por fatores econômicos. Entendemos que as estratégias de reprodução não se limitam retirar da terra a subsistência: existe um fator simbólico muito mais importante para estes assentados, que é o fato de querer estar lá, a honra de viver naquela terra, que envolve o seu afeto e gratidão para aquele *lócus, em especial*.

Percebemos que, para as famílias tradicionais ribeirinhas, acostumadas com o seu modo de vida, passar pela mudança da condição de ribeirinho para assentado da reforma agrária não se constitui apenas uma “mudança de nome”, mas, sobretudo, representa a construção de uma nova identidade. Nesse sentido, entendemos que essa nova identidade não é apenas individual, mas é também fundamentada num grupo maior, a do agroextrativista, ela é coletiva que envolve não apenas a sua comunidade de origem, mas todas as onze comunidades que agora passaram a ser um só projeto de reforma agrária - o PAE-SF – que inclui também um novo processo de organização coletiva, de novas relações e práticas sociais, de associação, formal e informal, ainda que nem todas as famílias reconheçam a sua importância para o grupo.

A realidade do campo evidenciou que embora os assentados enfrentem dificuldades cotidianas de diversa natureza, a sua regularização na área não representou um fracasso. Ao contrário, eles se sentem felizes e de forma unânime declararam que não sairiam do PAE-SF, ainda que recebessem outra terra.

Eles têm procurado adaptarem-se as condições reais e, ao que parece, estão tirando partido das convergências e divergências que estão vivenciando para gerenciar e viver o seu modo de vida camponês, que certamente haverá de mesclar características do modo de vida sob um *modelo de tutela* e do modo de vida tradicional. Isso significa que estas famílias tradicionais, embora vivendo a partir de regras e costumes específicos, que os qualificam como camponeses, irão certamente

superar as conseqüências da implantação de um modelo inacabado, na esperança de que o PAE-SF seja realmente um Projeto, chegando a um patamar emancipatório.

Podemos concluir, afirmando que as famílias assentadas no PAE-SF não possuem um modo de vida acabado, construído no passado, visto que eles têm grande capacidade de adaptação. Ela está sendo construída a todo o momento. Nesse sentido, estas famílias tradicionais ribeirinhas assentadas pelo programa de reforma agrária, encontram-se em um processo dinâmico de (re) construção do seu modo de vida em função do que é colocado para eles, apoiados em estratégias de reprodução, movidos pelos projetos para o futuro.

Num embate de forças entre os assentados e o Estado na busca de um efetivo programa de reforma agrária e por uma vida melhor, acreditamos que o PAE-SF pode ser o local ideal para o sucesso e desenvolvimento destas famílias tradicionais ribeirinhas, a partir de uma agricultura ecologicamente e economicamente sustentável, com práticas adequadas, considerando suas características de diversidade de produção que pode amenizar os danos ambientais. No entanto, é essencial que esta área seja alvo de uma política pública comprometida, destinada e estruturada para esta finalidade, com vontade de fazer, efetivamente um projeto acabado para estas famílias tradicionais nascidas e criadas às margens do Velho Chico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

ALMEIDA, M. W. B. de Redescobrimo a família rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Campinas – SP, v.1, n.1, p.66-83, 1986.

ALENCAR, E. F. Identidade, territorialidade e conflitos socioambientais: alguns cenários do alto Solimões. *Rede Amazônia: diversidade cultural e perspectivas socioambientais*, Belém, ano 3, n. 1, p. 67-75, 2004..

ALVES-MAZZOTTI, A. J. E.; GCWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa qualitativa e quantitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.

ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura familiar na região centro-sul do estado do Paraná. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v.43, n.1, jan/mar 2005.

ARON, R. Durkheim. (295-374) In: _____. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes/Ed. da UnB, 1997. p. 295-375.

ARON, R. Max Weber (461-538). In: _____. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes/Ed. da UnB, 1987. p. 295-375.

ARRUDA, R. S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, A. C. S. (Org.) *Etnoconservação*. São Paulo: Hucitec/ NUPAUB – USP, 2000. p.273-290.

BARONE, L. A. Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto – o caso do Estado de São Paulo. In: FERRANTE, V. L. S. B. (Org.). *Retratos de assentamentos*, São Paulo, ano 6, n. 8, 2000

BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECKER, H.S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BELL, J. *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva, 1997.

BERGAMASCO, S. M. P. P et. al. Os impactos dos assentamentos rurais em São Paulo: In: MEDREIROS, L. S.; LEITE, S. (Org.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/CPDA, 1999. p. 69-115.

BERGAMASCO, S. M. P. P. et. al. *Assentamentos rurais no Brasil: diversidades socioeconômicas*. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober/trab270.pdf>>. Acesso em: 6. abr. 2004.

BETO Disponível em: <<http://www.coeppbrasil.org.br/seminario/default.asp?id=1>>.

Acesso em: 03/01/2007

BRANDÃO, C. R. A participação da pesquisa no trabalho popular. In: _____(Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 223-252.

BRANDÃO, C. R. *A partilha da vida*. São Paulo: Geic/Cabral, 1995

BRANDÃO, C. R. *O afeto da terra*. Campinas-SP: Ed. da Unicamp, 1999.

BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *Ruris, Revista do Centro de Estudos Rurais*. IFCH/UNICAMP, 1, 1, 2007. p. 37-64.

BRANDENBURG, A. *A agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). *Plano de utilização do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco*. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Diretoria de Assentamento . *Conceito e metodologia para implantação dos projetos de assentamento agro-extrativista*. Brasília, 1996.

BUENO, J. R. et al. Desempenho de adubos verdes em mata ciliar. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Porto Alegre, v. 2, n. 2. Disponível em: <www.ufrgs.br/seeragroecologia>. Acesso em 12 nov.2007.

CABRAL, A. do V. *Achegas ao estudo do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura / Fundação Nacional de Artes, 1978, p.61-63 <www.jangadabrasil.com.br/revista/novembro72/im72011b.asp > Acesso em 14/10/2006.

CARNEIRO, M.J. Pluriatividade: uma resposta à crise da agricultura familiar? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 16., 1992, Caxambu. (Mimeo)

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. S. (Org..) *Etnoconservação*. São Paulo. Hucitec/ NUPAUB – USP, 2000.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: Duas Cidades, 1964

CANTARELLI, J. R. R. “*Nem boa, nem ruim*”: a qualidade de vida camponesa em terras de reserva ecológica: etnografia do caso de Porteira Preta, Gurjaú – PE. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CARMO, M. S. do. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A. D. D; BRANDENBURG, A. (Org.) *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Ed. UFPR, 1998. p. 215-238.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos: Sociedades e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 52-75, 1998.

CARVALHO, M. L. A. M. de. *Base teórica sobre conforto no ambiente construído e a qualidade do ambiente urbano*. 1998. (Mimeografado).

CARVALHO, M, L, A M de. *A importância do verde na qualidade do meio ambiente urbano*. Rio Claro, 1996. 54 f. Trabalho de qualificação – (Doutorado em Geografia – área de concentração: Organização do Espaço – Instituto de Geociências e Ciências Exatas) UNESP - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

CINTRA, M. A. M. de. U.; MUTIM, A. L. B. *Educação ambiental: a sabedoria da preservação nas lendas*. Salvador: Grupo Ambientalista da Bahia/Chesf, 2002.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G. da; STOLCKE, V. (Org.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. S. (Org.). *Etnoconservação*. São Paulo: Hucitec/ NUPAUB – USP, 2000. p. 225-255.

CUNHA, L. H. de O. Significados múltiplos das águas. In: DIEGUES, A. C. S. (Org.). *A imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, 2000. p.15-25.

CAVALCANTI, H. O lugar no imaginário: São Severino; São Severino “dos macacos”, “a ruína”. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 17, n 1, 2001.

DIAS, C. de J.; ALMEIDA, M. W. B de. A floresta como mercado: caça e conflito na reserva extrativista do alto Juruá *Rede Amazônia: diversidade cultural e perspectivas socioambientais*, Belém, ano 3, n. 1, p. 9-27, 2004.

DIEGUES, A. C. S. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. S. (Org.). *Etnoconservação*. São Paulo: Hucitec/ NUPAUB – USP, 2000, p. 1-46.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, NUPAUB – USP, 2002.

DUMONT, S. *ABC do Rio São Francisco*. (mimeo)

ELIADE, M. *O mito do eterno retorno*. São Paulo: Mercuryo, 1992.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L.. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESTERCI, N. et.al. Projetos e políticas socioambientais: repensando estratégias. *Rede Amazônia: diversidade cultural e perspectivas socioambientais*, Belém, ano 3, n. 1, p. 3-6, 2004.

ESTRELA, E. S. Um caso de deslocamento compulsório: o projeto especial de colonização de Serra do Ramalho – Ba. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru>>. Acesso em: 12 dez. 2006.

FERRANTE, V. L. S. Assentamentos rurais: estratégias de recusa ao modelo estatal? *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande, ano 16, n. 15, p. 62-76, dez. 1997.

FERREIRA, L. da C. et. al. Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições, ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul. In: FERREIRA, L. da C. (Org.) A questão ambiental e as ciências sociais. *Idéias: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Campinas-SP, ano 8, n. 2, p.115-150, 2001.

FRANCO, P.M. As áreas extrativistas e a institucionalização do movimento local dos seringueiros: o caso do Alto Juruá,. *Raízes: revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande, ano 16, n. 15, p.103-112, dez. 1997.

GALIZONI, F. M. *Águas da vida: população rural, cultural e águas em Minas Gerais*. Completar os dados 2005.

GARCIA Jr., A. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Sul: o caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1989.

GARCIA JR., A. *Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres do nordeste*. In: www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_07/rbcs07_01.htm - 255k.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, som e imagem*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 64-89

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 45, n.2, abr./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

GODOI, E. P. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas- SP: Ed. da Unicamp,1999.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1987.

HAGUETTE, M. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HALAMSKA, M. Relações com a sociedade global. In: LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar: do mito à realidade*. Campinas-SP: Ed. da Unicamp. 1998. v. 2, p. 233-270.

HIRANO, S. *Pesquisa social, projeto e planejamento*. São Paulo: Queiroz, 1979.

HEREDIA, B. M. A. de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOLLIVET, M. A vocação da sociologia rural. *Estudos: sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro, v.11, n. 2, p.5-25, 1998.

LABERGE, J, As naturezas do pescador. In: DIEGUES, A. C. S.(Org.). *A imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 39-59.

LAMARCHE, H..Lógicas Produtivas. In: LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar: do mito à realidade*. Campinas-SP: Ed. da Unicamp. 1998. v. 2, p. 61-88.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1985.

LEITE, M. C. S. Meu corpo até arrepia, só de falar! In: DIEGUES, A. C. S. (Org.). *A imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, 2000a. p. 143-155.

LIMA, D. de M. Ribeirinhos, pescadores e a construção da sustentabilidade nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões. *Boletim Rede Amazônia: diversidade cultural e perspectivas socioambientais*, Manaus, ano 3, n. 1, p. 57-66, 2004.

LINS, W. *O médio São Francisco; uma sociedade de pastores e guerreiros*. 3ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1983 (Brasília, 377), p.121-124 < www.jangadabrasil.com.br/revista/novembro84/im84011b.asp > Acesso em 14/10/2006.

LUNA. S.V. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: Educ,1997.

MAGALHÃES, S. B. Direitos e projetos: uma leitura sobre a implantação de assentamentos no sudoeste do Pará. In: MARTINS, J. de S. (Org.). *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 247-293.

MALINOWSKI, B. *Os argonautas do Pacífico ocidental*. Tradução Eunice Durham. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARTINS, J. de S. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Hucitec, 1975.

MARTINS, J. de S. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10., Rio de Janeiro, 2000. Dados da publicação ou do site em que leu o artigo.

MARTINS, J. de S. O sujeito oculto da reforma agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos), p.11-54. In: _____. (Org.). *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MARTINS, J. de S. *Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária familiar no Brasil*. 2001. (Mimeografado).

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EDUSP/E.P.U., 1974. v. 2, p. 37-184.

MAZZOTTI-ALVES, A. J.; GEWANDSZAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 2001.

MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec/ Abrasco, 1992.

MINAYO M.C. de S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MONTEIRO, A. As novas formas de acção coletiva e de recomposição dos laços sociais In:_____. *Associativismo e novos laços sociais*. Coimbra: Quarteto. 2004. p.116-145.

MORAES, M. D. C. de. *Agricultura familiar camponesa nos cerrados piauienses: desafios para a sustentabilidade* (2002). Disponível em: FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO - <www.fundaj.gov.br>. Acesso em: 15 set.2007.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H. Pertinência da categoria rural para a análise do social. *Ciência Agrotécnica*, Lavras, v. 26, n.2, p. 392-399, mar/abr. 2002

NEVES, D. P. Os ribeirinhos e a reprodução social sob constrição. *Rede Amazônia: dinâmicas de ocupações de exploração – efeitos e respostas socioculturais*. Manaus, ano 2, n. 1, p.47-59, 2003.

NISHIKAWA, D. L. L. A narrativa dos assentamentos da fazenda Monte Alegre: a investigação da temática ambiental a partir do diálogo entre ciências sociais e a ciências da engenharia ambiental. In: In: FERRANTE, V. L. S. (Org.). *Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. São Paulo: São Paulo: Uniará/MDA, 2005. p. 425-436.

OLEG, S. Reflexões sobre a metodologia comparativa. In: LAMARCHE, H. *A agricultura familiar: do mito à realidade*. Campinas: Ed. da Unicamp 1998. p. 47-59.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: _____. *O trabalho do antropólogo*. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

PEREIRA, E.; DUQUE, G. Assistência técnica em áreas de reforma agrária: experiências do Lumiar e perspectivas para uma outra assistência, In: DUQUE, G. (Org.). *Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisas em sociologia rural*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2002. p.193-208.

QUEIROZ, M. I. P. *Os bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural- cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

QUEIROZ, M. I. P. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

RELATÓRIO final dos trabalhos para emancipação de colonização Serra do Ramalho – PEC/SR. Elaborado pelo Incra. Brasília: dez. 1994. (Mimeografado).

RELATÓRIO socioeconômico do PAE-SF. Elaborado pela equipe Lumiar. Bom Jesus da Lapa, 1999 (Mimeografado).

RELATÓRIO do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Projeto de Assentamento Extrativista São Francisco (PDSA). Organizado pelo Desagro/Incra. Bahia, 2002.(Mimeografado).

RELATÓRIO socioeconômico do PAE-SF. Elaborado pela Ates. Bom Jesus da Lapa-BA, 2006.

RELATÓRIO final da pesquisa *Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPE. Financiamento do CNPq. Coordenação de M. de N. B. WANDERLEY. Recife, 2006 (Mimeografado).

RUDIO, F. V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

SAHLINS, M. D. *Sociedades tribais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

SALDANHA, R. R. I. *Espaços, recursos e conhecimento tradicional dos pescadores de manjuba (anchoviella lepidentsole) em Iguape*. 2005. Dissertação. Centro ou Instituto, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), São Paulo.

SANT'ANA, A. L. et al. Produtores familiares e estratégias ligadas à terra. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 42, n. 4, out./dez. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 12 abr. 2006.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 1999.

SCHWEICKARDT, J. C.; TUKANO, G.G. K. A “manjuba” e o encanto: a relação natureza-cultura na explicação da doença. *Rede Amazônia: diversidade cultural e perspectivas socioambientais*, Belém, ano 3, n. 1, p. 29-54, 2004.

SELLTIZ, C. et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2.ed. São Paulo: E.P.U., 1987.

SHANIN, T. *A definição do camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista*. Trabalho e dominação. Petrópolis-RJ: Vozes, 1980. (Estudos Cebrap 26).

SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. RJ: PPGAS/Museu Nacional, 1986.

SILVA, F. C. T. da. Conflito e conservadorismo numa sociedade agrária. In: SANTOS, A. et al. *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1993. p.5-34.

SILVA, M. A. de M. Terra: fonte de desenvolvimento como liberdade. In: FERRANTE V. L. S. (Org.). *Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. São Paulo: Uniara/MDA, 2005. p. 295-318.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. Organização de F. E. Moraes. São Paulo, Ática, 1983. (Col. Grandes Cientistas Sociais, v. 34).

SODRÉ, M. L. da S. *Reforma agrária e qualidade de vida: o caso do projeto de assentamento Nova Palmares*. 2002. 139 f. Dissertação – (Mestrado em Ciências Agrárias – Desenvolvimento Rural) – Escola de Agronomia. Universidade Federal da Bahia, Cruz das Almas.

SOUZA, E. L. de. *"Que trabalhais como se brincásseis": Trabalho e ludicidade na infância Capuxu*. 2004. 138 f. Dissertação – (Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia/PPGS da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. IN: *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Dagnino E (org.). São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEDESCO, J. C. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo (Ediupf), 1999.

THOMPSONS, E. P. *Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VELHO, G. Observando o familiar. In: _____. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003a.

_____. M. de N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a A.V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

_____. M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 15, p.87-145, out. 2000b.

_____. M. de N. B. Identidade social e espaço de vida. In: _____. (Org.). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis; Campinas- SP: CERES - Unicamp, 2004.

_____. M. de N. B. Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga; estudo de caso no Nordeste. In: MARTINS, J. de S. (Org.). *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003b.

_____. M. de N. B. *Olhares sobre o “rural” brasileiro*. Recife, 1999a. (Mimeografado).

_____. M. de N. B. Raízes do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPE, 1999. p. 23-56.

_____. M. de N. B. A ruralidade no Brasil moderno - Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: PRIMEIRA CONFERÊNCIA LATINO- AMERICANA E CARIBENHA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Recife, 1999b. (Mimeografado)

_____. M. de N. B. *Ser socióloga do “mundo rural” na Unicamp: memórias muito vivas*. Campinas, 2006a. (Texto mimeografado a ser publicado)

_____. M de N. B. Uma categoria rural esquecida: os desafios permanentes da sociologia rural brasileira. In: KOSMINSKY, Ethel. (Org.). *Agruras e prazeres de uma pesquisadora: a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. Marília-SP: Ed. da Unesp/Marília Publicações, 1999. p. 137-160.

_____. M. de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n.2, p.29-37, jul./dez. 2000a.

_____. M. de N. B.; LOURENÇO, F. O agricultor e a vida local. In: LAMARCHE, H. *A agricultura familiar: do mito à realidade*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998. v.

2, p.207-230.

WOLF, E. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WOORTMANN, K. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

WOORTMANN, K. “*Com parente não se negocia*”: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, n. 88. p.11-72, 1990.

WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUnB, 1995.

_____; WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Ed. UnB, 1997.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez/Ed. da Unicamp, 1993.

WEBER, M (Org) COHN, Gabriel. São Paulo: Abril, 1980. (Coleção Os Pensadores).

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANONE, M. M. et.al. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em áreas de proteção ambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n.2, p.39-55, 2000.

ANEXOS

Quadro Síntese Com as Questões de Campo por Categorias de Análise

Categories	Subcategorias	Variáveis	Questões de Campo
LÓGICAS PRODUTIVAS			
Família enquanto estabelecimento	Terra	Patrimônio familiar	O que significa o PAE-SF? Se recebesse outro lote sairia daqui? Por quê?
		Instrumento de trabalho	Você que é de fora, por que resolveu ficar? Qual a primeira coisa que pensa ao produzir?
		Apego à terra	
	Trabalho	Atividades Produtivas Divisão do Trabalho Realizado pela família ou mão-de-obra externa Trabalho em conjunto - casa de farinha	Principais atividades produtivas e rotina de trabalho? Seus filhos trabalham no lote? Possui outra fonte de renda? Possui mão-de-obra externa? Há trabalhos diferenciados para H, M e C? A mulher e os filhos menores trabalham na roça? Quais as atividades deles? Quais os trabalhos artesanais? Atividades e divisão na casa de farinha?
	Reprodução do Estabelecimento	Gestão	De quem é a responsabilidade pela reprodução?
		Estratégias Diversificação das Culturas Criações de animais Artesanato Extratativismo – pesca e areia Atividades Pluriativas	Quais as estratégias de sobrevivência? Você ou seus filhos trabalham fora do lote? Possui outras fontes de renda?
		Profissão dos filhos	Seus filhos trabalham fora? Você gostaria que ele continuasse na agricultura?
		Projetos futuros	Quais os projetos futuros? Como estará a sua vida daqui há 2 e 10 anos?
		Investimentos	Se tivesse recurso em que investiria?
Níveis de Dependência	Tecnológica	Assistência técnica	Qual a assistência técnica dada ao PAE-SF? Irrigação? Adubos/fertilizantes?
	Financeira	Crédito e Empréstimo Programas Governamentais Aposentadorias	Informação retirada de fonte secundária
	Mercado	Compra e Venda	Como é a relação com o mercado? Quais os produtos que são mais comprados fora? Locais de feiras?
	Normativa	Leis e Normas	Quais as proibições no PAE-SF? Como era antes do PAE-SF e como é hoje, considerando as leis e as restrições ?

VIDA SOCIAL			
Vida Social	Relações Familiares		
		Pertencimento	Manifestado através de respostas espontâneas
		Hierarquia	Manifestado através de respostas espontâneas
		Transmissão de valores	Quais os valores passados dos seus pais que prevalecem ainda hoje em você?
		Formação de personalidade	Manifestado através de respostas espontâneas
		Solidariedade Familiar	Manifestado através de respostas espontâneas
		Compadrio	Como é a relação de parentesco e compadrio no PAE-SF? Como é a relação entre afilhados, madrinha, padrinho e compadre? O que define a escolha dos compadres?
	Relações de Vizinhança	Sociabilidade	Quais os momentos?
		Solidariedade/ Reciprocidade	Quais os momentos?
		<i>Interconhecimento</i>	Como é a relação entre vizinhos? Quais os momentos que vão à casa do outro? Há conflitos? Como é na casa de farinha? Mutirão? O sistema de agrovila melhorou a relação entre você?
		Vida lúdico-religiosa	Como você participa da vida religiosa no PAE-SF? Ela é importante? Por quê? Como são comemoradas as festas no PAE-SF? Participação e colaboração das pessoas? Responsáveis pelas festas?
		Sentimento de localidade - Noção de Pertença	O que significa este lugar para você? Quando te perguntas de onde você é, o que responde? O que mais gosta e o que menos gosta aqui?
		Participação nas Associações Internas Formais	Participa das reuniões, ela é importante, paga as mensalidades? Como é a relação entre vocês?
	Relações com a Sociedade Global	Comunicação	Qual a importância que a TV e o Rádio têm para você? Número de TV, antena (PDSA)
		Lazer	Qual o lazer para os Homens, Mulheres e Crianças?
		Redes sociais - Governo (Acesso a bens e serviços)	Relação assentados e políticas (PDSA dados secundários)
			Acesso a Moradia; Acesso a Energia Elétrica; Acesso à Educação
			Acesso à Saúde; Estradas e Transportes adequados
			Acesso a Saneamento básico (Água; esgoto e lixo)
			INCRA – Administração do Projeto
		Redes sociais - ONGs	Movimentos e atuações no PAE-SF PDSA
	Redes sociais – Município, região	Com que frequência você vai à cidade/ região? O que faz lá?	

VALORES			
O que é mais importante para você? O que você mais valoriza?	Princípios Morais e Éticos	Liberdade e Autonomia	Manifestado através de respostas espontâneas
		Reconhecimento ou gratidão	Manifestado através de respostas espontâneas
		Respeito	Manifestado através de respostas espontâneas
		Honra	Manifestado através de respostas espontâneas
	Religiosos	Fé	Manifestado através de respostas espontâneas
		Crença	Em que você acredita, em termos de crença?
	Monetários e Não Monetários	Valor de uso e valor de troca	Questões relativas ao aspecto produtivo e manifestado por respostas espontâneas
Afetivos	Amor, Amizade e Solidariedade.	Manifestado através de respostas espontâneas	
	Culturais	Míticos	Como é a história do nego e do minhocão? Você já os viu? O que eles representam para as famílias do PAE-SF? Você tem medo? O que eles fazem com as pessoas? Eles aparecem em algum momento especial?
RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA			
Homem-Natureza	Conhecimento da Natureza	Saber tradicional X Científico	Como você e sua família se relacionam com a natureza? Utilizasse plantas medicinais? Como é que as famílias podem ser aliadas do na preservação do ambiente? Quem é verdadeiramente pescador? Como é a atuação das Benzedeiras e curandeiros no PAE? É possível produzir sem degradar? Como vocês negociam a situação Preservação/Conservação no PAE-SF? Como é produzir no lote de 100X40? Como você vê a questão ambiental pelo INCRA e IBAMA? Como o INCRA pode planejar pensando na população?
	Dependência e inter-relação com a natureza	Estágios antrópicos	Você acha que seus filhos poderão ver o que você já viu (plantas, caça e pesca? Venda de areia no PAE-SF? Como é a pesca hoje e como era no passado? Por que o peixe acabou? O sistema de lameiro como é? Queimada, caça, pesca
		Fatores limitantes	Sobrevivência/preservação? Como sobrevivem na seca?
Auto-gerenciamento	Capacitação Educação Ambiental (Agente Multiplicador)	Projetos sustentáveis (criação de abelhas, piscicultura) Manifestado por respostas espontâneas	

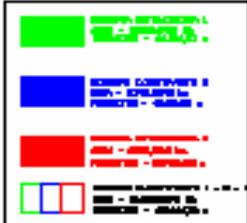
Outras questões: histórico do PAE-SF e história de vida das famílias; principais mudanças (vantagens e desvantagens); principais problemas no PAE-SF; Você é feliz? Por quê?; Tensões entre projetos distintos? Atividades e divisão na casa de farinha? Perfil X Sem Perfil? Os que vivem e os que apenas estão lá?

BRUNO

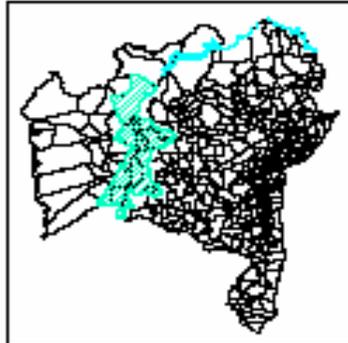
BRUNO



LEGENDA



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO



PROJETO	ÁREA	VALOR
1	1	1
2	2	2
3	3	3
4	4	4
5	5	5
6	6	6
7	7	7
8	8	8
9	9	9
10	10	10
11	11	11
12	12	12
13	13	13
14	14	14
15	15	15
16	16	16
17	17	17
18	18	18
19	19	19
20	20	20
21	21	21
22	22	22
23	23	23
24	24	24
25	25	25
26	26	26
27	27	27
28	28	28
29	29	29
30	30	30
31	31	31
32	32	32
33	33	33
34	34	34
35	35	35
36	36	36
37	37	37
38	38	38
39	39	39
40	40	40
41	41	41
42	42	42
43	43	43
44	44	44
45	45	45
46	46	46
47	47	47
48	48	48
49	49	49
50	50	50
51	51	51
52	52	52
53	53	53
54	54	54
55	55	55
56	56	56
57	57	57
58	58	58
59	59	59
60	60	60
61	61	61
62	62	62
63	63	63
64	64	64
65	65	65
66	66	66
67	67	67
68	68	68
69	69	69
70	70	70
71	71	71
72	72	72
73	73	73
74	74	74
75	75	75
76	76	76
77	77	77
78	78	78
79	79	79
80	80	80
81	81	81
82	82	82
83	83	83
84	84	84
85	85	85
86	86	86
87	87	87
88	88	88
89	89	89
90	90	90
91	91	91
92	92	92
93	93	93
94	94	94
95	95	95
96	96	96
97	97	97
98	98	98
99	99	99
100	100	100

PROJETO	ÁREA	VALOR
1	1	1
2	2	2
3	3	3
4	4	4
5	5	5
6	6	6
7	7	7
8	8	8
9	9	9
10	10	10
11	11	11
12	12	12
13	13	13
14	14	14
15	15	15
16	16	16
17	17	17
18	18	18
19	19	19
20	20	20
21	21	21
22	22	22
23	23	23
24	24	24
25	25	25
26	26	26
27	27	27
28	28	28
29	29	29
30	30	30
31	31	31
32	32	32
33	33	33
34	34	34
35	35	35
36	36	36
37	37	37
38	38	38
39	39	39
40	40	40
41	41	41
42	42	42
43	43	43
44	44	44
45	45	45
46	46	46
47	47	47
48	48	48
49	49	49
50	50	50
51	51	51
52	52	52
53	53	53
54	54	54
55	55	55
56	56	56
57	57	57
58	58	58
59	59	59
60	60	60
61	61	61
62	62	62
63	63	63
64	64	64
65	65	65
66	66	66
67	67	67
68	68	68
69	69	69
70	70	70
71	71	71
72	72	72
73	73	73
74	74	74
75	75	75
76	76	76
77	77	77
78	78	78
79	79	79
80	80	80
81	81	81
82	82	82
83	83	83
84	84	84
85	85	85
86	86	86
87	87	87
88	88	88
89	89	89
90	90	90
91	91	91
92	92	92
93	93	93
94	94	94
95	95	95
96	96	96
97	97	97
98	98	98
99	99	99
100	100	100